

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

AMANDA ANDRÉ DE MENDONÇA

ESTADO, RELIGIÃO E DEMOCRACIA: REFLEXÕES A PARTIR DOS DEBATES
SOBRE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO.

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ
2017

Amanda André de Mendonça

Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação.

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense sobre orientação do Professor Doutor João Bôsco Hora Góis.

Niterói
2017

M539 Mendonça, Amanda André de.

Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação / Amanda André de Mendonça. – 2017.

249 f. ; il.

Orientador: João Bôsko Hora Góis.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social, 2017.

Bibliografia: f. 218-237.

1. Laicidade. 2. Democracia. 3. Políticas educacionais. I. Góis, João Bosco Hora. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

AMANDA ANDRÉ DE MENDONÇA

Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no
Plano Nacional de Educação.

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Política Social da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Doutora em Política
Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Bôsco Hora Góis – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. André Augusto Pereira Brandão
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Janaina Alencar de Lúi
Instituto de Estudos da religião

Prof. Dr. Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Vanessa Jorge Leite
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Niterói, 2017.

*Não se pode escrever nada com indiferença.
Simone de Beauvoir.*

Agradecimentos

*Eu acredito no respeito pelas crenças de todas as pessoas,
mas gostaria que as crenças de todas as pessoas fossem capazes
de respeitar as crenças de todas as pessoas.
José Saramago in "Magna Terra" (2001).*

Agradecer, segundo a definição oficial em português, significa mostrar ou manifestar gratidão, render graças ou reconhecer. Estas noções representam exatamente as linhas que escreverei a seguir: o reconhecimento e a gratidão do carinho, da força e da confiança de pessoas sem as quais esse trabalho não teria sido possível.

Quando cheguei ao fim desse texto, respirei e fiz um pequeno balanço da trajetória percorrida até aqui e o primeiro pensamento que me veio foi minha família. Quantos almoços de domingo eu perdi, quantas vezes desculparam minhas ausências porque eu estava escrevendo, quanto apoio e incentivo recebi deles, que sempre demonstraram orgulho de mim e confiança de que eu seria capaz de concluir mais essa etapa. Minha querida irmã Alessandra, minhas tias Nely e Eliana, meu pai Juarez foram sempre generosos comigo e em uma construção coletiva (e muitas vezes difícil!) fomos desenhando uma família bonita em seu sentido mais amplo: repleta de amor, de respeito e de valores baseados no amor ao próximo e na igualdade. Temos orgulho de não sermos a família tradicional brasileira.

E falar dessa família e de sua alma é falar de sua matriarca, minha mãe Norma. Professora, mãe, mulher, esposa, companheira de muitas lutas e minha amiga. Ela alimenta meus sonhos e sonha junto comigo. Me incentiva a ampliar os horizontes sempre, a querer mais. Ela tem ânimo, tem vontade de viver e de descobrir (de quem eu acho que herdei a curiosidade, o comprometimento e a perseverança de ser pesquisadora). Mulher à frente de seu tempo. Com ela não há tabu, não há tema que não possa ser debatido e repensado. A ela devo agradecer a minha vida e as possibilidades que deu para que eu chegasse até aqui.

Mas não é só a família que sofre com a difícil caminhada desses quatro anos. Os amigos e amigas também sentem nossa ausência, nosso cansaço frequente, nossa irritação e tensão cotidiana. E mesmo assim, de diferentes formas e cada um à sua maneira, tive o privilégio de contar com um círculo de amizade que ofereceu colo, que me deu carinho, que me ouviu reclamar. Que quando pensava em desistir (porque isso aconteceu algumas vezes nesse percurso) me traziam a realidade de volta. Me ouviram, me divertiram e me proporcionaram momentos de leveza e de amor. Ian Angeli e Roberta Manfredini, mesmo distantes, sempre presentes. Marcela Baptista, que pacientemente espera meu retorno à vida social, sempre solidária e compreensiva. Sérgio Neves meu grande amigo de todas as horas.

Foram anos difíceis, onde tive que alterar nossas cervejas para almoços e mesmo assim ele se manteve presente, sempre solícito e me fazendo sorrir. Vanessa Carrilho, minha prima e amiga, ouvinte atenta de minhas angústias e parceira de longa data. André Marinho, companheiro, é o melhor termo para defini-lo. Muitas histórias, mudanças, agendas incompatíveis, mas um sentimento comum de amizade nos mantendo unidos. Rebeca Martins, querida irmã que a vida me deu. Quatro anos muito intensos para nós duas, de muito aprendizado e da certeza que podemos sempre contar uma com a outra. E Julia Zanetti, o presente que ganhei recentemente. Leitora atenta do meu texto, responsável pela minha caixinha de crase, mas também por muitas risadas.

A vida nestes quatro anos, apesar de muitos acreditarem que deva ser assim, não pausa para que possamos escrever a tese. Pelo menos a minha não parou. E que bom! O Observatório da Laicidade na Educação mostrou-se nesse período um espaço importante de atuação e de militância. Venho aprendendo todos os dias com as experiências proporcionadas pelo OLÉ e com a parceria que desenvolvemos. Agradeço a Carlos Eduardo Oliva e Luciane Falcão e em nome deles a todos que fazem parte dessa rede que acredita, defende e soma esforços para a concretização de uma educação laica.

Nesse período de produção da tese também me tornei professora na UNESA. Desafio enorme conciliar a pesquisa e a escrita com o estar em sala de aula, com o me descobrir professora. E que pesem todos os entraves e problemas, sou feliz por nesse espaço de atuação profissional ter encontrados alunos e alunas tão generosos, queridos e que vem todos os dias me dando a certeza do caminho que escolhi. Não seria possível mencionar os nomes, então através do Coletivo de Mulheres da Estácio agradeço imensamente a todos vocês.

E foi também ao longo desses quatro anos e no bojo de que a “vida não para” que tive a sorte de conhecer Priscila Bastos. A princípio colegas de turma, vizinhas e com amigos em comum sendo descobertos. Depois companheiras de luta no interior do programa, de estudo e de produção. Uma sintonia grande nas perspectivas de vida, nas angústias, nas causas... e foram muitas as que nos embrenhamos nesses quatro anos. O feminismo nos conecta, com toda certeza, mas não só ele. A crença em um mundo melhor, a crença nos seres humanos, na descoberta de novas formas de relação e de sentimento pelo próximo. Nós estudamos juntas, nós escrevemos juntas, nós fizemos viagens, curtimos festas, carnaval e porres. Choramos, xingamos e falamos. Como falamos! Sobre tudo, sobre nada.

A parceria com a Priscila ultrapassa qualquer relação acadêmica com toda certeza. Nossa conexão está na vida. Mas ela também se deu neste espaço tão enraizado pelo individualismo, pela competitividade e por egos inflados. Nós fomos na contramão. E a

Priscila, com uma generosidade que marca sua existência nesse mundo, me estendeu as duas mãos. Ela não só leu meu texto em suas inúmeras versões, mas ela debateu cada capítulo comigo, discutiu referencial teórico, pensou título, arrumou o texto, etc. Ela parou sua escrita muitas vezes para me socorrer. Esta tese também é dela.

A todas as pessoas mencionadas meu reconhecimento pelo carinho e dedicação de vocês comigo. Espero, com a ajuda de vocês, ter construído um trabalho consistente e que contribua na reflexão sobre elementos centrais em nossa sociedade e em nossa democracia. Acredito e defendo a produção acadêmica voltada para questões de relevância social e busquei com esse trabalho caminhar nessa direção.

Por último, mas não menos importante, agradeço a CAPES pela bolsa de estudos durante todo o período do doutorado e ao meu orientador João Bôsko Hora Góis.

Resumo

Mendonça, Amanda André. **Estado, religião e democracia: reflexões a partir dos debates sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação.** 2017. 249 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

Com o propósito de investigar as relações entre Estado, religião e democracia esta tese analisa a tramitação e a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014. A partir deste caso e da polêmica envolvendo a chamada “ideologia de gênero”, buscou-se apresentar a ingerência de segmentos religiosos e conservadores na produção das políticas educacionais do país. A identificação dos agentes envolvidos nesta disputa, suas movimentações e discursos constituem parte deste trabalho, que procurou explicitar a relação entre a laicidade do Estado e o grau de democracia experimentado no país. Para tal, realizou-se um breve resgate da trajetória de ação de alguns dos principais agentes envolvidos no conflito analisado, a saber: católicos, evangélicos e os movimentos feministas e de mulheres. A proposta consistiu em identificar de que forma tais agentes se comportaram diante das políticas educacionais ao longo da história recente do país, apresentando suas movimentações e pautas prevaletentes. Soma-se a essa recuperação do caminho percorrido por estes agentes as inúmeras tentativas de aprovação de um Plano Nacional para educação no país. Desta forma, buscou-se relacionar a atuação dos agentes investigados com as disputas em torno da elaboração de uma plataforma nacional de educação. Assim, acreditou-se ser possível assinalar a presença desses agentes ao longo das iniciativas de planejamento educacional, bem como nas principais discussões sobre as políticas educacionais do país, destacando suas movimentações, alianças e acúmulo de capitais, e a influência dessas experiências anteriores nos embates do Plano Nacional aprovado em 2014. O objetivo foi compreender as estratégias utilizadas, verificar as transformações no campo religioso, político e educacional, e com isso constituir um cenário que pudesse auxiliar na compreensão dos entraves e polêmicas que permearam a tramitação e a aprovação deste Plano. Através de uma pesquisa qualitativa, envolvendo análise documental e dos discursos que se destacaram neste percurso, buscou-se identificar os principais argumentos e de que forma contribuíram para o que se considerou como um pânico moral em torno da “ideologia de gênero” na sociedade brasileira. Por fim, pretendeu-se com essa pesquisa contribuir com os estudos referentes à laicidade e à importância desta para o estágio de democracia do país.

Palavras-chave: Laicidade. Democracia. Políticas Educacionais.

Abstract

Mendonça, Amanda André de. **State, Religion and Democracy: reflections from the debates on "gender ideology" in the National Education Plan.** 2017. 249 f. Doctoral Dissertation (Doctorate in Social Policies) - Postgraduate in Social Policies, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

For the purpose of investigating the relations among State, religion and democracy, this doctoral dissertation analyses both the process and the approval of the National Plan for Education - PNE in 2014. Based on this case, and the controversy involving the so-called "gender ideology", we investigated the relationship between the interference of religious and conservative segments in the production of the country's educational policies. The identification of the agents involved in this dispute, their movements and discourses are part of this work, which sought to make explicit the relationship between the State secularism and the degree of democracy experienced in the country. For that, we briefly present the process action taken by some of the main agents involved in the dispute analyzed was carried out, namely: Catholics, evangelicals and feminist and women's movements. The purpose was to identify how these agents acted in the face of educational policies throughout the recent history of the country, presenting their prevailing movements and agendas. Numerous attempts to approve a National Plan for Education in the country are added to this recovery of the path taken by these agents. In this way, we sought to relate the performance of the investigated agents to the disputes over the preparation of a national education platform. Thus, it was believed possible to point out the presence of these agents throughout educational planning initiatives, as well as in the main discussions on the country's educational policies, highlighting their movements, alliances and accumulation of capital and the influence of these previous experiences in the National Plan approved in 2014. The objective was to understand the strategies used, to assess the transformations in the religious, political and educational fields and with that to create a scenario that could help in the understanding of the obstacles and controversies that permeated the process and approval of this Plan. Through a qualitative research involving documentary analysis and the discourses that stood out along this process, we sought to identify the main arguments and how they contributed to what was considered as a moral panic in the Brazilian society. Finally, it was intended with this research to contribute with the secularism studies and its importance of this to the stage of democracy of the country.

Keywords: Laicity. Democracy. Educational Policies.

Lista de siglas e abreviaturas

AD	Assembleia de Deus
ABE	Associação Brasileira de Educação
AEC	Associação de Educação Católica
ABESC	Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da imunodeficiência adquirida
ABU	Aliança Bíblica Universitária
ANAMEL	Associação Nacional de Magistrados evangélicos
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ASSINTEC	Associação Interconfessional de Curitiba
ANDE	Associação Nacional de Educação
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
ANDIFES	Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
BPC	Brasil para Cristo
BSH	Programa Brasil Sem Homofobia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLAM	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEC	Comissão de educação e cultura
CAE	Comissão de Assuntos Econômico
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CEB	Centro de Estudos Bíblicos
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CT	Comunidade Terapêutica
CONFENEN	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONED	Congresso Nacional de Educação
CONCEPAB	Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CC	Congregação Cristã

CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CIER	Conselho de Igrejas para Educação Religiosa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPI	Comissões parlamentares de inquérito
CIEE	Comunidade Internacional de Estudantes evangélicos
CRB	Confederação Regional de Bispos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
ECOS	Comunicação em Sexualidade
EPI	Educação Preventiva Integral
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
FNE	Fórum Nacional de Educação
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GALE	Global Alliance for LGBT Education
GAPE	Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica
GRERE	Grupo de Reflexão Nacional do Ensino Religioso Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IPDA	Igreja Pentecostal Deus é Amor
ISPAMAT	Instituto de Pastoral de Campo Grande
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEC	Ministério da Educação
MEP	Movimento Evangélico Progressista
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PFL	Partido da Frente Liberal
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação

PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDC	Partido Democrata Cristão
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PND	Planos Gerais de Desenvolvimento e Segurança Nacional
PP	Partido Progressista
PR	Partido da Republica
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSEC	Planos Setoriais de Educação e Cultura
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Socialista Cristão
PSDB	Partido da Social democracia Brasileira
PSN	Partido da Solidariedade Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSEC	Planos Setoriais de Educação e Cultura
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PV	Partido Verde
RCC	Renovação Carismática Católica
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECRIE	Secretaria de Inclusão Educacional
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SPM	Secretaria Especial de Política para Mulheres
SEPPIR	Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

Sumário

Resumo	9
Abstract	10
Lista de siglas e abreviaturas	11
Sumário	14
Introdução	14
Capítulo 1 – O jogo das Políticas Educacionais: identificando agentes	31
1.1 Conformação do cenário	36
1.2 Novos sujeitos políticos no jogo	51
1.3 Mudando as regras e reposicionando as peças	63
1.4 Conciliando agentes e jogando com as contradições	80
Capítulo 2 – “Qual o plano?”: discutindo a movimentação das peças	98
2.1 O “vai e vem” do planejamento educacional no Brasil	102
2.2 Pulando casas: a Constituição Cidadão	114
2.3 Quando o gênero entra no jogo?	121
Capítulo 3 – O Plano Nacional de Educação na arena do jogo	138
3.1 Iniciando a partida: concepção e elaboração do PNE / 2014	140
3.1.1 Primeira rodada: o debate de gênero na CONAE	144
3.1.2 Segunda rodada: a tramitação do PNE no Congresso Nacional	150
3.2 Fim da partida: “Ideologia de Gênero”, uma carta na manga	164
Capítulo 4 – Uma nova jogada: alinhando a retórica conservadora ao pânico moral	176
4.1 Discursos e argumentos em campo	177
4.2 O medo como estratégia fatal	191
4.3 A conformação de um cenário de batalha	200
Considerações Finais	210

Referências Bibliográficas	218
<i>Referências Meio Eletrônico</i>	226
Anexos	238
<i>Anexo 1- Manifesto Marcha pelo Estado Laico RJ</i>	238
<i>Anexo 2 – Quadro comparativo texto PNE enviado pelo executivo e texto aprovado</i>	241
<i>Anexo 3 – Nota Pública Conselho Nacional de Educação</i>	246

Introdução

*A primeira condição para modificar a realidade
consiste em conhecê-la.
Eduardo Galeano.*

O desafio de interpretar as relações do religioso com a política e com a ordem social mais ampla ao longo da história recente tem gerado grandes debates teóricos e conceituais em diferentes esferas de pensamento, com destaque para as produções no campo da sociologia, da educação e da ciência política. No século XV, por exemplo, já encontrávamos na obra de Maquiavel a preocupação com o tema. Autores de referência para a sociologia do século XIX, como Max Weber e Emile Durkheim também exploraram o papel social da religião para a formação e manutenção das estruturas sociais, em obras como “*A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo*” e “*As formas elementares da vida religiosa*”. A perspectiva de análise e compreensão da relação entre religião, cultura e sociedade permanece sendo objeto de estudo destas instituições, conforme verificamos em trabalhos como os de Roberto Blancarte e Paul Freston.

De acordo com autores como Pierucci (2006) e Oro (2011), que também compõem este círculo, pode-se dizer que, do ponto de vista legal, não há um modelo único que rege as relações entre religião, política, Igrejas e Estado nas diferentes formações sociais. A existência dessa diversidade de modelos provoca, por certo, a necessidade de considerar a possibilidade de múltiplas abordagens quando se trata da discussão sobre a laicidade do Estado.

Compreendendo a laicidade como um conceito controverso e polissêmico, na medida em que envolve tanto o debate acerca da liberdade religiosa e do espaço público quanto a ideia de esfera privada e da religião como parte dela, busco nesta tese abordá-lo pela perspectiva de elemento capaz de contribuir com uma maior imparcialidade do Estado em questões afetas ao mundo religioso. Ou seja, trabalho com o entendimento de que um Estado laico prescindiria da religião para sua coesão social e assim não estabeleceria vínculos com as Igrejas.

Esta concepção também abrange a ideia da laicidade como matéria de disputa constante entre diferentes agentes e campos. A este respeito, vale a pena destacar que a noção de campo aqui utilizada se referencia no conceito de Bourdieu (2007), segundo o qual “os campos não são estruturas fixas. São produtos da história das suas posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam”. Portanto, o que determinaria um *campo* seria a ação dos

agentes e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que investem tempo, dinheiro e trabalho, cujo retorno é pago consoante a economia particular de cada *campo* (BOURDIEU, 2007, p.129).

Desse modo, estabelece-se um quadro onde a laicidade se configura enquanto um elemento constante de batalha entre inúmeros campos, alternando momentos de avanço e outros de recuo tanto das posições mais laicas quanto das religiosas. Portanto, de acordo com esta perspectiva, estas disputas são constantes e ininterruptas. A laicidade do Estado se caracteriza, assim, como um processo contínuo, que visa alcançar um estágio onde não se admite imposições de instituições religiosas, para que tal ou qual lei seja aprovada, ou vetada pelo Estado e seus representantes; nem que alguma política pública seja alterada devido a valores religiosos.

No Brasil, devido ao processo histórico de formação do país, em que a Igreja Católica teve papel preponderante, esse processo de apartação do Estado da religião em geral e do catolicismo em particular tem sido lento. Possui características muito específicas e apresenta, até os dias de hoje, marcas nas formas de organização e de pensamento da vida nacional. Assim, para muitos autores, é possível estabelecer uma correspondência entre a religião católica, a sociedade e as culturas brasileiras (MENEZES, 2014). Também há que se ressaltar que, dentro do processo em causa, o catolicismo foi beneficiado por inúmeros privilégios.

As relações entre o catolicismo e o Estado no país, contudo, não foram exclusivamente cooperativas, razão pela qual se verificam, ao longo dos séculos, conflitos envolvendo esse credo e o nosso Estado. O reconhecimento e a manutenção dos privilégios da Igreja Católica geraram embates em diferentes campos. Em função disso, assistiu-se, ao longo da elaboração e da promulgação das Cartas Constitucionais brasileiras, a sucessivas alterações quanto à relação da instituição católica e do Estado.

A Constituição de 1824, por exemplo, definiu, em seu artigo 5º, o Catolicismo como religião oficial do Império e lhe conferiu diversos privilégios. O Poder executivo era responsável, dentre outros, por nomear Bispos e prover os benefícios Eclesiásticos, bem como aprovar, ou negar, consentimento aos Decretos dos Concílios e a quaisquer outras Constituições Eclesiásticas. O inciso V do Art. 179 ainda mencionava que ninguém poderia ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeitasse a do Estado, e não ofendesse a Moral Publica. Chamo atenção para o fato de que a educação já figurava nesta Carta Constitucional como um elemento de especial interesse para os católicos.

Acerca dessa união e o reflexo para a educação pública, Cunha diz:

O ensino da religião católica, nas escolas públicas brasileiras, no período imperial, era uma consequência da união entre o Estado e a Igreja. Essa herança dos tempos coloniais chegava a tal ponto que houve quem dissesse que a Igreja Católica no Brasil nada mais era do que um apêndice da administração civil (CUNHA, 1995, p.345).

Por outro lado, a Constituição Republicana de 1891 afirmou o princípio da separação jurídica entre Estado e Igreja (GIUMBELLI; CARNEIRO, 2004). Essa Constituição foi responsável, também, pela secularização dos cemitérios públicos, pela instituição do casamento civil e do ensino leigo, e pelo estabelecimento da liberdade de culto e de associação religiosa como direito fundamental.

Entretanto, esse processo de laicização¹ iniciado com o advento da República não seguiu de forma linear e ininterrupta. Ao contrário, foi sempre alvo de disputa e de movimentação para frear tal processo. Assim, ao longo das diferentes Cartas Magnas, a autonomização das esferas política e religiosa seguiu vias peculiares e passou por inúmeras reviravoltas. A Constituição de 1934, por exemplo, apesar de ter mantido o princípio da separação entre Igreja e Estado, acrescentou a possibilidade de colaboração entre ambos e introduziu mudanças como: a criação de feriados religiosos; o reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso; a permissão da manutenção de cemitérios particulares e a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas.

O Estado, portanto, permaneceu durante todo este período concedendo um tratamento especial à Igreja Católica “em detrimento dos demais grupos religiosos, demograficamente ínfimos, formados por minorias protestantes, espíritas, indígenas e pelas religiões de matrizes africanas” (ORO, 2011 apud MACHADO, 2012, p.31). Ou seja, ainda que tenham ocorrido mudanças na regulação jurídica da relação entre Igreja e Estado nas Cartas de 1937, 1946, 1967 e de 1969, essas alterações não eliminaram os privilégios concedidos à Igreja Católica, que continuou a se beneficiar dos auxílios financeiros, das isenções de impostos e das parcerias com as agências governamentais.

O mesmo acontece com a Constituição vigente, de 1988, que sustenta em seu Capítulo I, que trata da Organização Político- administrativa do Estado, em seu artigo 19º, a separação Igreja-Estado, mas o faz de forma indireta. Diz o mencionado artigo:

¹ O processo de laicização refere-se à separação entre a esfera estatal e a religião. Cumpre registrar o de secularização da cultura. Para saber mais acessar: O projeto reacionário de educação. Disponível em: <<http://www.luizantoniocunha.pro.br/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Assim, a laicidade, enquanto princípio apresenta-se de forma dúbia na Carta Constitucional de 1988, suscitando inúmeras interpretações tanto na sociedade, quanto no cenário político brasileiro. O que assistimos, mesmo após iniciado o “processo da laicização” na Primeira República, foram disputas em torno da sustentação de privilégios para grupos religiosos e até mesmo por mais espaços destes na esfera estatal. Tal processo, portanto, não gerou o declínio da presença pública da religião e/ou a perda de prerrogativas ofertadas a determinados credos.

O fato é que mesmo sendo o Brasil um Estado juridicamente apartado de qualquer instituição religiosa, não houve a desmonopolização religiosa, ou seja, a eliminação, ou pelo menos minimização, dos privilégios facultados a grupos religiosos, o que garantiria a liberdade e a igualdade religiosa (CARNEIRO, 2014). O movimento recente tem sido o contrário, o de expandir privilégios para mais grupos religiosos.

Se ao longo de toda nossa história a Igreja Católica gozou de diversas prerrogativas, incluindo presença privilegiada no aparelho estatal, a partir da redemocratização em fins da década de 1980, outras confissões religiosas passaram a demandar esta mesma ocupação, reivindicando os mesmos benefícios garantidos aos católicos. A laicidade passou inclusive a ser defendida por estes segmentos, pela perspectiva de garantia de liberdade religiosa e de igualdade de direitos para todas as crenças, como forma de ampliação da atuação destes grupos.

Considero, portanto, que há uma apropriação de segmentos religiosos de parte da noção de laicidade para desenvolver um “rateamento do Estado”, ou seja, para promover uma divisão e uma ocupação da esfera estatal por outros grupos religiosos e não mais apenas pelos católicos. Esta interpretação constitui uma das hipóteses que avento nesta tese acerca da presença religiosa na esfera pública, bem como a ocupação das instituições públicas.

Soma-se a isso o caso de a laicidade ser entendida e reivindicada por parte desses religiosos, não como a negação da religião pelo Estado, mas como a garantia ao acesso igualitário das religiões à esfera pública. Essa perspectiva, no meu entendimento, fortalece a participação dos segmentos religiosos na cena pública brasileira e nas disputas travadas pelo campo religioso por predominância sobre os demais campos.

O quadro apresentando corrobora com o estudo desenvolvido acerca da relação entre Estado, religião e democracia e os múltiplos elementos e conceitos que contornam esta discussão. Tais noções fundamentam a pesquisa desenvolvida por esta tese, que tem dentre seus objetivos principais promover uma análise do estágio contemporâneo da democracia no Brasil e a atuação de religiosos na esfera pública nacional. Para isso, este trabalho utiliza como referência, no âmbito do campo de produção das políticas públicas educacionais, o estudo do Plano Nacional de Educação - PNE aprovado em 2014 (BRASIL, 2014). O Plano é um documento que estabelece metas para a área nos 10 (dez) anos subsequentes e foi elaborado a partir da Conferência Nacional de Educação, realizada em abril de 2010. A base da política educacional para a próxima década passou tanto pelo Senado quanto pela Câmara dos Deputados e foi tema central de discussão por diversos segmentos da sociedade civil organizada, intelectuais, ativistas da educação, ONGS, movimentos sociais e sindicais, por mais de dois anos.

Em seu último espaço de aprovação, antes de seguir para a sanção da então presidenta Dilma Rousseff, o projeto de lei foi alvo, em especial, de uma série de questionamentos com destaque para a proposta de destinação dos 10% do PIB para a educação. Dentre os entraves para sua aprovação figuraram também os conflitos em torno da presença de dispositivos sobre a questão de gênero² e orientação sexual no texto do Plano.

Representantes religiosos e de setores conservadores no Congresso Nacional protagonizaram esse embate com setores da sociedade civil, dos movimentos sociais e com alguns parlamentares e empenharam-se na supressão da referência a gênero e orientação sexual do PNE. Após um período de intensa disputa foi efetivada a retirada de tais pontos e o Plano foi sancionado pela presidenta. A exclusão destes dispositivos do texto representou uma vitória política e simbólica para estes agentes religiosos, já que garantiram a aprovação do PNE sem a inclusão destes pontos e ainda adquiriram enorme visibilidade social com os discursos em torno do que chamaram de “ideologia de gênero”.

Através da análise da elaboração, tramitação e aprovação do documento, envolto em inúmeras polêmicas, dentre elas a presença ou não de artigos sobre o papel da escola na promoção da igualdade de gênero, almeja-se compreender de que maneira esse campo de

² O uso atribuído pelos agentes estudados neste trabalho à expressão gênero abrange também orientação sexual e sexualidade. A despeito de não considerar este o emprego correto de tal categoria faremos uso dele para fins de análise a partir do seu emprego no episódio investigado nesta tese.

produção das políticas públicas educacionais se define como um espaço de confrontos e interesses para atuação de representantes de diferentes campos e agentes.

Segundo Bourdieu (2007), todo agente, indivíduo ou grupo, para subsistir socialmente, deve participar de um jogo. De acordo com essa perspectiva, o cenário investigado por esta tese contempla essa ideia do autor de movimentação dos agentes como peças de um jogo, contendo regras, mudanças de posições e formação de “times” / agrupamentos conforme a dinâmica estabelecida. Essa alusão das relações e dos deslocamentos dos agentes como parte de uma competição ou partida, a meu ver, favorece a compreensão sobre as disputas em curso em torno das políticas educacionais e como os diferentes atores vêm se portando diante delas. Importante dizer que tal entendimento norteou o caminho de análise traçado neste trabalho, influenciando inclusive a constituição dos títulos e do sumário instituído.

Sob este prisma, interessa para este trabalho identificar quais as tramas e estratégias desenvolvidas por agentes religiosos e instituições, para realizar ingerência nas políticas educacionais, as formas de protagonismo, de resistência e oposição, as investidas dos agentes religiosos e também as respostas estatais, por meio de governos e instituições a estes conflitos. Para isso, foram consideradas as instabilidades das instituições democráticas brasileiras, a relação entre espaço público e privado, bem como as inconclusões de nossa estrutura burocrática.

Conjuntamente, esta tese também busca identificar os principais argumentos que no curso de aprovação do PNE constituíram a “retórica conservadora”, elemento que considero determinante para a vitória da posição de instituições e agentes religiosos. A análise destes argumentos e a formação de um discurso, organizado por segmentos religiosos, mas com apelo e alto grau de repercussão social, contribuem para a compreensão da atuação religiosa na esfera pública brasileira, bem como seus mecanismos, alianças e estratégias para garantir a presença de suas posições e pautas no aparelho estatal do país. O estudo deste caso específico, percurso e aprovação do Plano, colabora ainda no debate que me proponho a realizar sobre a laicidade do Estado como elemento balizador para o grau de democracia de uma sociedade.

O cenário recente envolvendo as relações entre Estado e religião que, inclui novos agentes e pleitos, como no caso do PNE, demonstra que a participação da religião e a influência que exerce nos assuntos de natureza coletiva permanecem sendo um ponto central para as discussões sobre diferentes assuntos relacionados à esfera pública. Para esta tese, é de particular interesse examinar como tal relação incide sobre a nossa democracia, considerando para tal as noções de público e privado e a perspectiva de um Estado laico como um elemento imprescindível para existência desta.

Assim, faz-se necessário lançar mão de uma discussão de cunho teórico acerca da definição de democracia moderna, utilizada para embasar e orientar as demais categorias, e noções evocadas nesse texto. Para tal, é imprescindível mencionar que, dentre as correntes que se propõem a realizar esse debate, há a presença de diferentes, e até mesmo contraditórias, concepções de democracia. Algumas dessas revelam ter uma visão instrumental e puramente tática. Para estas, a democracia não seria mais que uma nova forma de dominação burguesa (MATOS, 1999).

Outras correntes creem que seja possível construir a “unidade na diversidade”, sendo fundamental que os interesses divergentes encontrem uma forma de representação adequada, que seria a democracia. Há, também, as que defendem que não há democracia pura, ou seja, que não existiria regime estatal sem que uma classe social exerça seu domínio sobre o conjunto da sociedade (DAHL, 2012). E, por fim, as que acreditam em uma combinação que resultaria no entendimento da democracia enquanto um instrumento de reprodução que tende a perpetuar a classe dominante no poder, mas que com as transformações sofridas pelo regime no período mais recente, busca, também, a representatividade da diversidade (BOBBIO, 1998).

Neste trabalho, por entender que o modelo democrático vigente é o liberal, as análises foram feitas a partir da perspectiva teórica apresentada por essa última corrente, que parte da ideia de reconhecimento de uma pluralidade de sujeitos individuais autônomos e supõe que os interesses plurais de tais sujeitos serão harmonizados e coordenados. Nessa concepção, não se privilegia a intervenção direta dos cidadãos nos procedimentos de tomada de decisão e de controle do exercício do poder³. No modelo democrático atual, a participação no poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto.

Essa perspectiva também entende por democracia um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a tomada das decisões políticas. Esse campo teórico contemporâneo também sugere que, nos países de tradição democrático-liberal, as definições de democracia tendem a se resolver e a se esgotar em um elenco mais ou

³ A participação direta dos cidadãos, com acesso aos seus representantes em permanência e não apenas periodicamente nas eleições, fazendo-os ouvir as suas opiniões de forma institucionalizada, prévia à tomada de decisões, e a deliberar sobre elas, bem como a existência de mecanismos de controle exercidos pela sociedade civil sobre a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também estendendo a democracia para a esfera social, integram a noção de democracia participativa.

menos amplo, ou, como também definiu Bobbio *et al* (1998), de "procedimentos universais". Para o autor, o que caracterizaria o regime político moderno como democrático seria a garantia dos direitos individuais. Desse ângulo, tal regime configuraria o natural prosseguimento do Estado liberal, acolhendo, em sua própria estrutura, os clássicos direitos de liberdade civis e políticos, habitualmente associados ao pensamento liberal.

Na interpretação de Bobbio (2000), portanto, a democracia moderna seria o triunfo do indivíduo e uma consequência histórica do liberalismo. Para ele, o liberalismo e a democracia são conceitos estreitamente interligados. Essa "fórmula democrático-liberal" é apresentada como um modelo racional de ordem social, capaz de preservar a livre existência do ser humano na sociedade de massas. Assim sendo, para o autor, o liberalismo e a democracia repousariam, ambos, sobre uma concepção individualista de sociedade, considerando os direitos da pessoa – a liberdade de opinião, de expressão, de reunião, de associação – como de origem liberal, ficando cristalizados e garantidos na democracia moderna, com o reconhecimento constitucional de direitos "invioláveis" do indivíduo. Nas palavras de Bobbio:

A democracia nasceu de uma concepção individualista da sociedade, isto é, da concepção para a qual — contrariamente à concepção orgânica, dominante na idade antiga e na idade média, segundo a qual o todo precede as partes — a sociedade, qualquer forma de sociedade, e especialmente a sociedade política, é um produto artificial da vontade dos indivíduos (BOBBIO, 2000, p. 34).

Outro elemento estruturante acerca da definição de democracia liberal apresentada é a ideia de que nenhum regime é plenamente democrático, ou seja, é capaz de representar a todas as demandas e expressões, e por isso é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos. Uma das definições de Bobbio *et al* (1998) para um modelo possível de regime foi a de "democracia poliárquica", que segundo o autor é aquele que busca as condições da ordem democrática não em expedientes de caráter constitucional, mas em pré-requisitos sociais, isto é, no funcionamento de algumas regras fundamentais que permitem e garantem a livre expressão do voto, a prevalência das decisões mais votadas, o controle das decisões por parte dos eleitores etc.

Essa perspectiva nos remete à Poliarquia definida por Dahl (2012) como um sistema no qual os cidadãos são politicamente iguais para o governo, formulam, exprimem e têm suas preferências consideradas. Assim como para Bobbio, Dahl defende que nenhum grande sistema no mundo é plenamente democrático. Para ele, existem etapas, como a liberalização que prevê a contestação e competição no sistema, a inclusividade, ou seja, o aumento de oportunidades e de contestação, e a concessão de direitos e do sufrágio, que demonstram o quão próximo ou distante um regime está de ser democrático.

Ainda sob o ponto de vista de Dahl, a democracia se sustenta a partir de um equilíbrio de forças, quando nenhum grupo está em condição de eliminar os demais. Ela é fruto de um cálculo de atores políticos inseridos em uma relação estratégica, onde eliminar um grupo põe em risco todo o sistema. Em suma, para Dahl (2012), democratização implica, dentre outras coisas, em: regras bem estabelecidas do jogo político, desenvolvimento econômico e contestação pública e direito de participação. Nesse sentido, os regimes mais próximos de serem democráticos, para o autor, seriam os substancialmente popularizados e liberalizados, abertos à contestação pública e que têm mais tolerância e inclusão.

Outra noção fundamental trazida por Dahl é a de que democracia é sempre um projeto não terminado (DAHL, 2012, pág. 23). O autor procurou estudar os efeitos do acesso e do controle dos recursos de poder socioeconômicos e de coerção sobre a democracia e com base nesse critério – acesso e controle sobre os recursos de poder – Dahl distinguiu as sociedades de acordo com seu grau de pluralismo. O pluralismo societal seria, portanto, um dos principais determinantes da democracia. Assim, em sociedades plurais, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais.

Dessa maneira, segundo Dahl (2012), democracia corresponderia a um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. Para isso, as preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, devem ser asseguradas, e os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas de formular suas preferências (formar e aderir a organizações, liberdade de expressão, voto, fontes alternativas de informação), de expressá-las através de ação individual ou coletiva (elegibilidade para cargos políticos, eleições livres e idôneas) e ter elas igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência (DAHL, 2012, p. 26).

Segundo tal concepção, as poliarquias, para o autor, podem ser pensadas como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 2012, p. 31). A partir desta noção ele questiona e traz reflexões sobre que fatores aumentam ou diminuem as chances de contestação pública. Sob este ponto creio ser relevante acrescentar, no rol de aspectos considerados pelo autor, a laicidade do Estado. Acredito que um Estado que se aproxima ao máximo da isenção em matéria de religião em suas ações e políticas públicas garante um espaço maior para a discussão pública, não havendo interdição ao debate de nenhuma temática ou à participação de grupos sociais.

De acordo com a teoria apresentada pode-se dizer que o Brasil experimenta uma frágil poliarquia, o que segundo Góis (2013) não pode ser explicada apenas por não termos atendido ao que se pode chamar de critérios dahlsianos: crescimento econômico, consolidação das regras do jogo político e ampliação da participação política e dos direitos sociais (GÓIS, 2013, p. 9). Para o autor a principal fonte para esta fragilidade encontraria explicação nas raízes da instabilidade e inconclusões de nossas instituições políticas. Soma-se a isso o fato do país vivenciar interregnos autoritários, de que o direito ao voto não veio acompanhado de uma cultura associativista, da expansão dos direitos sociais ter sido acompanhada da repressão dos direitos políticos e especialmente às relativizações das normas coletivamente construídas.

Quando remeto essa discussão para a construção histórica da democracia no Brasil, constato uma debilidade tanto no que Bobbio (2000) definiu como "procedimentos universais" quanto à contestação e a inclusividade elencada por Dahl (2012), o que gerou consequências na estrutura do relacionamento do Estado com a sociedade civil, já que o caráter extremamente autoritário e não normatizado do primeiro corresponde à natureza segmentada, com características peculiares e com déficits organizativos, da segunda. Nessa perspectiva, pode-se considerar que a atual cena pública brasileira é reflexo dessa edificação da democracia no país, ou seja, há a ausência de métodos e procedimentos padrões e universais, de consolidação da noção de público e de participação substancial da sociedade civil na luta e garantia de direitos.

Esse aspecto envolvendo a esfera pública brasileira retoma ao que Bobbio (2000) afirmou acerca da democracia moderna, cuja principal característica seria representação política, isto é, um tipo de vínculo segundo o qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato imperativo. Para o autor, se no passado a grande preocupação dos liberais estava centrada no risco de tirania da maioria, hoje o fantasma que persegue os liberais é o da ingovernabilidade, definida nas palavras de Bobbio como a "incapacidade dos governos democráticos de dominarem convenientemente os conflitos de uma sociedade complexa: um alvo de sinal oposto, não o excesso, mas o defeito do poder" (BOBBIO, 2000, p.92).

Assim, a democracia para o autor fica reduzida a uma simples técnica de autorreprodução das relações de poder e de separação entre representantes e representados via mecanismos de representação, ou via "regras do jogo". O que gera uma teoria democrática profundamente pautada pelas noções de governabilidade e estabilidade, em oposição a qualquer proposta que venha a desafiar o *status quo*.

Os dados apresentados por Dahl e Bobbio contribuem na reflexão sobre as indagações trazidas por esse texto e ajudam a responder a seguinte questão: como se dá a combinação do elemento religioso com a esfera pública brasileira a partir do modelo de democracia estabelecido? Em primeiro lugar, cumpre reiterar que a perspectiva que orienta o debate aqui traçado é a de que a esfera pública brasileira é constituída também pelo elemento religioso. Outro componente fundante dessa discussão é a polissemia que marca o debate público sobre democracia e laicidade, onde Vital da Cunha (2014) destaca as narrativas que as apresentam como “salvar” ou “livrar” o Estado das religiões. A autora sugere que a atuação de religiosos na política é diversa, ainda que seja enfatizada mais a sua uniformidade conservadora, e que a existência de frentes religiosas significaria novos segmentos organizados e ocupando o espaço público, marcando o que seria uma ampliação do acesso a bens políticos.

Vital da Cunha (2014) também assinala que, quando esses religiosos afirmam a presença deles na política como representativa do avanço da democracia e da laicidade, devemos pensar não que empregam de modo desconhecido ou pragmático esses conceitos. Para ela, o sentido de democracia que eles operam é absolutamente compatível com as noções contemporâneas de democracia representativa, na qual diferentes atores sociais ocupam espaço de poder e a legitimidade do regime democrático centra-se na realização de eleições e da representação política. Destaca-se que esta concepção contribui para a ampla ocupação da esfera pública por segmentos religiosos. Ou seja, essa linha de pensamento adotada pela autora direciona para a possibilidade dos religiosos enquanto representantes legítimos de grupos que compõem a sociedade terem direito, por exemplo, a elegerem seus representantes para o Congresso Nacional.

A correlação entre a participação religiosa na esfera pública brasileira, democracia e laicidade constituem, portanto, as noções centrais para a análise que pretendi realizar da ingerência de segmentos religiosos no campo de produção das políticas educacionais brasileiras. Cumpre mencionar, que o campo educacional sempre foi alvo de inúmeros ataques que interferem diretamente na sua autonomia e na sua dinâmica. Entretanto, destaco neste trabalho que essa perda de autonomia no cenário recente está relacionada, dentre outros fatores, às mudanças ocorridas na esfera religiosa que levaram a uma maior inserção de seus agentes na cena pública nacional, mas também à estrutura do sistema democrático no Brasil.

Nesse sentido, outra hipótese aventada por esta tese é a de que o estágio de democracia no qual o Brasil se encontra, de acordo com o caminho analítico proposto por Bobbio e Dahl, é ainda incipiente. Para esta análise acerca do modelo democrático experimentado pelo Brasil é fundamental considerar o marco histórico representado pela Carta Magna de 1988. A

Constituição Cidadã, pautada na concepção de Estado democrático de direito, trouxe ideias promissoras para o campo da política social brasileira. Nela se observam avanços no campo dos direitos sociais e frente às enormes desigualdades sociais presentes no país:

Pela primeira vez um texto constitucional é afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura de necessidades sociais da população e, na sua enunciação, reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição de cidadão (COUTO, 2004, p.161).

Com essa Constituição e as políticas dela decorrentes, o cidadão passou a ser também membro da comunidade investido de um conjunto de direitos comuns e universais, no qual os direitos sociais são centrais (DRAIBE, 1993). As políticas sociais, a ideia de responsabilidade estatal sobre o bem-estar dos indivíduos e da coletividade também se desenvolveram pós 1988. Também foi nela que se consolidou o termo "direitos sociais", aqueles que visam garantir aos indivíduos o exercício e usufruto de direitos fundamentais em condições de igualdade, para que tenham uma vida digna por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito.

Contudo, houve muitos dilemas e entraves na implementação deste modelo constitucional. Segundo Draibe (1998) a institucionalização desse modelo tem sido bastante conflituosa e parte desta visão pode ser justificada pela adoção de políticas econômicas restritivas, mas em grande medida também nos híbridos de nossos arranjos institucionais.

Portanto, mesmo após o processo de redemocratização e toda a experiência envolta na aprovação da Constituição de 1988, não alteraram de forma consistente a fragilidade de nosso modelo político. Permaneceram os constantes "zig zags" no funcionamento e na implementação das políticas públicas, as inconsistências nos diferentes sistemas, a impermanência de políticas e os arranjos provisórios institucionais, também corroboram para a percepção de que nossa democracia é ainda pouco vigorosa. As quebras de continuidade das políticas e dos modelos adotados, quando aliadas à falta de qualidade do sistema político, incluindo neste aspecto a sub-representação da população brasileira, reforçam a fragilidade de nossa democracia.

Considero que a estes aspetos é preciso acrescentar o fato de não haver no país uma separação efetiva entre Estado e religião, o respeito à liberdade religiosa. A percepção que trago é a de que a laicidade seria um dos elementos determinantes para o grau de democracia experimentado por uma sociedade. Em suma, considero que há uma imbricação entre laicidade, vulnerabilidade dos nossos sistemas e o grau de democracia que experimentamos.

Vimos anteriormente neste texto que em um modelo liberal de democracia privilegia-se a garantia dos direitos individuais, assim como é necessário a existência de um equilíbrio

de forças, que implica em direito de participação. Segundo Dahl (2012) os regimes mais democráticos são aqueles onde há tolerância e inclusão. Portanto, os debates no Congresso em torno do PNE e a restrição da discussão de gênero e orientação sexual apontam para a fragilidade de nosso sistema em relação à garantia de direitos e a inclusão, e também para nosso afastamento, segundo esta teoria, de um modelo de Estado mais democrático.

Os acontecimentos recentes envolvendo da elaboração à aprovação do Plano Nacional de Educação, no âmbito de constituição das políticas sociais do país, ratificam a ideia de ingerência de segmentos religiosos no aparelho e na esfera estatal e ajudam a compreender de que forma tal interferência se relaciona com nosso grau de democracia. Ao permitir que as posições religiosas interferissem em uma política educacional, cerceou-se o direito das ditas “minorias”, mulheres e população LGBT⁴, de garantir o debate sobre igualdade em um espaço estratégico de construção das relações sociais, como a escola.

Sob este aspecto é importante dizer que a expressão “gênero” vem assumindo múltiplos significados e usos, tanto na acadêmica, quanto nos espaços de militância e na esfera política. Muitas vezes vêm substituindo a referência às mulheres. Cabe ressaltar que nesta tese trabalho com a perspectiva de gênero enquanto uma categoria que expressa os sistemas de relações sociais desiguais entre os sexos. E compreendo que sua presença no plano educacional, bem como a referência a orientação sexual, está associada à ideia de desconstrução destas relações hierárquicas, desiguais e discriminatórias.

Também é fundamental ressaltar o entendimento da escola ainda como um espaço privilegiado para os debates em torno de nossa conformação social, de nossas percepções de mundo e inclusive sobre a noção de democracia. Considerando-se ainda a autoridade pedagógica de seus agentes e todas as representações sociais que nela se constroem, torna-se fundamental o esforço em receber, nesta instituição, tais discussões. Conseqüentemente, gênero e orientação sexual são elementos, de acordo com o entendimento que apresento, que devem integrar a formação escolar. Portanto, estes elementos apresentados constituíram parte do quadro explorado por este trabalho e nortearam a análise proposta sobre a relação entre Estado, religião e democracia.

⁴Usaremos neste trabalho, mesmo quando tratarmos de períodos onde ela ainda não vigorava, a expressão LGBT para fazer referência a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. A sigla popularizou-se a partir da década de 1990 e é utilizada pelos movimentos sociais, pesquisadores e instituições que trabalham com a temática de gênero e de sexualidade em oposição às expressões com conotações negativas.

Para realizar este trabalho definiu-se a pesquisa qualitativa, envolvendo análise de documentos e a identificação de argumentos que compuseram os principais discursos utilizados, como o método para alcançar os objetivos acima elencados. Assim, além da revisão bibliográfica referente ao tema, foram utilizadas fontes impressas, como relatorias de reuniões, pareceres das comissões em que o Plano tramitou, materiais oficiais do Poder Executivo e Legislativo e materiais de comunicação, como páginas da internet, tanto referenciadas em organizações religiosas quanto contrárias as posições conservadoras, onde foram expostos argumentos sobre a presença ou não dos debates de gênero na escola.

A análise utilizando discursos e os principais argumentos contidos neles foi realizada através de vídeos oficiais das sessões e de outros materiais referentes a instituições e agentes religiosos sobre a temática também disponíveis na internet. Buscou-se também em materiais impressos, áudios e vídeos conhecer a posição dos membros do executivo, através de representantes do Ministério da Educação, e da sociedade civil, por meio de lideranças de entidades, movimentos sociais e sindicais. Cumpre mencionar também que foram realizadas entrevistas com representantes da sociedade civil que compuseram a Comissão Organizadora da CONAE. Assim, objetivou-se identificar como se estabeleceram as relações no interior do grupo que organizou e orientou os debates iniciais de formulação do PNE.

Os dados e referências coletados foram trabalhados a partir da revisão de pesquisas e utilizando como principal referencial teórico os conceitos e categorias de Bourdieu, tais como *campo e violência simbólica*, de Hirschman sobre *retórica conservadora* e ainda o conceito de *pânico mora*⁵. Ou seja, busquei um caminho metodológico que me permitisse destacar o exame dos argumentos apresentados ao longo dos embates entre progressistas e os defensores da laicidade e conservadores e alguns segmentos religiosos, na esfera pública brasileira ao longo da tramitação do PNE.

Importante destacar que o desenvolvimento histórico dos processos de argumentação ocorre a partir de um jogo balanceado entre imitação e inovação (MARI, 2001). Nessa perspectiva, a retórica constitui parte integrante de todo discurso que visa alguma forma de adesão daqueles ao qual se dirige. Com efeito, o agente desse tipo de discurso, que busca adesão, se vê na contingência de, para ser eficaz, adotar técnica argumentativa adequada ao

⁵ O conceito mencionado ao longo deste texto faz referência a processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social e será explorado com maior densidade no último capítulo da tese.

objetivo pretendido. Essa metodologia atende aos mais diversos tipos de discurso, do filosófico ao científico e ao religioso.

Cumprir mencionar que, embora o objetivo central da análise argumentativa não seja propriamente hermenêutico, há uma interação entre a hipótese hermenêutica e os aspectos argumentativos, de maneira tal que esses últimos contribuem para refinar e reforçar a primeira. Assim, segundo Mari *et al* (2001), o resultado da análise é não somente a explicitação dos procedimentos argumentativos utilizados, mas também o reforço e a maior clarificação da conjectura interpretativa. Cumprir destacar que tal modelo de análise rejeita a interpretação única e verdadeira e propõe construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos, à ação estratégica de um sujeito (MARI *et al*, 2001). Ou seja, o desafio é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las.

Acredito, portanto, que a metodologia escolhida auxilia na compreensão dos argumentos que foram, com frequência, utilizados por agentes religiosos, pela mídia, candidatos, funcionários do governo, movimentos sociais e partidários da laicidade no decorrer das disputas e dos conflitos envolvendo o PNE. Vale lembrar, que esses mesmos argumentos também passaram a ser usados pelos cidadãos em interações comuns para comentar e entender acontecimentos políticos, dando visibilidade e força para alguns segmentos políticos e religiosos. A vitória simbólica obtida com o PNE e a consolidação de uma retórica conservadora ainda repercutem na cena e na esfera pública brasileira.

Para consubstanciar a investigação proposta realizo no primeiro capítulo uma exposição de três dos principais agentes envolvidos na política analisada por este trabalho, a saber: representantes do Estado, do campo religioso e dos movimentos de mulheres/feministas. Cumprir mencionar que foram considerados para esta análise dois segmentos religiosos: católicos e evangélicos⁶. Além de serem demograficamente os dois maiores representantes religiosos na sociedade brasileira, também são os que possuem atuação política e parlamentar efetiva e de destaque no cenário nacional. Assim, trago quais foram os pontos fundamentais defendidos por estes segmentos no campo político, a constituição e a configuração que assumiram nos diferentes períodos de nossa história.

O capítulo traz também a configuração mais atual do campo de produção das políticas educacionais, os principais agentes e instituições implicados na sua dinâmica, privilegiando

⁶ Expressão utilizada no Brasil para todas as denominações religiosas que seguem o Evangelho. Faz referência aos cristãos que não são católicos romanos, como os protestantes históricos, os pentecostais, os neopentecostais e a uma gama de comunidades cristãs recém criadas.

nesta análise as tentativas de ingerência dos religiosos e de agentes de outros campos em seu funcionamento, destacando o político. Assim, busquei apresentar atores que se destacaram nas disputas em torno do PNE aprovado em 2014.

No capítulo seguinte apresento um breve levantamento histórico sobre a trajetória do planejamento educacional, as tentativas de construção de Planos Nacionais, de que forma tanto religiosos quanto os movimentos feministas e de mulheres e o Estado fizeram parte destes processos, buscando estabelecer suas pautas. A ideia foi apresentar de que forma os agentes privilegiados neste estudo se portaram e se movimentaram em relação aos principais debates em torno das propostas para educação. Suas estratégias, suas mudanças ou manutenção de posição, as alianças realizadas e os argumentos utilizados figuram também entre as indagações trazidas neste capítulo.

Ainda nesse capítulo trago os pleitos e as pautas das mulheres, através dos movimentos feministas, para educação e de que forma dialogavam com o planejamento educacional em curso, e se faziam parte das disputas em torno dos planos em construção. Acredito ser importante acompanhar esta relação ao longo da trajetória de planejamento de educação no país para compreendermos de que maneira chegamos ao PNE de 2014 com um ponto do plano dedicado ao tema de gênero e orientação sexual, na perspectiva já apresentada de desconstrução de estereótipos, relações desiguais e de preconceitos.

Assim, trago neste capítulo o desenho de um quadro com as principais movimentações e pautas dos agentes religiosos, em análise neste trabalho, em nossa história recente. Concomitantemente, procuro expor como se construía na agenda feminista a questão da educação, a transição para gênero e educação, diversidade na escola e, por conseguinte apreender de que forma chegou-se à luta atual para a presença de tais temáticas nos planejamentos educacionais.

Os capítulos iniciais buscam, portanto, identificar a trajetória de agentes envolvidos nas disputas e conflitos do PNE, proporcionando através de breves resgates históricos a compreensão acerca das alterações nas estratégias de atuação destes segmentos, apresentando de que maneira foram acumulando diferentes tipos de capitais que os fortaleceriam frente aos embates em torno do que chamam de “ideologia de gênero”, além de expor as táticas e domínio destas figuras, no trânsito no campo político ao longo do percurso que descrevo na tese.

O transcurso de discussão e elaboração do PNE a partir da CONAE de 2010 são descritos no terceiro capítulo, onde abordo a questão da participação da sociedade civil e também retrato de que forma a disputa em torno da diversidade na educação perpassou a

discussão neste fórum. Ainda neste capítulo trago o caminho percorrido pelo PNE após a CONAE. Ou seja, exponho sua tramitação no Congresso Nacional, apontando os principais agentes que se mobilizaram e suas estratégias em torno da aprovação do Plano.

No último capítulo promovo uma análise a partir dos discursos presentes na trajetória do PNE. Para isso, levanto os argumentos expostos pelos agentes envolvidos no processo em relação à presença do dispositivo de gênero e orientação sexual previstos no texto original do Plano. Assim, a partir dos discursos apresentados pelos agentes analisados nesta tese apresento um quadro sobre a formação da retórica conservadora em torno da chamada “ideologia de gênero”.

Com os dados levantados através de documentos oficiais, textos públicos, vídeos e especialmente por meio deste quadro traçado com os principais argumentos construídos e explicitados por estes agentes, examino o Plano Nacional de educação a partir das seguintes perspectivas: a) fragilidade no nosso sistema democrático; b) arranjos provisórios de nossas instituições; c) ingerência religiosa no campo educacional e político. Desta forma, estabeleço neste capítulo a relação entre um caso concreto: a construção, tramitação e aprovação de um instrumento político, o PNE, e a reflexão proposta por esta tese acerca do Estado, religião e democracia.

A maneira com que a relação entre Estado e religião, com o avanço crescente desta na ocupação dos espaços públicos, vem contribuindo para o que acredito ser uma coalizão conservadora, com atuação enfática na cena educacional brasileira, também é discutida nesse último capítulo. Para isso, exponho sobre o surgimento de diversos projetos e ações voltadas para a consolidação de uma presença religiosa hegemônica sob as pautas educacionais e para a limitação crescente da autonomia do campo educacional. Por fim, a partir dos dados e do quadro analítico fornecido pela investigação do PNE, traço um paralelo entre a tramitação e aprovação desta política social com os conceitos de democracia e seus diferentes estágios e de laicidade explorados por esta tese.

Capítulo 1 – O jogo das Políticas Educacionais: identificando agentes

*O mundo está dividido principalmente entre indignos e indignados,
e todos sabem de que lado querem ou podem estar.
Eduardo Galeano.*

O Brasil vinha, desde meados dos anos 2000, experimentando modificações significativas no campo educacional. A expansão do ensino superior, incluindo novas universidades, cursos e um aumento expressivo de vagas, a implantação da política de cotas raciais em quase todas as universidades como mecanismo de acesso de segmentos sociais tradicionalmente excluídos do ensino superior, a instituição de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e a aprovação de um Plano Nacional de Educação figuraram entre essas principais mudanças.

Todo esse processo de alterações no direcionamento das políticas educacionais, bem como sua implementação, foram alvos de inúmeras disputas envolvendo diferentes atores no cenário nacional. Ou seja, a elaboração e a aprovação dessas políticas foram envoltas de controvérsias e reveses que, em muitas das vezes, provocaram transformações importantes no que tange aos seus conteúdos, aos seus objetivos e à sua implantação. O mesmo ocorreu com o planejamento educacional, uma intensa disputa acerca das diretrizes curriculares, das estratégias e metas a serem adotadas para a educação.

É sob esse entendimento, de um cenário de produção das políticas educacionais absorto em polêmicas, controvérsias e embates entre agentes de diversos campos, que tem sustentado minha disposição em analisar neste primeiro capítulo os principais atores e atrizes envolvidos nas últimas décadas nos referidos conflitos. Desta forma, estou apontando o processo de tramitação e aprovação do Plano como um dos episódios em que estas disputas mencionadas se manifestaram no campo de produção das políticas educacionais.

Importante destacar que todo o percurso do PNE envolveu uma gama de agentes em seus embates em torno da matéria que seria aprovada. A atuação dos profissionais da educação, através de seus sindicatos e associações, de estudantes e suas entidades representativas, de diversos movimentos sociais e das organizações LGBT foram cruciais no curso de elaboração e aprovação do Plano. Contudo, não seria possível, pelos limites que se impõe a uma tese, tratar de todos estes. Nesse sentido, privilegio nesse texto a análise sobre a atuação dos religiosos e dos movimentos de mulheres e feministas.

Tratar da performance dos agentes religiosos frente ao episódio do PNE, diante dos objetivos que compõe este trabalho, constitui ponto vital para esta pesquisa. Já a escolha pela abordagem da ação feminista e dos movimentos de mulheres está relacionada ao fato de que estes segmentos possuem atuação institucional, representação notória e organizada tanto na Câmara quanto no Senado Federal e conseguiram mobilizar-se para o enfrentamento em torno da polêmica sobre a presença de gênero e orientação sexual no Plano aprovado. Soma-se a isto o grau de organicidade destes agentes, adquirido ao longo de décadas de atuação na cena pública brasileira, e a incorporação dentre suas pautas da importância de articulação entre gênero e políticas educacionais.

A partir da delimitação dos agentes que serão analisados, cabe, então, refletir sobre quais concepções estiveram em contenda na elaboração desse projeto. Em que conjuntura se deu esse processo? E, especialmente, como se portaram os agentes envolvidos nestas disputas? Estas questões são importantes e nos remetem à compressão acerca da lógica e do funcionamento interno de um campo social, de acordo com o que propõe Bourdieu (2007). Ou seja, para a ideia de que no interior do próprio campo, e não apenas com agentes externos ou campos distintos, ocorrem disputas e mudanças de posição de seus agentes conforme o volume e a distribuição de seus capitais.

Por definição, o campo tem propriedades universais, isto é, presentes em todos os campos, e características próprias. Cada campo tem um interesse que é fundamental, comum a todos os agentes. Esse interesse está ligado à própria existência do campo (sobrevivência), às diversas formas de *capital*, os recursos úteis na determinação e na reprodução das posições sociais (BOURDIEU, 2007). O campo político, por exemplo, de acordo com esta lógica apresentada, configura-se como um lugar de concorrência por posição e capitais, através do monopólio da fala e do agir em nome de uma parte ou do todo.

Ainda sobre a estruturação dos campos, é importante mencionar que estes são delimitados pelos valores ou formas de *capital* que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de *capital* específico. Assim, em cada campo há embates entre indivíduos e grupos cujo resultado determina as posições, como ocorrem também disputas entre agentes de campos distintos. A dinâmica social se dá no interior de

um campo, um segmento do social, cujos agentes, indivíduos e grupos têm disposições específicas, a que ele denominou de *habitus*⁷ (BOURDIEU, 2007).

As propriedades de um campo, além do *habitus* específico, são a estrutura, a *doxa* ou a opinião consensual. Leis que o regem e que regulam a luta pela dominação do campo. Segundo o autor, todo campo desenvolve uma *doxa*, um senso comum, e *nomos*, leis gerais que o governam. Cada campo tem sua lógica hierárquica própria, de forma que a hierarquia se estabelece entre as espécies de capital. Assim, cada campo é delimitado pelos valores ou formas de capital que lhe dão sustentação. Por conseguinte, a forma com que o conjunto das distribuições dos diferentes capitais define o estado das relações de força entre os agentes. Deste modo, para Bourdieu (2007) a posição de um agente no espaço social é determinada pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles.

Este panorama geral sobre a estruturação e dinâmica de funcionamento dos campos nos ajuda a compreender duas questões que norteiam a discussão inicial deste capítulo, a saber: os avanços e recuos em torno do processo de laicização no Brasil e o debate que me proponho a fazer sobre participação de inúmeros agentes, com destaque para os religiosos, na tramitação do PNE de 2014.

Sobre a primeira indagação faz-se necessário delimitar novamente a perspectiva de laicidade defendida nesta tese, qual seja, a de que as instituições políticas seriam legitimadas pela soberania popular, e a religião não representaria o ponto de garantia de coesão social e/ou a unidade nacional (BLANCARTE, 2008a; 2008b). Essa compreensão também se orienta pela ideia de Blancarte (2008) de que é necessário considerar a laicidade como um princípio fundamental do Estado de Direito, na medida em que esse estabelece ou possibilita a pluralidade e as liberdades civis.

Portanto, compreendo a defesa da laicidade como um elemento determinante para a liberdade religiosa e, sob esta perspectiva, a religião cabe ao âmbito privado (ORO 2011, MARIANO, 2011). Entretanto, é fundamental registrar que a discussão sobre a presença ou não da religião na esfera pública nas democracias modernas não é consensual. Para autores como Casanova (2006 apud TREVISAN, 2013), por exemplo, a religião não deve ser eliminada da esfera pública. O autor acredita que “cercear o livre exercício da religião em si

⁷ Conceito de Bourdieu que trata do conhecimento adquirido, de disposição incorporada. Compreende um sistema de disposições, são modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada.

leva a cercear o livre exercício de direitos civis e políticos de cidadãos religiosos, o que leva a infringir a vitalidade da sociedade democrática civil” (CASANOVA, 2006, p. 20, apud TREVISAN, 2013).

Este debate, sobre o lugar da religião na democracia, também é realizado e disputado de forma intensa entre movimentos religiosos, que a querem no espaço público, com movimentos laicos, alguns segmentos feministas, LGBT, de direitos humanos entre outros movimentos que a defendem como restrita ao espaço privado (TREVISAN, 2013). Assim, a “bandeira” da laicidade no Brasil acaba figurando entre esses dois polos. No primeiro há a reivindicação de liberdade de expressão e de direito de atuação enquanto grupo social organizado e no segundo a de que o Governo Federal e o Congresso Nacional atuem e legislem sem ingerência ou em prol de atender às demandas religiosas.

Essas diferentes perspectivas de laicidade e a forma como inúmeros segmentos sociais se apropriam desse debate relacionam-se com a segunda questão mencionada, a da identificação dos principais agentes envolvidas no campo de produção das políticas educacionais no Brasil e as disputas em torno do PNE de 2014. Para compreender a lógica do funcionamento deste campo recorro mais uma vez a Bourdieu:

“O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura” (BOURDIEU 1996, p. 50).

Tratar de campo significa, portanto, falar de conflito, de disputa e até de violência. As alternâncias de poder, assim como as alianças provisórias e pactos fazem parte da luta pela hegemonia de um campo (CUNHA; OLIVA, 2014). Ou seja, quando menciono campo de produção das políticas educacionais, por exemplo, não faço referência à alguma estrutura fixa, mas sim a posições constitutivas e das disposições que elas privilegiam (BOURDIEU, 2007). O que determina a existência de um campo e demarca os seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos que ele solicita a agentes dotados de um *habitus* e às instituições nele inseridas. E o que determina a vida em um campo é a ação dos indivíduos e dos grupos, constituídos e constituintes das relações de força, que nele investem tempo, dinheiro e trabalho (BOURDIEU, 2007).

Assim, é importante ressaltar que ao utilizar como referência essa noção de campo de produção das políticas educacionais estou apontando para uma estrutura não harmônica e uma conformação instável e descontínua entre seus agentes. Entretanto, é possível identificar nesse mesmo campo, ao longo de nossa história, movimentos repetidos, tentativas consecutivas e

persistentes de ingerência de outros campos, como o religioso, por exemplo. Como resultado mais direto desse processo, temos a permanência de questões afetas ao mundo religioso nas políticas educacionais e de atuações do Estado pautadas por elas.

O campo de produção das políticas educacionais vem sendo marcado por avanços e retrocessos, na medida em que os agentes que o compõe buscam imprimir as marcas das influências que sofrem, nas quais prevalecem os interesses privados travestidos de interesse público (VENCO, 2015). Desta forma, a interpretação sobre o funcionamento desse campo, sujeito a interferências diversas, tanto econômicas quanto ideológicas, orienta parte do trabalho desenvolvido neste capítulo.

Ou seja, é de interesse para esta tese identificar as ingerências que ocorreram neste campo ao longo da trajetória de elaboração do PNE de 2014 e para isso considero fundamental examinar os principais agentes e segmentos que vem protagonizando disputas em torno das políticas educacionais no país e, com isso, assinalar como tais interferências estão relacionadas ao debate que proponho sobre Estado, religião e democracia.

Com essa perspectiva, inicio o capítulo apresentando de que maneira, a partir da década de 1930, período em que eclodiu uma série de movimentos educacionais e também de reordenamento do país, caracterizando um dos momentos mais importantes de inflexão da vida social, política e econômica do país, onde as lutas travadas nesse período contribuíram para a criação de novas medidas de proteção social (GÓIS, 2013), o Estado, através de seus governos, se relacionou com agentes do campo religioso. Procuo mostrar como ao longo de mais de cinco décadas estes agentes foram adquirindo novas formas de atuação e de ingerência sobre as políticas públicas. Destaco a participação ainda hegemônica dos católicos neste processo, mas ao mesmo tempo apresento a conformação de novos setores organizados da sociedade, como os movimentos de mulheres e as feministas.

Em seguida, traço um panorama geral sobre a ação destes agentes no campo político brasileiro no período mais recente de nossa história, mais precisamente na redemocratização do país e na elaboração de nossa Constituição Federal, quando ganhou corpo uma legislação social e um aparato organizacional com alguma capacidade de atendimento às necessidades, por exemplo, na educação e na saúde da população pobre (GÓIS, 2013 apud GOMES 1979; 1983). Um marco para a atuação dos movimentos sociais e que contou com um protagonismo dos agentes analisados neste texto: religiosos, feministas e militantes dos movimentos de mulheres e do Estado.

Na terceira parte deste capítulo retrato a relação da participação de agentes religiosos com um elemento importante destacado por esta tese, o de que as alterações no interior do

campo religioso, com o chamado processo de “descatolinização”, estariam gerando impactos diretos na ação frente a outros campos. Sendo de particular interesse para este trabalho a repercussão no campo de produção das políticas educacionais.

Isso porque os agentes religiosos sempre circularam por outros campos, com destaque para o educacional, de forma bastante naturalizada. E somente em uma configuração mais recente, que inclui o crescimento demográfico e político dos evangélicos, é que os embates tanto no interior do campo quanto com outros campos adquiriram novas formas e apresentam resultados que impactam o conjunto da sociedade.

Por fim, exponho sobre a combinação das pautas e da presença destes agentes no interior dos governos petistas⁸ desde meados dos anos 2000. A partir da influência dos agentes mencionados neste texto, busco identificar a formação de um ambiente de contradições e disputas no interior do próprio governo. Ou seja, procuro expor sobre os agentes importantes envolvidos no embate em torno da tramitação e aprovação do Plano de Educação e como se organizaram anteriormente, contribuindo para a compreensão de como os agentes religiosos e setores conservadores foram se articulando, acumulando capitais e conquistando vitórias políticas, como a do PNE de 2014.

O intuito com esse capítulo será, portanto, explicar acerca das performances destes agentes na esfera pública do país e o papel determinante que vem assumindo em torno da elaboração e aprovação de políticas públicas. Assim, torna-se possível construir um quadro que permite uma melhor compreensão sobre quem são estes agentes, como se movimentaram na história recente do país, quais seus principais interesses e estratégias. Tal elucidação auxilia a análise que me proponho a fazer nesta tese sobre o Plano Nacional de Educação, suas disputas e o que isso revela da relação entre Estado, religião e democracia.

1.1 Conformação do cenário

No Brasil, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, vários projetos educacionais disputavam hegemonia pela crença sustentada do poder da educação escolar de transformar a sociedade pela mudança das mentalidades (ARAÚJO, 2007). Tal concepção orientou propostas que iam desde uma educação escolar humanística, que enfatizava os ensinamentos religiosos e o civismo, as que defendiam um ensino laico e democratizante e as que pregavam a escola

⁸ Referência utilizada neste trabalho ao período em que representantes do Partido dos Trabalhadores ocuparam a Presidência da República.

única, ou seja, que advogavam pela uniformidade educacional e pela padronização cultural, em lugar da escola para cada segmento social.

Prevalencia, portanto, nas diferentes propostas educacionais, a concepção de educação escolar enquanto veículo privilegiado na formação do indivíduo. Vale mencionar que este período de intensas transformações, incluindo a industrialização crescente e os problemas sociais trazidos com ela, contribuiu para a formação do pensamento hegemônico da educação escolar enquanto projeto político determinante para a organização e a dinâmica social do país.

Nesse sentido, assistimos, logo no início da década de 1930, agentes, instituições e grupos de diferentes matrizes políticas colocarem-se diante de questões como o monopólio estatal ou não da escolarização; da demanda por escolas técnicas e profissionais; sobre os princípios de laicização do ensino versus o ensino religioso; e acerca da escola única e gratuita para todos. Destacou-se, à época dos debates das questões apresentadas acima, a Associação Brasileira de Educação – ABE, associação da sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia nesse momento professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos.

Fora do Rio de Janeiro, onde se localizava sua sede, a filiação à entidade se fazia por meio das seções regionais que gozavam de ampla autonomia (XAVIER, 2002). Desde que passou a organizar as conferências nacionais de educação, a Associação ocupou posição chave para a compreensão do processo de renovação educacional que ocorria nos anos 1930. Era o grande fórum de debates, cursos, conferências sobre o tema, do qual participavam eminentes intelectuais e professores.

Cumprir mencionar que os espaços de debate realizados pela ABE representaram um ambiente direto de confronto de duas correntes opostas: a dos reformadores, que brigavam pelos princípios de uma educação laica, gratuita e para todos, e os agentes católicos, que viam na interferência do Estado um perigo de monopólio e na laicidade uma afronta aos princípios da educação católica (ROMANELLI, 2005).

Ainda sobre esta primeira metade do século XX no Brasil, é importante dizer que as principais questões postuladas pelos segmentos que defendiam reformas na educação também foram tratadas no âmbito do Movimento Escola Nova e na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Dentre os inúmeros pontos polêmicos trazidos pelos

setores mais progressistas⁹ do campo educacional no referido documento, vale destacar, a defesa do ensino público laico.

A educação católica, praticamente hegemônica até este momento, deparava-se, agora, com a defesa do pluralismo, da liberdade e da democratização do ensino, bandeiras que vão balizar a atuação de parte significativa do campo educacional brasileiro neste período. Com a institucionalização do CNE¹⁰, por meio do Decreto nº 19.850 de 1931 (BRASIL, 1931), e a divulgação do referido “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, houve um impacto nas diretrizes e na atuação dos agentes católicos no que tangem as políticas educacionais.

De acordo com Rossa (2005) tais transformações no campo educacional e a busca por novos arranjos em seu interior levou a AEC, uma das principais frentes de organização da Igreja neste período, a combater veementemente o monopólio estatal no campo da educação, ao mesmo tempo em que a Igreja buscava resgatar a confiança que gozara junto ao governo em outras circunstâncias e a encontrar novos aliados na defesa de valores cristãos na educação (ROSSA, 2005).

Neste período retratado, início do governo de Getúlio Vargas, também ocorreu a reaproximação desejada e pleiteada da Igreja Católica com o Estado, levando a uma fragilização do princípio da laicidade que fora implantado com a proclamação da República¹¹. À frente deste movimento de estreitamento da relação entre o Estado e atores católicos estava Francisco Campos, que assumiu o Ministério da Educação e Saúde. Este acreditava que a presença católica na educação, inclusive através de uma disciplina específica, seria capaz de combater as ideologias internacionais de esquerda e dar sustentação a um ideal nacionalista (CUNHA, 2007).

Essa reaproximação entre Estado e Igreja não ocorreu sem algum grau de enfrentamento e disputa com setores da sociedade civil, movimentos que surgiam neste momento e agentes do campo educacional. A mobilização contra esta presença religiosa na educação pública e a oferta do ensino religioso nas escolas públicas, contou com diversos

⁹ Termo utilizado em referência aos que são favoráveis às transformações ou às reformas nos campos político, social e/ou econômico.

¹⁰ Embora precedido por Conselhos de Instrução Superior no Império e também na República, pelo Conselho Nacional de Ensino, a partir de 1925 é que se constituiu o CNE.

¹¹ Na Constituição republicana de 1891, a religião passou a constituir assunto privado, e o ensino religioso foi vedado nas escolas oficiais. Esta Constituição determinou a neutralidade do Estado, no sentido de não subvencionar ou não adotar cultos religiosos, bem como não lhes embarçar o funcionamento, proibindo qualquer dependência ou aliança entre o culto e seus representantes. A Constituição Federal brasileira de 1891, não fez menção a Deus, e separou a esfera pública da esfera privada.

educadores, assim como personalidades de diferentes áreas, entre estes, destacaram-se figuras como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Cecília Meireles.

Cabe destacar que a Igreja Católica, que ainda gozava de muito prestígio social e de mecanismos de ingerência sobre governos e suas políticas, já não contava mais com todas as prerrogativas diante do Estado. Assim, apesar desta reaproximação promovida pelo governo Vargas, a configuração social do país já não era mais a mesma dos tempos do Império e da Primeira República. Esta relação não se dava mais, portanto, por meio da imposição das posições defendidas pelos agentes católicos. A interferência na temática educacional e em seus debates foi remodelada e adquiriu novos contornos.

A pressão de grupos católicos passou a ocorrer através da atuação de organizações, como a Liga Eleitoral Católica, criada em 1932 pelo Cardeal Sebastião Leme, cujo objetivo era consolidar a relação católica com o mundo da política. Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve uma participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte. Sua atuação, neste momento, consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja. Numerosos deputados foram eleitos com o apoio da LEC, entre eles Luís Sucupira, Anes Dias, Plínio Correia de Oliveira e Morais Andrade.

Outro agente de destaque neste período foi Gustavo Capanema¹², que no ano da aprovação da nova Constituição assumiu o Ministério da Educação, contribuiu para consolidar a reaproximação arquitetada pela Igreja, firmando um pacto político entre o governo de Getúlio Vargas e a Igreja Católica (BENTO, 2008). Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

É importante dizer, então, que a faceta talvez mais significativa da gestão de Capanema no Ministério da Educação, hoje frequentemente esquecida, foi sua íntima associação com os setores mais militantes e conservadores da Igreja Católica naqueles anos (BENTO, 2008), representados por Alceu Amoroso Lima, Padre Leonel Franca e, como

¹²Gustavo Capanema foi Ministro da Educação de 1937 a 1945 e foi responsável por uma série de projetos importantes de reorganização do ensino no país, assim como pela organização do Ministério da Educação em moldes semelhantes ao que ainda é hoje. O apoio dado por Capanema a grupos intelectuais e, mais especialmente, a arquitetos e artistas plásticos de orientação moderna, contribuiu para cercar sua gestão de uma imagem de modernização na esfera educacional. Outra característica importante de sua gestão foi a vinculação com os setores mais conservadores da Igreja Católica no Brasil.

figura central, o Cardeal Leme, do Rio de Janeiro, o que fez com que a Igreja Católica saísse vitoriosa e conseguisse a presença da disciplina ensino religioso de oferta obrigatória na nova Carta Magna.

Ainda sobre a relação do Ministro da Educação com os setores católicos mais conservadores da época, é importante destacar que Capanema preparou, sob a influência de Alceu Amoroso Lima¹³, o projeto de um Estatuto da Família, extremamente retrógrado, que pretendia proibir o trabalho feminino e exercer forte censura sobre todos os meios de comunicação, impedindo a difusão de ideias e informações que pudessem ameaçar o papel tradicional da mulher na família e sua função reprodutiva (SCHWARTZAMANN *et al*, 1984).

A ideia central era de que a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos. No dizer do preâmbulo do projeto, a família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulos morais (SCHWARTZAMANN *et al*, 1984). É importante destacar como este discurso em torno do papel da família será retomado em meados dos anos 2000 como parte central de alguns projetos políticos e de defesa de um modelo social a ser adotado pelo Estado brasileiro.

De acordo com seus partidários a educação cumpriria um papel fundamental na garantia deste projeto e desta compreensão sobre o desenvolvimento do Estado brasileiro. Desta forma, Capanema e Amoroso Lima defendiam a ampliação do papel da Igreja na trajetória política do país, principalmente no que diz respeito às questões pedagógicas vinculadas à educação. A educação deveria inculcar os valores morais indispensáveis para manutenção da ordem pública e preservação da família (SCHWARTZAMANN *et al*, 1984).

Vimos o papel desempenhado pelos representantes católicos durante estes primeiros anos de governo Vargas. Mas é importante mencionar de que forma o segmento evangélico, ainda que neste período demograficamente minoritário, se comportou diante das mudanças promovidas e das disputas em torno da educação. Figuravam como principais representantes deste segmento as chamadas igrejas evangélicas históricas, como a Metodista, Batista, as Congregacionais e Presbiterianas.

¹³ Crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católico brasileiro. Foi Conde Romano, pela Santa Sé e participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Também foi reitor da então Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também membro do Conselho Nacional de Educação. Teve relação direta e estreita com Capanema.

A posição, até este momento, adotada por estas Igrejas era de autoridade e de adesão aos governos constituídos, desde que respeitassem o que denominavam de liberdade religiosa. Por isso, os evangélicos em geral se abstinham de quaisquer manifestações. Exemplo deste posicionamento eram os Batistas:

Oficialmente, os batistas brasileiros não assumem posições políticas. São amigos da ordem, mas também da liberdade, e nessas condições não podem ser classificados como de direita ou de esquerda: sua posição é centrista, moderadamente conservadora (PEREIRA, 1982, p.318).

Ao mesmo tempo em que Vargas estreitava relações com a Igreja Católica, conforme apresentado anteriormente, ele abriu novas possibilidades para iniciar uma participação política de outros segmentos com a ampliação do direito ao voto a novos grupos sociais, como as mulheres. Assim, nas eleições para a Constituinte de 1934, embora sem homologação oficial pelas igrejas, houve candidatos evangélicos em alguns estados e um trabalho de conscientização sem precedentes pelos jornais denominacionais (AZEVEDO, 1983).

Em vários lugares formaram-se núcleos da Coligação Nacional Pró-Estado Leigo¹⁴, que contaram com maçons, comunistas, mas também com evangélicos. A campanha de Guaracy Silveira¹⁵, único Constituinte protestante eleito em 1933-34, por exemplo, atacou a LEC e capitalizou alguns votos laicistas¹⁶ e não evangélicos. Ainda que prevalecesse a ideia de que “crente não se mete em política”, iniciava-se de forma tímida uma participação evangélica na cena pública brasileira. Esta atuação, no entanto, foi marginal e discreta, e devido a uma limitada representação, não ameaçou o curso da relação pleiteada pela Igreja Católica com o Estado e nem alterou as disputas em torno das políticas de educação.

Para análise que se pretende promover nesta tese, há ainda que ser mencionada a atuação do movimento de mulheres e das feministas em relação a estes projetos educacionais em disputa. A década de 1920 marcou a luta sufragista no Brasil, sob a condução das mulheres de classe alta e média, que agiam direto junto aos aparelhos legislativos. Destaca-se

¹⁴ Associação fundada no Rio de Janeiro em 1931. Tinha por objetivo defender o princípio da absoluta separação entre os poderes temporal e espiritual, garantido pelas disposições contidas no artigo 72 da Constituição de 1891. Segundo estas, o Estado não reconhecia quaisquer práticas religiosas, mantendo-se assim separados a Igreja e os poderes públicos.

¹⁵ Pastor metodista, oriundo de família aristocrática decadente, estudou em seminário católico, mas ingressou na Igreja Metodista onde seguiu carreira eclesiástica e consolidou as bases da carreira política.

¹⁶ Pessoa que exerce ou é a favor de um conceito que denota a ausência de envolvimento religioso em assuntos governamentais, bem como ausência de envolvimento do governo nos assuntos religiosos.

a atuação de Bertha Lutz, filha de Adolfo Lutz¹⁷ e com boa circulação entre a elite econômica e política, por meio de sua Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que foi uma das principais articuladoras da pressão política pelo sufrágio.

Em 1922 foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, onde os principais objetivos eram a batalha pelo voto e o livre acesso das mulheres ao campo de trabalho. Em 1928, foi autorizado o primeiro voto feminino (Celina Guimarães Viana, Mossoró-RN), mesmo ano em que foi eleita a primeira prefeita no país (Alzira Soriano de Souza, em Lajes-RN). Ambos os atos foram anulados, porém abriram um grande precedente para a discussão sobre o direito à cidadania das mulheres. E, conforme vimos, o governo de Getúlio Vargas garantiu o sufrágio feminino, sendo inserido no corpo do texto do Código Eleitoral Provisório, através do Decreto nº 21076, o direito ao voto e à candidatura das mulheres, conquista que só seria plena na Constituição de 1946 (BANDEIRA; MELO, 2010).

Mas é preciso dizer que a luta das mulheres no início do século XX não se reduziu ao sufrágio. Céli Pinto (2003) registra também a atuação das feministas no meio do movimento anarquista e operário e nas diversas publicações do fim do século XIX e início do século XX. Estas já lidavam com o dilema sobre a relevância da questão feminista frente à luta de classes. As mulheres mais ligadas aos movimentos operários ainda colocavam como central a exploração do trabalho.

Com o destaque que a luta feminista ganhou nas reivindicações pela emancipação das mulheres e pelo direito ao voto nas décadas de 1920 e 1930, o enfoque em relação à educação era pela garantia do acesso, baseado no lema: “mulher instruída, mulher emancipada” (BANDEIRA; MELO, 2010). A ideia central era de que a educação para as mulheres abriria espaço para que se libertassem em outras esferas e se preparassem para a vida pública.

Vale ressaltar que, neste período, ainda prevalecia nos movimentos de mulheres em geral, no Brasil, uma visão naturalizada da mulher. Ou seja, não se tinha como bandeira central o questionamento à estrutura familiar e aos papéis de esposa e mãe. Os considerados “dotes naturais” femininos eram utilizados por muitos destes movimentos como propulsores dos avanços dos direitos políticos das mulheres, como características positivas e que qualificavam as mulheres para o espaço público. Nem todas as mulheres comungavam desta

¹⁷Médico e cientista brasileiro, conhecido como pai da medicina tropical e da zoologia médica no Brasil. Pioneiro na área de epidemiologia e na pesquisa de doenças infecciosas. Integrou a família Lutz, uma das mais tradicionais de Berna desde o século XVI.

visão, como se pode comprovar pelos escritos de Gilka Machado, Maria Lacerda de Moura¹⁸, dentre outras que escreveram nestes anos sobre a condição feminina.

Entretanto, prevaleceu publicamente, até mesmo pela força política das sufragistas, a defesa da participação das mulheres na esfera pública, mas atrelada com a manutenção da família e da maternidade. Em outras palavras, realçavam-se os papéis considerados femininos ao referirem-se às mulheres. A educação era uma das pautas destes grupos, mas como parte da luta pela atuação política na cena pública. Considerando, portanto, a recente possibilidade de eleição de representantes femininas e, conseqüentemente, a ausência de mulheres no parlamento brasileiro neste momento, bem como a estratégia de luta das feministas pela defesa do acesso à educação, não houve participação significativa e organizada destas nos debates e disputas em torno das políticas educacionais da década de 1930.

A partir do quadro apresentado, é possível notar, portanto, que tanto os evangélicos quanto as feministas tiveram uma atuação tímida e sem grande influência no que tange os debates em torno das concepções e modelos educacionais para o país nos primeiros anos de governo Vargas. É preciso considerar, com toda certeza, o grau de organização e mobilização destes grupos, bem como a presença recente e pequena na esfera estatal.

O fato é que até este momento, primeiros anos da década de 1930, ainda ocorria uma hegemonia católica sob as disputas em torno das políticas educacionais. Surgiam atores e movimentos, que em alguma medida buscaram enfrentar esta hegemonia, mas em linhas gerais a Igreja Católica se mobilizou para retomar os espaços perdidos. Conforme vimos, ela conseguiu restabelecer seu vínculo com o Estado brasileiro e passou a atuar de forma mais direta nas políticas públicas de educação no momento seguinte.

No *Estado Novo*, período caracterizado pela forte centralização do poder e pelo autoritarismo, tendo a modernização industrial e os investimentos em infraestrutura, o nacionalismo e o anticomunismo como seus principais pilares, as discussões e os embates entre católicos e setores mais progressistas da educação permanecia. Segundo Cunha (2013), o núcleo do poder político do Estado novo confiava mais em obter consentimento das massas, mas não descartava a ajuda da religião para tal. Nesse sentido, cabe dizer que este foi um período em que as organizações laicas, como a maçonaria, a Coligação Nacional pelo Estado Leigo e o jornal A Lanterna, foram perseguidas, assim como o conjunto dos movimentos sociais, militantes comunistas e anarquistas e toda oposição ao governo.

¹⁸ Poetisas, educadoras, militantes anarquistas, dentre outras, que através de sua atuação e escrita defendiam outro papel social à mulher.

É importante salientar que a política educacional brasileira do *Estado Novo* traçou novos conflitos e formas de atuação dos agentes educacionais e também exigiu mudanças nas ações católicas. Neste sentido, a ação da AEC, desdobrou-se em várias frentes em prol de evidenciar sua importância nos Ministérios da Educação e do Trabalho, onde travou batalhas em defesas dos princípios cristãos e do ensino particular, sobretudo em momentos de reformas (ROSSA, 2005).

A presença significativa das escolas católicas nos Congressos dos Sindicatos de Estabelecimentos Particulares de Ensino, por exemplo, permitiu com que a Arquidiocese do Rio de Janeiro fosse chamada a participar de reuniões no Ministério da Educação. Assim, a Igreja tinha condições de saber o que ocorria em âmbito governamental da educação, bem como fazer presente seu pensamento com relação à liberdade, à laicidade, ao monopólio estatal na educação e ao Ensino da religião (ROSSA, 2005).

A AEC chegou a ter plantão permanente no Ministério, para que nada escapasse à sua observação. Chamo atenção para este monitoramento das ações parlamentares e para esta atuação nos “bastidores” do cenário político por parte dos católicos. Esta será uma característica marcante e que irá acompanhar a trajetória dos agentes católicos, compondo parte de sua estratégia de ingerência nas políticas públicas.

A Associação também organizou com deputados católicos um comando legislativo, na Câmara Federal, para tornar conhecidos e defender os princípios e a doutrina social cristã, bem como os interesses do ensino particular:

A associação de Educação Católica entendeu ser sua missão formar a mentalidade dos responsáveis dos órgãos estatais e dos meios de comunicação social, fazendo-lhes chegar à doutrina democrática da Igreja: um pluralismo opcional e igualitário [...]. Isso lhe impunha a necessidade de informação minuciosa do andamento dos projetos de lei nas Câmaras, da elaboração de portarias e regulamentação das leis no MEC. [...] Entendeu a AEC, desde o primeiro momento, que não basta ficar na oposição. Há necessidade de penetrar e atuar em todos os órgãos de poder” (ROSSA, 2005, p. 160).

Ao mesmo tempo em que fortalecia sua presença junto ao Congresso Nacional, para influenciar a legislação do ensino, os agentes católicos marcavam sua posição com a sociedade civil por meio de suas publicações e artigos em diversos jornais importantes do Rio de Janeiro e de São Paulo.

É de suma importância dizer que até meados da década de 1950, segundo documentos e normativas da própria Igreja Católica, a mesma tinha como missão cristianizar a sociedade, conquistar maiores espaços dentro das principais instituições e impregnar todas as organizações e práticas sociais de um espírito católico. O sucesso deste “modelo de

neocristandade” dependia de seu poder de combater a secularização e de utilizar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e manter o monopólio religioso (MAINWARING, 1986). E essa estratégia aparece como marca da ação desse agente frente às políticas educacionais brasileiras.

A Igreja atuou neste período, portanto, pressionando parlamentares e o governo em torno principalmente da garantia de liberdade irrestrita para a iniciativa privada. Contudo, é de extrema relevância identificar que esta fração unida em torno do privatismo da educação¹⁹ reunia agentes de diferentes campos e mobilizados por interesses distintos, mas que somavam esforços na disputa contra os laicos e defensores da escola pública. Entrava em cena para definir a posição destes agentes interesses referentes a outras pautas que tramitavam no Congresso e como a Igreja podia auxilia-los, bem como o volume de capital econômico de parte destes agentes.

Ainda na década de 1950 teve início o crescimento acelerado do pentecostalismo no país. Ao mesmo tempo em que crescia também se fragmentava. Entre dezenas de grupos novos, nasceram três grandes igrejas: Igreja do Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo e Igreja Pentecostal Deus é Amor. A primeira se destacou pelo papel de importadora de técnicas religiosas mais adequadas à nova sociedade de massas, ou seja, trouxe novidades metodológicas como cultos fora da Igreja, novo estilo de comunicação e maior arrojo no planejamento (FREESTON, 1993). Se a IEQ inovou, trazendo cura divina para fora dos templos, a BPC foi mais longe, alugando espaços seculares como cinemas, ginásios e estádios e investindo pesadamente em programas de rádio e até televisão.

No que diz respeito à política, a IEQ era bastante sectária e contrária à inserção de suas lideranças neste campo. Quando um dos primeiros pastores da IEQ se candidatou foi informado pelo presidente americano da Igreja de que política era “coisa do mundo”, sendo orientado a não seguir com a candidatura. Já a BPC exerceu um pioneirismo político que durou quase um quarto de século (FREESTON, 1993). Vários fatores contribuíram para este pioneirismo, dentre eles o fato de que era a primeira grande igreja pentecostal fundada por cidadão brasileiro e que não tinha o peso de uma tradição apolítica.

Contudo, o crescimento demográfico acelerado não foi acompanhado por aumento proporcional na participação política do país. A posição de não se envolverem no campo político e de preservarem o que entendiam como neutralidade permaneceu hegemônica neste

¹⁹ Prática de por a administração pública a serviço de grupos particulares, sejam econômicos, religiosos ou político-partidários (OLIVEIRA apud CUNHA, 1995).

meado do século XX. As lideranças evangélicas que adentravam a política, em geral, faziam isso de forma isolada e não de forma combinada com sua denominação ou com respaldo da instituição. Isso significa que a participação deste segmento nas discussões de um Plano Nacional de Educação, de uma nova Constituição e da LDB em elaboração no começo da década de 1960, manteve-se bastante tímida e sem intervenção direta nas disputas em curso acerca das políticas educacionais.

Da mesma forma que os evangélicos, as feministas e os movimentos de mulheres, se mantiveram distantes destes embates em torno da construção de Planos e legislações educacionais. Logo após a conquista do sufrágio feminino, segundo Pinto (2003), o que se viu foi um grande hiato na organização e atuação das mulheres, que durou para a autora até a década de 1960. A discussão política pautada pela luta socialista, que marcou o pós Segunda Guerra Mundial, também repercutiu na organização das mulheres, “não havendo espaço para lutas, chamadas na época de particularistas” (PINTO, 2003).

Esse refluxo do movimento feminista, que se estendeu até as primeiras manifestações nos anos 1960, não significou, entretanto, que durante esse longo período as mulheres não tiveram nenhum papel no mundo público; muito pelo contrário, houve momentos importantes de participação da mulher, como o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida, por exemplo. (PINTO, 2003). Ou seja, a luta das mulheres pela transformação da condição de dominação à qual estavam submetidas não deixou de existir ao longo destas décadas. Após a conquista do voto quais foram, então, as principais demandas apresentadas por estes movimentos? Como as organizações das mulheres se relacionaram com a pauta da educação neste período?

Obtida a cidadania pelo direito ao voto, alguns segmentos femininos voltaram-se tanto para o ingresso no mercado de trabalho, aproveitando as oportunidades do emprego industrial, no comércio e nos serviços, como também para ingressar nas carreiras universitárias (BANDEIRA; MELO, 2010). É fundamental mencionar que apenas com a reforma Capanema (governo Getúlio Vargas 1930/45) foi que se consolidou o acesso feminino ao ensino superior brasileiro.

Terminada a segunda guerra mundial, tem início no Brasil um processo de redemocratização. Convocaram-se eleições e o processo político foi instalado. Assim, as mulheres ligadas ao movimento operário ressurgiram na vida política e organizações feministas explodiram no Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, essa participação ainda era acanhada e frágil. Nas eleições gerais de 1945, por exemplo, nenhuma mulher foi eleita para a Assembleia Constituinte de 1946. A redemocratização, a efervescência pela derrota do nazi-

fascismo, não ampliou a participação feminina no cenário político partidário (BANDEIRA; MELO, 2010).

Destacou-se como forma importante de organização exclusivamente de mulheres, neste período, a Federação de Mulheres do Brasil, que atuou ativamente na primeira metade dos anos 1950. Esta organização participou das greves e, em 1953, da Passeata da Panela Vazia, lutando pelo aumento do salário mínimo e contra a carestia de vida. Também é importante mencionar a criação da revista dirigida para as mulheres: “Momento Feminino”, editada pela socióloga Fanny Tabak em articulação com o PCB. Nela veiculavam textos que defendiam os direitos das mulheres trabalhadoras, salário igual para trabalho igual, creches, além da paz mundial, consigna do movimento comunista internacional (BANDEIRA; MELO, 2010).

Nos anos seguintes a participação e a representação política das mulheres permaneceram pequenas, contando com uma ou duas lideranças eleitas para o cenário nacional. Fanny Tabak e Moema Toscano analisando estes tempos afirmam que:

No período que medeia entre o suicídio de Vargas e março de 1964, houve, em muitos estados brasileiros, uma grande arregimentação de mulheres oriundas das camadas médias urbanas para atuar politicamente em movimentos de clara tendência de direita, muitos deles expressando a aliança entre as facções mais conservadoras da Igreja e grupos de militares anti-governistas. (TABAK; TOSCANO apud BANDEIRA; MELO, 2010).

Este quadro de refluxo do movimento e de fragmentação das organizações de mulheres colaborou para que mais uma vez o debate em torno das políticas educacionais não fosse apropriado pelas feministas. O foco da atuação e da luta destes movimentos ficou centrado, até a década de 1960, nas discussões em torno do alto custo de vida e das pautas mais gerais trazidas pelos movimentos operários e dos partidos de esquerda.

Ou seja, a supremacia da ação católica em torno das propostas de planejamento para a educação permaneceu inalterada nestas décadas. Os evangélicos continuaram participando do mundo político de forma acanhada e sem priorizar o debate educacional, assim como as feministas que também se mantiveram distantes das controvérsias envoltas nos projetos nacionais para educação.

Esta configuração favoreceu a posição dos agentes católicos de utilizarem todo o seu potencial, tornando hegemônicos seus interesses no texto da LDB de 1961 (SAVIANI, 1999). Indubitavelmente este processo não ocorreu sem resistência. Se evangélicos e feministas não faziam frente à Igreja Católica, neste momento, isso não significou que a instituição não tivesse enfrentado oposição. Mais uma vez os atores e atrizes que atuavam na defesa da

escola pública e para todos foram os responsáveis por protagonizar o enfrentamento com estes segmentos católicos.

Cumprе mencionar que eram tempos de efervescência cultural e ideológica e de crescimento da organização social. Sindicatos, ligas camponesas, a UNE, os movimentos de educação popular e muitos outros voltados para as reformas de base ganhavam espaço. Surgiam nesta conjuntura novos agentes em torno da pauta educacional. A Igreja Católica, majoritariamente conservadora, sintonizada com a burguesia nacional e temerosa do “perigo comunista” (OLIVEIRA, 1995) responde a tal fervor social, com iniciativas como a Marcha da família com Deus pela liberdade.

Toda a ebulição social, político e ideológico mencionada foi freada com golpe e com o estabelecimento da ditadura empresarial militar. Em virtude de todo autoritarismo, o uso da força e da repressão, que marcaram os anos da ditadura empresarial militar no Brasil, não houve ação no âmbito institucional dos agentes educacionais e dos movimentos sociais. Entretanto, é importante registrar que a atuação dos católicos não foi de toda estagnada. Vale recordar que os próprios estavam divididos quanto às orientações vindas do novo papado²⁰ e que esta cisão também será percebida nos posicionamentos adotados pela Igreja ao longo destes anos.

A atuação de Padre José Vieira de Vasconcellos, que esteve no período entre 1965 e 1974 à frente presidência da AEC, ilustra tal fragmentação de posições dos agentes católicos. Ao ocupar o cargo de presidente ele já era membro do Conselho Federal de Educação, portanto, de certa forma já estava comprometido com os militares. É importante mencionar também que assumiu a função de subsecretário do Secretário Nacional de Educação da CNBB no mesmo período, o que lhe permitia ter livre trânsito na estrutura de poder tanto da Igreja, quanto do Estado.

É de suma importância ressaltar que tiveram setores da Igreja Católica que se opuseram à ditadura empresarial militar e atuaram na defesa dos direitos humanos, o que fez com que a Igreja, segundo Trevisan (2013), perdesse, como ator religioso, a exclusividade na relação e no estabelecimento de diálogo e negociação com os dirigentes políticos e estatais deste período.

Acerca desta mudança na relação entre Estado e agentes religiosos é significativo resgatar a aproximação dos militares com os evangélicos. Pode-se afirmar que setores tidos

²⁰ Sob liderança do Papa João XXIII ocorreu o Concílio Vaticano II, que visava a renovação da Igreja e a formulação de uma nova forma de explicar pastoralmente a doutrina católica ao mundo moderno.

como conservadores e de grande expressão dentre os evangélicos, encontravam-se empenhados na manutenção do *status quo* (a aceitação das posições e condições sociais dentro e fora da Igreja). Apresentavam-se preocupados com o crescente “avanço comunista” nas Igrejas e com a possibilidade de concretização das reformas de bases²¹, responsabilizando os defensores do “Evangelho Social”²² por divulgarem tais ideias. As discussões acerca das reformas de bases eram constantemente combatidas por este segmento:

Aquilo que se convencionou chamar de poder espiritual anda agora metendo o bedelho em reformas agrárias, tributárias econômicas, administrativas e que mais reforma exista, sem se dar conta que a esfera desse poder é outra” (BRASIL PRESBITERIANO, 1963 apud VILELA, 2014, p.11).

Ainda nesse período, é possível constatar ensaios de comprometimento entre esses setores evangélicos e segmentos militares. Vários discursos publicados pelo jornal Brasil Presbiteriano defendiam a necessidade de uma intervenção armada no Brasil, pois seria necessário: “que se coloquem, nos postos chaves do país, homens desse alto coturno e tudo mudará de figura e de rumo como por encanto”. (BRASIL PRESBITERIANO, 1963 apud VILELA, 2014, p.10).

Os anos da ditadura empresarial militar marcaram, portanto, os caminhos políticos adotados pelos evangélicos. Houve uma entrada significativa de lideranças e de instituições de diferentes denominações no campo político. Vale dizer que muitos pastores realizaram cursos na Escola Superior de Guerra²³ neste período. Com relação ao predomínio nos anos 50 (cinquenta) e 60 (sessenta) da IEQ e da BPC, há na década seguinte uma mudança e os batistas passam a se sobressair nesse cenário. Também é válido mencionar que o leque de denominações permaneceu ampliando, chegando a dez no começo da década seguinte (FREESTON, 1993).

Assim, mesmo no auge da repressão, os governos militares, já privados do apoio maciço católico, continuaram logrando manter o apoio – com exceção da cúpula luterana – de líderes protestantes e pentecostais. Contudo, é central destacar que a relação cooperativa com os militares também tinha limitações. Os evangélicos percebiam que o regime queria cooptar

²¹ Nome dado pelo presidente João Goulart às reformas estruturais propostas por sua equipe. Essas incluíam os setores educacional, fiscal, político e agrário.

²² O “evangelho social” foi um movimento de grande importância no protestantismo norte-americano que pretendia dar uma resposta bíblica e cristã à situação de abandono experimentada pelos trabalhadores. Insistia em conceitos como “a implantação do reino de Deus na terra” e a importância de uma “sociedade redimida”.

²³ A Escola Superior de Guerra (ESG), criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento.

grupos religiosos de todos os tipos, inclusive seus rivais. Segundo Freston (1993), o período militar é visto hoje por muitos evangélicos como o momento em que correntes espíritas e esotéricas ganharam espaço no planalto.

Em resumo, pode-se afirmar que os católicos, mesmo sem a hegemonia na ingerência sob os governos e na atuação frente ao aparelho estatal, considerando inclusive sua fragmentação com relação à análise do regime ditatorial empresarial militar, permaneceram sendo o grupo de agentes mais influentes frente às políticas educacionais. Particularmente, destaco a figura do Padre Vasconcellos, já mencionado neste texto, que trabalhou intensamente em prol da reforma educacional que se encontrava em curso, com intuito de evidenciar a importância da escola particular confessional na mudança da educação brasileira. Assim, a AEC participou ativamente da reforma do ensino primário e médio promovida em 1971 pelo governo militar e sua implementação nas escolas católicas.

Vimos, portanto, uma fragmentação na atuação religiosa, mas também uma manutenção de vínculos dos agentes religiosos com o Estado brasileiro no período da ditadura empresarial militar. Mas e quanto ao terceiro grupo de agentes analisados por esta tese? Como as feministas e os movimentos de mulheres se comportaram nesse período? Segundo Fanny Tabak e Moema Toscano (BANDEIRA; MELO, 2010) que analisaram o período que medeia entre o suicídio de Vargas e o Movimento de março de 1964, houve, em muitos estados brasileiros, uma grande arregimentação de mulheres oriundas das camadas médias urbanas para atuar politicamente em movimentos de clara tendência de direita:

[...] muitos deles expressando a aliança entre as facções mais conservadoras da Igreja e grupos de militares anti-governistas, como foi o caso do CAMDE (Movimento de Mulheres pela democracia), no Rio de Janeiro [...] que organizava a defesa de um suposto ataque à família brasileira e à moral católica, ambas ameaçadas pela ‘onda comunista’ que queria derrubar a democracia em nossa terra” (BANDEIRA; MELO, 2010).

Pode-se observar, então, que de certa forma algumas organizações de mulheres acabaram servindo ao conservadorismo e a instalação da ditadura empresarial militar. Contudo, se o golpe militar de 1964 silenciou a efervescência política dos anos 1960 e contou com uma série de movimentos conservadores, incluindo de uma parcela de mulheres organizadas da sociedade brasileira, não calou por completo os movimentos feministas. Na resistência aos governos militares, muitas mulheres participaram ativamente de organizações de esquerda. Sob influência da segunda onda feminista que ocorrera na Europa trouxeram para estas organizações novas demandas e pautas, destacando-se o debate da sexualidade e do corpo das mulheres.

No que tange a participação política dessas agentes é importante mencionar que nas eleições de 1965, mulheres foram eleitas. Em sua maioria representavam seus maridos, irmãos e demais parentes cassados pelos Atos Institucionais da ditadura (BANDEIRA; MELO, 2010), por isso suas vitórias foram entendidas como sendo uma afronta ao regime e foram cassadas em 1969. Contudo, no início dos anos 1970, repercutindo a luta internacional das mulheres europeias e norte-americanas, as mulheres brasileiras ganharam as ruas com as palavras de ordem: “Nosso Corpo nos Pertence” e o “Privado também é Político”.

Tinha início a reabertura política no país, a reorganização de diversos movimentos, incluindo os de mulheres, e assim surgiam novas demandas e pautas estruturando a ação dessas agentes. Ou seja, apesar do cerceamento ainda vigente das liberdades democráticas, novas organizações de mulheres emergiram no país. Nesse contexto, reforçadas pelo Ano Internacional da Mulher (1975), promovido pela ONU, as militantes feministas, no Rio de Janeiro, criaram o Centro da Mulher Brasileira (BANDEIRA; MELO, 2010), o qual se constituiu na primeira organização feminista da segunda metade do século XX.

A efervescência mundial em torno das liberdades civis e da igualdade de direitos chegava a seu ápice e encontrou um Brasil ainda oprimido pelo regime militar. Vale destacar que ao final da década de 1970, o movimento feminista se tornava uma das vozes mais importantes na luta pela anistia. O exílio também acabou por influenciar o feminismo no Brasil, ao colocar as feministas em contato com a Europa e os Estados Unidos (PINTO, 2003). Entretanto, a pauta educacional, especialmente a atrelada ao planejamento ainda não figurava como elemento de destaque nas organizações de mulheres.

No que se refere, portanto, a participação de agentes externos ao campo educacional nos debates acerca das políticas educacionais no período militar, vimos que prevaleceu uma cisão entre atuação destes atores e atrizes, abarcando segmentos que permaneceram vinculados ao executivo brasileiro, com prerrogativas frente ao Estado, outros que enfrentaram o regime e ainda os que atualizaram suas pautas e frentes de luta neste período.

1.2 Novos sujeitos políticos no jogo

Ao longo desta tese venho apresentando o vínculo direto entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, apontando as ingerências e a força da mesma na história do país na definição de políticas e de ações do Estado. Contudo, é imprescindível para o trabalho que desenvolvo, apontar que as mudanças que ocorreram no campo religioso e no político, com destaque para o crescimento evangélico (demográfico e político), impuseram aos católicos uma nova relação e forma de atuação nas esferas públicas. Portanto, analisar o campo de

formulação das políticas públicas na conjuntura mais recente implica em entender a atuação das lideranças religiosas católicas, mas em um contexto de perda ou compartilhamento do espaço político com novos agentes religiosos.

É de amplo conhecimento que o campo religioso se constituiu no Brasil com uma clara hegemonia de agentes católicos e, conforme apresento neste capítulo, esta configuração permaneceu sem ameaça de alteração por muito tempo. Entretanto, este quadro vem se modificando desde nossa redemocratização nos anos 1980 e, hoje, tratar da atuação católica na cena brasileira significa identificar que esta representação vem diminuindo, tanto na sociedade quanto no parlamento.

As transformações mencionadas do campo religioso brasileiro estão relacionadas com o crescimento evangélico no país, mais diretamente das vertentes neopentecostais. Desde os anos 1970 estas denominações vêm sendo capaz de responder a questões de uma nova periferia urbana que se formava no país, em virtude de uma maciça migração do campo para a cidade (SOUZA, 2012). Fazem parte dessa vertente a Igreja Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus, a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra e a Renascer em Cristo, que cresceram, ganharam visibilidade e se fortaleceram nas décadas seguintes.

O fato é que desde nossa redemocratização na década de 1980 os evangélicos assumiram como estratégia de atuação e de crescimento a participação na esfera pública do país. Para isso, este segmento vem investindo significativamente na formação de quadros para disputarem e ocuparem estes espaços. Como resultado, estamos assistindo uma ampliação expressiva de representantes políticos evangélicos, o que tem impacto no caráter de nossas leis aprovadas, nas políticas públicas e na ação do Estado.

No que se refere aos vínculos de governos e Estado com agentes religiosos é preciso sempre lembrar que os evangélicos não inauguraram esta relação, que se estabelece com os católicos ao longo de toda história do país. O que teve início na nossa redemocratização foi um processo que pode ser chamado de “descatolinização”, ou seja, categoria que define a diminuição da primazia católica tanto da formação demográfica brasileira quanto na esfera de disputas no campo político.

Em 1970, os católicos eram pouco mais de oitenta e cinco milhões, o que correspondia a 91,77% da população. Na década seguinte passaram para cento e cinco milhões, baixando para 88,95% da população e em 1991 seriam 83,35%. Os anos 2000 indicaram nova queda e chegaram à marca de 73,89% da população brasileira (DUARTE, 2012). Ou seja, o segmento católico vem apresentando uma queda contínua em relação ao número de adeptos, o que vem gerando implicações em diversas esferas de atuação das lideranças católicas, provocando

também alterações quanto à intervenção nas políticas públicas e a ingerência nas políticas educacionais.

Se nas décadas de 1970 e 1980, já no fim da ditadura empresarial militar e de rompimento mais explícito da Igreja com o regime, a atuação nas Comunidades Eclesiais de Base e nas Pastorais se constituíram como as formas mais perceptíveis de participação de muitos agentes católicos na arena pública, o que sugere uma militância mais voltada aos movimentos sociais e relacionado a um campo mais progressista, a última década do século XX foi marcada por inúmeras tentativas de resposta ao crescimento evangélico e dos “sem religião”, onde dirigentes católicos passaram a investir na recuperação do espaço perdido através da incorporação de práticas religiosas e do ensino religioso (CUNHA, 2013). Crescia também o engajamento de católicos nos movimentos de caráter tradicionalistas, em especial da Renovação Carismática Católica²⁴, na política partidária e nas disputas eleitorais.

Sobre a atuação dos agentes católicos no período da redemocratização do país é preciso citar a participação desses na formação do PT. Conforme afirma Nicolau (1996), a organização do PT contou com a adesão imediata de lideranças de diversas pastorais da igreja católica: Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral Universitária e grupos de direitos humanos. Mas é importante destacar que a participação católica nos partidos políticos, no período da redemocratização do Brasil, não se deu apenas pelo PT. Políticos ligados a movimentos conservadores, como a Opus Dei, Tradição, Família e Propriedade e leigos ligados a bispos conservadores se fizeram representar em diversos partidos.

Cresciam os movimentos críticos por mudanças no sistema. O clima que se intensificava no campo educacional, por exemplo, era da exigência imperiosa de modificação de todo o sistema educacional construído durante a ditadura e isso implicava a mudança da legislação em vigor. Foi essa a tônica do período que antecedeu a aprovação da Constituição cidadã de 1988, a de participação social na formulação das políticas públicas.

A Igreja católica teve atuação destacada neste processo através de movimentos e militantes ligados a diversas pastorais. Um dos principais campos do engajamento social e político da Igreja, nesse momento, passaram a ser o da defesa e promoção dos direitos humanos. Neste contexto, a Igreja também atuou no processo de pressão e de negociação com a arena estatal com vistas ao restabelecimento da plenitude democrática. Dentro da mesma

²⁴ Movimento da Igreja Católica Apostólica Romana surgido nos Estados Unidos em meados da década de 1960. O movimento procura oferecer uma abordagem inovadora às formas tradicionais de doutrinação e renovar práticas tradicionais dos ritos e da mística da Igreja, mas sem desviar-se da Doutrina da Igreja Católica.

dinâmica, participou do processo constituinte e se mobilizou em favor de emendas populares à Constituição, com ênfase para a ética na política, para a implementação de políticas sociais e de pautas que assegurassem pelo Estado sua presença e atuação em diferentes campos, como a oferta de ensino religioso na rede pública de ensino.

No que tange particularmente à educação, esta questão da participação social pôde ser percebida através da influência do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, formado por 26 (vinte e seis) entidades científicas, sindicais e estudantis, de especialistas de educação, de secretários estaduais de educação e de dirigentes municipais de educação, assim como das entidades que representam o ensino privado, pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. A AEC se manteve ao lado do grupo empresarial, que congregava escolas privadas e seus professores do ensino fundamental e médio, enquanto a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, congregava educadores e escolas superiores católicas.

Motivada por novas circunstâncias como a expansão do mercado educacional, a diminuição da taxa de natalidade e a migração de muitos religiosos para escolas não confessionais, a Igreja Católica passou a se organizar conjuntamente com empresas educacionais congregacionais e a fazer parcerias com grupos empresariais que atuavam no mercado educacional. Essa movimentação acirrou, no âmbito interno da AEC, uma discussão calorosa.

A AEC participou intensamente do momento político propiciado pela Assembleia Nacional Constituinte, tornando públicos seus pontos de vistas, sintonizados com as orientações da CNBB. Neste período, na XIX Reunião do Conselho Superior, definiu-se como uma das prioridades a garantia de maior presença junto ao Congresso Nacional, ao MEC e ao Conselho Federal de Educação para influenciar a política governamental (ROSSA, 2005).

Ainda em 1986, a CNBB, em parceria com a AEC e a CRB, organizou o seminário “Escola católica e democratização da educação”, que previu, dentre as ações deliberadas neste espaço, a criação em Brasília de uma assessoria aos deputados constituintes e a convocação das escolas católicas a se mobilizarem para encampar a luta por uma nova ordem constitucional. Isto implicava no apoio aos candidatos à Constituinte que aprovassem os projetos da Igreja. O fato é que a Igreja se mobilizou bastante para proposições de emendas, especialmente naquelas referentes à educação e particularmente ao ensino religioso.

Durante o processo da Constituinte, como mencionei anteriormente, houve a criação do FNDEP e tanto a CNBB quanto a AEC faziam parte dele. Entretanto, divergências sobre

temas como a laicidade do ensino e a não obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas de educação básica levaram a Diretoria da AEC, sob a presidência do Padre Guy Ruffier, a pedir a desvinculação de sua filiação ao fórum. A diretoria do Fórum, sabendo do peso político da AEC, solicitou que esta ficasse como convidada e assim permaneceu por vários anos. A decisão de se retirar do Fórum tornou-se possível, pois no âmbito interno da AEC havia membros que ideologicamente se aproximavam mais das ideias do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do que das ideias do Fórum (ROSSA, 2005).

É importante sublinhar que a Constituinte mobilizou não apenas os católicos, mas com uma mística de que seria possível reescrever o Brasil, ou, pelo menos, garantir que outros não o reescrevessem, a ANC mobilizou muitas “minorias” políticas, como as mulheres, os índios, a comunidade negra, a população LGBT etc. Nesse contexto, diversos grupos sociais buscaram garantir que suas demandas fossem contempladas.

Os servidores públicos, por exemplo, se articularam e se mobilizaram em prol de pautas, como: garantia de emprego estável, irredutibilidade de salário, salário-família, férias anuais com remuneração integral, licença à gestante, assistência aos filhos de funcionários (creches e pré-escolas) e, principalmente, direito de greve e de associação sindical. Já os grandes proprietários rurais, tendo em vista defender seus interesses, atuaram através da UDR e se concentraram, principalmente, na defesa dos direitos de propriedade, que consideravam ameaçados pela esquerda favorável à realização da reforma agrária no país.

Os evangélicos também participaram desta mobilização social exercendo papel preponderante nas principais disputas que ocorreram nos debates em torno na nova Constituição no Congresso Nacional, garantindo uma nova presença qualitativa e quantitativa no campo político. É necessário também registrar que, até a metade dos anos 80, quando se fechou o ciclo militar no Brasil, os evangélicos se candidatavam e eram eleitos com votos evangélicos, mas ainda sem a participação oficial e direta de suas respectivas igrejas e denominações religiosas (MACHADO, 2006).

Segundo Machado (2006), é no contexto das transformações do campo religioso brasileiro e das alterações na esfera política (fim da ditadura empresarial militar, reconquista de liberdades individuais, anistia etc.) que ganhou corpo a ideia de uma nova forma de agente político evangélico, pautado, sobretudo, por defender os objetivos de sua própria denominação religiosa dentro do poder legislativo.

Mas qual a motivação dessa mudança radical de perspectiva e de atuação frente à arena política? Para a autora a relação entre tamanho e presença política não é automática. Portanto, o crescimento demográfico dos evangélicos não explicaria totalmente a entrada na

política. Segundo a autora, certa presença e força social são *sine qua non* para eleger representantes, mas uma igreja pequena pode ter influência através de membros que se elegem pelo voto não religioso. Assim, crescimento não explica totalmente a entrada na política.

Conforme Freston (1994b), uma das principais motivações das lideranças evangélicas para essa mudança de atitude e pensamento relaciona-se, além da desejosa defesa e ampliação de suas fronteiras, à possibilidade de, através da Constituinte, fazer valer a voz evangélica, até então restrita aos templos privados, ampliando, assim, seus valores para uma maior parte da população brasileira. Além disso, havia o temor de que a nova Constituição beneficiasse a Igreja Católica e ameaçasse a “liberdade religiosa” que vigorava.

Outro elemento central a ser considerado para esta análise é o fato de que com advento do pluripartidarismo intensificou-se a disputa eleitoral em torno dos evangélicos. Líderes de várias igrejas evangélicas se deixaram recrutar, na maneira clássica, como cabos eleitorais. Candidatos avulsos passavam a dizer “evangélico vota em evangélico”. Ideia que não era nova. Em 1978, o Mensageiro da Paz, jornal oficial da Assembleia de Deus, já afirmava que “crente vota em crente” (FRESTON, 1994b). Entretanto, este slogan adquiriu maior expressão em meados da década de 1980, quando ocorreu este aumento numérico significativo da representatividade evangélica no parlamento. Os pentecostais, antes bastante minoritários neste espaço, passaram a predominar, enquanto o número dos chamados protestante históricos apenas permaneceu estável.

Tratando-se deste crescimento político dos evangélicos também vale considerar o contexto econômico da irrupção pentecostal, que foi o da “década perdida” na qual aumentaram as tensões sociais. A diminuição do PIB, a inflação acelerada e a insatisfação com o sistema político, que caíra de 52% em 1974 para 32% em 1982 e 22% em 1990, tendo atingido 9% em 1987 (LAMOUNIER, 1999) colaboraram com esse quadro.

O protestantismo cresceu rapidamente nesta “década perdida”. De acordo com Mariano (2011) as camadas mais populares não se voltaram apenas para novas opções religiosas, também buscaram novos atores políticos que mobilizassem aos apelos do messianismo e a politização de preocupações morais. Os evangélicos, à época possuidores da imagem pública de honestidade, estavam em condições de serem esses novos atores (MARIANO, 2011).

Neste contexto de inserção evangélica no campo político houve mudanças substanciais na atuação de diversas denominações. A Assembleia de Deus, a Igreja Evangélica Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus se politizaram (FRESTON, 1994a). A

BPC, que havia sido pioneira desde tipo de ação nos anos 1960, se manteve afastada neste período. A Igreja Pentecostal Deus é Amor e a Congregação Cristã permaneceram indiferentes à disputa eleitoral. Chama atenção a atuação da AD que em 1986 saltou de um parlamentar, nas duas legislaturas anteriores, para 13. Não só tinha a dianteira como se distanciava de todas as demais igrejas.

Em grande medida este desempenho da AD pode ser atribuído a forte repercussão do livro *Irmão vota em Irmão*, escrito por um líder assembleiano e assessor do Senado, Josué Sylvestre. Uma tônica do livro é o peso dos recursos retóricos usados para convencer os evangélicos a votarem em candidatos evangélicos. Textos bíblicos como “quem sabe fazer o bem e não o faz, comente pecado” e “amai-vos uns aos outros” são interpretados em apoio à sua tese (SYLVESTRE, 1986). Estes segmentos apropriavam-se, então, de um tipo específico de capital político, a retórica, que conforme assistimos hoje adquiriu volume e se tornou um dos capitais determinantes nas disputas do campo político.

Com essa nova tática, os evangélicos conseguiram garantir uma participação relevante na Câmara Federal, tendo eleito 34 parlamentares, 18 deles sendo pentecostais, constituindo bancada parlamentar própria (TREVISAN, 2013) e formando a maior presença parlamentar evangélica em um país de tradição católica.

Era uma Bancada significativa diante da disposição parlamentar. Nesse contexto, compreende-se as palavras de José Sarney aos parlamentares protestantes: “Toda Assembleia Constituinte tem uma grande novidade e a novidade desta é a presença maciça de uma representação evangélica” (FREESTON, 1994b). Em termos legislativos, os evangélicos deram ênfase à família, à mídia e ao simbolismo religioso na vida pública.

É possível considerar a bancada evangélica razoavelmente bem-sucedida em termos legislativos. Em associação com os católicos, compondo o que chamo de “bancada cristã”, conseguiram garantir o nome de Deus no preâmbulo da Carta, garantiram concessão de rádio e TV para diversos segmentos evangélicos e rejeitaram dispositivos que tratavam sobre orientação sexual e aborto. Essa vitória da “bancada cristã”, especialmente no que tange aos temas relacionados aos direitos sexuais reprodutivos, não significou a ausência de disputa intensa e dura com os segmentos feministas e LGBT.

De acordo com Ana Alice Costa (2013), os anos 1980 trouxeram novos dilemas ao movimento feminista. Se, na década anterior, o movimento havia centrado no trabalho de organização e na luta contra a ordem social, com a redemocratização grande parte destes movimentos voltam suas forças também para as disputas institucionais e na construção de marcos legais. Nesse sentido, é importante destacar a Convenção para a Eliminação de Todas

as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), que é considerada a carta de direitos humanos das mulheres, com força de lei no marco legal brasileiro e a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Outra frente de atuação priorizada por parte significativa das feministas foi a disputa pela presença nas casas legislativas. Ainda segundo Ana Alice Costa (2013), o avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar algumas demandas das mulheres aos seus programas e a criar setores específicos para as mulheres dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita à época, o PDS, criou seu Comitê Feminino (COSTA, 2013).

Nessa perspectiva, a Assembleia Nacional Constituinte é considerada por diversos estudiosos do tema o ponto de virada da participação feminina no Parlamento brasileiro. Não apenas o número de congressistas do sexo feminino estabeleceu uma marca inédita na história do País, como também a quantidade e a qualidade das proposições apresentadas pelas deputadas constituintes não encontram paralelo na história progressista da política brasileira (SANTOS, BRANDÃO, AGUIAR, 2004). Em grande medida esta percepção pode ser explicada pela formação e forte atuação da bancada feminina que, apesar de não apresentar uma homogeneidade político-ideológica, alcançou coesão e efetividade na defesa de uma pauta ampla e notavelmente progressista.

Segundo Tabak (1989), a própria designação “bancada feminina” jamais deve ser confundida com “bancada feminista”. A autora alertou para o fato de que poucas das 26 (vinte e seis) deputadas constituintes aceitavam a condição de feministas. Contudo, apesar da diversidade de posições, a bancada feminina apresentou cerca de 3 mil emendas, das quais 80% lograram êxito na aprovação. Esta atuação coesa e vigorosa foi possível por meio do que se chamou de *Lobby* do Batom.

A construção desse *Lobby* reunia referências programáticas, explicitadas na Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, entregue ao presidente da Assembleia Constituinte, em março de 1987, onde se afirmava a dupla exigência do voto feminino: “Um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária” (JUCOVSKY, 2000). Além disso, a bancada feminina construiu uma forma de ação política singular, amparada em campanhas de adesão e participação popular, no debate, acompanhamento à negociação política de enorme número de emendas e na exploração de forma de ação política direta na Assembleia voltada para a construção da identidade feminina.

É essencial assinalar que a luta das mulheres na Constituinte visava garantir os direitos específicos da mulher, mas também expressava uma visão sobre a questão econômica e a questão social de uma forma global. Desta forma, inúmeras conquistas da Carta de 1988 podem ser atribuídas ao *Lobby* do Batom, a saber: a licença maternidade de 120 dias, o salário família, o direito à creche e à educação pré-escolar, a proibição de discriminação em razão do sexo, a plena igualdade entre homens e mulheres, incluindo o acesso ao mercado de trabalho e a ascensão profissional, a questão salarial, os direitos previdenciários e ainda a aposentadoria especial para mulheres e a liberdade no planejamento familiar.

É de suma importância destacar que se ainda não se incorporava, neste momento, a referência à expressão gênero, termo surgido no final do século XX, quando parte das feministas começaram a utilizá-lo como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos e como forma de rejeição ao determinismo biológico (SCOTT, 1995), nas legislações em elaboração e nas políticas públicas que começam a ser implementadas, já existia menção às mulheres e a seus direitos, ou a diferenças entre os sexos nos marcos regulatórios e nas políticas sociais em discussão no Congresso Nacional, como as de educação.

Essa atuação expressiva das mulheres também repercutiu nos debates acerca da educação do país. Conforme exposto acima, a bancada feminina trabalhou em torno de pautas específicas, mas também acompanhou as discussões e temas gerais da ANC. Desta forma, houve participação das mulheres na comissão de educação e cultura e nas emendas referentes à educação. Era o início de uma presença mais significativa nos debates políticos-institucionais acerca das políticas educacionais do país, tanto das mulheres quanto da população LGBT.

Acerca da organização e da atuação deste segmento social é importante resgatar que foi no fim dos anos 1970 que diversos grupos começaram a se mobilizar e formar coletivos de enfrentamento a opressão do Estado e ao preconceito contra a população LGBT, assim como a luta em defesa de reconhecimento identitário e de direitos. Em 1979, por exemplo, foi realizado, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro da comunidade LGBT militante, no qual se discutiu a necessidade da inclusão do respeito à opção sexual (termo usado à época), na Constituição Federal. Foi debatida, ainda, a urgência em se desencadear uma campanha para que a chamada “homossexualidade” deixasse de ser vista como uma doença.

No ano seguinte, surgia o primeiro grupo exclusivamente lésbico do país, resultado de uma cisão no Grupo Somos²⁵. Além disso, o Grupo Gay da Bahia iniciou sua atuação, que perdura até hoje, no combate à homofobia e prevenção da AIDS, ampliando o eixo do ativismo LGBT para além de São Paulo e Rio de Janeiro. Com a participação ativa de movimentos e a coordenação do Triângulo Rosa, dirigido por João Antônio Mascarenhas, e um dos mais atuantes grupos LGBT nos anos 80, os direitos específicos dos homossexuais também foram objeto de calorosos debates na ANC.

As disputas sobre os pontos reivindicados pelas entidades e movimentos LGBT foram intensas e pode-se dizer que os avanços conquistados na Carta Constitucional foram poucos e limitados. Em relação à superação da discriminação, por exemplo, a Constituição limitou-se a equiparar os direitos e deveres entre homens e mulheres, fundamentando-se no sexo e ignorando as distinções de gênero e a orientação sexual. Assim, sob o argumento de proteção da família, seus valores e sua moral, a questão LGBT foi excluída do texto.

Essa ampla e diversificada participação social na elaboração da Constituição, bem como a pressão de grupos organizados e de partidos de esquerda que se reerguiam na cena pública, contribuíram de forma expressiva para que a Constituição promulgada em 1988 promovesse uma série de avanços para o campo educacional, garantidos com debates e com disputas acirradas, dentre eles a ideia de educação pública e gratuita como direito público subjetivo.

Passada a ANC, o envolvimento massivo de diversos segmentos e movimentos sociais, descritos neste capítulo, com a aprovação da Constituição Federal, teve início a primeira eleição direta para presidência da república. Após mais de duas décadas sem eleição direta, o processo recente de aprovação da Carta Magna envolvendo uma gama de atores, grupos políticos e sociais, a expectativa generalizada de mudanças, assim como a reorganização da esquerda no país conduziram a tônica da primeira eleição de nossa retomada democrática. Ou seja, um leque de possibilidades e de grupos interessados em disputar o pleito.

Os setores evangélicos, por exemplo, já alimentavam o sonho de ter um presidente de seu meio religioso e tinham, naquele momento, um nome viável: Íris Rezende, ministro da Agricultura do governo Sarney, evangélico, que veio a disputar a indicação de seu nome para

²⁵ Grupo de Afirmação Homossexual. Foi um grupo em defesa dos direitos LGBT, fundado em 1978 e considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos.

candidato oficial do PMDB. Íris recebeu o apoio entusiástico de líderes nacionais da maior denominação evangélica do país, a Assembleia de Deus. Entretanto, as convenções partidárias escolheram o presidente do partido, Ulysses Guimarães para ser o candidato (MARIANO, 1992).

Vale destacar que neste momento os evangélicos já haviam adquirido força política e constituíam um segmento estratégico e determinante para o processo eleitoral em curso. Assim, ainda que sem qualquer vínculo religioso evangélico, os candidatos fizeram incursões em diversas igrejas evangélicas. Reportagens relatam, por exemplo, a ida de Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS) e Fernando Collor de Mello (PRN) à Assembleia de Deus, nas sedes dos ministérios de Madureira e do Belém, em São Paulo (Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, 1989 apud MARIANO; PIRUCCI 2006).

O pleito, bastante polarizado, levou ao segundo turno as candidaturas de Lula (PT) e Fernando Collor (PRN). Importante registrar que as lideranças das principais igrejas adotaram um leque de posições, desde a campanha aberta por Collor, feita pela IURD, até uma declaração de princípios mais à esquerda, realizada pelos Metodistas. Segundo Freston (1994a) para uma análise acerca das posições assumidas é preciso considerar que entre os evangélicos não há uma entidade como a CNBB que possa falar em nome de todos, já que todas as tentativas de os unir politicamente esbarram no princípio protestante da autogestão.

A despeito destas diferentes posições, prevaleceu entre as diversas denominações o apoio aberto e público à candidatura de Collor. Vale lembrar também que no período pós Constituinte houve uma irrupção neopentecostal na política, com destaque para a IURD, o que explica em parte este apoio massivo a Collor (PRISCO, 2010). Em entrevista ao Jornal do Brasil, em 1989, Sebastião Mendes Pereira, líder da Assembleia de Deus no Ceará chegou a dizer que a tendência do povo evangélico era de não votar em candidato das esquerdas, mas num cristão. Para ele, no primeiro turno havia confusão, mas no segundo o povo sabia muito bem em quem votar. Em uma conjuntura de intensa disputa, o apoio massivo dos evangélicos a Collor pode ser considerado um dos fatores que contribuiu para a vitória deste no processo eleitoral.

É importante dizer que neste período emergia um movimento evangélico progressista na política, com atuações através da Aliança Bíblica Universitária e o Comunidade Internacional de Estudantes evangélicos. Também houve apoio de alguns setores evangélicos a Brizola e a Lula. O primeiro contou com o apoio, por exemplo, de Silas Malafaia, o segundo teve dezoito comitês evangélicos formados em vários estados do país, coordenados por Robson Cavalcanti e Benedita da Silva. Contudo, é fundamental registrar que em geral esse

apoio foi diminuto. Foram espalhados boatos de que, com a eleição do candidato petista, cuja imagem era de "comunista", a comunidade evangélica seria perseguida (MARIANO; PIERUCCI, 1992). Havia na maioria das denominações uma orientação contra o voto em candidatos de esquerda.

Já na campanha de Collor, o envolvimento de políticos evangélicos foi de tal ordem que alguns deles atingiram o status de coordenadores de campanha. O deputado federal Salatiel Carvalho (PRN), pastor da Assembleia de Deus, foi coordenador nacional da campanha. O pastor José Wellington, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, afirmou:

Não podemos negar, quem elegeu Collor foram os evangélicos. A vitória dele veio da Assembleia de Deus. Se ele reconhece ou deixa de reconhecer, eu nunca disse isto para ele, jamais vou cobrar isto dele, porque eu fiz de livre e espontânea vontade. Quando nós vimos que o Lula ia ganhar, e ia mesmo, então a Assembleia de Deus se movimentou no Brasil inteiro. Onde eu não pude ir pessoalmente, fiz por telefone, liguei para o Brasil inteiro, dizendo "A situação é essa, assim, assim". (MARIANO, 1992)

É notório, portanto, a mudança dos evangélicos em relação à participação e ao engajamento político. A esse respeito, o pastor José Wellington, ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, ao explicar os motivos de sua igreja ter abandonado a antiga postura de afastamento da política partidária disse:

A Assembleia de Deus sempre foi apolítica, em virtude da nossa origem. [...] Mas quando tivemos agora esta última reforma da nossa Carta Magna, da Constituição, nós descobrimos que havia um pacto da religião maior no Brasil para querer se assenhorear do direito de culto religioso no país. [...] Foi quando nós acordamos e dissemos: "Nós vamos eleger os nossos representantes para que eles nos representem na política nacional". E aí fizemos. [...] Eles queriam o domínio, tornar a Igreja Católica obrigatória no país. (MARIANO, 1992).

É necessário também registrar que foi no contexto das transformações do campo religioso brasileiro e das alterações na esfera política que ganhou corpo a ideia de uma nova forma de agente político evangélico pautado, sobretudo, por defender as crenças e os princípios de sua própria denominação religiosa dentro do poder legislativo.

Em suma, a redemocratização e todo o percurso percorrido desde a Assembleia Constituinte à aprovação da *Constituição Cidadã* trouxeram uma nova conformação ao campo político e com isso consequências diretas para os debates educacionais. É necessário apontar, portanto, o quanto este momento foi determinante para o acúmulo de capital político, econômico e social destes agentes que hoje protagonizam os embates em torno das políticas educacionais.

1.3 Mudando as regras e reposicionando as peças

O processo que descrevo no item anterior de “descatolinização”, que se intensificou no período da nossa redemocratização política, permaneceu em curso nas décadas seguintes. Nesse sentido, vale mencionar que, apesar de o Brasil ser um país ainda predominantemente católico, as pesquisas recentes do IBGE mostram que, desde a década de 70, as taxas de crescimento do catolicismo não acompanham o crescimento da população. Pesquisadores acreditam que, até 2030, católicos serão menos de 50% da população brasileira e que até 2040 estarão empatados com os evangélicos.

Entretanto, esta queda de representatividade e de expressão na sociedade brasileira não implicou na prática na renúncia das disputas dos espaços institucionais, do pleito por estar presente nas esferas do poder público brasileiro e de buscar mecanismos de ingerência nas políticas públicas, vide a participação ostensiva que tiveram na Constituinte. Ao invés disso, a hierarquia da Igreja Católica, buscando manter sua hegemonia e sua influência frente ao Estado brasileiro, se reposicionou na esfera pública, angariando novas formas de atuação na sociedade civil e na política partidária.

De acordo com Oro (2003), as autoridades católicas, preocupadas com a perda de milhares de adeptos para outros credos religiosos, a partir do final do século XX, iniciaram uma série de pesquisas, elaboraram seminários, debates e reuniões entre os bispos para terem um maior entendimento do fenômeno da diversidade religiosa, das razões que levaram à perda de fiéis e para traçar metas para reter a saída de outras pessoas da Igreja Católica. A partir desses estudos, três estratégias foram adotadas: o retorno à devoção, o incentivo ao uso dos meios de comunicação e o apoio à RCC.

O retorno às devoções implicou no incentivo à renovação dos rituais católicos, tornando as liturgias mais dinâmicas através da inserção de cânticos animados de diversos ritmos e a adoção de uma linguagem mais simples e objetiva pelo episcopado. Quanto à investida aos meios de comunicação, o processo se deu através da criação de centenas de emissoras de rádio AM e FM, assim como dos espaços para programas católicos adquiridos nas emissoras seculares. No final da década de 1990, surgiram também as emissoras de TV de alcance nacional, a exemplo da TV Canção Nova, Rede Vida de Televisão e TV Aparecida, além de outras emissoras de alcance regional.

Em relação à última estratégia, o apoio à Renovação Carismática, Souza (2005) argumenta que muitas dioceses investiram em marketing e atividades empresariais em suas regiões com o intuito de aumentarem suas receitas, garantir presença católica nos diversos

espaços midiáticos e na conquista de novos adeptos. Segundo o autor, este processo em geral se deu através do apoio de muitos bispos às atividades da Renovação Carismática Católica, pois viam neste movimento o desenvolvimento de ações que poderiam atrair novamente as pessoas para as atividades Católicas.

No entanto, Oro (2003) aponta que muitos clérigos se posicionaram contra os carismáticos, argumentando que estes se aproximavam da doutrina dos protestantes e poderiam criar uma nova Igreja. Como resultado desse embate, em 1994, foi lançado, pela CNBB, um documento que regulamentou a ação da RCC e de todas as dioceses do Brasil.

Assim, teve início a inserção da RCC na arena política partidária, como uma estratégia que visava tanto conter o avanço das Igrejas Evangélicas quanto uma tentativa de buscar manter a supremacia do catolicismo na sociedade, sendo, portanto, reflexo do alto grau de competição do campo religioso (REIS, 2011). Os primeiros representantes carismáticos foram eleitos no início da década de 1990, pelo Partido da Social democracia Brasileira - PSDB.

Já em 1995, com a candidatura de várias lideranças a cargos políticos, a RCC organizou a Secretaria Matia, que seria uma comissão responsável por organizar as questões relativas à RCC e à política nacional. Esta comissão foi chamada nos anos 2000, como Ministério Fé e Política, e tinha por finalidade incentivar seus membros a participarem da política partidária, desenvolver trabalhos de conscientização do voto e lutar pela concretização de direitos previstos por lei, além de ajudar comunidades com orientações no período eleitoral, com campanhas educativas, com a luta pela cidadania, a evangelização no meio político, projetos sociais e seminários à luz de temas ligados à Doutrina Social da Igreja.

Poucos anos depois, um conjunto de lideranças políticas da RCC criou o PSN que, no ano seguinte, passou a se chamar PHS. As ideias contidas no estatuto do PHS são baseadas na Doutrina Social da Igreja Católica. O crescimento do PHS em todo Brasil tem possibilitado, segundo Reis (2011), uma crescente estrutura partidária, exposição midiática, força política e alianças para atuação da RCC. Na eleição de 2000, o partido conseguiu eleger vários prefeitos e mais de cento e quarenta (140) legisladores em todo o território nacional, o que foi interpretado por seus membros como um feito muito significativo para uma agremiação partidária tão recente (MACHADO; MARIZ, 2004).

No entanto, por mais que o PHS defenda interesses católicos muitos preferiram não mudar de partido. Isto pode ser explicado em parte pela divergência de ideias entre as próprias lideranças vinculadas a RCC e os vários partidos interessados no eleitorado carismático. O fato é que nos anos seguintes a RCC conseguiu eleger Deputados Federais e Estaduais, vereadores e prefeitos, por diferentes partidos, em vários estados do Brasil. Machado e Mariz

(2004), analisando a atuação desse partido frente aos projetos de lei, concluíram que o posicionamento e as estratégias de atuação estão sempre ligados aos valores e direcionamento defendidos pela RCC. Ou seja, se posicionam contra a legalização do aborto, casamento homossexual, a permissão de por casais homoafetivos, a eutanásia e métodos contraceptivos.

De acordo com as diretrizes da Renovação Carismática Católica, os candidatos oficialmente apoiados são acompanhados por um Conselho. Este Conselho é composto por indivíduos pertencentes ao movimento e indicados pelo coordenador geral da RCC. Desde a elaboração dos discursos políticos, a criação dos santinhos, as estratégias de marketing, a atuação junto aos partidos, as formas de propaganda, a exposição midiática, o controle financeiro, a formação de coligações e até mesmo outras formas de aconselhamento são medidas adotadas entre o candidato e os seus acompanhadores em reuniões mensais.

Estima-se que nos anos 2000 os políticos da RCC estavam espalhados em 24 partidos, tanto da direita quanto do campo progressista, como no Partido dos Trabalhadores, no Partido Democrático Trabalhista e no Partido Socialismo e Liberdade. Os dois partidos que mais se destacam nas filiações partidárias dos carismáticos recentemente são o PSDB e o PT, que juntos possuíam nesse período 36,2 % dos mandatos, totalizando 77 deputados (COSSO; FRANZINI, 2002). Estes dados sugerem que a aliança da RCC com partidos de centro e direita vem se traduzindo em uma coligação de sucesso.

De um lado partidos com ampla representatividade nos diversos cargos políticos, com suficientes recursos financeiros para investir em seus candidatos, bom tempo para propaganda eleitoral, influência junto a setores sociais, enfim, uma excelente estrutura a ser aproveitada pelos políticos da RCC. Por outro lado, a RCC, detentora de duas das maiores emissoras de TV católica (Século XXI e canção nova), além de outros veículos de comunicação e com o apoio de bispos e padres para inserção social, garantindo exposição sistemática de suas lideranças.

A RCC e seus representantes passaram a ocupar lugar de destaque na atuação política católica, conforme apresentado acima no texto. Mas é importante ressaltar que esta não foi a única expressão católica no campo político. A diversidade interna da Igreja também se reflete em sua atuação pública. Em que pese a força da RCC e a hegemonia da atuação em movimentos mais conservadores, também encontramos agentes católicos progressistas, atuando em partidos ligados à esquerda. Ainda é importante destacar que um número grande de parlamentares, mesmo sem vínculo formal com a Igreja, sem terem sido eleitos como representantes desta, acabam atuando próximos às suas diretrizes e estão sujeitos às suas ingerências.

Chamo atenção para o fato de que católicos vem contando com uma gama de agentes atuando em prol de suas pautas, assim como com capital político, econômico e social para pressionar outros integrantes do campo político. O repertório para garantir tal influência tem sido vasto e vem se redesenhando em um período mais recente. Se até a Constituinte atuavam preferencialmente por meio de *Lobby* e de acesso privilegiado de religiosos da CNBB ao governo e aos políticos das legislaturas em vigor, passaram à prática da:

[...] pressão direta [...] sobre parlamentares e dirigentes políticos, da realização de parcerias com os poderes públicos, da vocalização e da publicização de seus valores religiosos e de suas bandeiras políticas na mídia e em sua vasta rede religiosa. Desse modo, pressiona autoridades e poderes políticos para regular e legislar sobre direitos e implantar políticas públicas em conformidade com princípios católicos relativos à moral familiar e sexual, ao aborto, ao uso de métodos anticoncepcionais, à educação religiosa em escolas públicas, à união civil de homossexuais e à eutanásia (DUARTE, 2011 *Apud* MARIANO, 2009).

Os elementos expostos acima corroboram a ideia de que a reconfiguração do campo religioso impactou a dinâmica dos outros campos e trouxe novos arranjos e agentes para a cena pública e política do Brasil. Para esta análise acredito também ser fundamental retomar a discussão do crescimento demográfico, particularmente o do ramo neopentecostal, ainda na segunda metade dos anos de 1970 e alteração da atuação dos evangélicos no espaço público. De acordo com Souza (2012), os modelos religiosos e ideológicos clássicos eram produtos moldados para o consumo das classes tradicionais, mas nenhum deles atendia a dinâmica de uma classe urbana, também trabalhadora, mas recém-formada e com características distintas das atribuídas às classes até então instituídas.

Para o autor, isso se deve ao fato de que o capitalismo se expandiu em regiões mais pauperizadas ou em desenvolvimento do mundo em que suas contradições se potencializaram, lançando uma massa enorme de pessoas nas franjas da sociedade, sem lugar fixo no sistema de produção. Dessa forma, foi possível o desenvolvimento específico de certos tipos sociais e, por conseguinte, de disposições específicas de classe, ou seja, um *habitus de classe*²⁶. A explicação da religiosidade nessa nova classe em expansão no capitalismo se daria, então, a partir da construção e incorporação pelo pentecostalismo deste sistema de disposições (BOURDIEU, 2007).

²⁶ Conceito que tem origem nas análises de Bourdieu de que o *habitus* representa a internalização ou incorporação da estrutura social. Ou seja, este processo envolve princípio de produção incorporado nos próprios agentes e de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2007). O *habitus* pode ser definido, então, como um sistema de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social. São compreendidos a partir de categorias sociais de percepção e se tornam diferenças simbólicas. Assim, são diferenciados, mas também diferenciadores e constituem esquemas classificatórios, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Ou seja, são operadores de distinções.

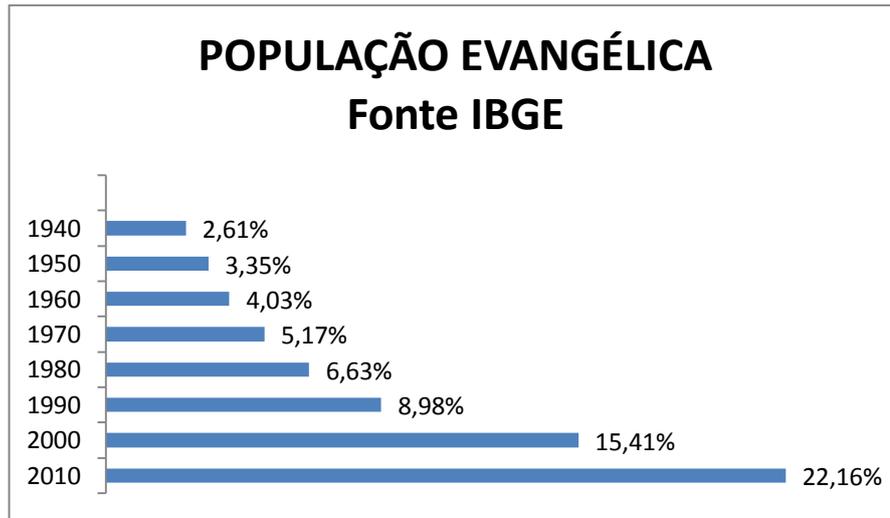
Nessa perspectiva, a religião, ainda de acordo com Souza (2012), ocuparia um papel determinante ao oferecer, a essa nova classe, um campo onde é possível desenvolver suportes que permitam a seus integrantes competir por um “lugar ao sol” na sociedade. Essa nova classe social seria desprovida de herança econômica e cultural e, portanto, a fé no futuro se constituiria um elemento de alívio emocional e de adaptação à vida social. Para o autor, o neopentecostalismo representaria a forma tipicamente moderna de religiosidade das classes dominadas, em sintonia com as formas modernas de exclusão e dominação, engendradas pelo capitalismo.

A ideia do *habitus* de classe como elemento que ajuda a explicar o crescimento evangélico, especialmente neopentecostal, no Brasil deve ser, no entendimento deste texto, utilizada em conjunto com outros fundamentos, como o da identidade e da representatividade. Com isso quero dizer que a noção de *habitus* por si só não explica a adesão das camadas mais populares a este segmento religioso. Ele representa um dos eixos de sustentação dessa ampliação, mas em conjunto com o anseio destas camadas por reconhecimento, identificação, por um espaço que atenda suas demandas, muitas das quais seriam atribuições do Estado, mas que este não garante, e de acolhimento das expectativas de uma vida melhor. Ou seja, esta ascensão evangélica tem relação também com um processo de racionalização de alguns segmentos sociais em busca de outra condição de vida.

Também é importante mencionar que o neopentecostalismo mudou bastante ao longo do século XX. Entretanto, sua “vocação” inicial para atender às demandas das classes subintegradas, conforme analisou Souza (2012), foi mantida. Ele se expandiu rapidamente nesse período e cresceu nas regiões em que as contradições do capitalismo se tornaram mais radicais, como é o caso da América Latina.

Segundo dados oficiais do IBGE, o número de evangélicos do país saltou de 2,61% da população, em 1940, para 22,16% em 2010. Em números absolutos isso representa cerca de 26 milhões de pessoas.

Gráfico 1 - Crescimento da População Evangélica no Brasil



Fonte: Produzido pelo autor.

Essas alterações da cena religiosa brasileira se refletiram ainda no aumento da participação dos “candidatos evangélicos” e na atuação direta desse segmento na arena pública brasileira, conforme expus anteriormente. Ao tratar dessa expansão evangélica é necessário mencionar também a relação estabelecida destes segmentos com a mídia e os meios de comunicação. Isso porque, ainda na Constituinte, como parte central dos *Lobbys* aos quais se lançaram, inúmeros setores evangélicos investiram na aquisição de emissoras de televisão e rádio, na garantia de concessões e com isso passaram a deter de canal privilegiado de comunicação com as massas.

Segundo Mariano (2004) as lideranças evangélicas, em geral, preferiram, em um primeiro momento, o rádio à TV. Para o autor, existiriam pelo menos três as razões dessa predileção: o menor preço de locação ou de compra das emissoras, seu baixo custo de manutenção e sua elevada audiência entre os estratos mais pobres da população. Além de demandar maior custo financeiro, o televangelismo, segundo o autor, resultaria em um benefício proselitista inferior ao proporcionado pelo radioevangelismo.

Além do rádio, as lideranças evangélicas também investiram no extenso uso da mídia eletrônica, procurando maximizar a provisão de compensações concretas e imediatas neste mundo, adaptando sua mensagem religiosa (conteúdo, forma e meios de transmissão) à vida material e cultural das camadas mais populares.

Esse largo uso dos meios de comunicação, que proporcionou maior visibilidade às lideranças evangélicas e difusão de suas denominações, também colaborou para o referido crescimento político dos evangélicos. Portanto, considero que tal ampliação decorre, em parte, da expansão demográfica, mas tem vínculo direto com o poder midiático e econômico de determinados segmentos evangélicos.

Nesse sentido, vale mencionar o exemplo da Igreja Universal, que é proprietária de várias empresas no ramo da comunicação, como a TV Mulher e a Rede Record, que possuem 63 emissoras, sendo 21 delas próprias (MARIANO, 2004). A IURD também conta com 62 emissoras de rádio no Brasil, uma gráfica, que publica a *Folha Universal*, uma Editora, a Line Records (gravadora), uma empresa de processamento de dados, a Frame (produtora de vídeos), entre outras. No exterior, a Universal possui emissoras de rádio e TV e instituições financeiras (FONSECA, 2003).

Já em 1994, a disputa estava em torno de dois projetos para o país: um de caráter mais progressista e popular, representado pela candidatura de Lula (PT) e outro neoliberal defendido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O primeiro projeto expressava a ânsia de participação social e da chamada democracia participativa, enquanto o segundo era alinhado à política internacional e aos interesses das agências de financiamento.

Vale destacar que mais uma vez os evangélicos se configuraram como um dos segmentos sociais de grande peso nas eleições presidenciais. O candidato petista foi o mais rejeitado pelos evangélicos, em especial os pentecostais, e a tendência foi o apoio a Fernando Henrique Cardoso, que saiu vitorioso do pleito e alinhou logo nos anos seguintes a política educacional do país às diretrizes do Banco Mundial.

No período posterior, em 1998, segundo Duarte (2012) o temor de um governo de esquerda arrefeceu, mas a rejeição ainda persistiu e favoreceu novamente o candidato tucano (MARIANO; PIERUCCI, 1992). Certamente existem inúmeros outros espectros e fatores a serem considerados para uma análise mais densa e completa acerca destes pleitos eleitorais. Mas para os limites desta tese cumpre apenas registrar o papel que o segmento evangélico já desempenhava no campo político.

Ainda sobre esta participação evangélica expressiva no parlamento brasileiro é importante considerar que dos 49 representantes que chegaram ao Congresso Nacional entre 1987 e 1992, o número alto de 23, incluindo 18 constituintes, tinham acesso a algum canal midiático (MARIANO; PIERUCCI, 1992). Destes, 15 atuavam ou já haviam atuado em programas religiosos de rádios antes de se elegerem e pelo menos 6 ganharam concessões de rádio e dois de Tv durante a Constituinte. Este é um dado de extrema relevância para o espaço político, social e econômico ganho por este segmento nos anos seguintes.

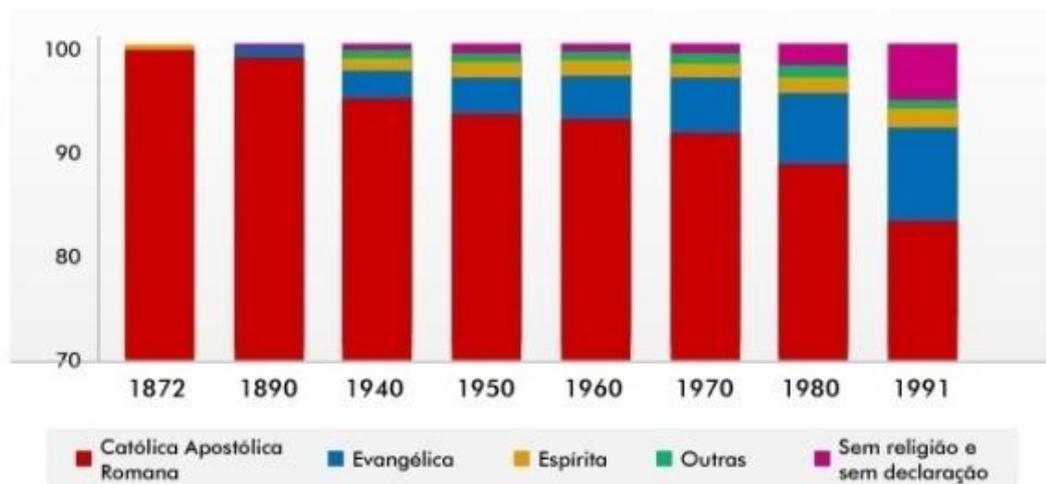
Estes dados acerca de toda reconfiguração do campo religioso e político a partir dos anos 1990, especialmente os que tratam sobre os movimentos evangélicos e sua inserção na cena pública brasileira, nos ajudam a compreender as mudanças na dinâmica de atuação dos agentes católicos, dentre elas as que envolvem novas formas de lidar com a institucionalidade,

não atuando mais quase que exclusivamente nos bastidores, mas se organizando em frentes parlamentares. Atualmente, eles se concentram em torno de três núcleos, a saber: na Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família, na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e contra o Aborto e na Pastoral Parlamentar Católica.

A Pastoral Parlamentar Católica passou a funcionar na Câmara a partir de 1991. Nos primeiros anos da Pastoral, as celebrações das missas corriam sempre no âmbito do Congresso Nacional. Porém, de 1995 a 2002, as missas passaram a ser realizadas no Palácio do Jaburu. A partir de então, as missas da Pastoral Parlamentar Católica passaram a ser celebradas na Capela da sede da CNBB. Importa assinalar que, além das missas, a Pastoral Católica promove retiros e/ou manhãs de oração e reuniões para discutir temas relevantes e buscar o estabelecimento de orientações e diretrizes seguras para a atuação no Congresso Nacional.

Ao longo dos anos 2000 seguimos acompanhando estas alterações no campo religioso brasileiro, com diversas tradições religiosas crescendo no país. Na última década, além dos evangélicos, grupo que mais cresceu no período, passando de 15,4% para 22,2% e totalizando 42,3 milhões de pessoas no país, também tiveram expansão os espíritas, que passaram de 1,3% para 2% e somaram 3,8 milhões em 2010; os que se declararam sem religião, que subiram de 7,4% para 8%, ultrapassando os 15 milhões; e o conjunto pertencente a outras religiosidades, que cresceu de 1,8% para 2,7%, totalizando pouco mais de 5 milhões de brasileiros. Os adeptos da umbanda e do candomblé mantiveram-se em 0,3% ao longo da década, representando quase 590 mil pessoas (DUARTE, 2012).

Gráfico 2 – Linha do tempo sobre as mudanças na distribuição de grupos religiosos (%)



Fonte: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890; e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991

Fonte: ANDRADE, H. **População evangélica passa de 15,4% para 22,2% em 10 anos e alcança 42,3 milhões de fiéis em 2010.** Do *UOL*, Rio de Janeiro/RJ, 29 jun. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/29/populacao-evangelica-passa-de-154-para-222-em-10-anos-e-atinge-423-milhoes-em-2010.htm>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

Essa nova composição do campo religioso no país vem sendo acompanhada de uma crescente ocupação religiosa da esfera pública, o que constitui um dos fatores de transformação do campo religioso no Brasil. Apóstolos, bispos, missionários e pastores, a cada pleito, buscam eleger seus próprios representantes religiosos ao Legislativo.

Em 2001, por exemplo, a Assembleia de Deus criou uma Comissão para a elaboração de um plano político. Quatro anos depois o documento foi divulgado contendo as diretrizes básicas que as Igrejas ligadas a essa corrente deviam seguir ao enveredarem pelo caminho eleitoral. O plano estipulava que o candidato eleito deveria contribuir com sua Igreja doando 5% de seu salário e apresentava compromissos políticos a serem assumidos pelos candidatos da Assembleia de Deus, como: posicionar-se intransigentemente contra a prática do aborto, a legalização de união conjugal entre pessoas do mesmo sexo, a defesa da Igreja e os evangélicos, prioritariamente, lutar contra os agentes que deterioram os bons costumes.

De acordo com Mariano (2004) as igrejas evangélicas souberam aproveitar e explorar eficientemente, em benefício próprio, os contextos socioeconômico, cultural, político e religioso do último quarto de século no Brasil. Neste contexto, cabe destacar também o enfraquecimento da Igreja Católica, conforme descrevo anteriormente neste capítulo, bem como a defesa da liberdade e do pluralismo religioso que surgiram com força no período da redemocratização do país.

Como reflexo de toda esta reconfiguração assistimos um aumento considerável do número de candidatos políticos declaradamente religiosos, acompanhando uma tendência à associação entre a identidade religiosa e o direcionamento político, expresso principalmente através do voto. Esse foi o caso, inclusive, da reação católica, que assim como parte dos evangélicos que já trabalhavam há décadas com a ideia de que “crente vota em crente”, passou a explorar a máxima de que “católico vota em católico”, conforme indicaram Machado e Mariz (2004), Oro (2011) e Mariano (2011).

Nesta perspectiva vale destacar a candidatura de José Maria Eymael pelo PDC à Presidência da República por quatro vezes, em 1998, 2006, 2010 e 2014. Em 2006, o agrupamento político por ele representado apresentou como proposta central “*transformar o*

*Estado de senhor em servidor*²⁷. Sua candidatura nunca ganhou expressividade, nem mesmo entre os católicos e Eymael obteve sua melhor colocação em 2006 quando ficou em sexto lugar de oito candidatos.

As denominações evangélicas também galgaram espaço nas disputas eleitorais dos anos 2000, elegendo vereadores, deputados, contando até mesmo com candidatos à presidência da República, a saber, Anthony Garotinho pelo PSB em 2002, Marina Silva candidata pelo PV e em 2010 pelo PSB e do Pastor Everaldo pelo PSC, primeira candidatura confessional evangélica, em 2014.

A respeito da candidatura do pastor Everaldo considero relevante a análise feita por Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) segundo a qual a mesma revela uma clara mudança de posição do segmento evangélico como “*player*” do jogo político, com suas lideranças adquirindo mais força e respeito para colocar os pleitos dos fieis no programa de ação dos candidatos que decidirem.

Dentre as denominações evangélicas que mais expandiram sua atuação política, destaca-se nos últimos anos o desempenho das neopentecostais. A Igreja Universal, por exemplo, conseguiu granjear maior legitimidade social e consolidar sua organização política. Em 1986 havia eleito 1 deputado federal, passando para 4 em 1990 e 6 em 1994. No pleito seguinte a IURD saltou para 14 em 2002 além de alcançar 22 deputados eleitos, também conseguiu emplacar um senador, Marcelo Crivella (à época PL-RJ). A atuação da Universal seguiu em crescimento vertiginoso, elegendo dezenas de vereadores e deputados estaduais por todo Brasil e emplacando a candidatura de Crivella ao governo do estado em 2006 e 2014 e à prefeitura do Rio de Janeiro em 2004, 2008, chegando à vitória em 2016.

Sobre este quadro de crescimento da representação pentecostal e neopentecostal na esfera política é importante apresentar a polarização entre as lideranças da Assembleia de Deus e a atuação pelo PSC e da Igreja Universal do Reino de Deus pelo PRB. Nesse caso, destaca-se que em 2002 o PSC elegeu apenas um deputado federal, com 500 mil votos. Em 2006 a bancada do partido aumentou para nove cadeiras e em 2010 chegou a 17 parlamentares, somando 2, 6 milhões de votos (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017, p. 25).

Já o PRB conta atualmente com dez deputados no Congresso Nacional, 21 deputados estaduais e um distrital. Em 2010 teve 168 candidatos a deputados federais e 432 a deputados estaduais. O partido conseguiu aumentar em 150% o número de parlamentares no Congresso

²⁷ Informação obtida na página oficial do Partido.

Nacional, enquanto o PSC teve um decréscimo de sua bancada em relação ao pleito anterior. Foram 17 parlamentares eleitos em 2010 e 12 em 2014 (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017, p. 36).

Em 2010, os evangélicos representavam 1% do total dos candidatos, indo para 1,29% em 2014 (ARAGÃO, 2014). Vale mencionar também que nas eleições de 2014, o número de candidatos abertamente evangélicos, que usaram nome na urna com expressões como "bispo", "pastor" e "missionário", cresceu 45% em relação a 2010. Três deputados com "pastor" no nome de urna foram eleitos (ARAGÃO, 2014).

Ainda sobre a atuação desse segmento no Congresso Nacional é preciso citar a Frente Parlamentar Evangélica ²⁸, que de acordo com informações da página oficial da Câmara dos Deputados conta no momento de elaboração deste texto com 198 deputados signatários, estando vinte destes fora de exercício e 04 senadores, um deles também não estando mais como titular. É importante mencionar que há no senso comum a tendência a correlacionar a Frente como sendo a “bancada evangélica”. A esse respeito cumpre destacar que a FPE do Congresso Nacional registrada, em 2015, para a 55ª Legislatura (2015-2018), conta com católicos, inclusive praticantes, ligados à Renovação Carismática - RCC, e muitos deputados eleitos com apoio de igrejas evangélicas, por conta de compromissos regionais, mas que não são vinculados a elas. Ou seja, a Frente é mais ampla do que a “bancada evangélica” e formaliza o que pode ser caracterizada como uma ação cristã no Congresso.

Também é relevante dizer que este pequeno mapeamento da presença evangélica no Congresso abrange deputados/as e senadores/senadoras com vinculação identificada ou declarada a uma igreja evangélica, mas que há um número considerável de parlamentares apoiados por igrejas, comprometidos com suas pautas, mas que não possuem esta filiação institucional e, portanto, não são contabilizados como parte dessa representação religiosa no Congresso. Dentre as denominações evangélicas, a Assembleia de Deus é a que conta com o maior número de representantes somando 30 deputados, seguida pela IURD com 11 e um senador e a batista com 9 deputados e 2 senadores.

Sobre a Frente é importante destacar que sua configuração vem se alterando rapidamente. Até 2002, a mesma se constituía como um grupo de religiosos que se reunia

²⁸ O Ato da Mesa nº. 69, de 10 de novembro de 2005, regulamenta a criação das Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados. Tal Ato considera como Frente a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo destinada a discutir e aprimorar a legislação federal sobre determinado setor da sociedade. É importante mencionar que no Senado Federal não existe uma normatização específica para o tema.

informalmente para discutir temas que tramitavam e se articulavam em torno, principalmente, de demanda por espaço em diferentes instâncias de poder, como o Executivo e o Judiciário. Somente a partir de 2003, um regulamento interno, diretoria, presidência e grupos temáticos passaram a existir.

A FPE celebra um culto semanal e realiza reuniões mensais, nas quais parte de seus membros discute temas de interesse de suas igrejas, recebe orientação e articula estratégias coletivas de ação. Para assessorá-la e monitorar os assuntos do interesse das denominações, a Frente já contou até mesmo com um Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica, composto por assessores de deputados evangélicos. O GAPE, hoje não mais em funcionamento, era responsável por monitorar as propostas do governo e projetos de lei, por exemplo, sobre a união civil de pessoas de mesmo sexo, a descriminalização do aborto, a lei da biossegurança, o Estatuto da Cidade, os meios de comunicação, visando orientar a atuação parlamentar dos deputados evangélicos (PRISCO, 2010).

Como estratégia adotaram, também, a ocupação de espaços de liderança em comissões e a disputa por liderança de partidos na Câmara. Com a regulamentação da FPE, notou-se uma maior articulação e coesão interna. Entende-se, nesse caso, que maior coesão não implica votar sempre junto, mas constituir um núcleo afinado e responsável pela formação de alianças e difusão de opinião e atuação política (VITAL DA CUNHA, 2014).

Seguindo esta mesma linha, Ari Pedro Oro (2003) afirmou que a frente parlamentar evangélica não constitui um grupo coeso, na verdade, segundo o autor, são raros os momentos (votações e pronunciamentos) em que se pode perceber uma unidade no pensamento dos políticos pentecostais e neopentecostais. Essa integração será vista quando temas como aborto e a união homoafetiva entrarem em pauta (PRISCO, 2010).

Mesmo não sendo atribuição da Frente garantir o voto uniforme, ela vem contribuindo para que os deputados evangélicos votem de forma relativamente homogênea, superando sua diversidade partidária e concorrência denominacional, especialmente em votações relativas à defesa da moral cristã e aos interesses corporativos de suas igrejas. Nos demais casos, seus membros seguem prioritariamente orientação partidária, as dinâmicas do processo legislativo e acordos políticos, ou razões de foro íntimo (PRISCO, 210). Apesar de não serem tolhidos pela Frente a votar uniformemente, os deputados evangélicos são monitorados pelos coordenadores políticos das denominações (em especial, Assembleia de Deus, Igreja Universal e Evangelho Quadrangular) e pelas lideranças da Frente Parlamentar.

Como afirmou o deputado João Campos, atual coordenador da Frente, a mesma tem “como missão influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a

família no que diz respeito à moral e aos bons costumes” (SANTOS, 2009). Isto é, cabe aos evangélicos, independente da denominação defender no Congresso o que consideram como ameaças à liberdade religiosa, à família e à moral cristã.

Para Prisco (2010), a Frente pode ser considerada bem-sucedida, entre outras razões, porque é capaz de aglutinar os interesses políticos das variadas agremiações evangélicas que chegam à vida pública. Dessa forma, as próprias igrejas pentecostais e neopentecostais orientam seus candidatos a integrem esse grupo legislativo, pois, assim, eles podem manter a força desse grupo dentro do Congresso Nacional.

Já para Duarte (2013) foi após a instauração oficial da Frente Parlamentar Evangélica que os evangélicos conseguiram se mobilizar mais estrategicamente em torno da defesa da vida desde a concepção, dos valores morais e dos costumes tradicionais da família brasileira. A autora chama atenção para o fato de que estes agentes abordaram tais pautas reivindicando que o Estado laico (e não laicista) garantisse que as Igrejas pudessem se manifestar contra as demandas das chamadas minorias sociais. Para isso, acionaram o discurso de que 97% da população brasileira se declarava religiosa, trazendo a público o debate sobre a legitimidade dos pleitos da maioria moral.

Assim, para Duarte, ao associar a ideia de maioria cristã à identidade cultural brasileira estes segmentos não apenas pressionam o ordenamento legal e jurídico sobre a validade de suas demandas, mas, parecem negar não o direito das minorias pleitear demandas, mas, a qualidade moral destas para uma nação cristã. Há ainda um último argumento edificante da atuação da Frente que é o de que o governo estaria deturpando a laicidade do Estado. Ou seja, ao invés de garantir a liberdade religiosa, “a sociedade cristã estaria sendo vítima de um plano ateu do governo brasileiro” (DUARTE, 2013).

Além da FPE é necessário tratar da chamada “bancada evangélica” na Câmara, grupo de parlamentares que tem sua atuação unificada em função de interesses comuns, neste caso a defesa dos valores cristãos, independentemente do partido político a que pertençam. O principal partido da bancada evangélica é o PMDB, com sete cadeiras, sendo o segundo a agremiação política religiosa chamada PSC, com quatro deputados (PRISCO, 2010).

No total, são 12 partidos políticos, dentro de uma mesma bancada, em que 53,12% representam uma mesma corrente ideológica. Segundo Campos (2005) isso parece indicar, no quadro ideológico, que a bancada evangélica é dominada pela direita. Isso quer dizer que há uma maioria absoluta à direita dentro deste grupo parlamentar. No entanto, identifica-se a presença da esquerda evangélica com representações do Movimento Evangélico Progressista.

No que tange ao papel das agremiações religiosas e a participação na “bancada evangélica”, destacam-se a Assembleia de Deus, a Igreja Batista e a Igreja Universal do Reino de Deus. As três juntas são responsáveis por 68,75% das cadeiras deste grupo parlamentar (PRISCO, 2010). Vale destacar que todas essas agremiações pertencem as correntes pentecostais e neopentecostais, mas também compõe a bancada correntes do protestantismo tradicional, notadamente, os presbiterianos e luteranos. No entanto, estes grupos religiosos ocupam uma posição minoritária na bancada (PIERUCCI, 2004).

Em 2014, a bancada conseguiu reeleger 53% de seus deputados. Ou seja, do total de 69 deputados que compunham a bancada, 37 se reelegeram. A bancada também elegeu novos representantes e passou para um total de 74 deputados (SITE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014) integrantes de 17 partidos diferentes. A sigla com maior número de representantes foi a do Partido da Republica - PR com 11 deputados e na sequência, com 10 deputados, o PSC. O deputado Marco Feliciano (PSC/SP), um dos membros da “bancada evangélica” com atuação mais destacada, aposta no crescimento da Frente e acredita que seja possível expandir ainda mais atuação da Frente nos próximos pleitos. Já o pastor Silas Malafaia, também representante do segmento, é categórico quanto à participação dos evangélicos na esfera pública: “Política é poder. Se aumentar em número, aumenta o poder e a influência. É como dois e dois são quatro” (BRAGA, 2014). E essa expansão já vem ocorrendo e de forma contínua. Esses agentes vêm ampliando tanto seus representantes quanto seu espaço de atuação.

Nem mesmo os escândalos envolvendo parlamentares evangélicos em 2010, como a máfia dos sanguessugas²⁹, onde diversos acusados eram representantes do campo evangélico, impediu esse crescimento contínuo. Segundo Trevisan (2013) esse não é fato novo, já que apesar de sua ênfase discursiva na moralização da política, vários parlamentares evangélicos, desde a redemocratização, protagonizaram escândalos variados de fisiologismo e malversação de recursos públicos, entre os quais a venda de votos para assegurar mandato de cinco anos a José Sarney, em troca de emissoras de rádio e recursos financeiros a fundo perdido (PIERUCCI, 1989). De acordo com Machado (2006), a despeito de um discurso do político evangélico de combate a corrupção como um dos elementos mais importantes dessa atuação, são inúmeros os episódios que contradizem esta fala. A autora menciona as diversas imagens

²⁹ O Escândalo dos Sanguessugas, também conhecido como máfia das ambulâncias, foi um escândalo de corrupção que estourou em 2006 devido à descoberta de uma quadrilha que tinha como objetivo desviar dinheiro público destinado à compra de ambulâncias

veiculadas recentemente pelos meios de comunicação mostrando tais acontecimentos, dentre eles o que ficou conhecido como “Oração da Propina”³⁰.

Essa ocupação maciça evangélica da esfera pública brasileira, iniciada na redemocratização política do país permaneceu em curso. Em 2014, conforme já descrito, houve a primeira candidatura confessional evangélica à presidência da República, a do Pastor Everaldo (PSC). Os dados do Tribunal Regional Eleitoral referentes a este pleito eleitoral também indicam que a presença de pastores foi 40% maior do que nas eleições de 2010, com 270 candidatos inscritos como pastores contra 193 em 2010. As candidaturas confessionais católicas, segundo tais dados, também aumentaram, com o número de candidatos padres sendo 15% maior (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

Vale ressaltar que se em 2010 as lideranças evangélicas se dividiram no apoio às candidaturas, em 2014 estava clara a diminuição do apoio evangélico ao PT e a reeleição de Dilma Rousseff. Em 2010, a despeito das polêmicas envolvendo as pautas do aborto e da população LGBT, o PSC apoiou a candidata petista. Segundo, Vital da Cunha; Lopes e Lui (2017) a mídia atribuiu tal posicionamento à promessa de ocupação de cargos no futuro governo e de apoio financeiro nas eleições. Nesse sentido, destaca-se que na declaração do PT à Justiça eleitoral daquele ano consta a remessa de R\$ 4,7 milhões para o partido aliado.

Contudo, em 2014 o partido teve candidatura própria e afirmou estar insatisfeito com o Governo Dilma Rousseff desde o princípio. Além disso, para muitos setores evangélicos houve a retomada da ideia que imperou em meados do século XX de que *crente vota em crente*. Nota-se tal percepção da fala do senador Magno Malta: “Não podemos ficar com ninguém que não seja o Everaldo. Evangélico ficar contra o pastor é cuspir na nossa bandeira” (VENCESLAU; TOMAZELA, 2014). Mas ao longo da campanha, Everaldo e seus apoiadores fizeram questão de reforçar a defesa do Estado laico:

Estamos em uma democracia e em um estado laico. Vou governar para todos os brasileiros com os princípios cristãos que eu não abro mão de amor ao próximo, de moralidade e de respeito com o cidadão. Eu tenho minha fé e vou respeitar a fé de todos os brasileiros (GARCIA, 2014).

Também é importante abordar o pleito eleitoral de 2016, onde as lideranças evangélicas buscaram usar as eleições municipais para consolidar sua força política no país. Pela primeira vez em disputas eleitorais houve uma organização de caráter nacional dando sustentação a candidaturas protestantes, pentecostais e neopentecostais. A Concepab,

³⁰ Evento que incluiu uma oração coordenada por políticos evangélicos para agradecer o sucesso da operação de recolhimento de dinheiro público fruto da corrupção e que foi divulgado pelos meios de comunicação.

instituição que desde 2009 reúne pastores de diferentes denominações, acompanhou de perto ao menos 100 candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador em todo o país.

Vale destacar que das candidaturas a prefeito acompanhadas de perto pela direção nacional da Concepab, 43 eram do PRB. Outra informação relevante é que segundo levantamento feito pelo site da Revista VEJA, em 2016, entre os postulantes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador de todas as capitais brasileiras na eleição deste ano, haviam 250 candidatos que levavam em santinhos, adesivos e à urna eletrônica, junto de seus nomes, suas funções hierárquicas evangélicas. Foram 195 candidatos-pastores, 33 missionários, 14 bispos.

O quadro apresentado acima traz a nova configuração do campo religioso brasileiro e suas implicações, com evangélicos assumindo notória expressão social e junto aos católicos o protagonismo frente a uma série de pautas e intervenções no campo político. Mesmo diante da disputa destes segmentos pela hegemonia do campo religioso e pela ocupação do espaço público, assistimos à constituição de ações unitárias destes com relação a determinadas temáticas. Dentre as principais matérias responsáveis por tal articulação e atuação conjunta figuram as pautas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, direitos da população LGBT e recentemente as chamadas políticas de gênero. Para compreender este cenário é importante mencionarmos como estas pautas começaram a adquirir visibilidade e espaço na agenda das políticas públicas brasileiras da década de 1990 e especialmente como as feministas e os movimentos de mulheres se comportaram neste período.

No início dos anos 1990 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos setores específicos de mulheres de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular e cresciam também as organizações feministas de mulheres negras, assim como as pesquisadoras feministas presentes na Academia (CARREIRA *et al*, 2016).

Assim, ampliava-se a atuação política dos movimentos de mulheres e os parâmetros da própria luta feminista. Segundo Carreira (2016), essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve diretamente relacionada à agenda internacional construída na década de 1990 e seus documentos bases, como a Declaração e Programa de Ação da 2ª Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993), que destacava o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais e a Declaração e Plano de Ação da Conferência Internacional

sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), um importante marco para a definição do conceito de saúde reprodutiva, incluindo metas de redução de morte materna e infantil.

Neste bojo, realizou-se no Brasil a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção Belém do Pará, 1994), que determinou a violência contra as mulheres como violação de direitos humanos e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens. Tal organização internacional do debate de gênero e políticas públicas ainda contou com um momento chave, a saber, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995.

O processo de mobilização e participação para estas Conferências foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil, onde as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas públicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção à mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional (CARREIRA *et al*, 2016).

Ainda sobre a atuação dos movimentos de mulheres e das feministas na década de 1990 é preciso pontuar, que a partir de uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, surgiram uma série de organizações não governamentais, as chamadas “ONGs feministas”, que de acordo com Carreira (2016) passaram a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas diferentes políticas públicas, inclusive as educacionais.

Vale dizer também que a hegemonia que estas ONGs assumiram neste período se tornou uma preocupação para vários setores do movimento e em um contexto de resposta ao que chamaram de feminismo institucional e da ordem, organizaram-se movimentos nacionais e de caráter internacionalista, que passaram a atuar de forma orgânica e sistêmica juntos ao conjunto dos movimentos sociais. Portanto, identifica-se ao longo da década de 1990 a ação dos movimentos de mulheres e das feministas tanto junto aos órgãos governamentais quanto nas organizações de base e movimentos populares.

Esta conjuntura de fortalecimento das pautas trazidas pelas mulheres e a ampliação de suas frentes de atuação colaboraram para que setores do feminismo brasileiro identificassem, com a proximidade das eleições presidenciais, a necessidade de uma atuação conjunta e articulada no sentido de garantir um compromisso por parte dos candidatos e candidatas com as demandas das mulheres. Uma plataforma política feminista foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa.

Assistimos, portanto, ao longo da década de 1990 e anos 2000 a composição da cena pública brasileira, da agenda de debate e constituição das políticas públicas ganhar novos agentes, dentre estes os segmentos evangélicos e os movimentos de mulheres e feministas³¹. Também vimos a mudança na atuação católica, que passou a usar outros canais de intervenção e ingerência nesta agenda política do país. Assim, agentes católicos vêm defendendo seus interesses por vários meios, inclusive através de políticos sensíveis a sua influência.

Ou seja, parto da premissa de que um exame acerca dos atores e atrizes que protagonizaram a cena pública brasileira a partir da nossa redemocratização política implica na compreensão da reconfiguração do campo e da atuação religiosa no campo político, o que nos leva a considerar o processo em curso de “descatolinização” e a participação crescente dos evangélicos em diversas frentes nas últimas décadas. Também exige a análise do novo comportamento e das estratégias de ação dos católicos, bem como o conhecimento acerca da estruturação dos movimentos feministas e de mulheres.

Os dados apresentados sobre estes agentes propiciam reflexões elementares acerca do acúmulo de capitais que estes foram realizando desde esse período, suas movimentações no interior dos campos e de que forma isto influenciou no status atual deles. Acredito que trabalhar com esta perspectiva é fundamental para a compreensão das disputas que ocorreram em torno das políticas educacionais ao longo dos governos petistas e no desdobramento ao veto a presença de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação de 2014.

1.4 Conciliando agentes e jogando com as contradições

O fenômeno de expansão da presença evangélica no país, em conjunto com a relação histórica entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, e também da atuação dos movimentos feministas e de mulheres, constituem, conforme já mencionado, elementos importantes para análise do quadro atual do campo de produção de políticas educacionais no Brasil.

Sobre o primeiro elemento, a atuação política do segmento evangélico e seu crescimento, é necessário apontar que este vem sendo um tema de forte repercussão frente aos partidários da laicidade no Brasil. Vital da Cunha (2014), por exemplo, questiona: qual o incômodo da presença religiosa de evangélicos na política? Segundo a autora, a Igreja Católica foi beneficiada com dispositivos em diversas cartas Magnas brasileiras e, apenas

³¹ Importante registrar que neste período também se destacou na cena pública e política brasileira os movimentos LGBT. Os mesmos terão papel de destaque frente a uma série de embates no campo político e de produção das políticas educacionais. Contudo, o recorte feito neste trabalho, não permite uma análise da atuação e organização destes segmentos.

recentemente, os privilégios assegurados pelo Estado, quase exclusivamente a esta instituição, estariam sendo verificados, também, entre entidades evangélicas. Fato que estaria trazendo ao centro do debate contemporâneo o aparelhamento do Estado pelos religiosos³².

Essa é uma reflexão fundamental e que me faz retomar a ideia de que não foram os evangélicos, apesar da imagem hoje constituída, que inauguraram a presença religiosa na esfera pública e a interferência nas ações do Estado. Conforme tento apresentar neste trabalho, esta relação sempre esteve presente, de diferentes formas e contornos, na história do país. A questão principal trazida com a ampliação da atuação evangélica, ao qual também já fiz menção nesta tese, é a perspectiva de setores religiosos de promoção de um “loteamento” do Estado. Ou seja, se antes havia a ingerência de uma instituição religiosa, com os evangélicos inaugura-se a tentativa de ocupação massiva dos espaços públicos e a defesa de que liberdade religiosa, direitos iguais e democracia implicam em presença religiosa, não apenas católica, no Estado.

Essa concepção acerca dos novos vínculos estabelecidos entre Estado e religião tem impactado consideravelmente as legislações e as políticas públicas do país. Importante dizer que as disputas entre católicos e evangélicos por espaço vem se dando ao longo das últimas décadas, mas que a mesma não tem impedido a unidade destes segmentos em diversas pautas. Verifica-se uma unidade cristã em torno destas temáticas e a ampliação que a mesma proporciona, agregando setores, não necessariamente religioso, mas que são conservadores.

Nota-se, portanto, que candidatos e diversos partidos políticos tentam, cada vez mais, utilizar a religião para fins político-partidários e eleitorais. Nos últimos quatro pleitos, por exemplo, a “bancada cristã” (católicos e evangélicos) manteve um crescimento contínuo. Além disso, o número das bancadas religiosas em assembleias legislativas e câmaras municipais também tem crescido.

Cumprе mencionar ainda que a representatividade e ampliação da atuação dos segmentos religiosos no campo político tornaram o apoio desses agentes e de suas instituições fundamentais nos pleitos eleitorais, inclusive, podendo-se dizer que são definidores desses processos. Como exemplo, podemos citar o papel preponderante que os evangélicos tiveram em 2002, primeiro quando apoiaram majoritariamente Anthony Garotinho e no segundo turno quando fizeram campanha para Lula.

³² Vital da Cunha ainda destaca que esse aparelhamento do Estado no Brasil não é operado exclusivamente pelos religiosos e que é revelador da relação estabelecida no país entre público e privado.

Pela primeira vez o PT e Lula conseguiram não só superar parte das resistências como obter cabos eleitorais importantes entre as lideranças evangélicas, com destaque para a participação da IURD. O fato é que ao contar com um candidato a vice do Partido Liberal, o PT conseguiu o apoio de deputados liberais da IURD comandados pelo bispo carioca Carlos Rodrigues. Até este período o Partido dos Trabalhadores tinha 5 deputados federais evangélicos vinculados ao Movimento Evangélico Progressista. Após a eleição de 2002 houve um crescimento de petistas evangélicos que resultou na formação de um grupo para articular os evangélicos filiados ao PT e que chegou a ter como assessor de assuntos religiosos na Câmara (MACHADO, 2012).

É mister destacar a ambiguidade envolvendo as ações do Executivo Federal por meio de governos petistas, bem como da maioria dos parlamentares vinculados à “bancada cristã”, que compunham a base destes governos. Apesar da sinalização feita aos religiosos ainda nas campanhas, o Partido dos Trabalhadores (PT) manteve, por exemplo, sua resolução oficial favorável à legalização do aborto e à defesa das bandeiras do movimento LGBT, o que tornou dúbia a função desses parlamentares, que apoiavam o governo em temas econômicos e de assistência social, mas divergiam abertamente quando os temas eram direitos sexuais e reprodutivos ou políticas para população LGBT. A atuação do governo petista foi, portanto, contraditória e conflituosa.

Um exemplo significativo acerca dos conflitos no interior do próprio governo petista e sua base aliada foi o Projeto de Lei – PL nº 478/2007 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007), de estatuto do nascituro. O texto, originalmente de autoria dos deputados federais Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), prevê proteção integral ao nascituro, que tem sua natureza humana reconhecida desde a concepção.

O projeto, que veio em resposta a decisões do Supremo favorável à interrupção da gravidez de anencéfalos e às pesquisas com células-tronco de embriões. O governo Lula declarou-se contrário ao projeto, assim como a bancada petista no Congresso, e conseguiu protelar a votação do mesmo, que ainda se encontra em tramitação. Mas é importante lembrar que um parlamentar evangélico³³, à época filiado do PT, era um dos autores do referido PL e também já havia proposto a criação da chamada "CPI do aborto" para investigar a prática clandestina do aborto.

³³ Com posições que iam de encontro as deliberações congressuais do partido, Luiz Bassuma foi punido em 2009, quando houve a decisão de suspender suas atividades partidárias pelo período de um ano e quando o mesmo decidiu desfiliar-se do partido.

A esse respeito é indispensável, como evidencio no texto, identificar que nos governos petistas esta relação de disputa e conflito se deu não apenas com agentes externos, mas com membros do próprio partido. Muitos integrantes petistas no governo eram ex-militantes católicos, como: Gilberto Carvalho, dirigente nacional da pastoral operária e depois chefe de gabinete da presidência; Marina Silva, membro das CEBs e que foi ministra do meio ambiente; Olívio Dutra, integrante da juventude estudantil católica e ministro das cidades; Miguel Rossetto, membro da pastoral católica e ministro do desenvolvimento agrário; Frei Betto, líder da esquerda católica e que foi assessor especial da presidência até 2004; dentre outros.

Segundo Mariano (2006) foi na área social que a Igreja Católica exerceu maior influência no governo Lula. Nos dois primeiros anos de governo ocorreram vários encontros entre Lula e seus assessores e ministros com líderes católicos e, em menor número evangélicos. O principal programa social do governo, Bolsa Família, por exemplo, ficou sobre coordenação de Patrus Ananias, homem de confiança da ala progressista da Igreja Católica.

Esta relação intrínseca do governo petista com os católicos gerou embates com os setores evangélicos, que neste momento já possuíam uma forte presença na Câmara. O governo Lula nos anos seguintes ampliou seu arco de alianças e suas parcerias, apresentando o discurso de que esta expansão garantiria governabilidade. Para Toni (2006) o governo Lula passou a trabalhar com um conceito de “governabilidade ampliada”, que reúne governabilidade institucional, econômica e social.

No âmbito da governabilidade social é que houve a abertura de espaço no interior do governo para lideranças das mais diversas religiões, especialmente evangélicos. Católicos permaneceram tendo uma forte presença nas esferas decisórias do governo, mas agora dividiam lugar com outras religiões. Essa participação religiosa nos governos petistas significou, para Mariano (2006), frequentemente, a possibilidade de obter recursos do governo e legitimar a própria atuação religiosa no espaço público.

Essa composição com católicos e evangélicos gerou embates no interior no governo. A nomeação de Patrus Ananias, por exemplo, foi alvo de críticas entre os evangélicos. O pastor Ariovaldo Ramos, que integrava o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, interpretou a nomeação como “uma vitória da Igreja Católica na queda de braço com o governo” para controlar as políticas sociais. Afirmou ainda que no Brasil o Estado é leigo (laico) por direito, mas, de fato, prevalece a força da Igreja Católica (TONI, 2006, p.19).

Em compensação os evangélicos tiveram apoio do governo para modificar o novo Código Civil. Em dezembro de 2003 alterou-se no código a ideia de colocar as igrejas

evangélicas como associações, passando estas para pessoa jurídica e assim desobrigando-as de efetuar as mudanças inicialmente previstas pelo código como reformar os estatutos, registrar movimentações financeiras, de comprovar receitas e despesas, declarar anualmente imposto de renda, de convocar assembleia geral para tomar certas decisões.

Contudo, Mariano (2006) chama atenção para o fato de que volta e meia o diálogo dos Governos petistas com as Igrejas Cristãs sofrerem abalos em razão dos responsáveis por secretarias e ministérios, bem com a militância do partido e diversos movimentos sociais, se colocarem frontalmente contra certas posições conservadoras e tradicionalistas adotadas pelo governo na esfera moral e sexual.

Enquanto católicos e evangélicos se dedicavam intensamente à defesa de uma moralidade cristã estrita, mediante a intervenção nas votações, nas políticas públicas e nos debates legislativos relacionados às propostas de descriminalização do aborto, a união civil de homossexuais, aos direitos humanos e sexuais, às tecnologias reprodutivas, feministas e defensores dos direitos LGBT estavam do outro lado da trincheira, vários dos quais entrincheirados no governo lula.

O PT havia assumido compromissos de campanha com pautas das mulheres e da população LGBT, mas sua composição enquanto governo e a formação de uma base aliada que garantisse a “governabilidade”, o que incluía necessariamente setores conservadores e agentes religiosos, contribuíram para os paradoxos da gestão petista e os conflitos inerentes a eles.

Não obstante, o fato de que grande parte das feministas e dos movimentos de mulheres haviam apoiado em alguma medida a eleição de Lula e a presença feminista no próprio partido contribuíram para o acirramento dos conflitos no interior do governo. Soma-se a isso todo o crescimento institucional e o poder de mobilização galgado pelos movimentos de mulheres desde a década anterior. Assim, a posição majoritária das articulações feministas frente aos governos petistas foi de ocupar os espaços institucionalizados, mas de pleitear e lutar por novos espaços de interlocução e de fortalecimento das pautas de mulheres.

Nesse sentido, é importante falar do papel do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que desde sua criação teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, ele passou a integrar a estrutura da SPM e a contar, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo. Isso ampliou significativamente o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. Segundo Carreira (2016) este seria um dos fatores que teria contribuído para uma resposta positiva de parte significativa dos movimentos de mulheres e das feministas à convocatória governamental, através da Secretaria Especial de

Políticas para Mulheres, para a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, em julho de 2004, e das demais conferências que viriam nos anos seguintes.

As feministas, os movimentos LGBT, de direitos humanos, dentre outros, tem adquirido maior visibilidade no período mais recente, além de virem atuando de forma mais organizada sob as políticas públicas. Para isso, a participação nos órgãos de controle social e nos Conselhos estaduais foram centrais, contribuindo para uma aproximação destes movimentos, nos anos 2000, da formulação, do planejamento e da implementação das políticas. Ou seja, tais movimentos passaram a contar com uma articulação maior para monitorar, fazer *Lobby* e promover suas pautas no campo político.

É fundamental dizer, portanto, que mesmo com o poderio crescente de segmentos religiosos na cena pública brasileira, tem havido resistência de agentes tanto dos movimentos sociais, quanto do legislativo e do próprio Poder Executivo Federal. Parlamentares do campo progressista vêm se opondo e enfrentando estes setores. Foram inúmeros os momentos de choque e enfrentamento entre religiosos e movimentos sociais progressistas nos governos petistas, que demonstraram suas contradições.

Como exemplo pode-se mencionar concessão do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, pela presidência da república, ao grupo Estruturação³⁴, de apoio a Homossexuais e o fato de Lula ter ganhado o prêmio Triângulo Rosa de maior amigo dos homossexuais brasileiros. Além disso, também podemos citar o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL. Ministério da Saúde, 2004) sob comando do Ministro Nilmário Dantas, que quando deputado havia proposto um Projeto de Lei que definia como crime a discriminação contra homossexuais.

O programa Brasil sem Homofobia (BRASIL. Ministério da Saúde, 2004), por exemplo, recebeu duras críticas tanto de católicos quanto de evangélicos. Algumas lideranças religiosas se pronunciaram publicamente contra o mesmo, argumentando que Lula estaria liderando a promoção do “homossexualismo”³⁵ no país. Parte dessas lideranças foram além e afirmaram que um possível reconhecimento da orientação sexual como direito humano demoliria a natureza universal dos Direitos Humanos. Isso porque, segundo estes, as leis que protegem a família sofreriam uma séria agressão e precisariam ser mudadas a fim de que os

³⁴ Entidade de direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, que atua desde 1994.

³⁵ Termo utilizado por setores religiosos e conservadores que entendem orientação sexual como opção, como um desvio, uma doença, e portanto passível de cura.

praticantes do “homossexualismo” pudessem ter o direito de se casar e adotar crianças, por exemplo. Para estes segmentos tal aceitação violaria os direitos da família e o significado legal do casamento da maioria esmagadora de pessoas do mundo inteiro.

Nesse sentido, evangélicos e católicos foram conclamados a

[...] acordarem e utilizarem seu direito de livre expressão contra a posição pró-homossexualismo do governo, antes que esse direito lhes seja tirado por políticas e leis favorecendo o homossexualismo (SEVERO, 2004).

Os mesmos também foram incentivados a se manifestarem contra o edital da Secretaria de identidade e diversidade cultural do Ministério da Cultura que disponibilizaria R\$1,5 milhões para trinta projetos de parada gays no país.

Outro ponto que foi alvo de duros embates entre religiosos e outros segmentos do governo foi o aborto. Em 2004 a então Ministra Nilcéa Freire lançou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004), no qual anunciou a instalação de um grupo de trabalho para reavaliar a legislação brasileira sobre o aborto. Como resposta, em dezembro do mesmo ano o presidente da CNBB Cardeal D. Geraldo Majella Agnelo reafirmou a posição da Igreja contra a legalização do aborto, bem como outros programas do governo no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos.

O Ministério da Saúde publicou uma carta aberta onde afirmou que a Igreja estava errada em insistir que o preservativo não protege e afirmando que a mesma poderia estar cometendo mais um crime contra a humanidade. A CNBB rebateu em nota dizendo que a Igreja é contrária ao uso de preservativos³⁶ não somente por razões de ordem moral, mas por motivos educativos e pedagógicos.

Ainda no governo Lula verificou-se, por exemplo, inúmeros esforços do Vaticano no sentido de negociar com o Estado uma concordata que lhe garantisse formas diferenciadas de intervenção na sociedade brasileira. A assinatura do acordo bilateral entre a República Federativa Brasileira e a Santa Sé, e sua posterior aprovação no Congresso Nacional, em 2009 veio, uma vez mais, expressar o tratamento preferencial do Estado em relação à Igreja Católica, uma vez que entre outras coisas, implicava na concessão de subvenção a essa instituição.

³⁶ A Igreja católica também se opôs a outras medidas de Ministério da Saúde, como o aumento de 50 % até 2017 de unidades do SUS credenciadas para realizar cirurgias de esterilização e a ampliação da distribuição da pílula do dia seguinte a todas as mulheres e não só as vítimas de violência sexual.

Esse acordo gerou um intenso debate na sociedade e recebeu fortes críticas tanto dos movimentos sociais, de militantes do próprio PT, quanto dos grupos religiosos espíritas, religiões de matrizes africanas e também dos evangélicos que compunham a base aliada do governo. Diferentes organizações, como a Liga Brasileira de Lésbicas, a Marcha Mundial das Mulheres, ABGLT, envolveram-se na coordenação da chamada Marcha pelo Estado Laico. A ideia era de que ocorresse de forma descentralizada, em diferentes pontos do país, manifestações contra a Concordata e a favor do Estado laico. Houve a divulgação de um manifesto (anexo I) pela internet e do calendário das ações.

Também no enfrentamento à sanção da Concordata, Deputados da Frente Parlamentar Evangélica, contando com o apoio de militantes e grupos laicistas nessa batalha, manifestaram franca oposição ao acordo. O pastor assembleiano e deputado Pedro Ribeiro (PMDB), membro da FPE, defendeu que “o acordo feria a laicidade, a isonomia e a soberania nacional, além da liberdade religiosa (CONGRESSO EM FOCO, 2009).

Para tentar impedir a aprovação do Acordo no Congresso Nacional, parlamentares evangélicos, se lançaram como ardorosos defensores da laicidade. Mais uma vez chamo atenção para a concepção de laicidade apresentada por estes setores, qual seja a de garantia de direitos iguais para “todas as religiões”, o que implicaria também numa presença igualitária nos espaços públicos.

O resultado desta perspectiva apresentada foi um Projeto de Lei (PL nº160/2009) com o mesmo teor do acordo católico com o Estado, mas neste caso para beneficiar os evangélicos. Nomeado Lei Geral das Religiões, o projeto fiava-se na defesa de tratamento isonômico que o Estado brasileiro, por ser laico, deveria conceder aos diferentes grupos religiosos e na crença de que deputados federais e senadores não deveriam discriminar negativamente evangélicos. Após intensas negociações houve o acordo de que os evangélicos aprovariam a Concordata e em troca a Lei Geral das Religiões seria votada. Entretanto, a mesma completou 7 anos de tramitação e segue aguardando aprovação.

Outras iniciativas dos governos do Partido dos Trabalhadores, como o programa Brasil sem Homofobia, combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual, a instalação de uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o aborto e o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos figuraram entre os momentos em que estes conflitos envolvendo integrantes do governo e membros da “bancada cristã” tornaram-se públicos.

Em 2013, por exemplo, o governo petista esteve em nova saia justa quando houve a eleição do Pastor Marco Feliciano (PSC) para a presidência da CDH. Pastor da Assembleia de

Deus, Feliciano é criticado por entidades ligadas aos direitos humanos, pelas feministas e setores da esquerda por acusações machistas, racistas e homofóbicas. A militância do Partido dos Trabalhadores posicionou-se veementemente contra sua eleição, mas o governo teve dificuldades em se posicionar, já que o deputado integrava sua base e publicamente era um dos principais defensores das políticas sociais e econômicas do governo.

É importante ressaltar que a aliança do PT com setores evangélicos provocou mal-estar na relação do partido com a Igreja Católica. Durante os governos Lula, foram intensas a negociação e as concessões para atender tanto católicos quanto evangélicos. Pode-se dizer que foi bem sucedida a estratégia do partido, já que ambos compuseram a base aliada do governo no Congresso e a campanha da candidata petista em 2010 contou com os dois segmentos.

Mas é fundamental dizer que, para garantir tal apoio a campanha de Dilma Rousseff se envolveu em diversas polêmicas relacionadas principalmente a temas sobre as mulheres e população LGBT e precisou se comprometer com uma série de pautas destes segmentos religiosos. Por exemplo, no lançamento da carta “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, da autoria do Dom Luiz Gonzaga Bergonzini, bispo de Guarulhos-SP, dentre outras coisas, recuperava-se a história do PT e rechaçava-se o voto na candidata Dilma:

Na atual conjuntura política o Partido dos Trabalhadores (PT) através de seu IIIº e IVº [sic] Congressos Nacionais (2007 e 2010 respectivamente), ratificando o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) através da punição dos deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por serem defensores da vida, se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência. [...] A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não deem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais ‘liberações’, independentemente do partido a que pertençam. (BERGONZINI, 2010)

Algumas semanas depois de lançado tal manifesto a candidata Dilma Rousseff foi a público afirmar ser contrária ao aborto e a dizer, entretanto, que isso “não se trata de uma convicção pessoal”, pois “não conheço uma mulher que acha o aborto uma coisa fantástica e maravilhosa. É uma violência e um risco de vida”³⁷. Com isso a temática do aborto ganhava a cena nesta disputa eleitoral e com ela atuação veemente e impactante da Igreja Católica.

O debate despertou uma resposta de setores vinculados à própria Igreja Católica. A organização feminista e católica “Católicas pelo Direito de Decidir” lançou uma nota reagindo aos principais pontos que estruturavam aos documentos da cúpula Igreja sobre o

³⁷ Informações obtidas no portal UOL. Especial eleições 2010.

tema nas eleições e, a partir disso, reafirmavam a sua perspectiva sobre o aborto e sobre a própria Igreja Católica.

Ainda nesta mesma disputa eleitoral houve a divulgação do “Manifesto de cristãos e cristãs evangélicos/as e católicos/as em favor da vida e da vida em abundância”, assinado por diversos líderes religiosos e com grande adesão entre as pastorais católicas. O documento trazia uma citação bíblica que servia como justificativa à existência do mesmo: “Se nos calarmos, até as pedras gritarão! (Lucas, 19:40)”. A proposta era pressionar publicamente as candidaturas em torno dos temas ligados aos direitos sexuais e reprodutivos, aos direitos das mulheres e da população LGBT.

Cumprir o papel exercido por Silas Malafaia, pastor da Assembleia de Deus, televangelista de grande sucesso, que havia apoiado Lula em 2002, mas que havia rompido com o governo em 2006: “Durante quatro anos o PT votou em tudo que é contra as nossas crenças e valores. Chega na hora da eleição, vem com essa hipocrisia”. (COLETTA; CARAM, 2014). Em 2010 assumiu grande destaque na disputa eleitoral em torno do voto evangélico, utilizando as redes sociais e seus canais de comunicação para fazer campanha para o tucano José Serra.

O Fórum Evangélico de Ação Social e Política também se posicionou nesta campanha eleitoral divulgando frases como: “Sua família corre perigo, Cuidado!”. Tais materiais foram amplamente utilizados por pastores, bispos e políticos do segmento evangélico durante o processo eleitoral para combater a candidatura de Dilma Rousseff. Mais uma vez, também se acionou o discurso do Estado laico pela chave de que nele a igreja tem o direito de atuar para fazer com que essas suas bandeiras sejam respeitadas e que norteiem, o máximo possível, os valores da sociedade.

A ideia é que embora as pessoas possam ter liberdade de praticar qualquer tipo de ação dentro de uma sociedade os segmentos religiosos devem exercer o direito de não permitir que aquilo se torne uma lei. A fala de Robson Rodovalho (Ex-Deputado Federal e bispo da Sara Nossa Terra/Brasília) exemplifica bem a ideia: “Então, se você acha que você pode casar com animal, casar um homem com outro homem, mulher com mulher é um direito que cada um tem. Agora, que isso não torne uma permissão legal” (MACHADO, 2013).

A tendência a um tom conservador e moralista de grande parte do Congresso Nacional seguiu em curso no primeiro mandato de Dilma Rousseff, através da apresentação de diversos Projetos de Lei, como o PL nº 6583/2013 de autoria de Anderson Ferreira - PR. O mesmo trata da criação de um Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar.

Em seu texto define-se o que seria considerado legalmente como entidade familiar - núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável – e a importância do Estado proteger e valorizar esta instituição. Nesse sentido, o projeto levanta a necessidade de políticas públicas que tratem das questões complexas a que estão submetidas as famílias num contexto contemporâneo, tais como as drogas, a violência doméstica, a gravidez na adolescência, até mesmo a desconstrução do conceito de família.

O referido projeto, que ainda encontra-se tramitando, repercutiu consideravelmente nos movimentos sociais e progressistas e especialmente dentre as feministas e militantes LGBT. Ao definir o que seria família o projeto excluiu qualquer arranjo que não seja o heteronormativo³⁸. Houve mais uma vez uma enorme polêmica no arco de alianças do governo. O autor do PL, filho do ex-deputado e Bispo evangélico Manoel Ferreira, compunha a base aliada do governo. Contudo, a bancada do Partido dos Trabalhadores foi enfática no discurso contrário ao projeto. O executivo silenciou-se sobre o projeto e assistiu-se mais uma vez a diferentes agentes que integravam a mesma base enfrentarem-se em torno de temáticas relacionadas a questões afetas ao campo moral.

Ainda no âmbito das contradições que marcaram a gestão petista é preciso mencionar que elas se davam não apenas na relação com o legislativo, mas também no interior do próprio executivo. Se havia espaço para novas secretarias e para programas na área da diversidade e de gênero, igualmente era possível encontrar projetos de cunho conservador e atrelados a segmentos religiosos, como os cursos SUPERA e Fé na Prevenção, voltados para profissionais de saúde e de assistência social e para lideranças religiosas, respectivamente.

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e o Ministério da Justiça ofereciam os cursos através de videoconferências e palestras organizadas pela Comissão Gestora do Plano Operativo Estadual para o Programa Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência. A proposta era a capacitação de pessoas de todo o Brasil que desempenham papel de lideranças religiosas ou que atuam em movimentos afins, para ações de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco. Ou seja, uma intervenção pautada pelo vínculo entre usos de drogas e a fé, por uma visão conservadora sobre o consumo de drogas e suas políticas públicas e a transferência de ações do Estado para agentes religiosos.

³⁸ Refere-se à heteronormatividade, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos. Que marginaliza as orientações sexuais que se diferem da heterossexual.

Outro ponto polêmico envolvendo a SENAD foram as Comunidades Terapêuticas. Espaços vinculados ao Ministério da Saúde, criados ainda na década de 1960 para os dependentes químicos como um tratamento alternativo aos antigos manicômios, as CT adquiriram visibilidade nos anos 2000. No edital de chamamento público de 2014 do Ministério exigiu que as comunidades terapêuticas providenciassem duas visitas médicas a cada dez dias para cada interno e que não obrigassem o interno que se opusesse a assistir aos cultos religiosos. O resultado foi que muitas comunidades se recusaram a participar em razão dessas duas exigências e o edital da SENAD aprovou apenas 78 projetos, num total de 985 leitos previstos. Frei Hans Heinrich Stapel, fundador da Fazenda da Esperança, rede católica de comunidades com 52) unidades no Brasil, explica: “Eu rejeitei. Sabem por quê? Porque não entendem a comunidade terapêutica. Querem fazer de nós um hospital, o que não somos” (SENADO FEDERAL, 2011).

O senador Waldemir Moka (PMDB), que defendeu o boicote ao edital, argumentou em entrevista ao portal do Senado que as comunidades “alegam que o edital do Ministério da Justiça dá a entender que há restrição à metodologia deles. Ou seja, eles apostam na terapia da fé para o tratamento, e é como se o governo quisesse interferir nisso”. As comunidades não abrem mão da participação dos internos nas atividades religiosas, mas, assim, correm o risco de o Ministério Público impugnar o convênio.

Paulina Duarte, representante do Ministério da Saúde à época, alegou que seriam exigências constitucionais: “Não posso financiar, com recursos públicos, uma instituição católica que recebe para tratar um evangélico e o obriga a assistir a uma missa. Para essas comunidades, a nossa sugestão é de que seja seguida a metodologia, mas que se dê ao interno o direito de escolha”. O fato é que o governo foi acusado tanto por católicos quanto por evangélicos de estar proibindo Deus nas unidades de atendimento e com isso de interferir na atuação destes segmentos e no que consideram como Estado laico. Como resultado houve a criação da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas em 2015. A Frente é composta por mais de 200 parlamentares e tem como presidente o deputado federal Eros Biondini (PROS), líder da Renovação Carismática.

Os paradoxos dos governos petistas permaneceram em curso e adquiriram notoriedade, mais uma vez, na campanha eleitoral de 2014. Sobre a candidatura de Dilma Rousseff é preciso destacar que a mesma já havia se colocado publicamente favorável à legalização do aborto e admitiu não professar nenhuma fé, o que em um quadro de disputa eleitoral acirrada se tornaram pontos de ataque a sua figura e levaram a candidata a fazer um acordo público

com os religiosos, sustentando que “é importante crer” e disse ainda acreditar no poder da oração.

A candidata à época incorporou, em seus discursos várias citações e expressões religiosas. A petista também recorreu em sua segunda campanha, de 2014, diversas vezes a um Salmo, para afirmar que “o Estado é laico, mas feliz é a Nação cujo Deus é o Senhor”.

Eu acredito naqueles que creem no poder da oração. Na bíblia, está escrito que a oração de um justo pode muito em seus efeitos. Não se esqueçam de orar por mim. Eu estarei contando muito com isso. Quero dizer também para vocês que todos os dirigentes desse país dependem do voto do povo e da graça de Deus. Eu também, afirmou Dilma (FARAH, 2014).

Vale sublinhar que na atual legislatura (55^a), foi instituída a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, que conta com 214 deputados e 5 senadores signatários. Givaldo Carimbão (PHS) é um dos atuais coordenadores, ligado a RCC, e um dos principais políticos da Frente Católica a aparecer na mídia assumindo posições contrárias à legalização do aborto e à criminalização da homofobia.

Cabe ainda mencionar sobre o fortalecimento da Associação Nacional de Magistrados evangélicos durante o os anos 2000. Criada em 2001, como ferramenta de defesa dos posicionamentos de magistrados evangélicos dos valores cristãos na sua área de atuação, assim como para a evangelização, troca de informações, confraternização e estudo da Palavra de Deus, sob a ótica jurídico-evangélica, a ANAMEL ganhou força a partir do segundo mandato do presidente Lula (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017). O campo jurídico se tornava também espaço de intensa disputa, nos governos petistas, em torno das políticas adotadas.

Em contraposição a esse fortalecimento evangélico houve o STF assumindo o papel de garantidor do avanço de algumas agendas político-sociais no Brasil. O avanço de alguns direitos alvos de disputa no Congresso Nacional, como o casamento igualitário e a garantia da interrupção da gravidez em casos de gestação de feto anencéfalo foram decididos pelo poder judiciário. Sobre o primeiro, o Supremo reconheceu, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. O que na prática assegurou que as regras que valem para relações estáveis entre homens e mulheres sejam aplicadas as uniões homoafetivas.

O presidente do Supremo à época, ministro Cezar Peluso, concluiu a votação pedindo ao Congresso Nacional que regulamentasse as consequências da decisão do STF por meio de uma lei. O reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo pelo judiciário significa viabilizar inclusive o casamento civil homoafetivo, que é direito garantido a casais em união estável. Outro caso de enorme polêmica em que o STF posicionou-se contrário a maioria do Congresso Nacional foi o de garantia da interrupção da gravidez em casos de gestação de feto anencéfalo.

O primeiro ponto debatido pelo relator da ação em seu voto foi a separação entre Estado e Igreja: "Deuses e césores têm espaços apartados. O Estado não é religioso, tampouco é ateu. O Estado é simplesmente neutro." (SANTOS, 2012). Acompanhado de mais sete ministros o STF assegurou que grávidas de fetos sem cérebro poderão optar por interromper a gestação com assistência médica, definindo que o aborto em caso de anencefalia não é crime. Em ambos os casos houve enorme resistência de agentes religiosos, sobretudo dos que atuam na Câmara Federal. Alguns alegaram que a Carta Magna estava sendo rasgada pelo Supremo. O fato que o STF se destacou no período recente na definição de pautas que devido à ocupação religiosa do Congresso não eram aprovadas. Inicia-se uma judicialização da política, com o Supremo decidindo sobre temas estagnados na Câmara devido à sua ocupação religiosa.

Vimos, portanto, que a reorganização das religiões atingiu diversas esferas e também a política partidária. Fato que se confirma com a inserção de novos atores políticos religiosos aos cargos do poder executivo e legislativo com intuito de defender os interesses de denominações religiosas. Essa estratégia, segundo autores como Machado (2012) também estaria relacionada ao declínio do catolicismo na arena política. Diante do recuo do catolicismo novas instituições religiosas, especialmente os evangélicos, passaram a pleitear legitimação e reconhecimento neste espaço³⁹.

Nessa discussão sobre o crescimento evangélico na política do país considero de extrema relevância compartilhar a observação de Paul Freston (1999) feita no final da década passada de que devemos "evitar generalizações indevidas sobre um campo vasto e dinâmico". Segundo o autor, se há uma população evangélica, bem acima de 20 milhões de brasileiros "seria surpreendente se não houvesse grande variedade de práticas políticas". A mesma ideia pode ser aplicada aos católicos. Há uma diversidade de repertórios e de perspectivas no interior da instituição católica, que se reflete em atuações diversificadas na política.

Outra informação relevante a ser mencionada sobre a atuação destes segmentos no campo político é a troca de informações e o compartilhamento de técnicas de atuação nas pautas que circulam no Congresso Nacional (seja nas comissões, seja no plenário). Autores como Machado (2012) avaliam que os parlamentares católicos influenciaram os evangélicos

³⁹ Importante destacar que esta é uma estratégia que vem ganhando outros segmentos religiosos. Em 2011, por exemplo, houve a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Em 2015 a frente foi registrada com 202 (duzentas e duas assinaturas), sob a coordenação da deputada Erika Kokay (PT).

na pauta do aborto, ponto histórico de militância católica, e, em troca, teriam se somado aos evangélicos contra o avanço da pauta LGBT no Congresso.

Por fim, cumpre dizer que além de operarem na política a partir de mecanismos de ação no Legislativo, estes agentes captam outros espaços de poder como os Conselhos Nacionais e Estaduais, Secretarias Nacionais e Estaduais. Em muitos deles católicos e evangélicos atuam em parceria e em sintonia. Vale lembrar, ainda, que eles se somam aos políticos que apresentam posicionamentos conservadores, independente da filiação religiosa, em pautas como a legalização do aborto, direito LGBT, dentre outras.

A CNBB e muitos representantes evangélicos se opuseram, por exemplo, ao III Programa Nacional de Direitos Humanos, especialmente às propostas de descriminalização do aborto e de retirada de crucifixos de edifícios da União. Autores, como Paulo Victor Lopes (2014), argumentam que o interesse desses temas pela ação de forças religiosas, mais notadamente cristãs, pode ser compreendido a partir da perspectiva de uma origem comum e de uma íntima relação entre os fundamentos da ética, uma moral cristã e os valores daquilo que hoje chamamos de Direitos Humanos. Segundo o autor, na história recente do Brasil, uma série de iniciativas de grupos cristãos ou ligados a essas instituições religiosas atuou na defesa dos direitos humanos.

Lopes considera que as ações religiosas diante de pautas políticas como essas não se constituem como uma resposta às ameaças contra a experiência religiosa ou a fé desses parlamentares religiosos. Nesses debates, segundo ele, não se está colocando sob risco a existência de seus grupos, tampouco há a intenção de retirar dos mesmos qualquer direito fundamental às suas experiências ou crenças. Não se trata, portanto, da defesa da representação de um grupo de interesses políticos, mas de outra questão, envolvendo mudanças que ameaçariam valores morais arraigados, o que faria com que as pessoas em geral se sentissem mais vulneráveis aos discursos religiosos, que se apresentam como solução a tais ameaças.

Outro exemplo é a recusa ao reconhecimento da conjugalidade entre homossexuais, por parte da “bancada cristã”. Para o autor esta rejeição refere-se a um plano mais amplo de tensionamentos em direção às transformações sociais que colocam em xeque determinado padrão heterossexual, monogâmico, e que dão visibilidade a novos padrões de relacionamentos entre heterossexuais. O fato é que a atuação desses religiosos tem dificultado a conquista de direitos e demais avanços para grupos sociais, como as mulheres e a população LGBT.

Destaco que, no cenário brasileiro recente, em diferentes pontas do espectro político, nota-se uma aliança recíproca. O resultado é que a política institucional tem cada vez mais abrigado representantes religiosos e, com eles, práticas e disputas em torno de diferentes segmentos, em especial no de produção das políticas educacionais. Um campo que vem sendo disputado, por exemplo, por estes setores através dessa participação religiosa tanto no parlamento quanto no executivo e nos partidos políticos.

A combinação apresentada entre os partidos e agentes religiosos, bem como o capital social e políticos que estes segmentos adquiriram contribuíram para a consolidação desta presença em diferentes governos, inclusive nos mais progressistas, o que tem gerado inúmeros confrontos. Identificamos neste processo, conforme a definição de Bourdieu (2007), as disputas, pressões, concessões e trocas no interior do campo de produção de políticas públicas no Brasil. Um período intenso destes conflitos ocorreu durante a presidência de Dilma Rousseff.

Esta conformação estabelecida entre religiosos e o Estado, também pode ser percebida, através da “bancada cristã” no processo de votação do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. A referida bancada ganhou notoriedade e se tornou tema de debate entre a população após a sessão transmitida ao vivo em rede nacional de TV onde a maioria esmagadora dos Deputados, ao anunciarem seu voto, fizeram referência a Deus, utilizaram argumentos religiosos para justificar a decisão e criaram um cenário onde a Câmara federal lembrava o púlpito de uma Igreja. Crimes de responsabilidade fiscal, que fundamentaram o encaminhamento do processo de impeachment, por exemplo, foram citados apenas 18 vezes nessa sessão. Já as palavras famílias e filhos (as) 270 vezes a palavra Deus, 75 vezes (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017, p. 10).

Apesar de aparentemente esses embates ocorrerem entre “conservadores” e “progressistas”, Vital da Cunha (2014) chama atenção para o fato de, no contexto apresentado, as religiões serem responsáveis pelo discurso moralista e conservador, mas pondera se seriam essas únicas representantes dessa alocação no Brasil. A autora também destaca o momento de maior vocalização do conservadorismo e de sua maior publicização. Ou seja, o volume de capital político, econômico e social acumulado por estes setores, aliado a uma maior organização em diferentes frentes, com expressividade, tem contribuído para um avanço de pautas mais conservadoras no país.

Contudo, a autora enfatiza que no caso brasileiro os novos atores que comporiam esses segmentos mais conservadores, além de religiosos, também abarcaria figuras como empresários e ruralistas. Para ela, as formulações de que a retração da religião na esfera

pública garantiria a superação do conservadorismo apresenta limites ou não considera esse quadro mais geral.

Vital da Cunha (2014) também aponta para a necessidade de se lançar luz para um terceiro ator nessas cenas: o Estado, que se constitui, no conflito para ela, como um mediador. Nessa perspectiva, é importante considerar que, em geral, a defesa da laicidade no Brasil integra uma concepção de Estado enquanto um ente composto apenas por suas instâncias administrativas, que age a partir de uma racionalidade objetiva, imparcial. O Estado se apresenta como algo que deve ser resguardado e defendido. A isonomia estatal, para Vital da Cunha, e seu caráter de reconhecer, garantir direitos e a sua capacidade de incluir pessoas são que compõem o quadro que os torna responsáveis por assumir papéis preponderantes nos conflitos ora analisados.

Portanto, para a autora, as disputas na cena pública brasileira são compostas por dois atores que estão claramente em luta: religiosos e laicos. Mas, também, por um terceiro agente, o Estado, que pode administrá-la, estimulá-la ou reduzi-la. Conforme exposto ao longo deste texto identifiquei que o Estado, através de diferentes governos, vem administrando tais disputas, especialmente ao tratar das temáticas referentes aos direitos das mulheres e da população LGBT. Isso porque estas são pautas prioritárias para a atuação cristã, que detém hoje grande quantidade de capital político, social e econômico, sendo segmentos determinantes tanto para as eleições, quanto para a governabilidade dos eleitos.

A presença religiosa em diversos partidos políticos e as alianças e coalizões realizadas intensificaram este processo, assim como a atuação de movimentos progressista, com destaque para os LGBT, as feministas e inúmeros movimentos de mulheres, que contribuíram para que os governos atuassem no campo da produção das políticas públicas sempre em negociação com estes setores. O fato é que segundo Souza (2014) está em curso no Brasil uma agenda moralista e moralizante, baseada na convergência de diferentes setores, destacando-se a ação dos agentes religiosos. Nesse sentido, verificou-se que nos últimos anos, em especial, foram inúmeras as concessões feitas aos religiosos a fim de garantir a “governabilidade”. Vimos isso ocorrer, por exemplo, com o PNDH e com o Kit anti-homofobia⁴⁰ do MEC.

A fim de compreender de que maneira estas disputas chegaram até o planejamento educacional, através do PNE de 2014, objeto de estudo desta tese, desenvolvo no próximo

⁴⁰ O episódio envolvendo o Kit anti-homofobia produzido pelo MEC, fundamental para a análise acerca dos agentes investigados neste trabalho, será tratado no terceiro capítulo desta tese.

capítulo uma análise sobre o percurso educacional no Brasil, focando na luta pela presença de uma perspectiva que inclua o papel da escola no enfrentamento às desigualdades e na atuação dos agentes descritos neste capítulo frente a esta temática.

Capítulo 2 – “Qual o plano? ”: discutindo a movimentação das peças

Reforma de pensamento significa reforma de educação.
Edgar Morin.

O planejamento educacional no Brasil tem sido objeto de muitos estudos, pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado que apresentam diferentes perspectivas acerca desta temática. Desde exame das metas e estratégias já constituídas, até a relação entre os planos nacionais e a concretização de um Sistema Nacional de Ensino. Grande parte destes estudos apontam que para o desenvolvimento de uma política pública e para o aprimoramento destas os planejamentos são de suma importância. O *planejar* foi adquirindo ao longo do século XX, especialmente após a segunda metade, relevância no debate das políticas públicas e sociais, e hoje é ponto consistente do processo de formulação destas políticas.

É importante resgatar que inicialmente o planejamento surgiu restrito à ideia de racionalização dos processos de produção industrial nos países capitalistas, nos moldes da administração taylorista⁴¹, compreendido como um instrumento racional de intervenção na realidade social, mediante o desenvolvimento de técnicas cuja finalidade era controlar racionalmente a organização dos grupos sociais (FERNANDES; GENTILINI, 2014). Ainda que desde os anos 1930 setores do campo educacional já almejassem e reivindicassem planos para a educação no país, somente no pós Segunda Guerra Mundial foi que esta abordagem ganhou força, constituindo-se em instrumento de intervenção governamental que possibilitaria a coordenação dos esforços nacionais para empreender o desenvolvimento econômico e a modernização das estruturas econômicas e sociais, nos moldes dos países capitalistas desenvolvidos.

Nos anos seguintes, com a crise econômica nos decênios de 1970 e 1980, o papel do Estado no desenvolvimento econômico foi colocado em discussão, assim como suas formas de atuação na implementação de políticas públicas, mediante o planejamento econômico e social. Repercutindo diretamente nas políticas públicas, em particular nas políticas educacionais, a crise dos estados capitalistas gerou uma série de discussões em relação ao planejamento educacional. Novas concepções de planejamento começaram a surgir, dentre elas as que fortaleciam a ideia de um planejamento articulado com as especificidades da

⁴¹ Modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915). O taylorismo caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional.

educação e não exclusivamente com o desenvolvimento econômico (FERNANDES; GENTILINI, 2014).

E foi esse o tom que orientou as discussões quando da elaboração da Constituição de 1988. As bandeiras de luta de educadores em torno da participação nos processos de decisão, da gestão democrática e participativa foram incorporadas no texto da lei. Nesse processo, a descentralização tornou-se um dos principais aspectos da reforma que acometeu o Estado, sendo uma referência para a adequação de concepções e práticas de planejamento ao novo cenário político-institucional que se estabelecia. Contudo, em que pese a importância que o planejamento, como mecanismo para a formulação e a implementação das políticas públicas adquiriu, ele se diluiu no decorrer dos anos de 1990, nos processos de reforma do Estado e de reorganização da administração pública.

No transcorrer dos anos 2000, de acordo com Fernandes e Gentilini (2014) parece ter ocorrido uma retomada do tema do planejamento educacional. Segundo os autores esse retorno estaria relacionado ao processo que se estabeleceu neste período de fortalecimento dos municípios como entes federativos, ao fato destes adquirirem maior capacidade de formular, implementar e executar suas políticas de educação, mas também à necessidade de cooperação entre os entes federativos no financiamento, na implementação de programas e projetos e na formulação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação.

Também contribuiu para o retorno do planejamento no cenário de formulação das políticas educacionais, a atuação do governo federal na primeira década dos anos 2000 na coordenação da Política Nacional de Educação. A realização das Conferências Nacionais de Educação e a aprovação de novos Planos para educação colaboraram para trazer o planejamento para a pauta das discussões nas associações de professores, sindicatos, universidades e demais entidades comprometidas com a educação. Nesse sentido, atualmente, o planejamento educacional logra o papel de destaque como mecanismo para o delineamento das diretrizes e metas das políticas educacionais em nível nacional, estadual e municipal.

Assim, no período recente, os planos nacionais de educação passaram a destinar-se a regulamentar a lei nacional de educação em termos de traduzir a política educacional em vigor em estratégias de cumprimento da lei. Esse procedimento, segundo Ciavatta e Frigotto (2003), supõe uma ampla negociação com a sociedade e com o Legislativo de modo que se garanta a orientação política da lei por meio da destinação efetiva de recursos e da elaboração de instrumentos legais complementares. Contudo, os autores assinalam que no Brasil, onde a tradição autoritária prevalece muitas vezes sobre os procedimentos democráticos, os planos educacionais acabam aproximando-se da política e assumindo uma feição mais genérica.

Considerando, portanto, a importância histórica do planejamento educacional, apresento neste capítulo um exame desse percurso instável e descontínuo do planejamento para a educação, especialmente através dos Planos Nacionais de Educação. Contudo, privilegio nesta análise não o conteúdo de tais planos, mas sim os diversos contextos políticos e circunstâncias históricas quando das tentativas de planejamento nacional para educação no país. Também procuro identificar as posições dos diferentes agentes, particularmente os estudados nesta tese, e como se envolveram na elaboração de tais documentos. Com isso, creio ser possível trazer novas peças que permitam uma maior compreensão a respeito do cenário recente envolvendo as polêmicas e disputas em torno da aprovação de nosso último Plano Nacional de Educação.

Outro ponto relevante do estudo que me proponho a fazer neste capítulo são os interesses e as influências externas no campo educacional brasileiro. Isso significa considerar como elemento chave nesta análise a relação intrínseca estabelecida entre o campo religioso, político e o educacional. Ao longo de todo percurso histórico envolvendo o planejamento das políticas educacionais no Brasil esta relação foi determinante para a aprovação de normativas e de políticas, para mudanças ou retrocessos e para a compreensão das principais disputas travadas em torno do campo de produção das políticas educacionais.

Vale dizer, que a ingerência religiosa nas políticas educacionais não é um fenômeno novo a ser estudado, mas certamente os contornos adquiridos pela questão nos últimos quinze anos, a visibilidade social alcançada e o surgimento de diferentes formas de influência junto aos governos mantêm esse tema no rol de relevância em uma análise atual da política pública de educação no Brasil.

É nesta conjuntura recente envolvendo novas configurações do campo educacional, outras formas de disputas, de movimentações dos agentes e de interferência externa nas políticas de educação no Brasil que o PNE foi sancionado em 2014. O Plano, conforme já mencionado, sofreu uma série de questionamentos de líderes religiosos e da “bancada cristã” no que tange à presença de dispositivos sobre a questão de gênero e orientação sexual em seu texto original. Vale lembrar que esses grupos religiosos, de ampla representatividade na esfera política no Brasil, vêm combatendo fortemente essa temática, não só na esfera política institucional, mas por meio do apoio de diferentes lideranças que amplificam o tema nos espaços das igrejas e nas redes sociais.

Essa ofensiva de lideranças religiosas na educação brasileira através da temática de gênero e orientação sexual, também não é nova, e ilustra um contexto no qual, a educação tem sido um campo de batalha onde elementos afetos ao mundo religioso alimentam e constituem

as disputas. Trata-se, portanto, do conflito entre os valores, normas, padrões morais rígidos e hegemônicos defendido por setores do campo religioso e as tentativas de embuti-los no campo educacional brasileiro.

De acordo com a concepção trabalhada por Saviani (2005) existem indicativos que configuram a intencionalidade para a criação de um planejamento nacional no Brasil desde o Império. Fato que demonstra que o interesse em estabelecer diretrizes, metas e especialmente definir atribuições sempre esteve presente no interior tanto dos campos educacional e político brasileiros (VENCO, 2015).

Contudo, a ideia de um modelo nacional de educação só adquiriu uma abrangência maior a partir da década 1930. Neste sentido, optei por situar neste capítulo o surgimento deste planejamento educacional brasileiro a partir da criação do CNE que, dentre suas atribuições estava a de elaborar um Plano para a educação. Outro elemento importante para definição deste marco temporal foi a eclosão de uma série de movimentos educacionais, dentre eles a divulgação do “Manifesto dos Pioneiros” (1932), bem como as reformas significativas em termos da representação educacional na estrutura governamental empreendidas neste momento.

É importante mencionar que os debates acerca de um modelo de educação a ser adotado pelo país e sua representação em documento como o PNE estiveram muitas vezes relacionados à questão moral. A esse respeito é primordial assinalar que, a despeito de não ter sido pauta central das organizações feministas e de mulheres como trago no capítulo anterior, desde o início do século XX, as questões de sexualidade e educação sexual eram incluídas entre os temas a serem tratados pelo currículo escolar. Em geral, esta discussão esteve vinculada e influenciada em um primeiro momento pelas correntes médicas e higienistas.

Nas décadas seguintes o processo envolvendo a inclusão desta temática foi permeado de idas e vindas, com momentos de silêncio sobre o tema e outros de calorosos debates. Na redemocratização política do país, assim como um conjunto de novas pautas e demandas que adquiriram visibilidade, a ideia de inclusão de questões referentes a gênero, sexualidade e diversidade enquanto elementos integrantes dos currículos e das políticas educacionais ganharam força e espaço nos debates da agenda das políticas públicas do país. A nova configuração e dinâmica dos movimentos sociais, especialmente através da atuação das feministas nas disputas institucionais, colaboraram para tornar estas temáticas como parte das discussões do planejamento educacional no Brasil.

A proposta, neste capítulo, é conhecermos como no percurso que envolve inúmeras tentativas de aprovação de um Plano Nacional de Educação ensaiou-se incluir os temas

mencionados acima, identificando as movimentações dos agentes analisados nesta tese e as reações a este pleito. A ideia é através desse breve resgate constituir um quadro que auxilie na investigação acerca da conjuntura atual envolvendo o planejamento educacional no país. Ou seja, entendo que ao conhecer os principais agentes envolvidos na polêmica do PNE 2014, suas movimentações em diferentes campos ao longo da história recente do país e identificar de que maneira nesta trajetória descrita foi se constituindo a pauta sobre sexualidade e gênero na escola, é edificante para a compreensão do episódio envolvendo o plano de educação investigado por esta tese.

2.1 O “vai e vem” do planejamento educacional no Brasil

A proposta de um Plano Nacional de Educação com objetivo de coordenar e fiscalizar a política educacional de médio e longo prazo adquire forma pela primeira vez na década de 1930, destacando-se o trabalho desenvolvido pela Associação Brasileira de Educação, responsável, como anuncio no capítulo anterior, por organizar os principais fóruns de debates sobre o tema.

Outro ponto determinante para o debate sobre planejamento educacional nesse período foi a criação do Conselho Nacional de Educação, que no conjunto de suas atribuições antevia-se a realização da V Conferência Nacional de Educação e o que se poderia se denominar a elaboração de um PNE (CURY, 2011). Foi neste contexto que começou a tomar forma e expressão o primeiro Plano Nacional de Educação.

Segundo Fernando de Azevedo, coube a esta V Conferência “apreciar sugestões de uma política escolar e de um plano de educação nacional para o anteprojeto da Constituição”⁴² (AZEVEDO, 1963, p.669). Como resultado direto houve a elaboração de um anteprojeto do capítulo da educação para a nova Constituição prometida por Vargas e o esboço de um Plano Nacional de Educação.

É importante resgatar também que este período de grande efervescência política, com repercussões no campo educacional, impulsionou o pleito por transformações estruturantes na concepção, no modelo e nas políticas educacionais a serem adotadas. Se a Igreja Católica e seus agentes conseguiram se reaproximar do Estado neste período, não o fazem sem enfrentar

⁴² Em 1932 houve a chamada “Revolução Constitucionalista”, movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, que tinha por objetivo a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova Constituição. Com seu término, Getúlio se reconcilia com São Paulo. Assim, apesar da derrota militar, as lideranças paulistas consideraram ter obtido uma vitória moral, já que garantiram eleições para a Assembleia Nacional Constituinte no ano seguinte.

movimentos de oposição, especialmente os defensores de reformas que levassem a uma educação pública para todos. Como expressão destas convicções tivemos o Movimento Escola Nova e os Pioneiros da Educação, que iniciaram as discussões públicas sobre a importância de um planejamento nacional para a educação do país.

O manifesto dos pioneiros, por exemplo, apresentava que um dos pilares da reconstrução nacional deveria ser por meio de um *plano de reconstrução educacional*:

No plano de reconstrução educacional, de que se esboçara aqui apenas suas grandes linhas gerais, procuramos, antes de tudo, corrigir o erro capital que apresenta o atual sistema (se é que se pode chamá-lo de sistema), caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo, e cada um dos quais deve ter seu “fim particular”, próprio, dentro da “unidade do fim geral da educação” e dos princípios e métodos comuns a todos os graus e instituições educativas (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932).

É de suma importância destacar que esta reconstrução do sistema educacional brasileiro, segundo o manifesto, também passaria necessariamente pela laicidade como um dos princípios fundamentais do ensino público:

A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas (MANIFESTO DOS PIONEIROS, 1932).

O manifesto solicitava ainda uma ação mais objetiva da parte do Estado. Para tanto, reivindicava em seu texto o direito de cada indivíduo a ter educação integral ofertada pelo Estado, devendo este reconhecer e proclamar o dever de considerar a educação, como uma função social e eminentemente pública.

Ao proclamar a educação como um direito individual, que deve ser assegurado a todos, sem distinção de classes e situação econômica; ao afirmar ser dever do Estado assegurá-la, principalmente através de escola pública gratuita, obrigatória e laica, e, finalmente, ao opor-se à educação-privilegio, o Manifesto tratava a educação como um direito social (XAVIER, 2002).

Além disso, o documento já identificava a necessidade da formulação de uma política educacional para todo o país, com um plano para sua execução, que tivesse continuidade ao longo dos anos e fosse além do tempo de uma gestão governamental. Os pioneiros apontavam que o aparelho escolar brasileiro estaria em estado de inorganização, pela total falta de planos e iniciativas que solucionassem os problemas da educação (VIEIRA, 2013).

A despeito de todos os avanços trazidos com as ações dos pioneiros, particularmente os relacionados à defesa da educação pública laica, é pertinente assinalar as críticas realizadas

quanto às limitações e ao caráter do movimento. Segundo Vieira (2013), o Manifesto dos Pioneiros veio legitimar um grupo de intelectuais da educação que visava “salvar” o país do seu atraso e levá-lo à modernização por meio da educação, sendo eles os agentes ou heróis dessa mudança. A proposta educacional almejada pelos pioneiros estava pautada, portanto, no pragmatismo da escola nova e na visão da escola como espaço que busca formar um sujeito moldado para ser o cidadão republicano.

Também é importante destacar que grande parte das propostas defendidas pelos pioneiros para educação estavam centradas nas ideias liberais que ganhavam espaço na cena nacional. Esta concepção liberal levava à defesa de que a educação precisava ser mudada para atender às novas necessidades. Nesse horizonte, a alegação dos pioneiros sobre o direito natural à educação como efetivação da igualdade entre os homens não nega, de um lado, a liberdade e o individualismo que marca a lógica liberal e, de outro, acreditava estar superando, na universalização da educação, as diferenças de classe no desenvolvimento humano, embora não as negue como lógica natural da sociedade voltada para a indústria e para o mercado (VIEIRA, 2013). Ou seja, a educação defendida pelos intelectuais signatários do Manifesto trazia novidades e avanços, mas todas no bojo de um modelo liberal:

Laicidade, gratuidade, obrigatoriedade de educação e a não diferença na aprendizagem entre os sexos são expressões já traduzidas pela filosofia clássica burguesa que tem, no direito natural e na liberdade, o seu eixo central. A filosofia dos “liberais” ficou expressa no Manifesto dos Pioneiros (MAZZUCO; TULLIO, 2003, p.4).

Portanto, a defesa da educação feita pelos pioneiros visava a superação da organização social da época, por meio da incorporação dos valores liberais. Para isso, eram contrários, por exemplo, ao ensino religioso nas escolas públicas. No lugar dos valores religiosos a escola, por intermédio do ideário liberal, deveria reforçar a difusão da ideia de amor à pátria, a valorização do indivíduo como homem voltado para as coisas públicas e para o nacionalismo altruísta (VIEIRA, 2013). Além disso, a equidade social defendida pelos pioneiros não tinha a intenção de superar a sociedade de classes, mas era ideologicamente, o resultado do esforço e da solidariedade de todos na organização da riqueza nacional.

Esta modernização liberal pretendida pelos pioneiros associava-se com a preocupação da construção de um projeto e um plano nacional de educação. Esta ideia repercutiu e influenciou a elaboração da Constituição de 1934, a qual estabeleceu como uma das competências do governo federal, “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (CURY, 2009).

A Constituição de 1934 também instituiu os sistemas de ensino e os conselhos de educação, atribuindo ao Conselho Nacional de Educação, que deveria ser reformulado em função das novas atribuições constitucionais, a competência precípua de elaborar o Plano Nacional de Educação:

Art. 150, 151 e 152 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; b) [...] Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas...; Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União; Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1934).

De um modo geral, pode-se dizer, então, que foi nessa conjuntura polarizada entre agentes católicos e os grupos preocupados em ampliar as oportunidades educacionais e renovar os métodos de ensino (CURY, 2009) que se deram as disputas em torno do projeto político educacional da Constituição de 1934.

Desta forma, parte dos dispositivos constitucionais referentes à educação traduziam algumas das principais postulações do “Manifesto dos Pioneiros”, especialmente as que atribuíam ao CNE a função da organização sistêmica da educação nacional, através de um Plano Nacional, superando a praxe corrente de reformas fragmentadas e desarticuladas (NAGLE, 1976). Assim, essa caracterização de um sistema educacional articulado se manteve presente na elaboração do Plano apresentado pelo recém-instituído CNE.

E foi nesta conjuntura que, em fevereiro de 1937, Capanema remeteu ao plenário do Conselho um questionário com 213 questões no todo, dividido em 12 Títulos e sob esses um total de 13 capítulos, por sua vez, subdivididos em seções e subseções (CURY, 2011), cujo objetivo era embasar a elaboração do Plano Nacional de Educação. Este documento foi remetido a múltiplas associações, personalidades ligadas à educação, escolas de ensino superior e médio etc., de acordo com as 18 comissões temáticas criadas no âmbito do CNE. As respostas das instituições e dos educadores às questões propostas serviram de base para o texto a ser apresentado pelo CNE e, de acordo com Osório (1943), formariam um conjunto de 9 volumes onde encontrar-se-ia também o PNE tal como redigido pela Comissão de Redação.

O texto tramitou pelas Comissões encarregadas das funções convencionais do CNE, mas também por outras 20 Comissões Especiais que foram constituídas organizadas e divididas pelo Ministro, de acordo com assuntos pertinentes ao Plano (CURY, 2011). Coube

ao representante da Comissão de Redação Final, Lourenço Filho, também constituída por Amoroso Lima, Reinaldo Porchat, Padre Leonel Franca e Raul Leitão da Cunha, propor o encaminhamento de elaboração do PNE e a ordem dos trabalhos no Congresso.

Chamo atenção para a composição desta comissão, formada hegemonicamente por católicos e seus aliados, o que sugere a importância atribuída pela Igreja à aprovação de tal documento. Não obstante ao trabalho e as pautas trazidas pelos movimentos reformadores e defensores da escola pública, os agentes católicos permaneceram atuando neste período com supremacia frente às políticas educacionais e ao debate de planejamento. O volume de capital social e político, expresso através da autoridade frente à população em geral, na influência sob figuras políticas e até mesmo com a própria presença de agentes católicos no interior das esferas institucionais e governamentais, indicam o grau de ingerência que este segmento possuía sobre as ações do Estado.

Em decorrência da suspensão dos trabalhos da Câmara dos Deputados, onde o Plano estava em estudo, e do fechamento de todos os poderes representativos, com início a ditadura do Estado Novo⁴³, não houve prosseguimento no estudo e na aprovação do PNE. Estabelecia-se um novo regime político, com uma nova Carta Magna que incluía vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa e com decretação de rigorosas leis de censura.

Assim, Vargas pode conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal. A perspectiva que vigorava era de que a crise da liberal-democracia exigia uma solução que somente um poder forte, autoritário, estaria em condições de oferecer. Também é válido dizer que o intervencionismo estatal iniciado em 1930, ainda que de forma não ostensiva, foi intensificado e se tornaria a marca do novo regime. O desenvolvimento econômico através da industrialização era a grande meta estado novista.

No referido período da história brasileira, as propostas de organização da educação assumiram de forma mais veemente um caráter moralista, no sentido de que caberia à escola a formação do cidadão de bons costumes e ético. Tal concepção estava expressa através do Código da Educação Nacional, em elaboração, que estabeleceria os princípios fundamentais, os valores aos quais deveriam reger e orientar toda a educação nacional.

⁴³ Com alegação de um suposto plano comunista para tomada do poder, que ficou conhecido como Plano Cohen, com a instabilidade política gerada pela "Intentona Comunista" e com o receio de novas revoluções comunistas, Getúlio Vargas deu um golpe de estado e instaurou um regime político ditatorial denominado "Estado Novo", que durou até 29 de outubro de 1945.

Discutia-se, portanto, o papel da escola e da educação frente à formação moral dos indivíduos, o que estabelecia a possibilidade de incorporação de novas temáticas e diretrizes curriculares, feito protagonizado pela ação católica. Conforme apresentado no capítulo anterior, a ação dos movimentos de mulheres e das feministas, assim como dos evangélicos não fez frente, nesse momento, a influência da Igreja. A pauta de uma educação, por exemplo, que incorporasse em seus documentos norteadores materiais como educação sexual ou perspectivas de igualdade entre homens e mulheres não foram trazidas nas disputas em curso neste momento pelas feministas e organizações de mulheres.

Entretanto, é crucial dizer que desde os anos 1920 registram-se propostas de inclusão da educação sexual nas escolas públicas. Em uma análise histórica da educação sexual, Yara Sayão (1997) ressalta que influenciadas pelas correntes médicas e higienistas da França alguns segmentos do campo da saúde no Brasil passaram a defender sua inclusão nas escolas. Essa perspectiva foi retomada por alguns agentes, inclusive do Movimento Escola Nova e dos Pioneiros da Educação, mas dentre outras razões, o fato de não constituir elemento de consenso nestes grupos impediu que chegasse a fazer parte de suas bandeiras e ponto de disputa com os agentes católicos.

Soma-se a isso, o fato de que a aproximação explícita e direta da Igreja com o Estado através, por exemplo, da presença de agentes católicos no interior do Governo Vargas fortaleceu as perspectivas morais e os valores defendidos pela Igreja no campo de produção das políticas educacionais. A noção de ética e formação humana que vigorava para a educação era, portanto, as que compunham as diretrizes católicas, fato verificado nos espaços de debate e de formulação organizados ao longo deste período.

Através do Decreto nº 6788, o Presidente Vargas convocou a primeira Conferência Nacional de Educação para discutir este conjunto de valores que iriam compor a formação moral dos estudantes brasileiros, mas também a organização, difusão e a elevação da qualidade do ensino primário e normal e do ensino profissional. No entanto, questões de ordem políticas nacionais e internacionais – declaração de guerra à Itália e Alemanha em 1942 e organização da Força Expedicionária Brasileira em 1943 – as conferências não tiveram prosseguimento e o Código Nacional de Educação não chegou a ser aprovado.

As pressões internas se faziam sentir, com manifestações em diferentes estados, como o documento em defesa das liberdades democráticas assinado por intelectuais, profissionais liberais e empresários manifestos, chamado de “Manifesto dos Mineiros”. Tinha início, assim, o fim de um dos períodos da nossa história marcado pela repressão e violação dos direitos.

Somente com a retomada parcial do período democrático, houve a realização do IX Congresso Brasileiro de Educação em 1945 e o resgate do debate envolvendo a necessidade de um planejamento da educação nacional em todos os graus. Os resultados das discussões e o documento final deste encontro contribuiriam com o novo texto educacional da Constituição de 1946, que se encontrava em elaboração.

Vale mencionar que com o fim do “Estado Novo” Gustavo Capanema foi sucedido no Ministério por Raul Leitão da Cunha e por Ernesto de Souza Campos. Estes deram continuidade aos projetos em andamento e não promoveram nenhuma mudança significativa. No ano seguinte a saída de Vargas e de Capanema foi outorgada a Constituição Federal, na qual foram restabelecidos alguns elementos do programa de reconstrução da educação nacional proferido pelos Pioneiros da Educação Nova e que já estavam presentes na Constituição de 1934 (SAVIANI, 2007b) e outros pontos de interesse direto dos agentes católicos.

A Constituição Federal recém-outorgada previa a possibilidade de oferta do ensino religioso. Contudo, a hierarquia católica pressionava para ampliar tal presença, tornando-a disciplina oficial na escola pública. O principal argumento utilizado era o de que a religião teria um papel social e lhe caberia o ensino de valores. Além disso, reforçou-se a ideia de que atitudes cristãs contribuíssem para a paz e para a tranquilidade social. Prevaleceu novamente a força e articulação da instituição Católica, e o seguinte dispositivo foi inserido na Constituição de 1946:

Art. 168º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

[...]

V - o *Ensino Religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais*, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável; (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1946: Art. 168).

Acerca do planejamento e da normatização da política educacional no Brasil a referida Constituição retornou-o como competência privativa da União. Em seu art. 5º atribuiu à União competência para legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional” e para dar cumprimento a esse dispositivo constitucional o então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani constituiu uma comissão composta por educadores de diferentes tendências de especialistas para propor uma reforma geral na educação nacional (SAVIANI, 2005).

O anteprojeto elaborado por esta comissão sofreu algumas alterações feitas pelo Ministro e deu origem ao projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O governo, através da comissão e do Ministro Mariani, havia feito um projeto de caráter

descentralizador que respondia à tendência da época (CURY, 2007). Além disso, passavam a serem vistos como uma parte do planejamento estabelecido e reflexo da relação educação e desenvolvimento econômico (CIAVATTA; FRIGOTTO, 2003).

Contudo, o relator do projeto apresentado foi Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação e Saúde, figura já mencionada algumas vezes nesta tese por seu vínculo estreito com a Igreja Católica, homem centralizador e remanescente da ditadura Vargas (ARAÚJO, 1999). Portanto, desde um primeiro momento houve a intenção de barrar a sua tramitação, ou pelo menos causar-lhe dificuldades.

Depois de discorrer principalmente sobre a questão do “caráter nacional da educação” o relatório de Capanema concluiu que o projeto deveria ser refundido ou emendado. Assim, após dois anos de tramitação e como consequência direta desse parecer, o projeto foi arquivado. Mais uma vez assistiu-se ao declínio da aprovação de um planejamento nacional para a educação brasileira. As disputas envolvendo agentes políticos e religiosos permaneceram sendo determinantes para as movimentações do campo de produção das políticas educacionais, indicando mais uma vez a ingerência direta de outros campos e agentes, ainda com destaque para os católicos.

Vimos até aqui que os agentes evangélicos permaneceram distantes das discussões em torno do planejamento educacional no país, assim como do debate sobre o papel da escola e o do conjunto de valores a serem trabalhados por ela. Também constatamos que mesmo sem a organização das mulheres à frente da luta pela presença de temas correlatos as suas pautas, desde o início do século XX, as questões de sexualidade e educação sexual apareceram como temas a serem tratados pelo currículo escolar.

Segundo Carreira (2016), a discussão sobre a inclusão desta temática no currículo escolar é antiga e relativamente permanente, o mesmo não podendo se dizer da proposição de políticas públicas federais na área da educação específicas sobre o tema, menos ainda se considerarmos a inclusão de novos sujeitos que reivindicam políticas específicas ligadas ao reconhecimento da diversidade sexual. Esse quadro permaneceu estagnado até a redemocratização do país. Ou seja, a possibilidade de inclusão destes temas não se tornou matéria central das discussões envolvendo o planejamento educacional do país por mais de três décadas. A esse respeito, é importante considerar a conjuntura política e o refluxo sofrido por inúmeros movimentos do campo progressista, inclusive o de mulheres no período analisado até aqui, o que inclui atentar para a repressão e o autoritarismo dos anos de “Estado Novo”.

Desta forma, a disputa em torno do campo de produção das políticas educacionais permaneceu ocorrendo entre representantes da Escola Nova, reformadores e defensores da escola pública e os católicos, através fundamentalmente da AEC. Os escola novistas faziam a defesa da escola pública e pleiteavam o fim da subvenção por parte do governo de escolas particulares. Essa disputa gerou o “Manifesto dos Educadores - Mais uma Vez Convocados”, de 1959, que apontou:

A luta que se abriu, em nosso país, entre os partidários da escola pública e os da escola particular, é, no fundo, a mesma que se travou e recrudesce hora nesse, hora naquele país, entre a escola religiosa (ou o ensino confessional), de um lado, e a escola leiga (ou o ensino leigo), de outro lado. Somos contra todos aqueles que querem fazer da religião um instrumento de política e contra todos aqueles que querem fazer da política um instrumento da religião (MANIFESTO DOS EDUCADORES – MAIS UMA VEZ CONVOCADOS, 1959).

Verificou-se a mesma configuração, disposição dos agentes e conflitos quando das discussões e elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases para educação, no início da década de 1960. A Igreja Católica manteve a estratégia já mencionada de ação conjunta envolvendo a aproximação e monitoramento de quadros do governo com atuações junto à sociedade civil. Mais uma vez destacou-se a composição dos católicos com segmentos privatista da educação na disputa contra os publicistas.

Portanto, a disputa escola pública *versus* escola privada permaneceu sendo um dos focos principais dos embates em diferentes campos, inclusive no político. Na aprovação da LDB, por exemplo, a discussão extrapolou o Congresso e passou a envolver os profissionais da educação e os espaços da opinião pública em geral. A sociedade civil se manifestou e a Igreja Católica em especial mobilizou seus quadros em defesa da educação privada.

Os debates travados durante a tramitação do projeto no Senado estavam concentrados basicamente em dois pontos: a questão dos recursos públicos e da composição do Conselho Federal de Educação. Sobre a primeira os partidários da escola pública defendiam a ideia da incompatibilidade entre o planejamento e a utilização dos recursos públicos para apoio à iniciativa particular. O que realmente lhes preocupava era impedir que recursos públicos destinados à Educação fossem utilizados para o ensino particular.

Já sobre a composição do Conselho Federal de Educação defendiam que seria de sua competência a distribuição dos recursos públicos. O debate estava na representatividade do ensino público e particular do mesmo. Representante dos partidários da escola pública, o Professor Florestan Fernandes afirmou que “a luta pela criação e pelo controle do CFE não é meramente política. Ela é também uma luta econômica” (BARROS, 1960).

Cumprir mencionar que durante todo o processo de elaboração e tramitação da LDB, a AEC preocupou-se em defender os princípios da Igreja sobre educação e realizou forte pressão no congresso, montando mais uma vez os “comandos”, ou seja, monitorando os agentes políticos, tanto no legislativo, quanto no executivo (ROSSA, 2005).

A lei aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 20 de dezembro de 1961, com número 4.024/61, apesar de ser o resultado da conciliação das forças políticas presentes no Congresso não satisfaz plenamente as expectativas de nenhuma das partes envolvidas no processo. Foi simplesmente uma solução resultante de concessões mútuas. Por esse motivo, houve quem considerasse a lei aprovada como inócua. A melhor ilustração dessa percepção está nas palavras de Álvaro Vieira Pinto: “É uma lei com a qual ou sem a qual tudo continua tal e qual” (FONTOURA, 1968, p. 16).

Segundo avaliação de Anísio Teixeira (TEIXEIRA, 1962 apud SAVIANI, 2007b) o texto convertido em Lei pelo Congresso Nacional significou uma “meia vitória, mas vitória” da educação brasileira, tendo em vista a consagração em lei da aspiração dos renovadores, que desde 1920, defendiam a autonomia dos estados e a diversificação e descentralização do ensino no país. A esse respeito, Saviani (2007b, p.305) acrescentou que a vitória só não foi completa “em razão das concessões feitas à iniciativa privada”. Ou seja, a Lei possibilitava que recursos públicos fossem destinados às escolas particulares, abrindo-se caminho para a privatização do ensino. O que efetivamente viria a ocorrer nas décadas seguintes, sobretudo, no ensino superior (BUFFA, 1991). Já Ciavatta e Frigotto (2003) assinalam que a ideia de um plano nacional de educação esvaziou-se e o plano assumiu o sentido restrito de plano de aplicação de recursos (na LDB nº 4.024 de 1961) ou assume a forma de um plano de governo contendo metas qualitativas e quantitativas que vão subsidiar os planos posteriores.

A referida LDB de 1961 determinou também a criação dos Conselhos de Educação e foi assim que no ano seguinte Dom Helder Câmara (assistente eclesiástico da AEC), D. Cândido Padin (vice-presidente da AEC) e Padre José de Vasconcellos (colaborador da AEC) figuraram entre os 24 membros do primeiro Conselho Nacional. As nomeações em esfera federal foram mencionadas no boletim da Associação, chamado Servir, como forma de pressionar para que o mesmo ocorresse em âmbito estadual. Parte do texto publicado dizia: “Esperamos que entre os membros de todos os conselhos Estaduais de Educação figure grande número de educadores católicos a fim de garantir a defesa dos princípios pedagógicos da Igreja” (ROSSA, 2005, p. 88).

No boletim Servir de 1963, nº 3, à página 13 as nomeações aos Conselhos voltam a serem comentadas:

Finalmente, fato inédito, mas hoje tornado possível pela Lei de Diretrizes e Bases, para defesa dos interesses da educação católica, a AEC conta com representantes no Conselho Federal de Educação e nos seguintes Conselhos Estaduais: Guanabara, Alagoas, Paraíba, Distrito Federal, Minas, Amazonas, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina Ceará, Espírito Santo e talvez em algum outro de que não tenhamos conhecimento (SERVIR, 1963 apud ROSSA, 2005).

Destaca-se ainda que nossa primeira LDB estabeleceu como atribuição do Conselho Nacional de Educação a competência de elaborar o Plano Nacional de Educação. Cumprindo o estabelecido, em setembro de 1962 foi encaminhado ao MEC o Plano Nacional de Educação, referente aos Fundos Nacionais de Ensino Primário, Médio e Superior. Tal Plano, que teria validade de 8 anos, definiu metas quantitativas e qualitativas para cada nível de ensino para o período de 1963-1970, bem como normas reguladoras de aplicação de cada fundo e plano de aplicação dos recursos para o ano de 1963.

Nota-se que ao longo destes quase quinze anos houve mudanças significativas e também intenso debate sobre os rumos da educação. Educadores e a sociedade civil passaram neste intervalo de tempo por avanços e recuos referentes à participação nas discussões sobre o projeto de educação nacional. Foram tempos de efervescência cultural e ideológica e de crescimento da organização social. Sindicatos, ligas camponesas, A UNE, os movimentos de educação popular e muitos outros voltados para as reformas de base ganhavam espaço, o que justifica em parte essa conciliação de interesses presentes da LDB aprovada.

Cumprir mencionar que este também foi período de expansão do campo evangélico no Brasil, destacando-se o pentecostal, o que trouxe novos arranjos na conformação social especialmente nas camadas mais populares. Contudo, este crescimento demográfico não trazia ainda implicações para o campo político ou para os debates acerca do planejamento educacional do país. Igualmente cresciam os movimentos de mulheres e este início da década de 1960 e toda sua efervescência política e cultural, trouxe também uma retomada da expressividade das feministas e de suas organizações.

Contudo, assim como os evangélicos, estas agentes permaneceram afastadas das discussões em curso sobre os marcos legais da educação e seu planejamento. Em um contexto de liberalização sexual e da popularização de métodos contraceptivos, um ponto que voltava a figurar como elemento de debate era o da necessidade de educação sexual. Mas as controvérsias em torno da temática mais uma vez não se configuraram como parte das disputas e dos conflitos em torno do planejamento educacional do país.

Este fervor social, político e ideológico mencionado foi freado com o golpe e o estabelecimento do regime empresarial militar. Foi o momento também em que a presença da religião na rede de ensino ganhou novos elementos, como, por exemplo, o Decreto Lei 869/69

que instituiu em todas as escolas brasileiras, públicas ou privadas, a disciplina Educação Moral e Cívica, disciplina calcada em matriz de valores conservadores, que trabalha tanto através do comportamento individual quanto da atuação sociopolítica dos educandos, tendo como objetivo promover o controle social dos educandos. (CUNHA, 2007).

Soma-se a este processo a aprovação da Lei nº 5.692/71 que, além de ter promovido alterações na estrutura organizacional da educação nacional, fez referência ao ensino religioso nas escolas públicas no artigo 7º § único: “O Ensino Religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de primeiro e segundo graus” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1971).

Vale registrar que os segmentos progressistas da sociedade civil, assim como os educadores reformadores foram contrários a instituição do ensino de moral e cívica e de estudos dos problemas brasileiros, mas não houve disputa, pois, este campo encontrava-se desarticulado e com a atuação cerceada pelo regime.

Também é importante mencionar que no período de governo militar os interesses privados na educação foram plenamente atendidos. Com isso quero dizer que a tomada de poder pelos militares caracterizou-se por uma opção pelo ajuste da ideologia política ao modelo econômico, já que a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista dos anos anteriores fora substituída pela doutrina da interdependência, elaborada pelos intelectuais da Escola Superior de Guerra (SAVIANI, 2007b).

Ao longo do período ditatorial empresarial militar ocorreram inúmeras reformas oriundas de recomendações advindas de agências internacionais e relatórios americanos. Tais reformas voltaram-se para a formação de “capital humano”, para um vínculo necessário entre educação e mercado de trabalho (SAVIANI, 1998). Além disso, havia a ideia de integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, como forma de controle político ideológico.

Nesta perspectiva, a Constituição de 1967 atribuiu à União competência para elaborar planos nacionais de educação e saúde. No mesmo ano o Decreto nº 60.610 atribuiu à Secretaria Geral do MEC a incumbência de elaborar o Plano Nacional de Educação e Cultura a ser submetido ao Congresso Nacional. Durante o período do regime militar houve três PND que foram orientados pelo binômio segurança e desenvolvimento. Como cada Plano deste exigia planejamentos setoriais, no que tange a educação, também foram elaborados e aprovados três Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSEC). Ou seja, os planos subsequentes a 1964, de acordo com Ciavatta e Frigotto (2003), saíram gradativamente do

âmbito dos pedagogos, para os tecnocratas, economistas e engenheiros da “nova” economia nacional dos anos 70.

Durante todo este processo envolvendo as reformas e os Planos de Desenvolvimento, em virtude de todo autoritarismo, o uso da força e da repressão, não houve ação no âmbito institucional dos agentes educacionais e dos movimentos sociais. Já a atuação dos católicos não foi de toda estagnada. Vale recordar que os próprios estavam divididos quanto às orientações vindas do novo papado e que esta cisão também será percebida nos posicionamentos adotados pela Igreja em relação ao regime empresarial militar.

Vimos, portanto, que a ditadura empresarial militar freou toda efervescência dos movimentos sociais, desorganizando o campo progressista e fortalecendo nas políticas educacionais a agenda privatista, em sintonia com os valores morais defendidos pela Igreja Católica. Vale destacar a atuação ambígua desta, que tanto contou com quadros e lideranças no apoio ao regime e integrando parte dele, como em ações de oposição e no apoio a defesa dos direitos humanos.

O período militar também alterou a relação dos evangélicos com o Estado e a política, promovendo uma aproximação destes, mesmo que não nos debates educacionais e sobre planejamento. Os movimentos de mulheres e as feministas foram responsáveis por protagonizar em conjunto com outros segmentos a resistência à ditadura e por trazer à tona discussões e pautas novas para a sociedade brasileira. Contudo, estas mobilizações também não se voltaram para o debate do planejamento. Em suma, foram décadas em que pudemos acompanhar inúmeras tentativas fracassadas de aprovação de um Plano Nacional de Educação, feito que só seria concretizado após nossa redemocratização política.

2.2 Pulando casas: a Constituição Cidadão

A proposta dos Planos de Desenvolvimentos e setoriais, marca do planejamento da ditadura empresarial militar, só foi substituída no final dos anos 80, quando em seu lugar começou a prevalecer a concepção do planejamento estratégico, ou seja, as políticas e diretrizes como responsáveis por indicar o rumo a ser seguido. Os ideais envoltos no planejamento estratégico também colocaram os atores sociais como protagonistas deste processo de elaboração e de planejamento, trazendo ainda a questão da participação social e da corresponsabilidade.

A organização dos professores, segundo Saviani (1999), tomou dois rumos: um deles caracterizado pela preocupação com o significado social e político da educação, de busca pela escola pública de qualidade. O outro pela preocupação com o aspecto econômico-corporativo,

mais de caráter reivindicativo. O primeiro grupo era representado pelas entidades de caráter acadêmico-científico, voltados para a produção, discussão e divulgação de estudos, críticas e formulação de propostas para a melhoria da educação. O segundo grupo era representado pelas entidades sindicais, articuladas em âmbito nacional pela CNTE e ANDES.

Neste contexto cresceram os movimentos críticos por mudanças no sistema educacional e pela defesa de um sistema nacional de educação orgânico. O clima que se intensificava era da exigência imperiosa de modificar-se todo o sistema educacional construído durante a ditadura e isso implicava a mudança da legislação em vigor.

E foi essa a base da Constituição cidadã de 1988, a de garantia de participação social na formulação das políticas públicas. Passou-se a garantir espaço para a pluralidade das vozes articuladas por meio das entidades da sociedade civil organizada. Ainda é importante destacar que nesta nova configuração da participação ganhou ênfase a questão da formulação das políticas públicas como políticas de Estado.

A Igreja católica teve atuação destacada através de movimentos e militantes ligados a diversas pastorais. Um dos principais campos do engajamento social e político da Igreja, nesse momento, passariam a ser o da defesa e promoção dos Direitos Humanos. Neste contexto, setores da Igreja Católica também atuaram no processo de pressão e de negociação com a arena estatal com vistas ao restabelecimento democrático. Dentro da mesma dinâmica, participaram do processo constituinte e se mobilizaram em favor de emendas populares à Constituição, com ênfase para a ética na política, para a implementação de políticas sociais e de pautas que assegurassem pelo Estado sua presença e atuação em diferentes campos, como a oferta de ensino religioso na rede pública de ensino.

No que tange particularmente a educação, esta questão da participação social pôde ser percebida através da influência do FNDEP, formado por 26 entidades científicas, sindicais e estudantis, de especialistas de educação, de secretários estaduais de educação e de dirigentes municipais de educação e as entidades que representam o ensino privado, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. A AEC se manteve ao lado do grupo empresarial, que congregava escolas privadas e seus professores do ensino fundamental e médio e a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, congregando educadores e escolas superiores católicas.

A convocação da Assembleia Nacional Constituinte, representou, portanto, a oportunidade de garantir a esperada participação social no planejamento e na elaboração das políticas. Ou seja, se haveria uma nova Constituição e se essa respondesse aos anseios da nação, haveria a esperança para o campo progressista de uma legislação educacional que

também colocasse a educação no bojo da construção do país que se almejava (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Cumpru destacar que esta conjuntura de redemocratização supunha uma nova instrumentação das lutas democráticas e populares, no sentido de amparar a participação da população nas políticas sociais. A ideia de controle social passava a figurar como uma forma de constituir uma pressão pela mudança/alteração frente ao estilo político brasileiro de exercer a autoridade e fazer política (MATIJASCIC, 2015). Estabeleceu-se um novo patamar político, onde planejamento e controle social apareciam como espaços de exercício do protagonismo de sujeitos democráticos populares.

Assistiu-se, então, pela primeira vez na história do Parlamento Nacional, a participação das organizações sociais na elaboração das normas fundamentais do Estado. Assim, tanto a organização do governo como o controle do poder econômico e a garantia dos direitos das pessoas contariam com a participação social. Diversos mecanismos foram indicados para provocar esta participação popular na gestão do Brasil (MATIJASCIC, 2015). A principal via defendida para isso, neste momento, foi a da democracia participativa e democracia direta, através da presença de órgãos populares junto ao Executivo, operando o controle e a fiscalização das ações do Governo, tarefa esta que deveria ser estendida a sindicatos, partidos e demais organismos sociais.

Acreditava-se que estes mecanismos iriam promover e garantir a presença popular na concepção e aprovação das políticas públicas, entendidas como o “Estado em ação” (GOBERT; MULLER, 1987 apud MATIJASCIC, 2015), implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. No bojo das políticas públicas, as políticas sociais corresponderiam a ações que determinariam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Nestes termos, a educação passaria a figurar como uma política pública social.

Destaco o processo de elaboração da Constituição de 1988 como um marco para as políticas sociais no Brasil, especialmente no que tange a descentralização administrativa, o controle social e o financiamento destas políticas. No entanto, muitos dos segmentos que passaram a ser contemplados pelas políticas sociais a partir da chamada Constituição Cidadã já existiam desde a era colonial. Contudo, é mister salientar que a política social organizada e planejada pelo Estado foi um fenômeno posterior à década de 1930, quando a educação, a

saúde, a assistência social, a previdência, a habitação e a regulação do trabalho passaram a integrar sistematicamente a agenda de governo.

Offe e Lenhardt (1984) trazem interessantes contribuições ao analisar as origens das políticas sociais traçadas pelo Estado Capitalista contemporâneos para a sociedade de classes. Para os autores, o Estado atuaria como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalista em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital – a despeito de reconhecer a dominação deste nas relações de classe. Nesta perspectiva, as políticas sociais teriam como função, através de distintas instituições sociopolíticas e estatais, contribuir para a resolução dos problemas acima, gerando intervenções do Estado que atingiriam a sociedade como um todo (OFFE, LENHARDT, 1984).

Contudo, a defesa das políticas sociais não se tornou consensual. Para os neoliberais, por exemplo, as políticas públicas sociais corresponderiam a um dos maiores entraves ao desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pelas crises econômicas. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio (HÖFLING, 2001).

Coerentes com estes postulados, os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos universalizantes, de maneira padronizada. Um sistema estatal de oferta de escolarização comprometeria, em última instância, as possibilidades de escolha por parte dos pais em relação à educação desejada para seus filhos, por exemplo.

Para possibilitar este controle maior por parte dos pais e o livre exercício de escolha sobre a educação desejada, a estratégia de descentralização adquire grande importância. A transferência, por parte do Estado, da responsabilidade de execução das políticas sociais às esferas menos amplas, além de contribuir para os objetivos acima, é entendida como uma forma de aumentar a eficiência administrativa e de reduzir os custos (HÖFLING, 2001).

Nestes termos, os neoliberais postulam para a política educacional ações do Estado descentralizadas, articuladas com a iniciativa privada, a fim de preservar a possibilidade de cada um se colocar, de acordo com seus próprios méritos e possibilidades, em seu lugar adequado na estrutura social.

Essa tônica esteve presente na discussão sobre educação no processo Constituinte. O conflito público-privado permeou mais uma vez todos os debates e definições sobre o ensino, numa luta que se iniciou desde a escolha dos membros que comporiam a subcomissão de

Educação, Cultura e Esportes, responsável pelo projeto inicial de educação, estendendo-se por todas as fases e votações da Constituinte, até a aprovação final do texto.

O fato é que a Igreja se mobilizou bastante para proposições de emendas, especialmente naquelas referentes à educação e particularmente ao ensino religioso. Como estratégia para assegurar o espaço do ensino religioso na escola pública, a Igreja Católica por intermédio de seus coordenadores estaduais desta disciplina e outros setores dos estados, delegaram às entidades católicas juridicamente legalizadas o papel de articuladores da mobilização nacional, concretizada por de um abaixo-assinado entregue à ANC.

Esta causa foi assumida pela Associação Interconfessional de Curitiba (PR), o Conselho de Igrejas para Educação Religiosa de Santa Catarina e Instituto de Pastoral de Campo Grande (MS). Atuaram também com grande empenho a AEC, o setor de educação da CNBB, principalmente o Grupo de Reflexão Nacional do Ensino Religioso Escolar.

Estas entidades deram entrada na Assembleia Nacional Constituinte com uma proposta de normatização da disciplina, com a emenda apresentada sob nº PE 0004-1, tendo sido esta a segunda maior emenda popular a chegar a ANC, obtendo quase 750 mil assinaturas. Coube à deputada Sandra Cavalcanti (à época PFL/RJ) assumir a defesa da inclusão do ensino religioso na rede pública de ensino como um direito constitucional. Após muita negociação entre os diferentes grupos envolvidos na disputa pela educação religiosa, enquanto disciplina escolar e inúmeras alterações na proposta de texto, a redação final referente à disciplina foi:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988).

A inclusão deste parágrafo gerou muita polêmica, em especial entre os defensores do Estado laico, que argumentavam que o texto ia de encontro a outros trechos da legislação que vedavam a interferência do Estado em assuntos religiosos previstos em outros trechos da carta constitucional, como por exemplo, no artigo a seguir:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988).

O Fórum Nacional da Educação Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito elaborou uma formulação básica a propósito do ensino que era a de que “o ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todos os cidadãos brasileiros,

sem distinção de raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social”. Diante da reivindicação de um ensino laico nas escolas públicas, a reação privatista neste momento foi a de garantir a divulgação da antiga doutrina: manutenção da sua presença facultativa, mas fazendo parte do currículo e do horário escolar.

Assistimos também com o processo da Constituinte uma alteração significativa na relação das feministas e dos movimentos de mulheres com o debate das políticas educacionais. Se até este momento havia um distanciamento entre estas agentes e as discussões sobre educação formal, com a atuação da “bancada feminina” e todo seu lobby diante do conjunto de políticas sociais em elaboração, este quadro foi sendo modificado.

Sobre esta questão é imprescindível mencionar que já havia chegado ao Brasil, sob influência de estudos norte-americanos e franceses, o uso da categoria gênero e sua relação com as políticas públicas. Entretanto, no processo da Constituinte e em seus desdobramentos, a maior parte dos documentos que regulamentavam a prática de políticas públicas, neste período, apresentavam a perspectiva de gênero subsumida à noção geral dos direitos e valores (VIANNA & UNBEHAUM, 2004a, 2004b; VIANNA *et al*, 2003). No que tange a educação, por exemplo, conseguiu-se introduzir a educação infantil na pauta como um direito à educação e como garantia de igualdade de oportunidades para as mulheres também na vida privada.

Nesta perspectiva, a luta por creches e pela educação infantil configurou um importante avanço dos debates das mulheres para as políticas educacionais no Brasil. Mesmo considerando os limites teóricos e políticos da referência à questão é possível ler nas entrelinhas da Constituição de 1988 a afirmação da educação das crianças pequenas para além do cuidado (AQUINO, VASCONCELLOS, 2001). Assim, houve o reconhecimento, no processo da Constituinte, da maternidade como uma função social, que tem como principal decorrência para a educação a defesa do dever do Estado com a educação escolar pública e, de modo inédito, com a educação infantil (atendimento educacional a crianças desde o nascimento até 6 anos em creches e pré-escolas) (FARIA; NOBRE, 1999).

Houve, portanto, uma ampla e diversificada participação social na elaboração da Constituição, bem como a pressão de grupos organizados e de partidos de esquerda que se reerguiam na cena pública, e que contribuíram de forma expressiva para que a Carta Magna promulgada em 1988 promovesse uma série de avanços, garantidos com debates e as disputas acirradas, para o campo educacional, dentre eles a ideia de educação pública e gratuita como direito público subjetivo. Mas é preciso registrar que, novamente, o principal enfrentamento realizado em torno das concepções educacionais e suas políticas se deu entre privatistas e

publicistas, contando mais uma vez com a participação ativa e determinante da Igreja Católica.

No entanto, o cenário era outro, com novos agentes aparecendo nestas disputas em torno das políticas educacionais, mesmo que sem o mesmo volume de capital social, político e econômico que os católicos, estes atores e atrizes passaram a figurar dentre aqueles que se opunham a essa hegemonia católica. Vimos no capítulo anterior, o crescimento evangélico, não apenas demográfico, mas político. A participação ativa e em muitas vezes decisivas deste segmento na Constituinte, diante de inúmeras pautas e não somente na educação, foi determinante o acúmulo de capital político destes, de uma retórica própria e para o domínio da conformação do campo político, elementos que serão decisivos para o papel e o status que possuem hoje no interior deste campo.

Tal como os evangélicos, as feministas e os movimentos de mulheres também foram acumulando capitais com esse processo constituinte, apropriando-se de formas de negociação com o Estado e de ações coletivas a fim de exercerem influência sobre instituições e governos. No que tange a confecção de planos, propostas e linhas de ação para as políticas educacionais, é preciso considerar a interferência de setores representativos de forças internacionais que, neste período, tiveram participação decisiva na agenda nacional das políticas públicas para as mulheres e a relação com a educação. (CARREIRA *et al*, 2016).

As discussões sobre a presença da educação sexual nas diretrizes e normativas educacionais, por exemplo, que havia se intensificado em plena ditadura empresarial militar, inclusive com a tramitação na Câmara de Deputados da proposta de implantação obrigatória da educação sexual nas escolas em todos os níveis de ensino, barrada e arquivada em 1970, foram retomadas neste período, a partir de documentos internacionais e políticas desenvolvidas em países da Europa.

A introdução do tema da sexualidade no currículo escolar já havia, portanto, adquirido anteriormente alguma visibilidade, contando com legislações como a Lei nº 5.692/1971, que estabelecia que os trabalhos com educação sexual no âmbito oficial seriam de responsabilidade dos orientadores educacionais e dos docentes da área de Ciências ou de Programas de Saúde e com o parecer nº 2.264/1974 do Conselho Federal de Educação, que apontava que os Programas de Saúde do antigo segundo grau passariam a se responsabilizar pelo ensino da educação sexual (CARREIRA, *et al*, 2016).

Nas décadas seguintes, especialmente durante a aprovação da Constituição Federal de 1988, retomou-se este debate sobre o papel da escola em relação à sexualidade de crianças e jovens. Além disso, nesse período, por pressão social dos movimentos feministas e de

mulheres, a perspectiva de que também caberia à educação escolar abordar em seus conteúdos e práticas temas relacionados às desigualdades que afetavam as mulheres brasileiras, passava a ganhar força no debate sobre direitos.

Assim, entre as iniciativas mais antigas e recorrentes de introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação ganhava pela primeira vez destaque as direcionadas ao currículo (CARREIRA, *et al*, 2016). Nos anos seguintes, a produção acadêmica sobre as políticas de educação na perspectiva de gênero, sexualidade e diversidade sexual trilhava essa mesma trajetória e elegia como foco a vertente curricular.

Ou seja, ao longo de nossa redemocratização política, houve grande espaço para a discussão do papel da educação, prevalecendo a ideia de que caberia a esta explorar as normas sociais, assim como os valores universais que regeriam a conduta humana em sociedade. Esta concepção, aliada a presença de novos agentes no campo de produção das políticas educacionais, colaboraram para o fortalecimento de novas pautas e temáticas a serem incorporadas pelas políticas educacionais. Todo este processo descrito foi permeado pela forte presença e atuação do segmento religioso católico diante tanto das novas temáticas quanto da presença desses novos agentes no campo político e na cena pública brasileira.

Em suma, a redemocratização e todo o percurso percorrido desde a Assembleia Constituinte, a aprovação da *Constituição Cidadã*, trouxeram uma nova conformação ao campo político e com isso consequências diretas para os debates educacionais. É necessário apontar o quanto este processo foi determinante para a configuração atual do campo de produção das políticas educacionais e de suas pautas e com relação ao planejamento educacional.

O papel da nova Carta Magna frente às políticas sociais, envolvendo planejamento, participação da sociedade civil, controle social etc. repercutem até os dias de hoje. Este também foi o momento em que diversos agrupamentos políticos, com destaque para os evangélicos e os movimentos identitários, que conseguiram se firmar e apresentar de forma mais categórica suas demandas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com as mulheres, negros, indígenas e população LGBT. Essa nova organização dos movimentos e a expressividade que assumiram neste período foram decisivas para a nova agenda educacional que se imprimiu nas décadas seguintes, particularmente nos debates em torno da LDB, dos PCN e da PNE.

2.3 Quando o gênero entra no jogo?

Os debates envoltos em toda a elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988 mobilizaram diversos segmentos sociais e com grande parte deles a esperança de uma

nova ordem social, de novas formas de pensar e implementar as políticas públicas. A ANC, por toda sua expressividade e dimensão de restabelecimento democrático do país, alimentou a ideia em parcela da sociedade e de organizações de que a década seguinte, no Brasil, seria permeada pela participação popular, pelo controle social e por mudanças no campo político.

Entretanto, esta não foi a configuração que prevaleceu nos anos seguintes a sua aprovação. Uma série de embates entre setores progressistas da educação, em sua grande maioria atuando pelo FNDEP, e o governo se desenharam. Apresento como um dos elementos balizadores de tal batalha essa expectativa por uma ampla participação desses setores no planejamento, nas diretrizes educacionais e no novo modelo de educação em formulação.

Vale lembrar que durante toda tramitação e após a aprovação da Constituição de 1988 o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública cumpriu um papel de extrema relevância na cena educacional nacional, tendo sido um dos movimentos envolvidos nos principais embates mencionados. Na década de 1990, como parte das discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases, o Fórum organizou inúmeros seminários e congressos. O Fórum atuou, então, em conjunto com os parlamentares que apoiavam e subscreviam suas contribuições e reivindicações, na tentativa de pressionar por uma nova LDB (BOLLMANN, 2010).

Ao tratar das deliberações e ações do Fórum busco apresentar de forma geral, dentro das delimitações colocadas para esta tese, a importância desta instituição e seus agentes nas disputas que marcam os debates das políticas educacionais da década de 1990. Nesse sentido, é importante saber, neste momento, o FNDEP agregava em seu interior e no seu entorno uma gama de entidades, movimentos, sindicatos, como a Associação Nacional de Educação, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, CNBB, CONTEE; Central Única dos Trabalhadores, Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Ordem dos Advogados do Brasil, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e UNE.

Esta composição política suprapartidária e pluralista do Fórum (BOLLMANN, 2010) lhe garantia uma dinâmica interna conturbada e de enfrentamentos. Dentre os pontos de maiores divergências entre as entidades e representantes estavam, de forma recorrente, a questão da educação pública e da laicidade. O setor confessional, representado no Fórum pela CNBB e pela AEC, historicamente conhecido pelo apoio ao privatismo, defendia, entre outros, o princípio da comunitarização da educação. Segundo palavras do padre Leandro Rosas, presidente à época da AEC: “não queremos nem uma educação exclusivamente

estatizante, nem uma educação exclusivamente privatizante. A nossa posição é para uma educação comunitária” (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1989).

É fundamental apresentar que os setores progressistas do campo educacional hegemonizaram os debates internos do Fórum nesse momento. O que pode ser explicado em parte pela busca de uma unidade de ação do campo educacional na luta pela participação em torno das novas legislações e espaços estatais que surgiam, e também pelo papel preponderante que grande parte destas entidades e movimentos progressistas que compunham o Fórum desempenharam na transição para a democracia ainda na década de 1980, fato que os fortaleceu na dinâmica interna do campo educacional brasileiro neste período.

Outra marca importante na década de 1990 da atuação e da mobilização da sociedade civil pela educação, através do FNDEP, foi a síntese elaborada por este sob uma dada conjuntura nacional e internacional, envolvendo as mudanças estruturais no mundo do trabalho, a globalização neoliberal e a necessidade de ampliação do debate nacional acerca das consequências da “nova” ordem dos organismos internacionais e materializadas, no caso da educação, no arcabouço legal: leis, emendas constitucionais, decretos e medidas provisórias, que, no Brasil, foram fragmentando e criando mecanismos de facilitação à privatização da educação (BOLLMANN, 2010).

O Fórum se constituiu, assim, em um espaço aglutinador de forças contrárias às políticas neoliberais, que chegavam ao Brasil com força, no período citado. Destaca-se entres os agentes, movimentos e entidades do campo educacional brasileiro a ação dos setores à esquerda. Nesse percurso, representados pelos setores organizados da educação, sindicatos de trabalhadores da educação, entidades acadêmico-científicas, entidades estudantis, movimentos populares, entre outros, que passaram a integrar e caracterizar as lutas contra hegemônicas desenvolvidas pelo FNDEP.

Sobre este período analisado e a conjuntura estabelecida, que impactou diretamente na construção das políticas educacionais e na ausência de participação social e popular na elaboração e monitoramento das políticas sociais, é preciso compreender os arranjos estabelecidos e a atuação de novos agentes no campo político. A esse respeito é importante retomar a participação política das feministas e dos movimentos de mulheres na década de 1990 frente à institucionalidade, ao Estado e ao governo estabelecido à época.

A partir da pressão de movimentos de mulheres e das feministas, com respaldo aos compromissos internacionais relativos a uma agenda de gênero e sexualidade assumidos pelo Estado brasileiro, deu-se a efetiva inclusão da sexualidade no currículo. É de extrema

relevância dizer que esta incorporação se deu pelo viés da saúde e no campo das ações voltadas às políticas de prevenção das HIV/ DST/AIDS.

Nesta perspectiva, o Ministério da Saúde elaborou o Programa AIDS I (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1994) com recursos financeiros oriundos do Banco Mundial em 1994 e neste mesmo ano organismos oficiais, como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual (CARREIRA *et al*, 2016). Também era publicado o documento: *Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade* (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, 1994), apoiado nas recomendações e nas experiências da UNESCO e da Organização Mundial da Saúde. As Diretrizes do documento versavam sobre:

[...] estratégias para “identificar organismos não governamentais, nacionais ou internacionais” e para “combinar recursos materiais e/ou humanos, sem interesses ligados a ideologias particulares, religiosas, políticas ou econômicas”, sob “responsabilidade técnico-pedagógica” e coordenação do MEC (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, 1994, p. 34).

Dentre as recomendações constantes no documento estava a de inclusão da prática da Educação Preventiva Integral nos conteúdos e atividades curriculares da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, com foco na regulação das práticas sociais, orientada por critérios do “sexo seguro”. Ou seja, a pauta sobre a oferta de educação sexual e sua incorporação em ações do Estado, presente desde o começo do século XX, efetivou-se na agenda das políticas públicas nos anos 1990 e através do campo da saúde.

Quanto à expectativa de participação popular efetiva no planejamento educacional, a que me refiro anteriormente no texto, brasileiro não se confirmou. Tanto nos governos de Itamar Franco, quando foi editado o *Plano Decenal de Educação para Todos*, elaborado pelo MEC, quanto nas gestões de Fernando Henrique os planos de educação foram formulados com o objetivo de atender a condições internacionais para a obtenção de financiamento para a educação (SAVIANI, 1999).

Os procedimentos adotados pelos governos da década de 1990 não reconheciam ou atendiam o desejado processo amplo de consultas e debates, mas consideravam como prioritário os prazos internacionais das agências de financiamento. Além disso, foram estabelecidos interlocutores privilegiados como: o CNE, CONSED e a UNDIME. Ou seja, a interlocução proposta se dava em sua maioria com órgãos do próprio Estado, o que atraiu o questionamento sobre a representação da sociedade civil. E foi esse o contexto de tramitação da LDB.

O nº 13 da Revista da ANDE dedicou-se à nova LDB e foi solicitado a Dermerval Saviani que preparasse um artigo sobre o tema. Mais que isso, ele elaborou um projeto de LDB. Antes de ser publicado na revista este circulou na XI Reunião Anual da ANPEd de 1988. E no início de agosto do mesmo ano foi objeto de discussão na V Conferência Brasileira de Educação, realizada em Brasília, já que esta tinha como tema central “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (OLIVEIRA, 1997).

Essa proposta, acrescida de um título, transformou-se em projeto de lei apresentado na Câmara Federal pelo deputado Octávio Elísio, fixando as diretrizes e bases da educação nacional. Um Grupo de Trabalho da LDB sob a coordenação de Florestan Fernandes (PT) foi constituído, tendo sido indicado como relator Jorge Hage (na época PSDB). A comunidade educacional permaneceu mobilizada principalmente através do FNDEP.

Em fevereiro de 1990 foi apresentado o 2º Substitutivo Jorge Hage que incorporou 978 emendas e mais de 2000 sugestões da sociedade civil organizada. Este Substitutivo foi ao Plenário da Câmara em 1991, onde recebeu 1263 emendas e retornou às Comissões de Educação, Justiça e Finanças, buscando, em sua forma, refletir os anseios educacionais da sociedade brasileira (OTRANTO, 1996).

O FNDEP, destacando os pontos que considerava importantes no projeto, bem como aqueles que poderiam ser aprimorados, posicionou-se a favor do Projeto de Lei nº 101/93, “pela coerência de suas proposições e em respeito ao processo democrático de discussão, negociação e elaboração que teve lugar na Câmara Federal, fato inédito na história da educação brasileira” (BRASIL, 1996).

Após discussões infundáveis e muitas reviravoltas no Congresso, incluindo novo pleito eleitoral e como ele a eleição de atores diferentes e a saída de cena de outros que até então lideravam e conduziam o projeto da LDB, surgiram novas propostas e relatores. Mesmo com a fala do então Ministro da Educação Murílio Avelar Hingel, a favor do projeto, o processo de "impeachment" do presidente Fernando Collor desordenou por completo a tramitação da LDB. E somente três anos mais tarde, a Comissão de Educação do Senado apresentaria um substitutivo que mantinha as linhas diretrizes do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 101, de 1993. Contudo, através de uma manobra regimental, esse Substitutivo foi considerado inconstitucional.

O Senador Darcy Ribeiro, um dos responsáveis por tal manobra, apresentou uma nova proposta de LDB para o país, de sua autoria, sem qualquer consulta anterior a nenhuma instância representativa dos educadores (OTRANTO, 1996). O Substitutivo "Darcy/MEC II", como ficou conhecido, recebeu inúmeras críticas, partindo principalmente, das instituições de

ensino público de todos os níveis, e as pressões dos educadores, foram gerando algumas modificações no Substitutivo Darcy, dando origem às versões III, IV e V. O Senado, pressionado, abre emendas à LDB em trâmite naquela Casa.

Dentre outros pontos o projeto de Darcy Ribeiro estabeleceu uma concepção fragmentada do Sistema Nacional de Educação, que por omissão, permitia a cobrança de taxas escolares no ensino médio público e também não assegurava a gratuidade do ensino superior nas instituições mantidas pelo poder público. Educadores de todo o Brasil protestaram e começaram a mobilizar-se contra aquilo que consideraram uma manobra e um desrespeito a todo o processo democrático de construção de uma lei que visava traçar as diretrizes educacionais do país.

O resultado foi que o chamado “projeto da sociedade civil” sucumbiu e prevaleceu outro de origem do Executivo. Em meio ao protesto de alguns Senadores, em agosto de 1995 foi finalmente aprovado na Comissão de Educação do Senado. Este foi o projeto que veio a ser aprovado constituindo a atual LDB (Lei nº 9.394/96).

Ao tratar da Organização da Educação Nacional, a LDB estabeleceu no art. 8º parágrafo 1º que “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. E mais concretamente determina no art. 9º que a União deverá “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”.

A nova LDB passou a disciplinar, então, as competências dos sistemas de ensino, em regime de colaboração e atribuiu à União a competência de elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. No tange ao PNE, atribuiu ao CNE a competência de “subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação” e delegou à União o prazo de um ano a partir de sua publicação para encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta de PNE com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos⁴⁴.

Tal plano, segundo Saviani (1999), diferente dos planos anteriores referia-se apenas ao ensino fundamental e buscou não se reduzir a meras normas de distribuição de recursos para a

⁴⁴ Em 1990 ocorreu a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Nela o Brasil assumiu compromissos com as resoluções aprovadas pela UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. Estas resoluções orientaram o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) apresentado pelo MEC. O Plano contemplava, somente, a educação básica e voltava-se para a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação fundamental, de forma a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

educação. Entretanto, continua o autor, este plano foi formulado em conformidade com o objetivo de atender a condições internacionais para a obtenção de financiamento para a educação, especialmente, do Banco Mundial e nesta lógica, o MEC transformou-se de instância articuladora das políticas educacionais a mera agência repassadora de recursos, introduzindo uma racionalidade financeira e gerencial na educação.

Cumprir mencionar ainda que no ano seguinte à aprovação da LDB os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, 1997) foram publicados, constituindo referência nacional para o ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1999) foram publicados e distribuídos às escolas em 1999. A ideia da necessidade de planejamento e diretrizes para a educação nacional tinha espaço novamente na cena política brasileira, entretanto, atrelada sempre aos interesses dos organismos internacionais.

Importante dizer que nestes documentos já aparecia a menção às chamadas questões de gênero. Isso porque desde a segunda metade dos anos 1990 ocorreram mudanças significativas no panorama dos temas ligados a gênero, sexualidade e orientação sexual, ocasionando transformações no quadro de visibilidade da temática, com a multiplicação de iniciativas no campo legislativo, da justiça e de extensão de direitos (CARREIRA *et al*, 2016).

Sob influência das resoluções da Conferência de Viena, realizada em 1993, foi instituído em 1996, por exemplo, o PNDH I, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. No que diz respeito às ações a serem realizadas inscrevem-se nas metas a serem atingidas: “apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais” (BRASIL, 1996b).

Já nos PCN, as relações de gênero foram reconhecidas como referências fundamentais para a constituição da identidade de crianças e jovens. Também tratavam como eixo central da educação escolar o exercício da cidadania e apresentavam como a inclusão de temas que visavam a resgatar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos.

Mas o processo de tornar visível a presença latente do gênero nos PCN não foi linear, oscilando entre a timidez e o desvelamento (VIANA, 2004). Na introdução, por exemplo, até há menção a diferenças de gênero. Mas, quando pontua que a situação é grave no que concerne ao número médio de anos de estudos, o texto do PCN relaciona tal oscilação à variável cor, destacando um “relativo equilíbrio do ponto de vista do gênero”. Incorreu o que

Viana (2004) apontou em análise de outros documentos da educação nacional, o de menção a equilíbrio quanto ao ingresso de meninos e meninas na escola, sem alusão às alterações na distribuição por sexo ao longo do percurso escolar.

Mais adiante, ao defender a “necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade” (BRASIL, 1997, v.1, p.98), o documento aponta que o professor pode interferir na organização dos alunos (e das alunas) em grupos de trabalho. O texto sugere que é importante que o professor discuta e decida os critérios de agrupamento dos alunos, mas a questão das afinidades, equilíbrio e afetividade entre meninos e meninas, não é explorada, aparecendo sem maiores questionamentos ou reflexões.

Onde a temática aparece de forma mais evidente é na parte correspondente aos “Temas Transversais”, que tem como proposta atravessar os diferentes campos do conhecimento, e integrá-los às distintas áreas curriculares. Destaca-se o fato que nas orientações para o tratamento de todos os temas transversais – Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual – somente quando se referem a este último tema é que o gênero é de fato explorado.

A proposta apresentava a divisão do trabalho do professor em três eixos: “Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 1997, v.8, p.31-34). O eixo referente às Relações de Gênero, segundo o próprio documento, visa: “propiciar o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis” (PCN, v.8, p.35).

O texto faz referência ainda à articulação entre a pluralidade cultural e as questões de gênero, “que trazem em seu bojo histórias de injustiça para com as mulheres, nas mais diversas dimensões da vida, do cotidiano na vida privada a situações profissionais”, chamando atenção para “práticas sedimentadas social e culturalmente que desprezam, com frequência, novas possibilidades que se abrem para os homens, em termos de comportamentos mais responsáveis e participativos em relação às mulheres e a seus filhos” (BRASIL, 1997, v.10, p.25).

No tópico de Orientação Sexual gênero também ganha grande destaque. Assumem-se como objetivos “combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação”, incentivando, nas relações escolares, a “diversidade de comportamento de homens e mulheres”, a “relatividade das concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino”, o “respeito pelo

outro sexo” e pelas “variadas expressões do feminino e do masculino” (BRASIL, 1997, v.10, p.144-146).

Em suma, pode-se identificar nos PCN que há o compromisso com uma formação voltada para a promoção de relações interpessoais dotadas de significados não discriminadores, privilegiando-se a articulação do conteúdo do bloco concernente ao gênero “com as áreas de História, Educação Física e as situações de convívio escolar” (BRASIL, 1997, v.10, p.145).

Sobre os PCN e a inserção da temática de gênero diversas pesquisadoras, dentre elas Guacira Louro (2003) compreendem que este espaço conquistado poderia ter proporcionado discussões valiosas entre as pessoas que frequentam as instituições escolares, que abordassem as próprias concepções relacionadas às atitudes de cada um na relação com o outro. Enfatizando a necessidade da não redução da sexualidade à heterossexualidade. Contudo, a autora destaca que o movimento foi o contrário, com uma restrita menção da homossexualidade nos PCN e o silenciamento da discriminação sofrida pela população LGBT.

Também não se pode deixar de observar a influência da esfera da saúde na educação, ao contextualizar a introdução do gênero nas políticas públicas de educação, com especial visibilidade mais recente para as demandas em torno da diversidade sexual. Foi nesse setor, na esteira da educação sexual, com foco na prevenção de DST e HIV/AIDS que o debate se fez visível e viável, para depois ser então inserido nas demandas realizadas por setores da sociedade civil junto à área da educação (CARREITA, *et al*, 2016).

A presença desta temática se deve em parte à articulação e atuação do movimento de mulheres e das feministas, especialmente durante a Constituinte, e dos movimentos LGBT, mas também ao fato de que internacionalmente as discussões de gênero já faziam parte da agenda das políticas sociais nos “países desenvolvidos” e figurava entre as diretrizes das agências internacionais. Assim, mesmo que ainda limitado e atrelado à saúde, o debate sobre gênero, sexualidade e orientação sexual integrou-se aos documentos normativos e de planejamento da educação no Brasil na década de 1990.

Ainda neste período, governo Fernando Henrique Cardoso, o MEC apresentou o projeto do Plano Nacional de Educação a ser encaminhado ao Congresso Nacional. O processo transcorreu sem que os representantes da sociedade civil envolvidos com a educação tivessem feito parte do debate. Em sua Exposição de Motivos, o ministro à época Paulo Renato de Souza deixou claro que o Plano considerava a legislação vigente e a política implementada pelo governo. Mais adiante, afirmou que “para cada grau e modalidade do

ensino, define-se um conjunto de metas, discutidas e debatidas em várias reuniões com *diversos segmentos da sociedade civil*, o que assegura ao Plano a indispensável legitimação pública” (MEC, 1997).

A sociedade civil organizada e os movimentos sociais, que não entendiam o processo de elaboração do plano como participativo, inclusivo e democrático, buscaram se mobilizar. Mais uma vez o FNDEP assume um papel de destaque ao organizar o II CONED . Foi nessa conjuntura que o Fórum decidiu pela necessidade de elaboração de uma proposta de PNE que contemplasse os anseios e a concepção de educação, estado e sociedade das entidades que integravam o FNDEP (BOLLMAN, 2010).

Tendo em vista a correlação de forças existente no Congresso Nacional, claramente desfavorável aos interesses da educação pública, a vigilância permanente do FNDEP garantiu avanços para os setores da sociedade civil organizada no campo educacional (OLIVEIRA, 1997). Apesar de suas dificuldades, devido à heterogeneidade das entidades que o integravam e da diversidade de pontos de vista, o Fórum concentrou-se em Brasília, apresentou sugestões de emendas aos parlamentares “aliados”, elaborou manifestos, fez visitas aos gabinetes dos parlamentares no sentido de pressionar os mesmos em torno de agenda de defesa da educação pública para todos e de qualidade.

Além disso, o PNE, intitulado *Proposta da Sociedade Brasileira*, aprovado no II CONED foi apresentado à Câmara dos Deputados por meio de uma articulação com o Bloco de Oposição da Câmara Federal:

Este Plano Nacional de Educação é um documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária e, por decorrência, uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, para todos, em todos os níveis. Assim, princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias de ação contidas neste Plano consideram tanto as questões estruturais como as conjunturais, definindo objetivos de longo, médio e curto prazos a serem assumidos pelo conjunto da sociedade enquanto referenciais claros de atuação (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PROPOSTA SOCIEDADE CIVIL, 1997)

Destaca-se que no “PNE: proposta da sociedade brasileira” havia menção a temática de gênero. Neste caso utilizando o termo não como referência à igualdade entre homens e mulheres ou à desconstrução de papéis sociais, mas a ideia de respeito à diversidade. Logo na introdução, por exemplo, figurava a defesa da importância de se garantir a inclusão de “grupos tidos como minoritário, como negros, índios e homossexuais. Mesmo com os múltiplos usos do termo gênero, pode-se afirmar que a demanda em prol da incorporação da temática envolvendo diversidade e igualdade entre os sexos nos planejamentos, diretrizes e metas da educação já figurava entre agentes e setores do campo educacional.

Após um longo período de tramitação o PNE finalmente foi sancionado, mas teve 9 metas que incidiam sobre questões de financiamento vetadas por recomendação da área econômica do governo. Vale registrar que de todas as metas vetadas pelo governo apenas uma era procedente do projeto do Executivo. As demais eram todas originárias de propostas da Sociedade ou de Emendas Parlamentares. A esse respeito, Ciavatta e Frigotto (2003) apresentam a aprovação deste Plano como uma resposta autocrática do Governo FHC ao Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira, onde o primeiro reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a democratização da gestão educacional “como eixo do esforço para universalizar a educação básica” (fundamental e média) e o projeto governamental aprovado orientava-se pelo centralismo de decisões, da formulação e da gestão da política educacional, principalmente na esfera federal e pautou-se pelo progressivo abandono, por parte do Estado, das tarefas de manutenção e desenvolvimento do ensino, por meio de mecanismos de envolvimento de pais, organizações não-governamentais, empresas e de apelos à “solidariedade” das comunidades onde se situam as escolas e os problemas. O que resultou em parâmetros privatistas para o funcionamento dos sistemas de ensino (CIAVATTA; FRIGOTTO, 2003). Ainda sobre o Plano:

A resposta governamental, quando trata da competência da União, contorna “a necessidade de indicar prazos e de apontar o setor competente pela execução da meta, contrariamente ao sentido, muitas vezes invasivo, com que normatiza condutas e procedimentos aos estados e municípios” e procede “à transferência de responsabilidades da União aos entes subnacionais, como tentativa de remediar os males decorrentes de ações anteriores do governo federal”, como é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (DAVIES, 1999, p. 11-12 apud CIAVATTA; FRIGOTTO, 2003).

Também sobre os projetos de Planos Valente e Romano (2002), compararam as diretrizes gerais da proposta da sociedade brasileira (PL n. 4.155/1998) com os Objetivos e Prioridades (Item 2, seção I – Introdução) do Plano Nacional de Educação e destacaram a ausência de qualquer menção à diversidade, às diferenças, entre elas as concernentes às relações de gênero no segundo documento. Ou seja, o plano decenal aprovado pelo governo em 2001, diferente das discussões acumuladas pelos movimentos sociais, não previu ou estabeleceu qualquer referência ao papel da escola e possíveis ações em relação ao combate a temática de gênero. Não foi incluída nenhuma diretriz ou meta com esta temática (VIANNA, 2004). A ausência de qualquer menção à diversidade e a luta por igualdade foi recebida com duras críticas por grande parte dos movimentos educacionais, assim como pelas feministas, os movimentos de mulheres e LGBT.

O Fórum de Educação também foi enfático nas críticas sobre o plano, defendendo que a aprovação do PNE do governo, reforçara a base do projeto neoliberal que servia de referência para as diretrizes da política educacional brasileira. Portanto, no período citado houve a construção e consolidação de um modelo de educação, alinhado com as normativas dos organismos internacionais, e o fim de toda expectativa mencionada anteriormente no texto de participação popular na elaboração das políticas educacionais.

Ao contrário disso, o que foi possível identificar neste momento foram os ataques à organização dos docentes e profissionais da educação, tentativas de desarticulação dos movimentos sociais e “esvaziamento” dos espaços de integração entre governo e sociedade civil organizada (ARAUJO; BARBOSA, 2009). Em conjunto com o que chamo de “esvaziamento” da participação efetiva dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada na construção das novas diretrizes, metas e planos para educação pública, também houve a derrocada das pautas e propostas trazidas por estes segmentos.

Não obstante, as pautas referentes a incorporação de gênero e sexualidade seguiram galgando espaço diante das discussões e elaborações das políticas educacionais no Brasil dos anos 2000, referendadas pelos acordos e definições internacionais. O Brasil foi um dos 155 governos signatários da “Declaração de Jomtien”, ratificando-a durante a Cúpula Mundial Educação para Todos, em Dakar (Senegal). Uma das oito metas do Projeto Milênio referia-se à promoção da igualdade de gênero e ao *empoderamento* das mulheres (meta três), previstas como medidas necessárias para a melhoria das condições de vida pela ONU.

Neste mesmo ano publicou-se o primeiro Relatório Nacional Brasileiro, ratificado pelo Congresso Nacional e entregue ao Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ressaltando que a construção de políticas igualitárias de gênero ainda era uma lacuna a ser preenchida pelo governo (CARREIRA et al, 2016).

Foi nesse contexto, de forte influência das agências multilaterais, que se instaurou a preparação da comissão do Brasil para a participação na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que ocorreu em Durban, na África do Sul. Na oportunidade, o tema da discriminação com base na orientação sexual foi um dos principais problemas levantados (BRASIL, 2004a). Como consequência direta, tivemos a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em outubro do mesmo ano, constituindo-se como uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban.

O recém-formado Conselho Nacional de Combate à Discriminação contou com representantes de organizações da sociedade civil, do movimento LGBT e dos movimentos de mulheres. Contudo, ao qual pesa esse contexto, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, não ampliou o debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero (CARREIRA *et al*, 2016). A menção da temática de gênero surgiu apenas em poucos tópicos e na análise diagnóstica formulada sobre alguns níveis de ensino (VIANNA & UNBEHAUM, 2004a, 2004b).

Com a mudança de governo, eleição de Lula, alterou-se também a relação com os debates em torno da produção de políticas públicas e a incorporação de gênero, sexualidade e orientação sexual. Grande parte da produção acadêmica que trata do tema no século XXI afirma que foi no governo Lula que a pauta passou a ser reconhecida a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa (CARREIRA, *et al*, 2016).

Nesse sentido, foram criadas várias secretarias especiais, entre elas: a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Política para Mulheres, a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Nacional da Juventude. Estas tinham como proposta original induzir a execução de políticas a partir da interseccionalidade⁴⁵ de gênero, raça, sexualidade, geração, entre outras dimensões das desigualdades.

Além disso, a partir de 2003, foi possível observar também o fortalecimento da agenda de gênero na educação através de ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade. A criação da SECAD marcou uma nova fase no que se refere às formações continuadas de professores para a redução das desigualdades educacionais e canalizaram-se para a agenda governamental do MEC temas e sujeitos que dela estavam excluídos. Na mesma direção Nina Madsen (2008) ressalta o apoio do MEC às inúmeras iniciativas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) na área da educação, destacando um importante movimento na formulação das políticas a partir de 2003. O mesmo aconteceu com as ações educacionais propostas pelo Programa Brasil Sem Homofobia.

Como fruto desses esforços assistiu-se à criação de muitos projetos e programas relacionados à temática de gênero/sexualidade na educação escolar, como:

Tabela 1 - Programas com a temática de gênero do Governo Federal (2003-2013)

⁴⁵ Conceito sociológico que refere-se ao estudo das interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Trata-se das interseções entre estes diversos fenômenos e como a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação.

Projetos / programas	Diretrizes
Programa Mulher e Ciência	Estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País.
Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero	Estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país.
Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos	Apoiar e incentivar estudos e pesquisas nessas áreas.
Pensando Gênero e Ciências	Encontro trienal com pesquisadoras e Núcleos de Pesquisa de Gênero das Universidades.
Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação	Ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas.
Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)	Curso de extensão ou especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às tais temáticas.
O Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP- GR)	Curso sobre Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.
Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	Estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres.
Visibilidade à produção cultural das mulheres	Selecionar projetos realizados por proponentes do sexo feminino, em âmbito nacional.
Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade	Apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

Fonte: construída pela autora.

Destaca-se no âmbito do MEC o *Programa Educação para a Diversidade e Cidadania*, foi desenvolvido durante o ano de 2005 com o objetivo de promover políticas de educação inclusiva e de qualidade centrada na ética da diversidade. Destaca-se que neste período o foco principal das políticas educativas voltadas para o gênero e a diversidade sexual foi a formação docente.

Nesse contexto, foi criado pelo Ministério da Educação (MEC/SECAD) o Edital *Formação de profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual* voltado para

seleção e apoio a projetos de formação docente continuada nesta temática. Os editais de seleção dos projetos continham em seus textos a alegação da “importância de se promover ações sistemáticas que ofereçam aos profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que melhor lhes dotem de instrumentos para lidarem adequadamente com as diferenças de orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2005, p. 4).

Os mesmos elementos balizadores se aplicam ao programa *Educação e Gravidez na Adolescência*, dirigido à inclusão da educação sexual, dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual e reprodutiva nos contextos escolares, o programa *Educando para a Igualdade Gênero, Raça e Orientação Sexual*, orientado para a formação de professores em gênero, orientação Sexual e diversidade étnico-racial em cinco estados brasileiros e o programa *Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas*.

Em 2006 o governo promoveu a primeira edição do Programa Gênero e Diversidade na Escola, a partir de uma parceria do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos⁴⁶ com a Secretaria de Políticas para Mulheres e o Conselho Britânico, envolvendo também o Ministério da Educação, a Secretaria de Ensino a Distância, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, bem como a Coordenadoria da Mulher e movimentos sociais dos estados e dos municípios. E em 2008, foi criada a *Rede de Educação para a Diversidade*, voltada para a formação continuada de profissionais de educação.

As pressões exercidas pelos movimentos de mulheres, feministas e pelo movimento LGBT, seguiam em curso e somam-se à ainda presente influência dos organismos internacionais, como por exemplo, a Assembleia Geral da OEA organizada em Medellín, Colômbia, em 2008. Neste espaço, por iniciativa do Brasil, aprovou-se a resolução “Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero” (CARREIRA *et al*, 2016). A mobilização destes segmentos, assim como a agenda internacional de direitos das mulheres permaneceram fortalecendo a abordagem destas pautas nos anos seguintes.

A presença de novos sujeitos coletivos e agentes, propositores e formuladores de políticas públicas na educação, provocou tensões e confrontos entre projetos políticos divergentes e redefiniu a própria dinâmica de confecção dessas políticas e, conseqüentemente, o papel do Estado, com efeitos importantes para a realidade educacional brasileira (CARREIRA *et al*, 2016). Tal efeito pode ser percebido ao longo de todo os anos 2000.

⁴⁶ Centro de pesquisa localizado no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A trajetória do planejamento educacional até o ano 2000, conforme tratado até aqui neste texto, manteve a polarização presente no campo educacional desde os primórdios do século XX entre os privatistas e os defensores da educação pública, gratuita e laica. Mas os novos arranjos do campo políticos e os reflexos na atuação direta de agentes católicos e evangélicos, e também na organização das feministas e dos movimentos de mulheres impactaram a produção das políticas educacionais e o debate sobre planejamento da educação no país.

Portanto, quanto à presença de dispositivos que tratassem das questões de gênero foi possível identificar ao longo da década de 1990 e nos anos 2000 houve o início de uma relação entre políticas educacionais e gênero nos planejamentos e marcos regulatórios educacionais, ainda que de forma acanhada e muitas vezes ambígua. Importante dizer mais uma vez que a visibilidade ganha por esta temática teve relação com a atuação dos organismos e fóruns internacionais, mas também a pressão dos movimentos de mulheres e das feministas, que ganhavam reforço com o crescimento dos estudos de gênero na academia, e também pela ação do movimento LGBT que ampliara significativamente seu campo e forma de atuar.

Por fim, o que busquei apresentar neste capítulo é que desde a primeira década do século XXI diretrizes e metas para a educação nacional constituíram um dos temas centrais de discussão no campo de produção das políticas educacionais. Foram múltiplas as tentativas, em diferentes conjunturas, de se construir e implementar um PNE. Entretanto, conforme exposto ao longo do texto, nossa frágil democracia, nossa instabilidade na política e nos arranjos institucionais interferiram diretamente neste processo. A atuação dos segmentos religiosos, onde destaco católicos e evangélicos, também foi um dos elementos que atravessou essas discussões. Assim, vimos que somente no final da década de 1990 aprovamos um PNE, que não contou com participação social e popular e que não contemplava grande parte das demandas dos movimentos progressistas.

Chegamos, portanto, a meados dos anos 2000, com um PNE sem reconhecimento social e no meio educacional, com metas e eixos distantes do que expressava a grande parte do campo educacional, como, por exemplo, a necessidade de discussão sobre a importância da organização do sistema nacional de educação para a efetivação do Regime de Colaboração⁴⁷. E foi nesse contexto de luta pela articulação de um sistema nacional e de reflexões sobre o

⁴⁷ Referência ao compartilhamento das funções e atribuições entre União, estados e municípios.

papel dos entes que teve início a elaboração da proposta do Plano Nacional de Educação 2011-2020, que exploro no capítulo seguinte. Conjuntamente irei analisar o ambiente de conflitos e de contradições do governo petista e os embates em torno do PNE, ganhando notoriedade o discurso construído em torno da chamada “ideologia de gênero”.

Capítulo 3 – O Plano Nacional de Educação na arena do jogo

*O que as vitórias têm de mau é que não são definitivas.
O que as derrotas têm de bom é que também não são definitivas.
José Saramago.*

O Plano Nacional de Educação – PNE sancionado em 2014 sofreu questionamentos de líderes religiosos e da “*bancada cristã*” no que tange à presença de dispositivos sobre a questão de gênero e orientação sexual. A partir da tramitação do projeto pelo Senado tiveram início os debates públicos sobre “*gênero*” na escola, que ocorreram tanto no âmbito da Câmara Federal, quanto nas redes sociais e na mídia em geral, tornando-se pauta para diversos movimentos e para a sociedade brasileira como um todo.

Senadores e Deputados passaram a dedicar seu tempo de fala no plenário para discursar sobre a temática. Os representantes religiosos, em especial, tornaram este ponto do PNE elemento de destaque e utilizaram diferentes espaços nos meios de comunicação, sobretudo em suas páginas e colunas na internet, para através da crítica à “*ideologia de gênero*” promover a defesa da moral cristã e dos valores abarcados por esta.

Não obstante, a militância de movimentos sociais, de organizações não governamentais e setores de partidos políticos do campo progressista, fundamentalmente as mulheres e militantes LGBT, buscaram defender a presença da discussão de gênero na escola como elemento central para a política pública de educação. Somaram-se a esta empreitada inúmeros grupos de pesquisas sobre gênero e diversidade de Universidades de todo o país. Cartas, manifestos e abaixo assinados pela manutenção do dispositivo no texto do plano foram elaborados e difundidos também pela internet.

Formou-se na cena pública uma batalha em torno essencialmente dos seguintes pontos: significado e uso da categoria gênero; porque abordá-la ou não no ambiente escolar; papel da educação frente a temáticas como relações raciais, orientação sexual e educação sexual; direito das famílias versus a atuação do Estado; liberdade religiosa; direito de expressão; e defesa de valores morais em oposição à laicidade.

A primeira questão refere-se a uma discussão já tratada anteriormente nesta tese, a de que gênero assumiu nas últimas décadas múltiplos significados tanto em trabalhos acadêmicos, quanto nos movimentos sociais progressistas e na formulação de políticas sociais. Tais atribuições foram desde a referência aos papéis sociais, atravessando as políticas para mulheres e representando até mesmo a apreensão do debate sobre diversidade

No âmbito da discussão do PNE foi entendido como elemento a contribuir com a desconstrução de preconceitos e estereótipos atribuídos ao masculino e feminino, de combate à discriminação por orientação sexual e de estruturação de pensamentos e ideais de igualdade. Os segmentos contrários à presença do item no PNE trouxeram para o debate público novas acepções para a categoria, notoriamente a que associa gênero a sexo e homossexualidade.

Esta noção implica diretamente no segundo aspecto pontuado, ou seja, sobre o papel da escola frente a determinados temas, que foi exposta também de maneira polarizada. De um lado, a ideia da escola como um ambiente político, de formação ampla e irrestrita a qualquer temática, responsável, junto com outras instituições, pela elaboração de valores gerais e de cidadãos críticos. Por outro, a concepção da mesma como uma instituição limitada a tratar determinados conteúdos estritamente relacionados ao currículo técnico, ligados a disciplinas supostamente neutras e apartadas de reflexões acerca das relações sociais.

O terceiro tema discutido pelos agentes descritos foi o do direito das famílias de decidirem os conteúdos e tópicos a serem abordados com seus filhos nas escolas. Nessa perceptiva, o Estado não poderia “impor” a presença de um conjunto de conceitos e ideias que afrontam a fé cristã, representados pela categoria “*gênero*”, nas instituições públicas de ensino. Este quesito dialoga diametralmente com a noção de liberdade religiosa e de expressão apresentada por setores religiosos em oposição ao que denominaram de laicismo, último ponto que menciono como parte das questões polêmicas e de embate público sobre “ideologia de gênero” e o PNE. Ou seja, a concepção de direito das famílias sobre os conteúdos escolares e de defesa dos valores cristãos foram apresentados como sendo parte de princípios democráticos para nossa sociedade, o que aparece na máxima: “Meus filhos, minhas regras”.

Todos estes itens foram amplamente debatidos e difundidos tão intensamente no campo político, por meio da Câmara Federal, do Executivo Federal e dos partidos políticos, como em âmbito mais local, através das diversas frentes de atuação da sociedade civil organizada, das Universidades, dos meios de comunicação, das instituições religiosas e das famílias.

Por conseguinte, exponho neste capítulo a forma com que esse processo se desenhou ao longo da formulação do Plano. Ou seja, trago um resgate sobre todo o desenvolvimento do PNE, desde a CONAE, até a proposição final apresentada no Congresso Nacional. Ao abordar o caminho percorrido pelo Plano busco apresentar a atuação dos agentes envolvidos nesta tese e as táticas escolhidas por estes para imprimirem suas pautas e /ou vetarem outras.

Com esta retomada de todo processo de elaboração do PNE é possível compreendermos as alianças realizadas, as estratégias assumidas e em quais espaços, identificando assim as ações adotadas para um espaço misto entre sociedade civil e governo, a CONAE, e no parlamento. Também apresento o percurso do Projeto de Lei que daria origem ao PNE sancionado, indicando não apenas sua trajetória, como também os discursos e argumentos dos agentes envolvidos.

Procuro com isso identificar as questões fundamentais que fizeram com que este Plano se tornasse o projeto que recebeu o maior número de emendas do Congresso, levando quase quatro anos para ser aprovado. Além disso, construo um quadro comparativo que nos permite analisar as principais alterações feitas ao texto original, aprovado pela CONAE e enviado pelo executivo, e o documento sancionado. E por fim, promovo um breve resgate do surgimento da expressão “*ideologia de gênero*” e da organização de parte do campo religioso em torno do enfrentamento da relação entre gênero e políticas públicas. Com isso, almejo construir o caminho analítico para as estratégias e movimentações dos agentes analisados nesta tese ao longo do episódio de tramitação do PNE vigente.

3.1 Iniciando a partida: concepção e elaboração do PNE / 2014

A elaboração do Plano Nacional de Educação de 2014 teve início ainda em 2010 na CONAE. Para compreender este processo é preciso que se diga que nos anos 2000 o Brasil passou a realizar uma série de Conferências temáticas em diferentes frentes e que nos governos petistas esta ferramenta de diálogo entre Estado e sociedade civil foi ampliada e se tornaram espaços de contribuição para a formulação de políticas públicas e para a origem de programas do governo. Foram realizadas conferências de mulheres, LGBT, de direitos humanos, de economia solidária, saúde, educação dentre outras.

Com essa perspectiva, durante a realização da Conferência Nacional da Educação Básica, em 2008, o Ministério da Educação assumiu o compromisso institucional de apoiar a organização da Conferência Nacional de Educação. Assim, em setembro de 2008, foi publicada a Portaria Ministerial nº 10, que constituía a Comissão Nacional Organizadora da CONAE. A referida comissão teria dentre suas atribuições as tarefas de coordenar, promover

e monitorar o desenvolvimento da CONAE em todas as etapas. Seriam 35 membros, coordenados por Francisco das Chagas⁴⁸, à época Secretário Executivo Adjunto do MEC.

Importante dizer que esta Comissão foi integrada por representantes das secretarias do Ministério da Educação, da Câmara e do Senado, do Conselho Nacional de Educação, das entidades dos dirigentes estaduais, municipais e federais da educação e de diversas entidades que atuavam direta ou indiretamente na área da educação, como a UNE, a FASUBRA, a CONTEE:

A comissão organizadora da CONAE tinha como critério de composição entidades nacionais que representassem os membros da comunidade escolar tanto do setor público como privado quando havia esta distinção na organização (docentes, estudantes, técnicos administrativos, pais e mães) gestores públicos (municipais, estaduais e da união), gestores do setor privado, conselhos municipais, estaduais e nacional de educação, representação das comissões de educação da Câmara e do Senado, entidades de pesquisa. Cabe ressaltar que essa comissão deriva da comissão organizadora da CONEB (Conferência Nacional de Educação Básica) ocorrida em 2008 (JOSÉ TADEU DE ALMEIDA, representante CONTEE, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2017).

Nota-se, portanto, que o acúmulo de outras conferências, bem como as pautas defendidas por diversos movimentos sociais foram incorporadas e passaram a compor o documento referência dos debates das conferências. Sob este ponto é importante trazer algumas reflexões sobre a configuração da comissão nacional de organização e sobre a dinâmica estabelecida no interior do governo petista neste momento.

Sobre a primeira questão, de acordo com o interesse desta tese cabe dizer que não haviam membros de organização religiosa compondo a mesma:

Do ponto de vista institucional não havia representação de movimentos religiosos, as escolas religiosas estavam representadas pela representação patronal nacional, mas não havia manifestações de defesa direta de posicionamentos religiosos (JOSÉ TADEU DE ALMEIDA, CONTEE, entrevista concedida em fevereiro de 2017).

Sua formação incluía além de representantes do Estado, dos empresários, movimentos sociais do campo progressista, mas não figuravam entre aqueles e aquelas da sociedade civil agentes ou instituições de caráter religioso. Vale lembrar que a comissão foi instituída pelo MEC através de uma portaria. Ou seja, esta composição foi uma escolha deliberada do governo, que nesta época tinha a frente do Ministério da Educação Fernando Haddad (PT).

⁴⁸ Professor da rede estadual do Rio Grande do Norte. Ex-membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte e da Confederação Nacional. Em 2003 assumiu o cargo de diretor do FUNDEF, no ano seguinte o cargo de secretário de Educação Infantil e Fundamental e em seguida a Secretaria Executiva Adjunta do Ministério da Educação.

Ainda acerca dessas reflexões propostas creio ser relevante aludir o fato de que Fernando Haddad foi protagonista de uma série de embates no interior do governo, tanto com os religiosos quanto com outros setores do próprio governo. O petista compunha a ala considerada mais a esquerda do partido, que defendia mais diálogo com os movimentos sociais, mudança na política econômica do governo etc. É necessário lembrar também que o mesmo havia se envolvido anteriormente no episódio do “Kit-gay”.

Neste sentido, é possível pensar que sob a gestão de Haddad a prioridade do diálogo do MEC se deu com o campo progressista e com os movimentos sociais e sindicatos. A conformação da comissão organizadora, assim como o conteúdo do Documento Base por ela formulado também sugerem uma proximidade com a perspectiva de vínculo entre educação e os debates de gênero e diversidade. Fato que reforça esta ideia foi a realização de um colóquio de educação e diversidade sexual durante a CONAE. O mesmo foi conduzido pela ABGLT, que tratou de apresentar dados e números sobre os preconceitos sofridos pelo segmento LGBT, assim como as formas de exclusão e de discriminação propagadas por nosso sistema educacional.

Também é relevante mencionar que o processo de Conferência nacional previa a realização de etapas Municipais ou Intermunicipais e também estaduais onde são eleitos os representantes que irão para a etapa nacional. Desta forma, a Comissão Nacional definiu que as Conferências Municipais ou Intermunicipais deveriam ser realizadas no primeiro semestre de 2009, as Conferências Estaduais no segundo semestre de 2009 e por fim ocorreria em abril de 2010 a etapa nacional.

A construção das etapas seria pautada pelo tema central definido, a saber: “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”. Nessa direção, a Conferência tinha como propósito contribuir com a política nacional de educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

Dentre os objetivos da Conferência estavam debater com estudantes, responsáveis, profissionais da educação, gestores, agentes públicos e sociedade civil organizada de modo geral, de diferentes territórios e espaços institucionais, a educação escolar, da Educação Infantil à Pós-Graduação. Para isso, a Comissão Organizadora Nacional preparou um Documento Base que serviria como um documento-referência, ou seja, como parâmetro inicial para as discussões nas etapas municipais e estaduais. Sobre o documento poderiam ser incluídas temáticas complementares, resultantes das deliberações de cada Conferência e que

deveriam expressar as posições políticas e pedagógicas, a serem encaminhadas à Comissão Organizadora Nacional. A proposta foi de que este documento-referência fosse amplamente disseminado e debatido, contando com a participação dos diferentes atores sociais.

O documento foi estruturado sob seis eixos temáticos: Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional, Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação, Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar, Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação, Financiamento da Educação e Controle Social e Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

A definição dos eixos que compunham este documento básico, assim como suas diretrizes foram definidas pela Comissão Organizadora e desenvolvidas por um grupo de consultores contratados pelo MEC. Uma vez concluído o documento base preliminar feito pelos consultores, este foi submetido aos grupos de trabalho responsáveis por cada eixo, composto por membros da comissão organizadora. Segundo Tadeu de Almeida, membro da comissão nacional:

Nestes grupos de trabalho as polêmicas foram debatidas buscando-se consenso e superação de divergências. Caso não houvesse essas eram destacadas e submetidas ao pleno da comissão organizadora. As divergências diziam respeito entre as diferenças de concepção entre o setor público e privado, entre gestores municipais e estaduais, entre gestores e trabalhadores, entre pesquisadores e gestores, entre outras (à autora concedida em fevereiro de 2017).

Pode-se dizer, portanto, que o documento base foi o resultado dos consensos possíveis construídos na comissão organizadora. Por essa razão, nos debates nas conferências municipais e estaduais houve um número grande de emendas ao texto base, já que aquilo que não foi consenso na comissão foi apresentado como emenda nas etapas preparatórias da CONAE, pelas diferentes representações por meio dos delegados destas.

O processo das conferências contou com intensa participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da educação e pais/mães (ou responsáveis) de estudantes. Ao todo, segundo os dados do MEC, foram credenciados/as 3.889 participantes, sendo 2.416 delegados/as e 1.473, entre observadores/as, palestrantes, imprensa, equipe de coordenação, apoio e cultura.

Os delegados/as presentes aprovaram na plenária final novas proposições, vindas das emendas que emergiram ao longo das discussões nos estados, Distrito Federal e municípios, e que passaram a compor o documento final da CONAE. Das seis plenárias de eixo realizadas resultaram 694 emendas encaminhadas para apreciação e para deliberação na plenária final. Nesta, foram aprovadas 677, que foram inseridas como proposta de emendas ou novos

parágrafos, acrescentadas ao Documento Base. A esse respeito vale destacar a fala do representante da UNE na comissão nacional, Tiago Ventura: “Não me recordo de termos aberto mão de nada central no documento base. Houve um processo forte de organização da UNE e UBES no sentido de ter emendas comuns e buscarmos aprová-las nas etapas estaduais” (entrevista concedida à autora em janeiro de 2017).

A conferência também deu origem ao Fórum Nacional de Educação- FNE, instituído no âmbito do Ministério da Educação pela Portaria nº 1.407/2010 e pela Lei nº 13.005/2014. Fruto de uma reivindicação histórica da comunidade educacional, o Fórum representa um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado. Ele é composto por 50 entidades da sociedade civil e do poder público, tem caráter permanente e conta com as seguintes atribuições: participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação, acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes à política nacional de educação, acompanhar os impactos da implementação do Plano Nacional de Educação, bem como avaliar o processo de implementação das deliberações das conferências nacionais de educação, dentre outras.

Cabe, ainda, destacar, que em articulação com o Documento Final, houve a aprovação da expressão Sistema Nacional de Educação no texto constitucional pela Emenda Constitucional – EC nº 59 /2009, na parte que altera o art. 214:

Art. 214. A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas [...]

Faço referência a esta alteração constitucional por entender que a mesma representa uma mudança significativa na concepção e estruturação da educação nacional, já que a expressão Sistema Nacional de Educação é entendida como mecanismo articulador do regime de colaboração no pacto federativo do país. Também menciono tal fato como forma de exemplificar as atribuições e a autoridade de uma conferência de âmbito nacional, como esta ora analisada.

3.1.1 Primeira rodada: o debate de gênero na CONAE

Conforme já exposto a CONAE contou com um documento norteador das discussões e este estava estruturado em seis eixos, sendo um deles diretamente responsável pelo debate sobre igualdade entre homens e mulheres na educação, bem como sobre o combate a

preconceitos. Entretanto, é possível identificar ao longo de todos os outros eixos a presença de referências ao debate de gênero e orientação sexual, indicando que estes foram temas transversais no documento produzido pela Comissão Organizadora da conferência.

No primeiro eixo, por exemplo, que trata da organização e regulação para um sistema nacional de educação há no item iv das proposições a ideia de “reconhecimento e valorização da diversidade, com vistas à superação (...) das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de diversidade sexual, capacitando profissionais para atuarem nas diversidades existentes na educação (...)”. Ainda neste eixo, mas já nas proposições estratégicas há novamente menção à garantia de condições institucionais que assegurassem uma educação que contenha gênero e vai além ao tratar de combate a homofobia:

[...] respeito aos direitos humanos como premissa de formação cidadã, tendo como perspectiva o direito à diversidade e formação para a cultura de direitos humanos, sob orientações curriculares articuladas de combate ao racismo, sexismo, **homofobia** (grifo nosso), discriminação social, cultural, religiosa, prática de *bullying* e outras formas de discriminação no cotidiano escolar, para o debate e a promoção da diversidade étnico-racial e de **gênero, orientação sexual** (grifo nosso), por meio de políticas pedagógicas e de gestão específicas para este fim. (BRASIL. MEC, 2010)

A mesma perspectiva é encontrada no eixo 2 do documento. Uma das proposições estratégicas fala em assegurar e garantir a implementação de políticas de valorização da diversidade, como forma de superação das desigualdades religiosa, sexual, de identidade de gênero, e também como mecanismo de prevenção às violências, mediação de conflito e inclusão escolar. O mesmo eixo previa também a necessidade de uma política de valorização dos/as profissionais da educação na discussão de raça, etnia, gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, dentre outras.

A adoção de práticas de superação do racismo, do machismo, do sexismo, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia, do proselitismo, da intolerância religiosa e de toda forma de preconceito e discriminação, figuram entre as proposições deste eixo. Chamo atenção para a presença das expressões “educação antirracista, não homo/lesbo/transfóbica, não sexista e não discriminatória”, que tem origem com os movimentos de identidade e que foram incorporadas ao documento.

Este segundo eixo também sinalizou a importância de se desenvolver políticas de produção e disseminação de materiais pedagógicos que promovam a igualdade racial, de gênero, por orientação sexual e identidade de gênero, de se garantir financiamento público e pesquisas nestas temáticas e destacou a necessidade de se assegurar a promoção e efetivação dos direitos humanos e a superação das desigualdades raciais, de gênero, identidade de gênero na educação superior, mediante o acesso e permanência destes estudantes.

Foram inúmeras as referências neste eixo ao debate de gênero e de respeito à diversidade. As proposições faziam referência às novas medidas e políticas a serem adotadas, mas também a alterações em programas já existentes, como o Programa Nacional do Livro Didático e o Programa Nacional Biblioteca da Escola, para que criassem critérios eliminatórios para obras que veiculem preconceitos à condição social, regional, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero ou qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos.

Dentre as medidas novas propostas pelo eixo estavam a de incluir como tema de estudo no currículo, em todos os níveis e modalidades de ensino, a Lei Maria da Penha, fazendo alusão a este ponto ser uma resolução da III Conferência de Políticas para as Mulheres e da I CONAE e a de criação de mecanismos para garantir as especificidades do público LGBT nas escolas, destacando-se o acesso dos transexuais e travestis ao banheiro de acordo com sua identidade de gênero.

Nos eixos seguintes de forma bastante uniforme identifica-se a orientação de se considerar na formulação de políticas para a educação em todos os níveis, etapas e modalidades as relações étnico-raciais, a discussão sobre igualdade de gênero, sobre orientação sexual e identidade de gênero como fundamentais à democratização do acesso, da permanência e da aprendizagem. Estes eixos também propunham a ampliação das políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação nestas temáticas, ou seja, em gênero, diversidade e orientação sexual.

Chamo atenção para o fato de não ter havido notas públicas ou tentativas de vetos tanto ao documento de referência da CONAE, quanto à realização de debates como este do Colóquio por parte de agentes e instituições religiosas e tão pouco do governo:

Não houve nada deste tipo. A relação na Comissão excelente entre toda sociedade civil e governo. Os representantes do governo que acompanhavam eram ex-dirigentes sindicais, ligados a CONTEE. Por isto, a relação era de muita colaboração. Não me recordo de nenhum veto por parte do governo nestes temas, nem por parte de outras entidades da sociedade civil (TIAGO VENTURA, ex-vice-presidente da UNE. Entrevista concedida à autora em janeiro de 2017).

Não é demais ressaltar a composição do governo petista com evangélicos e católicos, como exponho no capítulo anterior, e o quanto estes atuaram intensamente para impedir políticas e programas que intervissem nestas pautas. Em uma primeira análise podemos atribuir esta posição de não enfrentamento adotada pelos religiosos como parte de uma estratégia de levar a disputa para outras esferas. Ao identificarem que estavam excluídos da Comissão Organizadora e, portanto, com pouco poder de intervenção e capital político para

atuarem na CONAE, os mesmos podem ter optado por postergar o embate ou por realizá-lo em outros espaços:

Na CONAE 2010, ainda que houvesse representação minoritária de setores mais conservadores, havia uma hegemonia de setores progressistas e naquele período ocorreu um certo constrangimento dos que poderiam expressar alguma discordância às propostas de igualdade. Na conferência nacional, tive a oportunidade de coordenar o grupo que debateu o Eixo V e posso afirmar que as disputas foram maiores entre as diferentes representações organizadas dos setores específicos, numa disputa de protagonismo e defesa dos seus pontos de vista, do que divergências externas que de caráter excludente e preconceituoso. A Plenária Final praticamente referendou os debates do grupo que foram os mais extensos entre todos os eixos (JOSE TADEU DE ALMEIDA – CONTEE. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2017).

Essa perspectiva em relação ao documento base também permeia a avaliação feita pelo representante da União Nacional dos Estudantes na Comissão Nacional:

O documento final da CONAE tinha total apoio da UNE. Não houve um ponto de discordância. O nosso centro era no ponto de financiamento e de destinação de recursos do pré-sal. Aprovamos isso. Nossa estratégia foi se aliar com outros movimentos parceiros, CONTEE, CNTE, Campanha Nacional pela Educação, UBES, e os setores que lhe disse do MEC, sobretudo ligados à secretaria executiva. A partir deste núcleo, aprovamos a maior parte da nossa agenda da CONAE (TIAGO VENTURA– ex-vice-presidente da UNE. Entrevista concedida à autora em janeiro de 2017).

Assim, é possível compreender como se deu a aceitação de emendas com estas temáticas nas etapas que precedem a CONAE, bem como a aprovação do documento final. Este reafirmou a consolidação de um sistema nacional de educação que articulasse a educação nacional com a urgente necessidade de superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual ainda presentes na sociedade e na escola brasileira. Para isso o documento previu que o Sistema Nacional de Educação deveria prover “condições institucionais que permitam o debate e a promoção da diversidade étnico-racial e de gênero, por meio de políticas de formação e de infraestrutura específicas para este fim” (BRASIL. MEC, 2010).

Nessa direção, o documento aponta a gestão democrática dos sistemas de ensino e das instituições educativas como princípio da educação nacional, sintonizada com a luta pelo reconhecimento e a valorização da diversidade, com vistas à superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual. A implementação efetiva dessa política educacional deveria contemplar, portanto, a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação, com qualidade social, de gestores/as e educadores/as nas escolas públicas.

A ideia de educação das relações étnico-raciais e a discussão sobre igualdade de gênero, através de políticas de ação afirmativas como fundamentais à democratização do

acesso, à permanência e ao sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino também aparecem no documento final da conferência. Outro ponto importante tratado foi o referente à elaboração e implementação de políticas e programas de formação continuada, de pós-graduação, acerca de gênero, diversidade sexual e orientação sexual para todos/ as os/as profissionais da área da saúde, educação, serviço social, esporte e lazer.

Como forma de garantir esta implementação o documento fala em criação de linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação do Brasil que visem ao estudo da diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual. A introdução, junto a Capes e CNPq, de políticas de pesquisa voltadas para as temáticas de educação e relações étnico-raciais, em gênero e orientação sexual também apareceram como medidas para promover a ampliação do debate destes temas nas Universidades.

A política de valorização e formação dos/ das profissionais da educação, incluindo a discussão de gênero e diversidade sexual, adotando para o currículo de todos os cursos de formação de professores/as um discurso de superação da dominação do masculino sobre o feminino, foi outro ponto presente dentre as proposições. Também foram aprovadas medidas que visassem aprimorar e aperfeiçoar a avaliação do livro didático, para estes não apresentassem resquícios de discriminação, sobretudo em relação àquelas temáticas referentes às famílias compostas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

O documento aprovado na CONAE (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010) trazia também a ideia de inserir os estudos de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual educação sexual, como disciplina obrigatória, no currículo da formação inicial e continuada, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas licenciaturas e bacharelado, na pós-graduação, no ensino fundamental e médio, e em todas as áreas do conhecimento.

Outra preocupação exposta no documento era a de garantir medidas que assegurassem às pessoas travestis e transexuais o direito de terem os seus nomes sociais acrescentados aos documentos oficiais das instituições de ensino. Lembrando que neste momento o uso do nome social ainda não estava garantido, sendo, portanto relevante esta posição da CONAE. Além disso, a educação foi uma das primeiras áreas a adotar o uso do nome social.

A necessidade de produção de materiais e campanhas também compuseram o rol de propostas aprovadas. Dentre elas estavam as voltadas para estimular e ampliar a produção nacional de materiais sobre educação sexual, diversidade sexual e assuntos relacionados a gênero, em parceria com os movimentos sociais, no intuito de garantir a superação do preconceito que leva à homofobia e ao sexismo. Para isso, foi destacado que o MEC deveria

assegurar, por meio de criação de rubrica financeira, os recursos necessários para a implementação destes projetos, em especial para o Projeto Escola sem Homofobia.

Promover a formação das mulheres jovens e adultas para o trabalho, inclusive nas áreas científicas e tecnológicas, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões foi outro ponto explorado no documento. Além disso, foi sinalizado que em todo documento da CONAE deveria reconhecer o feminino na linguagem, superando a linguagem sexista. Atendendo a este ponto todo o texto da conferência foi produzido com flexão para o feminino. Mais tarde este se tornou um dos elementos questionados no Congresso Nacional.

As propostas aprovadas também incluíram a criação de grupos de trabalhos permanentes nos órgãos gestores da educação dos diversos sistemas, para discutir, propor e avaliar políticas educacionais para a diversidade sexual e relações de gênero, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil. Estes grupos deveriam produzir levantamentos de dados e censos escolares contendo informações sobre evasão escolar causada por homofobia, racismo, sexismo e outras formas de discriminação individual e social.

Fechando as proposições o documento traz a ideia de construção de um plano pedagógico sobre gênero e diversidade sexual para nortear o trabalho na rede escolar de ensino, visando assim eliminar quaisquer conteúdos sexistas e discriminatórios. Contudo, é importante destacar que cada um dos eixos debatidos pela CONAE resultou não apenas em proposições objetivas, mas também em textos norteadores da visão geral a ser trabalhada pelo sistema de educação do país. Dessa forma, um dos desafios apresentados nestes textos foi o da inclusão e da diversidade na implementação de políticas públicas, desmistificando do lugar de neutralidade estatal. A concepção abordada foi a de que cabe ao poder público garantir a universalidade dos direitos, superando as desigualdades sociais e que tal superação precisa também incorporar a diversidade.

Nesse sentido, os textos reafirmam o papel dos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário, como os principais atores políticos que problematizam essa situação. Os coletivos políticos, tais como os movimentos negro, feminista, de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, seriam os responsáveis por estarem denunciando, no período mais recente, o caráter de neutralidade que tentam impor as políticas públicas. Assim, eles têm cobrado que as políticas se abram para o princípio da equidade, na garantia do acesso aos direitos universais aos homens e às mulheres, por meio de ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados.

Vimos, portanto, que a temática de gênero, orientação sexual e diversidade esteve presente de forma transversal em todos os documentos da CONAE, tanto o que serviu de referência para os debates nas etapas municipais e estaduais, quanto no documento final aprovado em plenária final com delegados e delegadas de todo país. Como resultado tivemos a consolidação de um texto norteador para o sistema educacional, que dialogava com as pautas dos movimentos identitários, e também um documento balizador para o projeto de Plano Nacional da Educação:

Nós usamos a CONAE para pressionar o governo e o congresso sobre nossa agenda e sobre emendas nesta primeira proposta do PNE. E tudo de forma muito unificada com outros movimentos sociais. Fizemos emendas comuns ao PNE. Processo muito interessante. O próprio governo foi aderindo a diversas dessas agendas, como por exemplo, a destinação do pré-sal para educação (TIAGO VENTURA, ex-vice-presidente da UNE. Em entrevista concedida à autora em janeiro de 2017).

Encerrava-se assim o processo de conferência nacional de educação. O documento final foi encaminhado ao Ministério da Educação para que fosse transformado em projeto de lei a ser submetido ao Congresso Nacional.

3.1.2 Segunda rodada: a tramitação do PNE no Congresso Nacional

Após o término da CONAE, que foi avaliada de maneira geral como positiva tanto por parte dos movimentos sociais, quanto pelo MEC, teve início a tramitação do Plano Nacional de Educação. O documento final aprovado na Conferência ficou sob posse do MEC por cerca de seis meses. Durante este período ele foi adaptado para ser apresentado como proposição na Câmara federal, fato que ocorreu em dezembro de 2010. Vale dizer que o projeto remetido aos deputados e deputadas, em que pese as mudanças no formato do texto e a necessidade de síntese, respeitou as linhas e diretrizes gerais aprovadas pela CONAE. Ou seja, a perspectiva de inclusão do debate de gênero e diversidade estavam presentes no PL nº. 8035-D, enviado pelo executivo federal.

Assim, o projeto de PNE submetido à Câmara em 2010 apresentava 10 diretrizes e 20 metas para as políticas voltadas à educação no próximo decênio. Entre as principais propostas estava a destinação de 10% do PIB para a educação pública e/ou privada. O projeto tramitou até o final de 2012, quando foi entregue ao Senado, organizado em um texto. No Senado, onde permaneceu por um ano, o documento foi aprovado, mas sofreu drásticas alterações e retornou em sequência para a Câmara por meio do Substitutivo Nº. 8035-B.

O percurso inicial do Plano na Câmara Federal foi apreciado e debatido pelos deputados e deputadas da 54ª Legislatura. Eram ao todo 513 parlamentares, sendo 288

reeleitos e apenas 61 em sua primeira experiência na Câmara, ou seja, 11,9% do total, nunca exerceram qualquer cargo eletivo, destacando dentre estes os religiosos. (Jornal da Câmara, 2011). Os três partidos com maior número de deputados eram respectivamente: PT, PMDB e PSDB. A liderança da casa esteve com Marco Maia (PT) entre 2011 e 2012 e com Henrique Eduardo Alves (PMDB) entre 2013 e 2014. O governo tinha nessa legislatura uma ampla maioria diante da oposição, conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Composição da Câmara Federal 2006/2010



Fonte: Jornal da Câmara. 54ª Legislatura começa hoje com posse dos deputados e eleição da Mesa Diretora. Brasília/DF, 01 fev. 2011. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/internet/jornal/jc20110201.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

Em relação à “ bancada cristã”, tratada no capítulo anterior, vale destacar que esta cresceu na 54ª legislatura, especialmente através da representação evangélica, que acompanhou o crescimento demográfico dos fiéis no país - Segundo IBGE, aumento do número de evangélicos foi de 61% naquela década (2000-2010) - e aumentou em quase de 30% sua bancada em comparação a última legislatura. Segundo os dados fornecidos pela FPE, a Assembleia de Deus era a denominação que mais congregava representantes neste período, tendo saltado de 9 deputados em 2006 para 19 representantes em 2010, seguida pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Entre os católicos, a bancada oficial encolheu de 30 para 21. A redução, entretanto, não atingiu os deputados da renovação carismática, o que significa uma diminuição na representação de outros setores católico. Se na eleição de 2006 os carismáticos contavam com apenas um representante, a partir de 2010 passaram a ter na sua bancada na Câmara Gabriel Chalita (PT), Salvador Zimbaldi (PDT) e Eros Biondini (PTB). Este último, como presidente da bancada católica do movimento pró-vida. Também é importante dizer que o PT elegeu cinco representantes católicos, sendo três deles ordenados: padre Luiz Couto, padre João e padre Tom.

Sobre essa legislatura também é importante tratar, além da ampliação religiosa, da participação das mulheres. Nas eleições de 2010 as cotas enfim se tornaram obrigatórias, houve também a reserva de 5% do fundo partidário para a formação políticas das mulheres. A realidade do Brasil, até então, nos colocava ocupando o 106º lugar em participação política

feminina no parlamento, segundo a União Interparlamentar, organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos.

As medidas mencionadas acima levaram a um aumento substancial nas candidaturas femininas para os cargos proporcionais que, no entanto, não foi acompanhado de uma elevação no número de cadeiras conquistadas por mulheres na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Estaduais (CFEMEA, 2010). Dos 27 partidos que disputaram essa eleição, 22 conseguiram representação na Câmara Federal. Destes, oito partidos não elegeram nenhuma mulher. Foram eleitas 45 deputadas, mesmo número alcançado na última eleição, em 2006. Destas, menos da metade pertenciam aos partidos progressistas ou tinham vínculos com o feminismo, os movimentos de mulheres e suas pautas. Destacando-se: Manuela D'Ávila (PC do B), Ana Arraes (PSB), Fátima Bezerra (PT) e Luiza Erundina (PSB). As demais eram associadas aos partidos tradicionais e de direita, algumas evangélicas e não possuíam conexão com as pautas feministas.

Considero a apresentação da configuração dessa Legislatura importante para compreendermos como os agentes estudados por esta tese estavam dispostos no espaço que se tornaria o principal campo de disputa do PNE. Ele também nos ajuda na análise sobre as possibilidades de articulação e de movimentação destes agentes, a partir do quadro geral e também de seus capitais políticos e sociais disponíveis. Segundo este cenário, a “bancada cristã” estava em plena ascensão, não apenas numericamente, mas com novos representantes e um capital político significativo acumulado no processo eleitoral. O governo, apesar de ser maioria absoluta, contava com uma base heterogênea, inclusive dentre os eleitos pelo PT. E a representação feminista, apesar de contar com quadros políticos experientes, era pequena, com poucas possibilidades de alianças e de capital social insuficiente para realizar enfrentamentos no interior da Câmara.

Em sua primeira tramitação na Câmara dos deputados ele passou pelas Comissões de Educação e Cultura; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania para apreciação conclusiva destas Comissões, que só iniciaram a análise do mesmo no ano seguinte. A Comissão de educação e cultura apreciou o mesmo por um mês e devolveu sem nenhuma manifestação.

Neste mesmo período em que tramitava pelas comissões foi apresentado no plenário um Requerimento de Constituição de Comissão Especial, de autoria do Deputado Duarte Nogueira (PSDB), cujo objetivo era formar uma Comissão Especial para analisar o PL. A comissão especial foi aprovada e constituída pouco tempo depois. Outra modificação proposta para na tramitação foi realizada pelos líderes do PMDB e do PT, que solicitaram a inclusão

das Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Seguridade Social e Família e de Finanças e Tributação para análise de mérito do projeto.

Em abril de 2011 Ângelo Vanhoni (PT) foi designado relator do projeto. Deputado experiente e militante da Educação desde o final dos anos 1970, Vanhoni circulava bem entre setores do PT, mas também com outros partidos e com os movimentos sociais da área. Vale lembrar que ele havia sido dirigente da CUT na década de 1980. Neste sentido, sua escolha sugere uma tentativa do governo petista de garantir uma tramitação e aprovação do plano mediando interesses de sua base no Congresso e da militância que participara da CONAE.

Aberto o prazo de um mês para Emendas ao Projeto e ao seu término foram apresentadas 2.915 emendas. Dentre essas, apenas 5 deixaram de ser consideradas e outras 5 foram retiradas de tramitação a pedido dos autores e autoras. A quantidade de emendas já sinalizava o difícil percurso a ser percorrido pelo plano até sua aprovação. Entretanto, até este momento as polêmicas maiores estavam relacionadas à questão do financiamento e sobre a formação de um sistema nacional. Os questionamentos aos dispositivos referentes a gênero e diversidade ainda não haviam aparecido.

O projeto seguiu sobre análise das comissões até o final do ano de 2011, quando houve a apresentação do parecer do relator, bem como das emendas rejeitadas e as aceitas até este momento. Ao parecer do relator foram apresentadas 449 emendas. Configurava-se até então a aprovação do plano, com reformulação. Foi requerido, por exemplo, a presença do Ministro da Fazenda na Câmara para prestar esclarecimentos relativos às propostas do poder executivo sobre o financiamento do PNE.

Já em 2012, em uma reunião deliberativa, houve a apresentação de novo parecer do relator. Nesta, destaca-se o voto em separado do Deputado Ivan Valente (PSOL) e a Complementação de Voto feita pelo Deputado Ângelo Vanhoni (PT). Sobre a posição de Ivan Valente esta foi referente à destinação da porcentagem destinada do PIB para educação. O deputado do PSOL defendeu 10% em contraposição a proposta do relator de 7,5%.

Após nova reunião deliberativa, de apresentação do parecer reformulado pelo relator e da aprovação do projeto pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania foi designado o deputado Vieira da Cunha (PDT) como relator da redação final do PNE. A aprovação da redação final se deu em outubro de 2012, quando o mesmo foi encaminhado para o senado.

Não obstante ao panorama favorável à “bancada cristã” na Câmara Federal, o projeto do PNE seguiu para o senado sem questionamentos às questões referentes às temáticas de gênero, orientação sexual e diversidade. Fato que chama atenção, já que, conforme exposto, as lideranças religiosas contavam com capital suficiente para iniciar os embates em torno da

presença de tais temas no Plano. Entretanto, até este momento a disputa central se deu em torno do percentual do PIB a ser destinado à educação e se este seria apenas para educação pública ou se abarcaria a privada também. O episódio sugere que a aliança entre os agentes religiosos e segmentos conservadores e reacionários na Câmara Federal são determinantes para as movimentações dos primeiros. Portando, tratava-se de priorizar a disputa realizada pelos representantes dos grandes empresários da educação e dos privatistas, que desejavam dispor dos recursos do PIB também para o setor privado.

Assim que teve início a tramitação do plano no senado foi requerido pelos senadores José Pimentel (PT), Walter Pinheiro (PT) e Inácio Arruda (PC do B) uma audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o PLC nº 103 de 2012 (SENADO FEDERAL, 2012). A mesma deveria contar ainda com a participação de convidados como o Presidente do Consed, da Undime, da Andifes, do Conif, e os presidentes da UNE, UBES e membros da SBPC.

Na audiência os convidados foram ouvidos acerca da posição de suas entidades quanto aos principais pontos do projeto. Mais uma vez o destaque foi a questão da porcentagem do PIB para educação nacional. As entidades que participaram da audiência puderam defender suas propostas e a tramitação do plano seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos-CAE. Nesta comissão, cujo relator era o senador José Pimentel (PT), o Plano sofre a primeira modificação relacionada a gênero e a uma reivindicação das feministas.

Através da emenda de redação nº5 (SENADO FEDERAL, 2012) substituiu-se os termos “os (as) alunos (as)”, “os (as) professores (as)” “os (as) profissionais”, “os (as) estudantes”, “trabalhadores (as)”, “pesquisadores (as)”, “educadores (as)”, “tradutores (as)” e “gestores (as)” pelos termos os alunos, os professores, os profissionais, os estudantes, trabalhadores, pesquisadores, educadores, tradutores e gestores, respectivamente, efetuando-se segundo o parecer do relator as consequentes adequações de concordância nominal.

Na justificativa apresentada à alteração na redação foi em prol do uso de uma linguagem neutra, que segundo o relator, em português e em outras línguas neolatinas, é a do masculino plural. O parecer ainda afirma que a tentativa de superação do androcentrismo do idioma, com o apoio em um recurso linguístico teria acabado por dificultar a leitura do projeto. Por fim, ainda podemos afirmar que tal flexão de gênero no texto atentaria contra a gramática, que não poderia ser mudada por este tipo de norma, e de que a mudança no texto nem sempre se fez acompanhada da correspondente adequação de outros qualificativos relativos aos sujeitos expressos no texto.

Sobre esta modificação é central dizer que a referência aos dois gêneros nos textos e nas falas é uma luta dos movimentos feministas que remontam a década de 1990. Diversos movimentos que atuavam no combate a opressões específicas, como negros, mulheres, homossexuais etc., passaram reivindicar de forma muito expressiva as políticas de reconhecimento e de autodeterminação. Neste sentido, tornou-se parte da pauta feminista a afirmação e a visibilidade através da linguagem.

Este reconhecimento também passa pela desconstrução da suposta neutralidade da forma masculina no uso da língua. Assim, estes movimentos vêm enfrentando este debate com o intuito de explanar o fato de que a língua reflete a organização e a estrutura social e que, portanto, se uma sociedade é machista, sua língua também será. Neste caso, vale lembrar que no início do século XX, o direito à inscrição como eleitoras era negado às brasileiras, sob o fundamento de que, na lei, a palavra “todos” (os brasileiros, os eleitores), no masculino, não incluía as mulheres.

No Brasil, esta discussão ganhou fôlego com a ascensão de uma mulher à Presidência da República. Em 2012, foi aprovada a Lei 12605 que determinou o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Contudo, tal iniciativa não foi adotada em larga escala e ainda enfrenta forte oposição a sua implementação. O fato é que na tramitação do PNE pelo Congresso este foi um dos elementos relacionado à questão de gênero que foi retirado, ignorando-se o pleito dos movimentos de mulheres e das feministas.

Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, o PL seguiu para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde levou quatro meses para ter o primeiro parecer aprovado na comissão. O projeto voltou a tramitar e retornou à CCJ no ano seguinte, já em 2013. Já na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, cujo relator era o senador Álvaro Dias à época filiado ao PSDB e no momento de elaboração deste tese ao PV, iniciaram-se as indagações sobre a presença de dispositivos que tratavam de gênero e orientação sexual no Plano:

O inciso III do art. 2º do projeto, cuja alteração era proposta pela Emenda nº 25. Com a mudança, pretendemos que a diretriz de superação das desigualdades educacionais seja formulada de forma mais abrangente.

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da justiça social, da equidade e da não discriminação; (PARECER COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE- SENADO FEDERAL, 2013).

A respeito da Comissão de Educação, cultura e esporte é relevante dizer que a mesma contava com uma maioria de parlamentares pertencentes a oposição ao governo. Esta comissão aprovou na íntegra o relatório do senador Álvaro Dias, que acatou total ou

parcialmente 44 das 92 emendas apresentadas. Sobre a presença e atuação da oposição no Senado é importante destacar que a mesma se dá de maneira diferenciada do que na Câmara Federal. Além de contar com a presença dos principais líderes e quadros políticos da oposição da esfera nacional, no Senado não se manifesta a hegemonia da base aliada ao governo. Ou seja, há neste espaço uma polarização maior entre governo e oposição.

Outro elemento interessante para pensarmos esta disposição diferenciada na Câmara e no Senado dos agentes que analisamos são os partidos políticos. Segundo informações do TSE, adquiridas no percurso de elaboração desta tese, o país conta com 35 partidos registrados. Destes, 27 estão representados na Câmara contra 17 no Senado. Soma-se a isso fato de que na Câmara há uma distribuição maior das representações pelos partidos, ainda que haja bancadas que se destacam pelo tamanho, quando comparada com o Senado, onde das 81 cadeiras disponíveis, apenas 14 eram ocupadas por mulheres na 54ª legislatura, e 25 estavam com o mesmo partido, a saber, o PMDB. Ou seja, apenas um partido totaliza quase 30% da representação no Senado. Outros sete partidos alcançam juntos quase 65% das cadeiras e as demais representações se diluem nos demais partidos.

Com isso quero chamar atenção para o fato de que essa conformação apresenta menos espaço no Senado para os chamados partidos fisiológicos, aqueles que baseiam suas ações políticas e decisões em troca de favores, favorecimentos e outros benefícios de interesses privados, e para os partidos minoritários, com pouca expressão eleitoral. Desta forma, configura-se um quadro no Senado de maior polarização e que representava um campo mais árduo de atuação para os representantes do governo.

No que tange a tramitação do PNE, os entraves para sua aprovação já haviam aparecido na Câmara, mas foram aprofundados no Senado, especialmente em relação ao financiamento da educação. Mas foi também no Senado que teve início a disputa em torno da retirada da expressão gênero e orientação sexual do texto do Plano. Como vimos, a Comissão de Educação, cultura e esporte conseguiu aprovar a supressão da temática no PL e o mesmo passou a tramitar pelo Senado já sem a referência a estes itens. Tal feito foi realizado sem grandes alardes ou embates públicos.

Isso até o início das discussões nas sessões no plenário, onde tais pontos ganharam maior notoriedade e passaram a compor os discursos de parcela dos senadores da oposição. Vale mencionar que o Senado organizou sete audiências públicas, com a oitiva de cerca de trinta e cinco especialistas, representantes de entidades da área e de gestores das três esferas de governo. Em paralelo, criou espaços para as manifestações de cidadãos, organizações não governamentais e movimentos sociais, em geral através de seu portal na internet.

A polêmica estabeleceu-se de fato quando o Senador Vital do Rego (PMDB) apresentou um substitutivo, PLC nº 103, onde gênero e orientação sexual voltavam a figurar no texto. Iniciava-se uma verdadeira batalha para a derrocada deste substitutivo. Entrava em cena um dos agentes mais importantes neste processo, o senador Magno Malta (PR). Pastor evangélico e atuante nas redes sociais, Malta, que já havia se envolvido em outra disputa envolvendo os movimentos feministas e LGBT, quando foi contrário ao projeto de lei 122 de 2006⁴⁹ que criminaliza a homofobia, passou a protagonizar no Senado a luta contra a chamada “ideologia de gênero”: “Ideologia de gênero é uma tentativa do Estado em interferir na família. Uma ameaça que devemos jogar no lixo” (MALTA, 2013).

A partir daí firmava-se o que Vital da Cunha (2014) chamou de atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores. Padres, pastores e instituições cristãs passaram a mobilizar contra o PLC 103. Constituía-se uma atuação por meio de e-mails para os senadores líderes das bancadas no Senado, do uso das redes sociais e canais na internet e de petições online:

Diga não à Ideologia de Gênero em nosso sistema educacional!

Não queremos que a Ideologia de Gênero seja oficializada em nosso país!

Sr. Senador, venho, por meio deste e-mail exigir a rejeição do substitutivo do PNE, de autoria do senador Vital do Rêgo, e a rejeição da inclusão da igualdade de gênero como diretriz do plano nacional de educação.

A imensa maioria dos brasileiros é contra as práticas de sexualização precoce que serão oficializadas em nosso sistema educacional, caso esse substitutivo seja aprovado tal como está. Além disso, a introdução da ideologia de gênero em nossa legislação oficializará a completa subversão da estrutura familiar natural.

Por isso insisto no pedido de rejeição ao substitutivo do PNE, bem como na retirada de toda e qualquer noção relativa à igualdade gênero.

Atenciosamente,

[Seu nome]

Assine agora a petição para enviar um e-mail a cada um dos líderes de bancada no Senado!

Outros senadores também aderiram à campanha contra a “ideologia de gênero”, como Marcelo Crivella (PRB), que alegou em seu discurso no plenário que a discussão sobre diversidade e orientação sexual é papel da família e não do Estado. O senador ainda afirmou

⁴⁹ Segundo o senador, o projeto de lei puniria pastores e padres que proibissem "homossexuais de se beijarem dentro de igrejas", porque estariam discriminando o "gesto afetivo". Ele também disse que, caso os homossexuais tivessem um "ato sexual embaixo de sua janela", todos que discriminassem seu "gesto afetivo" iriam presos. Além disso, Malta alegou que, pela redação do projeto de lei da Câmara 122 de 2006 necrófilos e pedófilos poderiam dizer que "sua orientação sexual é transar com crianças".

que o pai e mãe são os responsáveis pela transmissão dos princípios, valores e tradições, cabendo aos professores o ensino, a formação para a cidadania e o preparo para a vida profissional:

Essas coisas têm um valor sagrado. Essas coisas são caras a nós, cujas tradições, princípios e valores são os da família. Daquela família 'adâmica': um homem, uma mulher e seus filhos. E agora com essa discussão de ideologia de gênero nós ficamos sujeitos a deformações, que amanhã poderão ter reflexos muito complexos até de serem avaliados, porque vai dar uma confusão no futuro. E pior, desautorizar o pai e a mãe na sua autoridade de educador - afirmou o senador (AGÊNCIA SENADO, 2013).

Nota-se que mesmo os parlamentares da base do governo, como o senador Marcelo Crivella, colocaram-se contrários a tentativa do mesmo de aprovação de um texto do PNE com a presença dos dispositivos referentes a gênero e orientação sexual. Estabeleceu-se um cenário onde senadores da situação e da oposição se uniram diante do veto a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Também é fundamental mencionar que católicos e evangélicos atuaram de forma uníssona nesta campanha contra o que consideraram como fim da família e o estímulo à homossexualidade.

Padre Paulo Ricardo, da arquidiocese de Cuiabá, onde trabalha como vigário judicial, também se tornou uma das figuras de destaque no embate a “ideologia de gênero” e na unidade dos cristãos. Tendo lecionado em lugares como as Faculdades de Filosofia e de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco e o Instituto Regional de Teologia, padre Paulo Ricardo já escreveu alguns livros e apresenta atualmente um programa na Rede Canção Nova de Televisão. Contudo, ganhou visibilidade com sua atuação na internet. Seus vídeos com sermões pregando contra a esquerda e suas tentativas de acabar com a família têm uma enorme audiência. Um desses vídeos chegou a ter 500 mil visualizações. Outro, mais de 100 mil. Padre Paulo Ricardo também ministra cursos e palestras em todo o Brasil contra o “perigo do gênero” e se tornou um dos principais agentes católicos envolvidos nesta disputa. Em sua página na internet ele elogiou e agradeceu em diversos textos e vídeos a atuação de parlamentares contrários a “ideologia de gênero”, dentre eles o senador evangélico Magno Malta:

Preciso agradecer a união de todos no esforço de mostrar aos senadores qual era o parecer da sociedade brasileira sobre estes temas. Menciona-se, de modo especial, o senador Pedro Taques, [...], e o senador Vital do Rêgo, que, como católico praticante, dispôs-se a trabalhar nas referidas emendas. Também deve-se agradecer os senadores Magno Malta e Ricardo Ferraço, que contribuíram no debate (PADRE PAULO RICARDO, 2013)

Cumprir destacar que o senador Vital do Regô fora o responsável por apresentar um substitutivo que reintroduzia gênero e orientação sexual no texto do PNE: a alteração

empreendida no inciso III do art. 2º do projeto de lei, que elimina a menção expressa às espécies de discriminação que se almeja combater contraria orientação contida no rol de objetivos fundamentais da Constituição Federal que elenca e identifica essas espécies discriminatórias. Contudo, conforme exposto e diversas passagens nas redes sociais e na página do Padre Paulo Ricardo, seu vínculo e compromisso com a Igreja Católica o fez identificar qual a era posição da maioria dos católicos e a ameaça contra a família em curso, tendo o senador alterado sua posição pouco tempo depois de apresentado o substitutivo.

Mesmo com toda pressão, tanto de senadores, quanto de agentes religiosos externos, houve resistência de figuras progressistas que buscaram sustentar a presença da temática no Plano, como o senador Paulo Paim (PT): “Construir uma linha para que se combata o ódio, a intolerância, a agressão e o desrespeito às pessoas em todos os sentidos: negro, índio, religioso, orientação sexual. Enfim, é um projeto global, que beneficia a todos”. Também houve tentativa de mobilização das feministas e da população LGBT, que assim como os religiosos, buscaram nas redes uma forma de pressionar o Senado:

Congresso Nacional: Inclusão da Igualdade de Gênero no PNE (Plano Nacional de Educação)

[...] A questão de gênero - cujo tema principal visa combater duramente as práticas preconceituosas e discriminatórias iniciadas na infância - é o grande alvo de toda polêmica que envolve o Plano Nacional de Educação, já que obriga educadores a discutir com os alunos a equidade de gênero, seja qual for. O problema é que muitos religiosos protestam e defendem duramente a exclusão deste trecho que - para eles - é apenas um "detalhe" que contradiz sua moral. [...]

A Escola precisa ter um papel determinante e ser um contraponto positivo à educação familiar, pois ninguém nasce com preconceitos, mas os aprende. A Escola precisa ensinar à criança não apenas a ler, escrever, fazer contas, aprender geografia, ciência, mas também ensiná-la como ser uma pessoa conscienciosa, adepta da cultura da tolerância. (AVAAZ, 2013).

A polêmica em curso levou o plenário do Senado Federal a adiar a votação do Plano Nacional de Educação por duas vezes, mas em dezembro de 2013 o substitutivo do Senado nº103 de 2012 foi aprovado, sem a referência a gênero e orientação sexual, e foi remetido a Câmara Federal. Assim, o senado havia dado o pontapé para toda a batalha que viria a se construir em torno da chamada “ideologia de gênero”. Deputados religiosos, católicos e evangélicos, passaram a fazer referência a este debate na tribuna, a usar as redes sociais e seus canais de comunicação para alertar sobre o perigo que representava a presença do termo gênero no PNE. Também surgiram canais diretos para que a população de manifestasse contrária a “ideologia de gênero”:

As formas de manifestar a oposição ao projeto são:

a) assinatura em uma plataforma específica no <http://www.citizengo.org/pt-pt/5312-ideologia-genero-na-educacao-nao-obrigado>

b) ligação gratuita pelo telefone 0800 619 619. Tecla “9” pedindo a rejeição à ideologia de gênero em nosso sistema educacional.

Em sequência, durante a tramitação na Comissão especial, e no demais percurso pela Câmara, parlamentares e ativistas que pressionaram pela retirada das questões do texto levaram cartazes com dizeres do tipo “Gênero não!” ou “Não à ideologia de gênero!”. O plenário da Câmara também chegou a reunir em algumas sessões mais de 150 jovens, líderes pró-vida e famílias católicas e evangélicas contrárias a qualquer referência de gênero ou orientação sexual no texto do plano. Essas famílias e lideranças pró-vida também realizaram trabalho junto aos deputados da “bancada cristã”, novamente através de petição sobre o assunto que contou com ampla divulgação nas redes sociais. Dentre as justificativas apresentadas pelos parlamentares para a retirada das questões, estavam o enfrentamento à “ditadura gay” e a “salvação da família” (TOKARNIA, 2014).

Importante dizer que a dita “ideologia de gênero” foi taxada pela “bancada cristã”, como sendo munição dos movimentos que agem no Brasil para “a destruição da família” (TOKARNIA, 2014). É necessário ainda destacar que estas lideranças religiosas para dar visibilidade ao tema recorreram amplamente às redes digitais. O site evangélico de notícias Gospel+, por exemplo, foi um dos que mais publicou denúncias referentes à “ideologia de gênero” no PNE, alegando sempre que em países que foram “dominados” pela “ideologia de gênero”, a família teria sofrido sérios prejuízos.

Antes de ser aprovado o projeto recebeu ainda novas Emendas ao substitutivo nº103 de 2012 do Senado e teve outro Parecer apresentado pelo deputado Ângelo Vanhoni, quando seguiu para votação em turno único. Assim, em junho de 2014, chegava ao fim o percurso percorrido pelo plano desde há CONAE quatro anos antes. Estava aprovada a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014).

O Projeto de Lei que originou o PNE se tornou aquele que contou com o maior número de emendas recebido até hoje, na Câmara, tendo sido alvo de discussões em diversas entidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além de casas legislativas estaduais. Ao todo foram 3.365 emendas.

O Plano aprovado passou a contar com 10 diretrizes, a saber: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País, valorização dos (as) profissionais da educação, promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à

diversidade e à sustentabilidade socioambiental, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade e a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Na última diretriz, alvo da “bancada cristã”, vimos que se retirou a erradicação das desigualdades de gênero e orientação sexual para uma forma genérica, onde se diz “formas de discriminação”. Além disso, creio ser relevante destacar que se incluiu no texto aprovado expressões como “valores morais”, “ética” e “formação integral do cidadão”.

No Artigo V, por exemplo, foi substituído o item que mencionava a formação para o trabalho e para a cidadania; por formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Mudanças textuais que foram acompanhadas de intenso debate pautado centralmente no discurso da defesa da moralidade e da educação como redentora destes valores. Assim, pode-se considerar que no âmbito dos dispositivos relacionados às questões morais e valores que deveriam integrar o planejamento educacional do país houve a vitória da coalizão conservadora, protagonizada pelos religiosos:

Preciso destacar a ação extraordinária da bancada evangélica da Câmara dos Deputados nestes dias: faça-se menção especial aos deputados Paulo Freire (PR-SP), Marco Feliciano (PSC-SP) e João Campos (PSDB-GO). O povo cristão – católicos e evangélicos – e os espíritas fizeram uma coalizão pela família. E funcionou. (PADRE PAULO RICARDO, A DEFESA DA FAMÍLIA NO CONGRESSO NACIONAL, 2014).

Vale dizer que movimentos sociais, entidades que atuam na educação e os movimentos identitários, especialmente as feministas e os LGBT, apresentaram cartas públicas à presidenta solicitando, dentre outras coisas que fosse excluída a bonificação às escolas que melhorassem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a destinação de parte dos 10% do IB para programas desenvolvidos em parceria com instituições privadas e mencionaram a completa insatisfação com a ausência de qualquer referência a gênero e orientação sexual. Entretanto, a presidenta Dilma Rousseff sancionou o texto do Plano Nacional de Educação (2010) sem vetos.

A esse respeito é importante resgatar a análise feita no primeiro capítulo desta tese acerca dos paradoxos dos governos petistas, das alianças e da chamada governabilidade, da presença de agentes católicos e evangélicos em sua base aliada e no interior do próprio governo e especialmente da segunda campanha de Dilma, onde a mesma foi pressionada por religiosos, em troca de apoio eleitoral, a se comprometer com pautas destes segmentos, assegurando publicamente que “respeitaria a maioria cristã do país”. Isso nos ajuda a

compreender em parte a posição adota pelo governo neste momento, de não interferir diretamente na disputa.

Assim, conforme exposto neste capítulo, a tramitação do Plano Nacional de Educação de 2014 foi envolta em disputas e reverses envolvendo agentes religiosos e outras lideranças conservadoras com movimentos sociais progressistas, movimentos identitários, setores de partidos ligados à esquerda, alguns parlamentares e membros do próprio governo federal⁵⁰. Este foi um dos conflitos envolvendo a temática de gênero e orientação sexual que ocorreram ao longo dos governos petistas. Busquei apresentar os elementos que ajudassem a compreender o cenário em que se deu a concepção do Plano, identificando os segmentos sociais envolvidos e o ambiente político estabelecido.

Para a análise realizada foi fundamental incluir a constituição mais recente do campo de formulação das políticas educacionais, examinando as mudanças que foram trazidas para o campo político a partir das alterações do religioso, apontando que estas impactaram diretamente as políticas educacionais formuladas e aprovadas nos últimos anos. Já que os capitais sociais e políticos adquiridos por agentes como os evangélicos foram determinantes para o desenrolar do episódio envolvendo a tramitação do PNE. A atuação destes agentes e toda retórica desenvolvida por eles em torno da “*ideologia de gênero*” contribuíram significativamente na disputa em curso.

A despeito das transformações do campo religioso, já analisadas nesta tese, que implicaram em um crescimento das denominações evangélicas e uma retração dos católicos, impactando as formas de organização e de mobilização destes, no que tange ao debate sobre gênero e orientação sexual na escola houve unidade na ação dos agentes religiosos. A chamada “*bancada cristã*” atuou de forma unificada em relação à retirada de tais pontos do Plano.

Cumprir registrar que ao fazer referência a católicos e evangélicos é necessário considerar a heterogeneidade destas denominações. Digo isso para salientar que na disputa analisada houve católicos e evangélicos progressistas, que se colocaram ao lado dos movimentos que buscaram sustentar a presença de tais dispositivos no PNE, como as Católicas pelo Direito de Decidir e o CONIC. Destaca-se também o movimento ecumênico, que tem se posicionado contra a instrumentalização da religião na política e em defesa do

⁵⁰ Para demonstrar o impacto no projeto de Plano que encontrava-se em curso, apresento no quadro em anexo (ANEXO II), as alterações que o texto sofreu em relação aos dispositivos do texto que tratavam de gênero e /ou orientação sexual do documento aprovado pela CONAE para o aprovado no Congresso Nacional.

Estado laico através de pronunciamentos, notas de repúdio, celebrações, atos, missões e campanhas virtuais (DUARTE, 2013).

A Fundação Luterana de Diaconia, por exemplo, lançou nota em repúdio ao uso de conceitos religiosos por parlamentares que respondem a processos por atos de corrupção e que apoiam leis contrárias as minorias. A nota também reafirmava a laicidade do Estado afirmando “o Brasil não é uma nação cristã. É um país de muitas diversidades” (DUARTE, 2013, pag. 186). Cumpre registrar que esses posicionamentos públicos do movimento ecumênico estão vinculados a filiações políticas e a parceria com movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Contudo, tais segmentos constituem frente minoritária em suas denominações religiosas e fundamentalmente não possuem representantes no parlamento. O protagonismo e a posição vocalizada por tais setores corresponderam, portanto, aos setores mais tradicionais, conservadores e hegemônicos das instituições religiosas.

Nesta tese o foco de minha análise dos que foram contrários a gênero e orientação sexual no PNE são os agentes religiosos, mais especificamente católicos e evangélicos, mas é fundamental dizer que não foram apenas estes segmentos que argumentaram, construíram uma retórica e se movimentaram, garantindo a retirada de tais temáticas do Plano. Outros setores conservadores do Congresso Nacional, incluindo, por exemplo, a “*bancada da bala*”⁵¹, “*bancada do boi*”⁵², partidos tradicionais da direita e segmentos de oposição do governo petista, também se tornaram personagens de extrema relevância na disputa em torno destes dispositivos no texto do Plano.

O quadro apresentado sobre a tramitação do Plano nos permite identificar como este percurso foi construído, parte das estratégias empreendidas pelos agentes que analisou e o posicionamento adotado pelo Estado através do governo federal. Ele também nos remete à unidade política criada em torno da expressão “*ideologia de gênero*” e a mobilização social alcançada pelos segmentos religiosos a partir do uso dela. Nesse sentido, torna-se crucial compreender a origem desse termo, os significantes atrelados e a utilização que a passou a ser feita do mesmo.

⁵¹ Nome pejorativo pelo qual é conhecida a frente parlamentar composta por políticos que lutam pelo direito de autodefesa individual, fundando-se no direito natural de preservação da própria vida e no direito constitucional de defesa do lar familiar. No nível federal, a bancada se movimentou para revogar o Estatuto do Desarmamento.

⁵² Nome pejorativo e popular para os ruralistas e para a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

3.2 Fim da partida: “Ideologia de Gênero”, uma carta na manga

A categoria gênero, como já exposto ao longo deste trabalho, assumiu em nossa história recente numerosos significados e atribuições em diferentes campos: político, acadêmico-científico, educacional, religioso etc. Importante resgatar que a origem do termo gênero está relacionada aos estudos referentes às desigualdades entre homens e mulheres e que desde seu surgimento enquanto expressão e linha teórica de pensamento, fundamentalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, foi marcado por diferentes abordagens e perspectivas.

Algumas teorias se construíram a partir da lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras buscaram o reconhecimento do que chamaram de uma “*questão feminina*”, e outras ainda se preocuparam com a formação da identidade sexual subjetiva. Contudo, a categoria gênero, como o meio de falar de feminismo, ainda demoraria um pouco mais a se consolidar (SCOTT, 1995).

Segundo Joan Scott (1995) o que as feministas e as estudiosas do tema na academia buscavam era indicar através do conceito de “*gênero*” uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “*sexo*” ou “*diferença sexual*”, mas como uma categoria relacional. Ainda de acordo com a autora “*gênero*” passou a ter um uso mais “*simples*”, sendo empregado como sinônimo de “*mulheres*”. Assim, livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres, teriam passado a substituir nos seus títulos o termo de “*mulheres*” pelo termo “*gênero*”.

Neste uso destacado pela autora, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, ele se torna uma maneira de indicar as “*construções sociais*”, ou seja, os papéis próprios aos homens e às mulheres. Para a autora seria uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1995).

Assim, para Scott, gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ofereceu um meio de distinguir sexo dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. É de extrema relevância destacar que isso não impediu os (as) pesquisadores (as) de reconhecerem as relações entre o sexo e os “*papéis sexuais*”. A questão central para esta discussão era a de que o uso do termo gênero nestes estudos viabilizou a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.

Ainda neste mesmo período, década de 1980 e início da década de 1990, houve uma ampliação considerável sobre os estudos relacionados a gênero e sexualidade. Diversos grupos de pesquisa com esta matéria despontaram nas Universidades de todo mundo, assim como professoras, pesquisadoras e especialistas adquiriram notoriedade ao explorar tal categoria em suas produções. Foram muitos os impactos provocados por estes estudos, dentre eles no campo de produção das políticas sociais, que passou a incorporar em sua agenda a discussão da temática.

Contudo, é mister salientar que se a problemática das relações de gênero encontrou nos espaços acadêmicos um importante meio de desenvolvimento, ela não se limitou apenas àqueles espaços. A emergência da epidemia HIV/AIDS nos anos 1980 e a necessidade de compreensão da sua articulação como domínio da sexualidade para a formulação de políticas de saúde trouxeram um fluxo expressivo de recursos para o financiamento das pesquisas nessa área.

É necessário mencionar também o papel que os movimentos de mulheres e as feministas cumpriram neste processo, pautando como primordial a inclusão de políticas públicas específicas para as mulheres e do recorte de gênero nas demais políticas, como exponho nos dois primeiros capítulos da tese. Toda essa movimentação repercutiu de forma global, chegando até as conferências da ONU em Cairo (1994) e em Pequim (1995), como vimos no primeiro capítulo desta tese.

Estas conferências representaram um marco no debate sobre gênero e políticas públicas, já que diversas políticas em todo mundo foram desenvolvidas a partir de seus relatórios e documentos finais. Mas também estabeleceram para o campo cristão e seus agentes uma nova frente de ação, a de combate ao que viriam chamar de “*ideologia de gênero*”. Segundo documento da Conferência Episcopal Peruana, a realização de tais fóruns internacionais está na gênese da ameaça “*gênero*”, que representaria uma estrutura de desconstrução social:

Está claro, portanto, que a meta dos promotores da ‘perspectiva do gênero’, fortemente presente em Pequim, é de atingir uma sociedade sem classes de sexo. Para isso, propõem desconstruir a linguagem, as relações familiares, a reprodução, a sexualidade, a educação, a religião, a cultura, entre outras coisas (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998 apud COELHO; SANTOS, 2016, p.19).

De acordo com esta perspectiva a categoria gênero e sua presença nas políticas públicas teriam por objetivo promover a destruição da noção de família, incentivar o “*homossexualismo*” e depreciar a fé cristã. A esse respeito, Coelho e Santos (2016) identificaram em sua pesquisa que diversos documentos da Igreja Católica apresentados após

a Conferência de Pequim confirmavam esta perspectiva de gênero representando um ataque à existência da família. Além disso, referiam-se ao termo como uma investida contra a moral cristã e chamavam a atenção para a importância da luta contra a homossexualidade conforme exposto no trecho do Catecismo da Igreja Católica:

Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a tradição sempre declarou que ‘os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados’. São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados (CIC – 2357 apud COELHO; SANTOS, 2016, p.24).

Defendendo, portanto, a ideia de sexo e dos papéis familiares tradicionais como inscritos na natureza e no direito, a ideia de que o conceito de gênero seria uma estratégia de educar as crianças para a construção de uma “sexualidade versátil” e para a desintegração da família, passa a compor o discurso católico ainda na década de 1990.

A esta noção articulava-se o denominado marxismo cultural, que veria na família a origem das desigualdades sociais, sendo necessário, portanto, eliminar os papéis tradicionais de pai, mãe, esposo, esposa, pais e filhos, e a constituição da chamada Guerra Cultural. Sobre esta, Silveira (2015) a define como uma associação entre católicos leigos e sacerdotes conservadores para a defesa de seus valores na sociedade, que não ocorre apenas no Brasil e nem é um fenômeno recente. O autor cita como alguns exemplos França, Espanha, Estados Unidos, Argentina, onde haveria esta articulação em curso, contando com a participação de grupos católicos internacionais, como a Opus Dei⁵³ e a Comunhão e Libertação⁵⁴, diretamente ligadas ao Vaticano.

O autor ainda nos explica que a maioria destas organizações surgiu em meados do século XX, período em que “o catolicismo institucional travou duros embates com as novas configurações do Estado, do espaço público e das legislações nacionais e internacionais, procurando resistir às mudanças e articular reações políticas e sociais para frear ou reverter o *mainstream* cultural” (SILVEIRA, 2015, p. 14). Sobre a Guerra Cultural é importante dizer que a mesma adquiriu força e notoriedade, segundo Silveira (2015), nos Estados Unidos dos anos 1970 e 1980, com a luta pelos Direitos Civis dos movimentos negro, LGBT e feminista,

⁵³ Fundada em 1928 por um sacerdote espanhol, trata-se de uma instituição hierárquica composta por leigos e sacerdotes. Tem como finalidade participar da missão evangelizadora da Igreja. Concretamente, a Opus Dei procura difundir a vida cristã no mundo, no trabalho e na família, a chamada universal à santidade e o valor santificador do trabalho cotidiano.

⁵⁴ Movimento católico Eclésia, nascido na Itália, em 1954, cujo objetivo é a educação cristã dos seus membros e a colaboração à missão da Igreja em todos os âmbitos da sociedade contemporânea.

cuja nova configuração social teria colaborado para uma “virada conservadora”, ou seja, para a ascensão do conservadorismo religioso.

Na chamada Guerra Cultural a tríade tradição (católica), família (monogâmica e indissolúvel) e propriedade (privada) são recuperadas como as principais bandeiras de luta doutrinária e cultural para os católicos. Vale destacar que outras temáticas, como a condenação ao aborto, casamento homossexual, eutanásia, também são acionadas com alguma periodicidade e compõem o discurso de defesa dos valores e da Igreja Católica (SILVEIRA, 2015).

Vimos, portanto, que desde a década de 1990 articula-se dentre os agentes católicos mecanismos, estratégias e a formação de um discurso conservador baseado fundamentalmente na defesa da família. Desde então, tais agentes vêm acumulando capital político e social para o enfrentamento a “ideologia de gênero”. Cumpre registrar que tal percepção, a de que haveria uma guerra cultural contra os valores cristãos, também se fez presente desde então na cúpula da Igreja. Nesse sentido, Miguel (2016) destaca que tanto o papa João Paulo II quanto o papa Bento XVI foram defensores da ideia da existência de tal guerra cultural, fato que explicaria o pontificado de João Paulo II ter sido “marcado, desde o início, pela preocupação com a posição das mulheres, tema de vários textos e conferências do papa” (MIGUEL, 2016, p. 598).

Ainda sobre a guerra cultural contra os cristãos, Silveira (2015) destaca que a forma de agir destes agentes, em todos os países por onde se expandiram, baseou-se em três frentes: marchas (pela família, contra matrimônio igualitário entre pessoas do mesmo sexo, contra o aborto, eutanásia, contra as pesquisa com células-tronco), na fundação, ou o relançamento de institutos e associações civis em defesa da família cristã e do pensamento liberal-conservador e no uso das mídias digitais e das novas tecnologias para mobilizar a sociedade.

E como todo este quadro se consolidou no Brasil? Para buscar elementos que respondam a tal questão creio ser importante retomar a referência realizada no primeiro capítulo a Renovação Carismática Católica, já que em grande medida será ela e seus agentes a responsável por encampar tal guerra no Brasil. A RCC, através de suas lideranças, irá veicular os discursos de tentativas de extinção da família e de estímulo à homossexualidade. Mas não será a única. Somou-se a esta atuação parcela significativa do movimento neopentecostal brasileiro.

A performance de tais segmentos no Brasil vem se dando de maneira destacada por meio da eleição de seus representantes – fato explorado ao longo deste trabalho – e da pressão junto aos representantes eleitos nas câmaras, por meio de conversas de gabinete, entrega de

abaixo assinados, presença em reuniões legislativas públicas e também através de mobilização pública, por meio de palestras em diversos ambientes internos e externos à Igreja Católica e às Evangélicas, utilizando-se especialmente de programas de TV e rádio, discursos falados e escritos, difundidos por jornais e redes eletrônicas.

Na ótica desses grupos, de acordo com Silveira (2015), as estruturas familiares e sociais defendidas são naturais e universais, mas estão sofrendo ataques, sendo desmanchadas e desmontadas por uma conspiração liderada pela Organização das Nações Unidas, somada aos partidos de esquerda, organizações (como a Anistia Internacional) e intelectuais defensores dos direitos dos homossexuais, das mulheres e outros.

Assim, haveriam projetos no Brasil que visariam a “dominação cultural marxista-feminista”, o que justificaria uma guerra, inclusive semântica, contra o uso de termos como gênero, usados nos documentos oficiais do Ministério da Educação, das Políticas Públicas e dos Projetos de Lei. Um dos principais nomes católicos, líderes dessa guerra, já mencionado nesse texto, Padre Paulo Ricardo afirmou que o povo não sabe dessa estratégia de dominação e que soubesse desse “esquema”, não permitiria a destruição em curso. O argumento é finalizado com a afirmação:

[...] “não estou aqui como padre, como católico, como pregador, mas como brasileiro”, dedicando-me a defesa da família contra os “loucos e celerados”, porque caso o contrário a mais importante instituição do Mundo Ocidental será destruída “cruzado católico” denuncia: “gênero é um conceito inventado na Conferência de Pequim”, não é algo com o que nascemos (sexo), mas aquilo que a pessoa irá desenvolver. Nesse projeto, cheio de influências da “esquerda revolucionária”, as pessoas serão punidas por discriminação de gênero. Embate entre a realidade e a propaganda ocorre, segundo ele, pois a dominação marxista é sutil, impregna as instituições sociais, culturais e os mecanismos políticos (PADRE PAULO RICADO, 2014).

O padre, que se coloca como “‘militante’ anticomunista e anti-PT” oferece em sua página na internet uma série de cursos gratuitos tanto sobre a doutrina católica quanto sobre temas da atualidade e conforme já mencionado possui milhares de seguidores. Importante frisar que esta atuação não é uníssona dentre os católicos. A heterogeneidade da instituição e de seus agentes é um elemento sempre pontuado neste trabalho. Fato comprovado no questionamento de outros padres à atuação de Paulo Ricardo. Em carta endereçada a arcebispo, 27 padres pediram que Padre Paulo Ricardo Azevedo fosse proibido de pregar. O principal argumento para tal pleito foi seu polêmico envolvimento em campanhas políticas-eleitorais em 2010, quando militou contra determinados candidatos.

Contudo, o padre recebeu apoio maciço de fiéis católicos e o arcebispo indeferiu a solicitação encaminhada para seu impedimento de funções, dentre elas a pregação. Padre Paulo Ricardo mantém programas de TV pela internet e pela TV Canção Nova, além de um

blog na internet que conta com uma equipe que o ajuda na divulgação, marketing e redação de posts, artigos e imagens nas redes sociais. Ele também oferece cursos e dentre eles encontra-se um sobre Revolução e Marxismo Cultural (PADRE PAULO RICARDO, 2016), onde figuram aulas sobre a infiltração do marxismo cultural no Brasil. Nas aulas ofertadas são feitas referências a autores, como Karl Marx, Friedrich Engels e Antônio Gramsci, além de Judith Butler e outros mais. Trecho de uma das aulas:

Àqueles que vivem um drama com problemas sexuais, é importante reiterar que nós, cristãos, não os odiamos. A nossa luta em defesa da família não visa tratar ninguém com preconceito, ou deixar de dar valor às pessoas – afinal, cada ser humano tem uma dignidade inestimável. O que está acontecendo é que muitos estão sendo usados como "testas de ferro" dos marxistas culturais, para destruir a família natural. No final desta luta revolucionária, os homossexuais serão simplesmente descartados, assim como foram nos regimes comunistas de Cuba, da Rússia e da China. Estes governos vermelhos são os maiores responsáveis pela "homofobia" e, no entanto, não se vê os militantes gayzistas gritarem contra estas atrocidades. Não é possível levar a sério o movimento gay desta forma (PADRE PAULO RICARDO, 2016).

Este pequeno panorama sobre a origem do termo “ideologia de gênero” e sua relação com lideranças cristãs, com destaque para as católicas de todo mundo, tem por objetivo nos ajudar a perceber de que forma estabeleceu-se o uso de tal expressão no Brasil e sob quais bases. É notória a relação intrínseca da perseguição ao uso do termo gênero, bem como sua articulação com as políticas educacionais, com a crença de setores cristão em uma guerra cultural em curso. É possível encontrar em diversos documentos oficiais da Igreja, ainda na década de 1990, quando o uso de tal categoria adquiriu maiores abrangência, relacionando-a com a tentativa de minar a atuação e os valores cristãos.

Acredito que tal perspectiva galgou espaço no Brasil com as mudanças sofridas pelo campo religioso - o processo de “descatolinização” e crescimento evangélico tratado no primeiro capítulo - e o impacto gerado no campo político, com o crescimento vertiginoso da representação religiosa na esfera pública. Soma-se isso a atuação dos movimentos de mulheres e das feministas no campo de produção das políticas públicas, especialmente diante das políticas educacionais. Estas, pós a redemocratização política do país no final da década de 1980, passaram a intervir diretamente na formulação, no planejamento e no monitoramento de ações que articulassem gênero e políticas públicas.

Há que se mencionar também que para estes segmentos a associação entre gênero e educação/escola, compreendida hoje como uma das principais agências da sociedade com que interagimos individual e coletivamente, orienta-se por um ideal de escola que contribua na resistência ao instituído e que sustente o compromisso político com o processo das transformações sociais especificamente no tocante à equidade de gênero. (CARVALHO, 2000).

Nesta perspectiva, discutir as implicações pedagógicas das relações de gênero no cotidiano escolar significa, dentre outras coisas, compreendê-las como relações de poder (CARVALHO, 2000). Entretanto, como vimos no capítulo dois, a presença da temática de gênero nos documentos e nas políticas educacionais, foi recém instituída e vem se apresentando, muitas das vezes, através de uma junção com o debate envolvendo sexualidade e saúde.

Outro elemento que contribui para esta ponderação é a insistência em se trabalhar a sexualidade, por exemplo, apenas sob aspectos vinculados à saúde e ao reconhecimento do corpo, desconsiderando a análise do exercício da sexualidade a partir do referencial de que este envolve conceitos como afetividade, prazer, troca, autonomia de decisão e respeito (DINIZ, 1998).

No campo de produção das políticas educacionais a apropriação sobre “gênero” enquanto categoria ganhou destaque, como menciono anteriormente, nos Parâmetros Curriculares Nacionais aprovados em 1997. Dos “Temas Transversais” nos PCN até os documentos e marcos legais mais recentes da educação houve avanço em relação à presença e à forma como a temática é apresentada.

Entretanto, é importante dizer que o estudo das relações de gênero na educação é ainda exordial, especialmente no que diz respeito às nossas diretrizes curriculares e à nossa formação docente (CARVALHO, 2000). São inúmeros os fatores que levam a esta reflexão. Dentre eles o fato de não termos nos currículos dos cursos de licenciatura disciplinas sobre a temática, o que não garante para os futuros professores (as) apreensão acerca da relevância da abordagem de tal tema entre os alunos e alunas, bem como a forma de realizá-la.

Este cenário sofreu alterações significativas nos anos 2000. O crescimento do feminismo no Brasil, que segundo pesquisa das sociólogas Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar - 50 Anos de Feminismo (1965-2015): Avanços e Desafios: Argentina, Brasil e Chile – apontam o país como tendo o maior nível organizacional dos movimentos de mulheres na América Latina, com estrutura que vai do municipal ao regional, estadual e nacional, articulando-se em uma multiplicidade de redes que por sua vez transitam nas várias instâncias governamentais nacionais e internacionais, tem sido determinante para tais modificações no quadro apresentado. Essa ampliação da atuação feminista veio acompanhada da preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas.

Especificamente na educação, houve uma “ocupação” das esferas de debate e de formulação das políticas. Ao longo do governo Lula assistimos a uma intensa articulação entre a Secretaria de Mulheres e o Ministério da Educação. Nos movimentos sociais ligados a

educação o mesmo ocorreu. Nas Conferências de Mulheres os debates sobre perspectivas e papéis da educação e da escola estiveram presentes, assim como nas Conferências de Educação os movimentos de mulheres e as feministas se fizeram representar.

Todos estes pontos levantados corroboram para o recém entendimento de alguns segmentos sociais e políticos sobre a importância de se garantir que as diferentes instituições sociais, como a escola, sejam orientadas e planejadas a partir da concepção de que vivemos sobre uma sociedade machista e patriarcal, estruturada sob inúmeras desigualdades, cuja as instituições de ensino podem e devem atuar no enfrentamento e na mudança desta estrutura. E para que tal transformação ocorra é fundamental garantir nos planos educacionais a presença desta perspectiva. Assim, se ao longo da trajetória de atuação dos movimentos de mulheres e feministas a intervenção do planejamento educacional, por diferentes motivos, não se tornou prioridade - como exponho no segundo capítulo - o quadro se altera nos anos 2000, com a presença direta e vigorosa destes segmentos na disputa do planejamento educacional do país.

Ainda sobre este cenário envolvendo as políticas públicas educacionais e gênero no Brasil, cumpre mencionar que mudanças recentes abarcando um processo de secularização de nossa cultura impactaram sobretudo o campo educacional e o de produção de políticas. Tal processo inclui aspectos e medidas relacionadas como, por exemplo, a permissão de aborto para fetos anencéfalos, a desconstrução do que Cunha (2016) chamou de estigmas de sexo e de gênero e a possibilidade de união estável para homossexuais.

Esses avanços do campo progressista em relação a estas pautas poderiam implicar em uma diminuição nas desigualdades de gênero e na repressão sexual brasileira? Para Cunha (2016), antes que pudessem representar uma alteração de fato houve ataques diretos a este processo de secularização da cultura e de laicização do Estado freando o que estava em curso e promovendo uma série de retrocessos.

Destaco que, a meu ver, o contexto atual de contenção da articulação entre as políticas de educação e gênero foi alavancado diante das disputas e conflitos expressos por diferentes campos ao longo dos governos petistas. Setores religiosos conseguiram ampliar nestes governos sua atuação frente a outros segmentos, mobilizar parcelas da sociedade, construir interdições institucionais, compor uma coalizão conservadora e disseminar um pânico moral capaz de garantir recuos e vetos às políticas de gênero na educação pública.

Importante reafirmar, portanto, que o episódio de disputa do PNE não foi o primeiro ou ocorreu de forma isolada na cena nacional. Desde o primeiro governo Lula, esta tensão esteve presente, com religiosos cristãos afirmando estarem sofrendo ataques contra seus valores. Dentre os acontecimentos mais marcantes que antecederam o embate a “ideologia de

gênero” no Plano Nacional de Educação, estiveram a aprovação do Plano Nacional de Direitos Humanos e a distribuição do Kit anti-homofobia do MEC – ambos já mencionados neste trabalho. Creio ser relevante recuperar e aprofundar alguns pontos referentes ao último projeto, em especial.

No primeiro Plano Nacional de Política para as Mulheres (2004), que tinha entre seus objetivos a educação inclusiva, e não sexista, visando a promoção do acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas, e no Plano Plurianual (2004-2007), haviam estratégias de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Nesse bojo, teve início em 2011 as disputas em torno do material que o Ministério da Educação elaborou, o já referido Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia.

Tratava-se de um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que visavam a desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e o convívio democrático com a diferença. É interessante observar que o projeto também teve o apoio de instâncias da sociedade internacional, tais como a rede internacional *Global Alliance for LGBT Education* (GALE) e a organização não governamental *Pathfinder* do Brasil, bem como de movimentos e de representantes da sociedade civil organizada como a Comunicação em Sexualidade (ECOS), a Reprolatina, Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O Projeto envolveu a elaboração de dois produtos específicos. Primeiramente, a preparação de um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas de combate a homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro.

Num segundo momento, desenvolveram-se meios para a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar o combate a homofobia nas escolas e contextos educativos, de forma a repercutir nos valores culturais atuais. Essa estratégia envolveu a criação do já referido kit de material educativo que abordaria aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores (as), educadores (as) e estudantes. Outro direcionamento do projeto era a capacitação de técnicos (as) da educação e de representantes do movimento LGBT de todos os estados do país para a utilização apropriada do kit junto à comunidade escolar.

Cumprir registrar que o Kit foi embasado em pesquisas acadêmicas, investigações realizadas pela UNESCO e, também, por ONGs que comprovaram a forte presença da discriminação contra gays, lésbicas, transexuais e travestis dentro das escolas brasileiras.

Criado por uma equipe multidisciplinar, o kit completo levou cerca de dois anos para ser pesquisado, construído e validado. A previsão era de que o material fosse distribuído a 6 mil escolas da rede pública no ano de 2011.

Entretanto, a distribuição do material provocou uma forte resistência em alguns setores da sociedade, em especial da “bancada cristã”. Deputados cristãos decidiram endurecer contra o governo depois que o ministro da Educação, nesse período, Fernando Haddad (PT), voltou atrás no compromisso feito com os parlamentares de permitir a participação deste, no debate sobre o kit, e declarar que iria manter o material como foi feito. O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos (PSDB), chegou a dizer na época que: “Os valores e princípios que defendemos são inegociáveis e, na medida em que o governo mentiu e não honrou aos seus compromissos, não nos resta outra opção”, disse, justificando a possibilidade de obstruírem todas as votações no Congresso, exceto o Código Florestal, caso o Kit não fosse recolhido

O governo que incentivou esse negócio de “Kit Gay”, aulas de homossexualismo nas escolas...tudo isso é do executivo. Não tem nada que vem do legislativo...O executivo coloca de maneira...com subterfúgios de uma maneira escondida vai fazendo resoluções sorrateiras. Quer colocar isso em pauta, mas não passa. Até hoje lá dentro não passou nada. A gente era base do governo. Apoiava para dar governabilidade (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, pag. 33).

Os parlamentares aprovaram ainda a realização de uma comissão geral para discutir a cartilha e a divulgação dos vídeos, articularam uma CPI sobre o Ministério da Educação e um pedido de exoneração de Fernando Haddad. Dentre os principais argumentos apresentados por esses parlamentares para evitar a distribuição do material, era o conteúdo dos vídeos, considerado, por esses, inadequado para o ambiente escolar. “Não podemos deixar que uma minoria, que é a favor do kit, se sobreponha à maioria da população, para quem essa parte de orientação sexual e comportamento deve ser deixada para os pais, que sabem o melhor para os seus filhos”, defendeu o deputado Marcio Marinho (PRB) (Siqueira, 2011). O deputado Jair Bolsonaro (PP) chegou a sugerir publicamente “couro” para corrigir filho “meio gayzinho” e prometeu mobilizar toda a “bancada cristã” para barrar o que apelidou de “kit gay” (BARROS, 2010).

Em respostas aos ataques oriundos de parcela do Congresso Nacional, diversas entidades e vários movimentos ligados aos direitos das mulheres, LGBT, e em prol da diversidade, realizaram atividades públicas em defesa do projeto e emitiram uma série de notas oficiais sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, que foi encaminhada à presidenta Dilma Rousseff, na qual sinalizavam seu descontentamento com a suspensão do “kit anti-homofobia”. No documento, destacava-se que o país, apesar dos avanços, “mantém elevados

índices de aceitação de manifestações sexistas, racistas, homofóbicas, que ainda é capaz de humilhar, machucar e matar pessoas por sua condição de idade, crianças e velhos, que é capaz de justificar até mesmo assassinatos de pessoas que optam por outras orientações sexuais que não se enquadrem na heteronormatividade”. O documento acentuava, também, que “o Brasil é signatário de inúmeros compromissos internacionais”, devendo, portanto, ser pautado pela democracia e pelo estado laico.

Diante desse quadro de disputa entre diferentes campos, a Presidenta Dilma Rousseff determinou a suspensão da distribuição dos Kits. Mesmo com a UNESCO publicando um parecer que dizia que esse projeto se utiliza do espaço da escola para articulação de políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens, fortalecendo e valorizando práticas do campo da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos dessas faixas etárias, sendo favorável à sua distribuição.

Portanto, na disputa gerada pelo material anti-homofobia proposto pelo executivo, onde configurou-se explicitamente o confronto entre setores do governo, militância LGBT e de movimentos progressistas e uma coalizão conservadora, esta última consagrou-se não apenas vitoriosa no processo, como fortaleceu-se frente a outros setores e no imaginário social. A associação de segmentos religiosos, notoriamente cristãos, no campo político e de gestão sob a produção das políticas educacionais também se fortificou após este episódio, garantindo mais capital político e social para este bloco. Tal feito contribuiu para ação deste grupo no que se refere ao episódio que é o objeto desta tese, ou seja, os debates em torno do PNE e sua sanção.

A retomada sobre a origem do termo “ideologia de gênero”, sua relação com o chamado marxismo cultural e a guerra cultural, a ofensiva cristã a estes “ataques” a seus valores - realizada neste capítulo- associam-se no meu entendimento às mudanças no campo religioso e político brasileiro, combinadas com um pânico moral oriundo em grande medida pelo crescimento do feminismo e do movimento LGBT e da inclusão de algumas de suas pautas nos governos petistas, bem como por ações do campo judicial, que também impulsionaram a batalha cristã contra o “*gênero*” na agenda nacional.

Importante destacar mais uma vez que instituições e agentes religiosos cristãos protagonizaram tal embate e em geral organizaram a resistências às políticas mencionadas, mas não foram os únicos segmentos sociais a encamparem esta batalha. A esse respeito, Vital da Cunha (2014) já chamava a atenção para a composição de um campo conservador mais amplo e não apenas religioso, fato que se confirmou no processo de tramitação e sanção do PNE.

No confronto estabelecido, formaram-se, portanto, as coalizões conservadoras que visavam derrubar a “*ideologia de gênero*” do Plano. Tais alianças tinham como núcleo estruturante a ideia de uma relação umbilical entre gênero, sexualidade e orientação sexual. Assim, levaram para o debate público a percepção de que são todos um mesmo tema e que na prática representariam o rompimento com um determinado modelo de família. A materialização tanto da defesa de tal concepção como dos segmentos contrários a ela se deu através de discursos em diferentes campos e utilizando múltiplos instrumentos, como as redes sociais, que foi ao meu ver determinante para o desfecho do confronto entre estes dois campos.

Capítulo 4 – Uma nova jogada: alinhando a retórica conservadora ao pânico moral

*Os pânicos vêm e vão, e embora possam ser assustadores,
é seguro presumir que terão o mesmo destino de todos os outros.
Zygmunt Bauman*

O conflito entre os favoráveis à existência da temática de gênero na escola e os agentes e instituições contrários, retratados no capítulo anterior, evidenciou também um repertório de argumentos utilizados por ambas as partes. O poderio de argumentação foi fundamental para a sustentação das posições defendidas, bem como para que estas reverberassem em outros campos e segmentos sociais, ampliando assim o apoio e a adesão de novos agentes à disputa em curso. Ademais, a retórica empreendida e os argumentos que fundamentam esta foram essenciais para as movimentações e as mudanças de posições no interior do campo político e social.

Os discursos constituem matéria significativa no que concerne a estrutura, a dinâmica dos campos e ainda expressam o acúmulo de capitais dos agentes. Sob este prisma compreendo a análise dos principais argumentos manifestos nos embates envolvendo o PNE, na tramitação e aprovação, como um recurso importante a ser empregado na investigação realizada por esta tese acerca da relação entre Estado, religião e democracia.

A partir deste quadro realizo um levantamento dos principais argumentos utilizados nos discursos pró “*gênero*” no PNE e os que compuseram a retórica contrária a tal presença. A identificação de tais argumentos alicerça a construção de um quadro analítico acerca da natureza das alegações, a forma como foram trabalhadas nos discursos, atendendo a quais objetivos e como impactaram o imaginário social da população.

É importante dizer que para esta análise sobre o discurso dos diferentes segmentos implicados na disputa do PNE e os argumentos neles contidos, busquei categoriza-los em dois campos: progressistas e conservadores. É de suma relevância destacar que há inúmeros limites nesta categorização proposta. Categorizar argumentos é uma tarefa árdua e complexa, que inclui considerar inúmeros elementos e fatores. Quando se trata do envolvimento de agentes do campo religiosos, onde há uma heterogeneidade nas perspectivas e posições assumidas por estes, mesmo os de uma mesma denominação religiosa, esse cenário se complexifica ainda mais. Contudo, nos limites estabelecidos por esta pesquisa, cuja análise dos argumentos e sua categorização é parte importante do trabalho, mas não o foco principal, compreendemos que a proposta estruturada entre progressistas e conservadores atende ao objetivo de auxiliar a interpretação da movimentação dos agentes ora estudados, a partir da importância e da força instituída em uma retórica que adquiriu grande repercussão social.

A categorização construída também me permitiu realizar nesse capítulo um levantamento de como tais argumentos foram explorados e de que forma contribuíram para o estabelecimento de um pânico moral na sociedade. Considero essa explanação acerca das alegações utilizadas uma chave importante para a caracterização dos principais agentes envolvidos na disputa em análise nesse texto, bem como sobre a capacidade de expansão e mobilização frente a outros campos e do acionamento de medos sociais, originando o chamado pânico social. Para isso, me referencio na teoria de Albert Hirschman (1992) sobre a retórica da intransigência e busco identificar como a retórica dos segmentos reacionários, com participação de agentes religiosos, contribuiu de sobremaneira para consolidar a vitória destes setores, ou seja, a retirada de qualquer referência a “*gênero*” do Plano.

Por fim, exponho sobre o que considero serem as repercussões ou os impactos das ações da coalizão conservadora formada, de sua retórica e dos medos sociais desenvolvidos. Nesse sentido, trago para este capítulo uma breve análise de projetos recentes que são permeados pela retórica conservadora e fortalecidos no contexto de pânico moral estabelecido como o Movimento Escola Sem Partido, a retirada de gênero dos planos municipais e estaduais de educação e da Base Nacional Comum Curricular.

4.1 Discursos e argumentos em campo

A ofensiva de lideranças religiosas e setores conservadores na educação brasileira através da temática de gênero e orientação sexual, como exposto neste trabalho, mobilizou inúmeros segmentos sociais e afetou o imaginário social através das “ameaças” que a presença destes temas na escola representaria para as famílias, para as crianças e para nossa sociedade. Em grande medida, as bases para o impacto frente a estes segmentos e para o desenrolar no campo político e no de produção das políticas educacionais, estiveram diretamente vinculadas a retórica e aos discursos produzidos por agentes e lideranças de diferentes campos na última década.

Por conseguinte, entendo ser fundamental para este estudo identificar quais foram os principais argumentos utilizados por estes agentes para sustentar estes discursos e suscitar o pânico moral em diversos segmentos sociais. Neste sentido, é importante detectar estes fundamentos nas falas apresentadas, bem como caracteriza-las, buscando construir um quadro que nos permita realizar uma análise mais profunda acerca da natureza dos argumentos, o propósito e o fim de cada um deles.

No que se refere às alegações construídas e expostas na tramitação e aprovação do PNE, destaca-se inicialmente a ideia de que a escola ao abrir espaço para a discussão destes

temas estaria incentivando a desconstrução de uma suposta ordem natural tanto para os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres quanto no exercício de suas sexualidades. Desta forma, a escola também estaria impondo aos educandos o que a coalizão conservadora chamou de “ideologia de gênero”, expressão cuja origem remete os anos 1990 – como tratado no capítulo anterior- e em resposta ao crescimento do feminismo e do movimento LGBT.

De acordo com seus defensores a identidade do sujeito é definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino. Ou seja, não existe para este grupo a ideia de construção social dos papéis de gênero. O sexo biológico determinaria necessariamente a identidade de gênero. Para sustentar esta noção os agentes religiosos utilizaram prioritariamente como referência “especialistas” e profissionais da área da saúde, como o Dr. Christian Schnake, médico chileno e especialista em Bioética que diz:

A ideologia de gênero é uma tentativa de afirmar para todas as pessoas que não existe uma identidade biológica em relação à sexualidade. Quer dizer que o sujeito, quando nasce, não é homem nem mulher, não possui um sexo masculino ou feminino definido, pois, segundo os ideólogos do gênero, isto é uma construção social (SCHNAKE, 2015).

Apoiando-se na legitimidade dos estudos científicos, a utilização destes discursos médicos por parte dos segmentos religiosos e conservadores tem como objetivo fortalecer um caráter “*natural*” do argumento apresentado. Vale lembrar que até o século XVIII, o discurso dominante na ciência construiu os corpos masculino e feminino como versões hierárquicas e verticalmente ordenadas de um único sexo.

O pensamento filosófico e médico da Europa acreditava na existência de um só sexo, o masculino. A mulher era o seu representante inferior, sendo descrita como um homem invertido. Somente no século XIX a medicina, por meio de seus saberes particulares ou auxiliares, a exemplo da anatomia, da biologia e da psiquiatria, começou a fornecer os argumentos necessários à transposição para o mundo da corporalidade de demarcações morais justificatórias de novas hierarquizações dos seres humanos (FERNANDES, 2009).

Conforme se verifica, há na perspectiva apresentada por esta coalizão conservadora a ideia de uma distribuição das qualidades físicas e morais baseada no gênero e uma impressão deste em sistemas e órgãos. A esse respeito, Fernandes (2009) afirma que esse modelo apresentado já fora defendido anteriormente em nossa história. Ou seja, a associação de uma anatomia particular servindo para justificar comportamentos morais legitimados tanto pelo discurso médico, quanto religioso e político não é algo inovador.

Portanto, o que os agentes religiosos e conservadores que vem atuando em defesa da chamada “ideologia de gênero” vêm fazendo é o resgate do discurso científico / médico que

prevaleceu até o século XIX, qual seja o do determinismo biológico. Isso implica na negação da categoria gênero e da ideia de desconstrução de relações sociais hierárquicas baseadas pelo sexo biológico:

A “ideologia de gênero” ensina que os papéis naturais desempenhados pelos homens e mulheres são, na verdade. Criações da sociedade. Assim, meninos podem se vestir como meninas e vice-versa. A “ideologia de gênero” estimula essas experiências. (CORTÊS, 2014)

Destaca-se nesta noção apresentada a identidade sendo definida a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino e com o uso de referências médicas e bioéticas para sustentar este primeiro argumento. Neste sentido, alegam que as “imposições culturais” é que estariam levando a este novo “comportamento” de escolha entre ser homem, mulher, bissexual ou homossexual, e que coloca a identidade biofísico-sexual como algo ultrapassado:

Quando a criança nasce, não deve ser considerada do sexo masculino ou sexo feminino; depois ela fará essa escolha. Essa é a chamada ‘Identidade de gênero’ ou ‘Ideologia de gênero’. A identidade sexual resulta do modo que a criança foi educada, por isso, às vezes, é diferente da sexualidade biológica. Um dos objetivos dessa ideologia é eliminar as diferenças sexuais entre o masculino e feminino, que são determinadas por diferenças biológicas entre homem e mulher. Inclusive, já existem escolas para crianças na Suécia e na Holanda, onde não se pode chamar o aluno de menino ou menina, chama-os apenas de crianças, porque eles devem decidir quando crescerem se serão homens ou mulheres, o que é antinatural (COELHO, 2015).

Aliada a questão da identidade de gênero como algo inato, os conservadores também tratam da sexualidade como fruto da natureza humana, ou seja, não existiria orientação sexual, mas determinação a partir do gênero masculino ou feminino. Portanto, a ordem natural para este grupo é a heterossexualidade. De acordo com os preceitos defendidos por estes agentes homens e mulheres são complementares:

Percebe-se que nada disso está presente na conjunção carnal entre dois homens ou entre duas mulheres. Falta a dualidade, a complementaridade e a fecundidade próprias do verdadeiro ato sexual. Os atos de homossexualismo são uma grosseiríssima caricatura da união conjugal, tal como foi querida por Deus e inscrita na natureza. A ideologia de gênero pretende, porém, obrigar as crianças a aceitar com naturalidade aquilo que é antinatural. (CRUZ, 2014).

Nota-se também, no que se refere à sexualidade, que para estes segmentos conservadores é fundamental o vínculo com a ideia desta como sendo fruto da natureza humana e de instinto. Portanto, as “tentativas” de desconstrução do que seria o “sexo natural” são entendidas por este grupo como ataques à ordem instituída e natural da vida humana. Assim, os partidários da chamada “ideologia de gênero” reafirmam noções baseadas em determinismo biológico, tanto para gênero quanto para sexualidade, e utilizam para isto discursos médicos e religiosos e suas fundamentações, como o do professor Hermes Rodrigues Nery, especialista em Bioética (pela PUC-RJ), coordenador da Comissão

Diocesana em Defesa da Vida e Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté, e Diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família que afirma que há uma utilização da ideologia de gênero como ferramenta política para minar a família e para a desconstrução da heteronormatividade.

Outro elemento fulcral apresentado por este grupo é o da centralidade da preservação da família. Para os agentes religiosos, em especial, a defesa do modelo nuclear de família é matriz e organizador de suas posições:

Gênero, orientação sexual e identidade de gênero são palavras que você, certamente, já escutou onde esperaria encontrar o termo masculino e feminino. Mas cuidado, porque novos termos no linguajar social podem tentar esconder uma ideologia que visa desconstruir o modelo de família e sociedade como a conhecemos hoje. (CANÇÃO NOVA, 2014)

Cumprido mencionar que estes argumentos estão relacionados ao que grande parte dos setores religiosos cristãos entendem por marxismo cultural, ou seja, um conjunto de ideias que buscam trazer abaixo a cultura ocidental. O objetivo, na realidade, segundo estes agentes, seria a destruição da família, já que para o pensamento marxista a família representaria uma instituição burguesa que vai de encontro aos ideais revolucionários.

A referência veemente à defesa da família por estes agentes reforça também a ideia de que a equiparação das uniões homoafetivas à condição de família seria um desvirtuamento do que a Igreja católica, por exemplo, considera como a base da sociedade. A fala do Bispo Henrique Soares, Titular de Acúfica e Auxiliar de Aracaju, de que a Igreja não tem “nada contra os homossexuais, mas tudo contra ao fato de que isso seja considerado família e que venha, a partir daí adoção de filhos e, assim, o conceito familiar seja tão dilatado”, ajuda a entender como tais argumentos são apresentados.

Em suma, para estes segmentos, Deus criou o homem e a mulher para a procriação e este deve ser o sentido da formação de uma família. Neste âmbito, a ideia de família a partir de laços afetivos e de arranjos é totalmente desprezada, e a chamada “ideologia de gênero” seria responsável por ensinar algo que destruiria o ser humano em sua integralidade e, por conseguinte, a sociedade, cuja célula-mãe é a família”. (SOARES, 2013).

A máxima cristã de que Deus criou homem e a mulher para “crescer e multiplicar” foi amplamente reforçada neste processo de enfrentamento ao “perigo” trazido pelas “feministas de gênero”⁵⁵ e pelos “ideólogos de gênero”⁵⁶ no que tange a preservação deste pilar de

⁵⁵ Expressão cunhada por determinadas lideranças católicas em seus textos e discursos em referência a setores do feminismo que defendem o aborto, a desconstrução dos papéis sociais e a livre orientação sexual. O termo

sustentação do cristianismo, a instituição família. Tal defesa foi feita por diversos setores cristãos, com destaque para a atuação das lideranças e membros do alto clero da Igreja Católica. O Papa Francisco, por exemplo, em entrevista conferida em 2015, ao referir-se a “ideologia de gênero” afirmou que esta seria contrária ao plano de Deus, um erro da mente humana que provocaria muita confusão e atacaria a família.

Nessa mesma entrevista o Pontífice afirmou que a Doutrina Católica não poderia ficar indiferente diante de uma ideologia que tem como objetivo atacar a família, o matrimônio, a maternidade, a paternidade, a moral na vida sexual e a vida pré-natal. Segundo esta doutrina mencionada, Deus criou o homem e a mulher, as duas sexualidades distintas, instituiu o matrimônio e a família, bem como as leis que regulam a moral. Portanto, os cristãos deveriam defender a cultura que enfatiza e respeita as diferenças entre homens e mulheres e o valor da família.

Neste mesmo discurso o pontífice lamentou “a prática ocidental de impor uma agenda de gênero a outras nações por meio de ajuda externa”, chamando isso de “colonização ideológica” e comparando-a a máquina de propaganda nazista. Para explicar tal comparação ele apresentou um exemplo de 1995 quando, disse ele, uma ministra da educação de uma região pobre foi informada de que ela poderia ter um empréstimo para construir escolas, contanto que estas utilizassem livros que ensinavam a “ideologia de gênero”, o que configuraria um caso de “colonização ideológica”, ou seja, “coloniza-se as pessoas com uma ideia que quer mudar uma mentalidade ou uma estrutura”.

Os primeiros comentários do Papa Francisco da mesma natureza foram feitos ainda em uma entrevista de outubro de 2014 publicada no livro *Papa Francesco: questa economia uccide*. Nele o Papa fala dos “Herodes” modernos que “destroem, que tramam projetos de morte, que desfiguram a face do homem e da mulher, destruindo a criação”. Ao dar exemplos, ele disse:

Pensemos nas armas nucleares, na possibilidade de aniquilar em alguns instantes um número muito elevado de seres humanos. Pensemos também na manipulação genética, na manipulação da vida, ou na ideologia de gênero, que não reconhece a ordem da criação. Com essa atitude, o homem comete um novo pecado, aquele pecado contra Deus Criador... Deus colocou o homem e a mulher no topo da criação e confiou a eles a terra... O projeto do Criador está escrito na natureza. (TORNIELLI; GALEAZZI, 2015)

estabelece uma distinção entre feministas que defendem a igualdade de direitos, as quais estas lideranças religiosas respeitam e consideram a luta, e segmentos que visam destruir com a família.

⁵⁶ Expressão cunhada por determinadas lideranças católicas em seus textos e discursos em referência aos pesquisadores/as, especialistas, teóricos/as e indivíduos que são referências nos estudos de gênero.

Importante resgatar que as condenações do Papa Francisco à “ideologia de gênero” seguiram os passos do Papa Bento XVI, que abordou o tema a partir da ideia de “profunda falsidade” desta ideologia e da “revolução antropológica contida nela”. Em dezembro de 2012, Bento XVI referiu-se, num discurso à cúria romana, ao uso do termo gênero como um pressuposto de uma “nova filosofia da sexualidade”, onde as pessoas se oporiam à ideia de que elas têm uma natureza, dada por sua identidade corporal, que serviria como um elemento definidor do ser humano.

No Brasil, as falas e posicionamentos destes agentes da cúpula católica repercutiram de sobremaneira, assumindo um vulto considerável e conquistando no Movimento Canção Nova ambiente propício e apto para a organização de uma retórica em torno desta temática. Os Bispos católicos do Estado de São Paulo declararam que “as consequências da introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas contradizem frontalmente a configuração antropológica de família, transmitida há milênios em todas as culturas”. Isso significaria submeter, para eles, as crianças e os jovens a um processo de esvaziamento de valores cultivados na família, fundamento insubstituível para a construção da sociedade.

Verifica-se, portanto, nos pronunciamentos e no arcabouço teórico defendido por segmentos católicos a heteronormatividade e a noção de família nuclear como pilares de sustentação da fé cristã. Propostas e segmentos que visem a desconstrução destas noções são entendidas como tentativas de desarticulação do cristianismo. Esta abarcaria desde a defesa de políticas de inseminação artificial, venda de embriões, a liberação da pílula do dia seguinte abortiva, “camisinhas” nas escolas, barriga de aluguel, células embrionárias, transitando pela liberdade da expressão artística, o mal que fazem as novelas, o perigo de alguns movimentos sociais, chegando até a ideia de cristofobia, ou seja, a perseguição aos cristãos, o laicismo e a expulsão de Deus da sociedade.

Cumprido destacar o papel precursor da Igreja Católica na batalha encampada contra o “gênero” e sua articulação com as políticas públicas. Neste sentido, diversas instituições, governos, partidos, movimentos e lideranças tornaram-se alvo de ataques de parcela da instituição católica como sendo responsáveis pelo risco que a existência das famílias estaria correndo. Alguns agentes, como Felipe Aquino⁵⁷, chegaram a acusar organizações como a

⁵⁷ Doutor em engenharia mecânica pela UNESP e Mestre na área pela UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá). Possui um programa na Rádio Canção Nova, “No Coração da Igreja”, e dois programas na TV Canção Nova, “Escola da Fé” e “Pergunte e Responderemos”. É professor de História da Igreja do Instituto de Teologia Bento XVI na Diocese de Lorena. Escreve artigos e publica notícias no Portal Canção Nova e no site da Editora Cléofas.

ONU de quererem destruir a família natural, constituída por um pai, uma mãe e seus filhos (AQUINO, 2012).

Nesse contexto, tais acusações foram expressas também em referência a militância do partido dos trabalhadores e parte de suas lideranças políticas, as feministas, aos movimentos LGBT, aos segmentos das Universidades que pesquisam a temática de gênero etc. No que se refere ao PNE os ataques foram proferidos aos grupos mencionados, ampliando-se para todos que defendessem a diversidade na educação. Para estes setores religiosos e conservadores esse modelo de educação representaria na prática o que eles compreendem como “ditadura do relativismo”, ou seja, a possibilidade de múltiplas identidades de gênero, de modelos de família e de orientação sexual, combatidas por eles.

Isto significaria, segundo estes agentes, que todas as escolas, inclusive as confessionais, estariam obrigadas a ensinar seus alunos/as que o sexo masculino e feminino seriam “imposições culturais”, e que, na verdade, se poderia escolher entre ser homem, mulher, bissexual ou homossexual, sendo a identidade biofísico-sexual algo ultrapassado:

“Nesse modelo inovador de sociedade, não existiria mais homem e mulher distintos segundo a natureza, mas, ao contrário, só haveria um ser humano neutro ou indefinido que a sociedade – e não o próprio sujeito – faria ser homem ou mulher, segundo as funções que lhe oferecer” (DOM ANTÔNIO AUGUSTO DUARTE apud TEMPESTA, 2014).

Tais segmentos chegaram a disseminar a falsa afirmação de que a instituição que ensinasse a criança ou o jovem que existem apenas dois sexos (masculino e feminino – macho ou fêmea) poderia incorrer em crime de discriminação e preconceito: “A ideologia do gênero possui várias ferramentas para manipular a linguagem e para desinformar as pessoas, uma dessas ferramentas, e muito utilizada na cultura atual, é a palavra discriminação”, ressaltou o Bispo Antônio.

Também é importante destacar a atuação dos agentes evangélicos na constituição dessa retórica conservadora e contrária a “ideologia de gênero”. Marisa Lobo⁵⁸, uma das agentes mais atuantes desta coalizão conservadora afirmou, por exemplo, que: "A vitória da ideologia de gênero significaria a permissão de toda perversão sexual (incluindo o incesto e a pedofilia), a incriminação de qualquer oposição ao homossexualismo (crime de 'homofobia'), a perda do controle dos pais sobre a educação dos filhos, a extinção da família e a

⁵⁸ Psicóloga clínica brasileira, cristã, especialista em sexualidade humana com pós-graduação em saúde mental. Marisa Lobo é também colunista do Gospel+, um site de notícias evangélico. Em 2013, Marisa filiou-se ao Partido Social Cristão do Paraná (PSC).

transformação da sociedade em uma massa informe, apta a ser dominada por regimes totalitários". E acrescentou:

Muitos brasileiros ainda não entenderam o perigo da ideologia de gênero. Políticos querendo ser politicamente corretos em época de eleição estão condenando o Brasil a uma farsa que vai promover a maior guerra de gerações jamais vista. E aqui chamo a atenção também das lideranças religiosas, que tem um papel fundamental de alerta e esclarecimentos de seus membros e se fecham em suas igrejas de forma egoísta. Líderes que se alienam por vontade ou por omissão e não querem discutir o assunto, colocando em risco a própria igreja, pois não preparam os membros para conviver sem se contaminar com essas ideologias farsantes (LOBO apud MARTINS, 2014)

Se os católicos iniciam os ataques a categoria gênero, ainda na década de 1990, e cunham a expressão “ideologia de gênero”, os evangélicos – através de algumas denominações e uma parcela significativa de agentes – não ficaram para trás. O crescimento demográfico e político exponencial experimentado por algumas denominações nas últimas décadas, vem sendo acompanhado de enfrentamentos públicos aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a perseguição a população LGBT. Nessas pautas tem se estabelecido uma unidade de ação com os católicos - a despeito da disputa por fiéis no campo religioso – o que vem garantindo, por meio da junção de capitais destes segmentos, o fortalecimento da coalizão conservadora no Congresso Nacional. O quadro citado reflete como se constituiu a relação desses agentes no episódio do PNE.

Cumpram mais uma vez sublinhar a atuação destes agentes através das redes sociais. Diversas lideranças religiosas e figuras que pertencem a este círculo tiveram uma atuação preponderante em seus canais de TV, na internet e em suas colunas, contribuindo de sobremaneira para a disseminação da retórica conservadora e para vitória destes segmentos na disputa em curso naquele momento. Um dessas figuras foi o pastor Silas Malafaia:

Tem algumas feministas que se assustam quando a gente fala que a autoridade pertence ao homem e elas não sabem definir o que significa autoridade (...) E agora querem destruir as figuras da família, a desconstrução da heteronormatividade e a desconstrução dessa família nuclear. E nós vamos ver o que vai acontecer nas gerações futuras, o desarranjo social (KOREN, 2015).

No Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, os evangélicos protagonizaram com discursos inflamados na tribuna a empreitada contra o “risco” da “ideologia de gênero”. A unidade constituída entre estes e os católicos configurou-se de forma que agentes de ambos os segmentos atuavam na mobilização nas redes sociais, líderes católicos do alto clero pressionam as lideranças de partidos políticos e bancadas - com uma atuação de bastidores e daqueles que ao longo de toda história do país circularam pelo aparelho estatal e as instâncias de poder- e com as performances do plenário. Esta última

contou com agentes católicos, mas sem sombra de dúvida teve como ator principal agentes evangélicos:

Se a família tradicional, assim como os papéis de gênero convencionais, são *[sic]* tanto naturais quanto de origem divina, qualquer discussão está encerrada. A ordem natural e divina é, por definição, incontestável. O discurso culmina então na defesa de valores que deveriam ser fixos, mas estão sendo “invertidos” e “trocados” (PASTOR MARCO FELICIANO-PSC, sessão de 25/2/2016).

Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário geral da CNBB, também foi taxativo: “A questão da ideologia de gênero precisa ser discutida em outros fóruns. Nós não podemos propor isso como um elemento normal dentro de algumas perspectivas de educação no Brasil”. A Igreja também se pronunciou oficialmente por meio de nota emitida pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Cardeal Orani João Tempesta, onde o mesmo disse ser importante saber que a palavra gênero substitui – por uma ardilosa e bem planejada manipulação da linguagem – o termo sexo.

O Arcebispo também declarou que tal substituição não se dá, porém, como um sinônimo, mas, sim, como um vocábulo novo capaz de implantar na mente e nos costumes das pessoas conceitos e práticas inimagináveis. Ele também indicou que no modelo de sociedade previsto na utilização da terminologia gênero e orientação sexual, não existiria mais homem e mulher distintos segundo a natureza, mas, ao contrário, só haveria um ser humano neutro ou indefinido.

Vê-se, portanto, quão arbitrária, antinatural e anticristã é a ideologia de gênero contida no Plano Nacional de Educação (PNE) e que por essa razão merece a sadia reação dos cristãos e de todas as pessoas de boa vontade a fim de pedir que nossos representantes no Congresso Nacional façam, mais uma vez, jus ao encargo que têm de serem nossos representantes e rejeitem, peremptoriamente, a ideologia de gênero em nosso sistema de ensino (TEMPESTA, 2014).

Vale destacar que Dom Orani João Tempesta foi uma das figuras centrais na mobilização católica contra a presença do termo gênero no PNE, tendo realizado diversos pronunciamentos sobre o tema em diferentes frentes, escrito textos e artigos veiculados amplamente e atuando no lobby junto a parlamentares na Câmara Federal. Outra atuação católica notória foi a da Renovação Carismática Católica, que também exerceu concomitantemente forte influência em representantes políticos e na sociedade civil, fato de extrema relevância para a vitória da coalizão conservadora no PNE.

Essas atividades da RCC se exprimiram de inúmeras formas. O resultado dos trabalhos da Comissão Especial, por exemplo, foi celebrado por meio de texto em sua página com o título: "Texto-base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero" (RENOVAÇÃO, 2014). A nota da RCC explica que o texto-base do Plano, previa,

originalmente, acrescentar o ensino da “ideologia de gênero” nas escolas. Um conceito que, segundo o texto da RCC, vem para substituir o uso da terminologia “sexo” e se refere a um papel socialmente construído, deixando de lado o enquadramento “restrito” da designação Homem ou Mulher.

O texto também confirma que frente à votação, a RCC convidou seus membros a exercerem a cidadania se manifestando contrários às questões de gênero presentes no Projeto de Lei, por meio de mensagens enviadas a todos os Deputados pedindo que votassem contra gênero no PNE. Na nota, a RCC afirmou ainda que o posicionamento da bancada católica contra a ideologia de gênero era fundamental. Por fim, o documento mencionava a necessidade de monitorar a tramitação de outros projetos: “Nós temos que ficar atentos, porque existem outros projetos que tramitam dentro do Congresso, também tratando de gênero” (RCC, 2014).

O quadro exposto acima identifica os principais argumentos que compuseram os discursos e a retórica da coalizão conservadora contra a articulação entre gênero e o PNE. Entretanto, cumpre assinalar que houve resistências e muitos embates entre os movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada e por estes representantes no Congresso Nacional.

A presidenta Dilma chegou a se reunir em audiência com representantes da União Nacional dos Estudantes, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento Passe Livre, Marcha Mundial das Mulheres, Conjuve, Movimento Negro, Associação Nacional de Pós-Graduandos, dentre outros para debater a aprovação do PNE e os confrontos relacionados à temática de gênero e orientação sexual previstos no texto original. Ao término da audiência, esses representantes afirmaram que a retirada da questão de gênero seria um retrocesso, já que segundo eles na escola ainda existe muito preconceito e, por conta disso, há uma grande evasão de travestis e transexuais, e de gays e lésbicas, no ensino básico.

Além disso, a Ação Educativa⁵⁹ e movimentos indígena, negro, feminista, LGBT, quilombola, da educação especial, entre outros, enviaram uma nota pública para o Fórum Nacional de Educação, o MEC, o Congresso Nacional e, também, para os Fóruns Estaduais e Municipais de Educação, pedindo apoio à posição das organizações e aos movimentos da

⁵⁹ Associação civil sem fins lucrativos cuja missão é promover direitos educativo, culturais e da juventude. Para tanto, realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam a realização desses direitos, no nível local, nacional e internacional. Desenvolve pesquisas, divulga informações e análises enfocando as políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero.

sociedade civil, articulados em torno da mobilização “PNE pra Valer” nos diversos embates políticos envolvidos ao longo do processo da tramitação do plano, dentre eles as questões de gênero e orientação sexual. A nota ainda mencionava a necessidade de qualificar os parâmetros do debate público sobre os desafios e os rumos da educação pública no Brasil.

Sobre a composição desta gama de entidades e movimentos em torno da defesa da presença de gênero no Plano destaca-se a posição de parcela dos segmentos religiosos tratados nesta tese como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil⁶⁰, o Centro de Estudos Bíblicos, da Fundação Luterana de Diaconia, o Núcleo de Pesquisa de Gênero - Faculdades da Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, que também emitiram nota pública onde declararam:

[...] repudiamos qualquer tentativa de instrumentalização religiosa da política e da educação. A doutrina ou forma de compreender de uma Igreja ou grupo religioso não podem ser impostas a toda a população. Compreendemos que o Plano Nacional de Educação elaborado com a participação da sociedade civil, por meio de um longo processo de consulta, responde às necessidades e anseios do conjunto da população brasileira. Coerentes com nossa fé e firmados na liberdade de expressão que conquistamos, enfatizamos que somos contra todo tipo de discriminação. Reafirmamos nosso apoio e compromisso com os valores universais da liberdade, dignidade e diversidade” (CONIC, 2014)

Em comum a defesa destes grupos estava o argumento de que o papel da educação seria o de promover a inclusão e o respeito a todos, cabendo a ela o desenvolvimento de ferramentas de transformação e de promoção de uma cidadania efetiva. O Relator do Plano na Câmara, Deputado Ângelo Vanhoni (PT), por exemplo, reconheceu em seu texto que: a Educação deva ser inclusiva, valorizar a diversidade e enfrentar as discriminações de gênero, raça e orientação sexual. Nesta mesma perspectiva, a Contee, apontou que a educação de qualidade seria aquela que também ensina a ética e o respeito às diferenças, aquela que auxilia na construção de seres humanos livres de qualquer tipo de preconceito.

Um segundo argumento utilizado por estes segmentos progressistas foi o de que não existe um único modelo de família. A tentativa era de se contrapor a forte retórica da coalizão conservadora de defesa da família tradicional como elemento primordial de estruturação da sociedade. Assim, buscaram defender a noção de família constituída não por laços apenas

⁶⁰ Composição do CONIC: Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia – ISOA E Igreja Presbiteriana Unida – IPU. Importante registrar que a Igreja Católica integra o CONIC. Entretanto, embora útil para o trabalho da pauta do ecumenismo e da liberdade religiosa, o CONIC não é vital para os objetivos da hierarquia católica, o que não torna este um espaço de disputa central das posições da Igreja.

sanguíneos, mas por relações de afeto, conforme discurso da pastora Romi Bencke: "não podemos mais dizer o que é um modelo de família aceitável ou não aceitável. Se em uma determinada família há amor, respeito, carinho e diálogo, pode-se dizer que ali existe uma família" (SALGADO, 2015).

A pastora Luterana foi uma das lideranças importantes na articulação pró gênero no PNE, representando a tentativa de ampliação de ação do campo progressista e a heterogeneidade do segmento denominado evangélico. Se dentre os católicos houve posição diferenciada quanto ao tema em disputa, as ações públicas ou movimentações destes setores pró-gênero no Plano foram diminutas. Já entre os evangélicos foram múltiplos os posicionamentos. Parte deste campo, por exemplo, entende que uma das funções da religião é a preservação de tradições, mas, que, no entanto, essa tarefa precisaria ser feita em diálogo com o contexto histórico e social no qual se vive. Assim, os modelos de família de hoje seriam diferentes dos modelos de família do início do século XX, por exemplo, mas não deixariam ser família.

Os setores progressistas também se apoiaram na perspectiva da educação como ferramenta estratégica de combate aos diferentes tipos de preconceito. Através dela seriam pensados caminhos possíveis para desconstruir conceitos e ampliar a dignidade humana. A UNE reforçou tal argumento ao publicar em sua página: "O PNE não pode deixar de consolidar as políticas públicas educacionais como instrumentos de combate ao preconceito e à violência contra as mulheres, negras e negros, e a comunidade LGBT e por isso seguiremos fazendo essa disputa" (SOUZA, 2012).

O Fórum Nacional de Educação também se referenciou nestes argumentos para produzir seu posicionamento sobre o tema e defender que:

[...] tenhamos uma educação sem discriminação, a qual enfrente a violência e a discriminação contra as mulheres, contra a comunidade LGBT, contra negros e negras e indígenas. Que seja uma educação inclusiva e que trate destes assuntos sempre de uma forma a partir da Constituição Federal a qual afirma não poder haver discriminação de qualquer natureza, e também a partir da Lei de Diretrizes e Base que diz que a educação tem que pregar o respeito e o apreço a tolerância" (FNE, 2015)

Por fim, é importante mencionar que os setores que disputaram a presença de gênero no PNE ainda alegaram que o veto à temática representava um enfrentamento direto aos direitos das mulheres, às conquistas LGBT, às políticas de igualdade de gênero. Nesta linha, alguns materiais como o do CLAM apontaram que o reconhecimento da diversidade sexual foi transformado em sinônimo de "doutrinação homossexual" por segmentos religiosos, o que

representava uma reafirmação da legitimidade moral e religiosa das desigualdades, do patriarcado⁶¹, da heteronormatividade, da homofobia, da transfobia em nossa sociedade.

André Marinho, dirigente da CUT à época, destacou também a participação de religiosos no plenário no dia da aprovação do PNE, rezando o terço, e gritando que “essa mudança enfraquecia a família” (CUT, 2014), o que segundo ele contribuiu para pressionar os Deputados. Todos que votavam a favor do texto do relator com o dispositivo de gênero eram vaiados e hostilizados no plenário pelos religiosos da plateia. André Marinho ainda afirmou que a derrota para esses setores conservadores, mantém estigmas combatidos há décadas pelo movimento feminista, LGBT e todos outros movimentos progressistas que compreendem a dimensão da flexão de gênero como estratégica.

A respeito das movimentações dos agentes em relação da temática de gênero no PNE é de suma relevância evidenciar o silenciamento do CNE diante de boa parte da disputa. O Conselho não emitiu nenhuma nota ou parecer sobre a temática ao longo da tramitação do Plano, vindo a se manifestar após sua aprovação. Uma das hipóteses para tal imobilismo pode ser encontrada no fato de que parte significativa dos integrantes do Conselho eram membros ou simpatizantes de denominações religiosas. Dentre os integrantes do CNE estão padres, pastores e missionários. Soma-se a isso as negociações internas de aprovação de pauta, os projetos relacionados à laicidade tornam-se “moeda de troca” para a aprovação de outros.

A despeito de toda esta resistência apresentada, é sabido que a supressão da referência a gênero e orientação sexual foi efetivada e que a coalizão conservadora que protagonizou esse embate com a sociedade civil foi vitoriosa. São inúmeros os fatores a serem considerados numa análise sobre esta disputa e a vitória conservadora. Pelos limites estabelecidos por este trabalho não irei abordar todos eles, mas considero relevante elencar alguns deles, como a atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores (VITAL DA CUNHA, 2014) e o desempenho tímido da parcela da sociedade civil favorável à presença dos dispositivos no plano e dos grupos pró-laicidade frente aos embates com estes segmentos.

A fragilidade de algumas destas organizações sociais para realizar tais enfrentamentos, a pouca capilaridade em suas bases sociais e o poder de mobilização frente às mesmas também contribuíram, a meu ver, com este quadro de fortalecimento dos conservadores. Além disso, é possível verificar ao longo da trajetória do campo de produção de políticas

⁶¹ Sistema de dominação que incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres.

educacionais, que as pautas relacionadas à laicidade muitas vezes acabam virando “moeda de troca” de parte dessas organizações com os setores religiosos em vistas a garantir a aprovação de outros projetos considerados mais relevantes, o que desgasta e enfraquece os grupos que permanecem na disputa. Além da dificuldade enfrentada pela sociedade civil, outro fator importante para a compreensão do desfecho político do episódio do PNE está associado à permeabilidade do Estado e à dependência do governo petista do apoio da “bancada cristã” para sua “governabilidade”.

Todos estes pontos constituem para mim elementos centrais neste processo de conflito e disputa do Plano e na relação analisada por esta tese sobre Estado, religião e democracia. Soma-se a eles um fator primordial, ao qual busco tratar neste capítulo, que foram os argumentos utilizados para sustentar e embasar a atuação da coalizão conservadora. Tal metodologia, que promove a identificação e interpretação da retórica utilizada na polarização em torno do PNE, propicia elementos para um diagnóstico mais detalhado acerca do pânico moral envolvendo a expressão gênero constituído ao longo dos últimos anos em nosso país, abrangendo diversos episódios do campo de produção das políticas educacionais, culminando no veto a terminologia no texto final do Plano.

Esta análise dos argumentos também contribui para a compreensão da dinâmica dos campos, na lógica manifesta na obra de Bourdieu e com a qual trabalho nesta tese, na medida em que a retórica dos agentes compõe de maneira essencial a atuação destes no interior dos campos, sendo um dos elementos determinante para suas movimentações e expansão frente a outros agentes e campos. Os discursos e seus argumentos passam a compor os capitais políticos, científicos, religiosos etc., fortalecendo-os e fornecendo a estes agentes mais poder e autoridade.

Assim, é possível entendermos como no campo de produção das políticas educacionais há hoje uma supremacia da retórica contrária à aliança entre gênero e educação. Ou seja, o volume de capitais dos agentes da coalizão conservadora e suas ações na cena pública brasileira, num período recente, especialmente através de discursos que sustentam um pânico moral na sociedade, vêm permitindo que estes imprimam a lógica de uma educação considerada “*neutra*” e baseada em conteúdos gerais e técnicos, onde a família e a religião determinam quais valores éticos e morais são ensinados aos estudantes, na elaboração e produção das políticas públicas.

Identificados os principais argumentos e a forma como estruturaram os discursos e a retórica dos agentes e lideranças que protagonizam o embate em análise, o papel que cumprem na lógica dos campos e assim a dinâmica da disputa estabelecida, cabe explorar de

que maneira tais argumentações foram capazes de produzir o referido pânico moral, decisório para o conflito. Para isso, opto por relacionar estes argumentos com as teses de ameaça/risco e de perversidade, desenvolvidas por Hirschman ainda na década de 1990 e que permitem compreender como a exclusão de diversos segmentos é um efeito típico das sociedades democráticas modernas (HIRSCHMAN, 1992) e o papel que a retórica exerce no curso das transformações sociais.

4.2 O medo como estratégia fatal

Ao longo deste texto trabalhei com a ideia de pânico moral, em referência aos temores sociais que emergem com as tentativas de mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, identificadas como mais ameaçadoras. A fim de aprofundar as reflexões sobre esta temática é importante resgatar o pensamento de Stanley Cohen, desenvolvido ainda na década de 1960, sobre como a sociedade reagiria a determinadas situações e identidades sociais que presume representarem alguma forma de perigo. O autor buscou explicar o processo de sensibilização social no qual um tipo de comportamento e uma categoria de “desviantes” são identificados de forma que pequenos desvios da norma são julgados e recebem uma forte reação coletiva (COHEN, 1972).

Assim, Cohen (1972) utilizou o conceito de pânicos morais para caracterizar a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagiriam a determinados rompimentos de padrões normativos. Vale ressaltar que algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas que repentinamente ganha notoriedade. Segundo o autor, o pânico pode passar e ser esquecido da memória coletiva, como também pode ter repercussões mais sérias e duradouras. Neste caso, ele pode produzir mudanças e interferências nas políticas públicas.

Ou seja, o conceito de pânico moral nos permite trabalhar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. É importante dizer que este conceito se associa a outros de muitas áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, movimentos sociais etc. Cumpre destacar que o termo pânico não faz alusão a sentimentos ou atos necessariamente irracionais, mas configura-se como um fenômeno social e refere-se a um temor coletivo bem diferente do causado, por exemplo, por uma crise econômica. São receios do campo da ética e da moral coletiva.

No que se refere a estes medos sociais, o trabalho de Richard Miskolci (2007), em seu artigo intitulado Pânicos morais e controle social – reflexão sobre o casamento gay, nos ajuda a percebermos como certos pânicos morais marcaram não só a criação da homofobia

contemporânea e de diversos preconceitos, como também moldaram a reação dos movimentos sociais a essas estratégias de deslegitimação social das chamadas “minorias”.

Em outras palavras, a noção de pânico moral para este autor não se trataria de uma oposição simples entre sociedade conservadora versus movimentos libertários e progressistas, pois ambos se pautariam pelas tentativas de impor mecanismo que definam seus objetivos e valores no incessante processo de transformação histórica e rediscussão dos limites morais de nossa sociedade.

Apesar de serem fenômenos antigos, estes pânicos, segundo Miskolci (2007), se sucedem com enorme rapidez na sociedade contemporânea. A esse respeito creio ser importante trazer a percepção de que vivemos em um período em que é preciso debater e renegociar a toda hora os limites morais da nossa coletividade. Fato identificado, por exemplo, quando há o debate sobre o papel da escola em trabalhar temas como gênero e orientação sexual.

Nos momentos de renegociar esses limites, como ocorreu na proposição de políticas públicas educacionais no Brasil na última década, aumenta a preocupação de alguns setores sociais com certo tipo de comportamento, ao que se segue de uma maior hostilidade com relação aos proponentes até se chegar aos ataques à política. O pânico moral ficaria plenamente caracterizado, portanto, quando a preocupação destes grupos sociais aumenta vertiginosamente e gera reações coletivas desproporcionais.

Outro ponto relevante sobre a ação dos pânicos morais é o fato sobre o qual Miskolci (2007) chamou atenção de que estes, em geral, vêm carregados de um simbolismo. Ou seja, podem ocorrer por meio da substituição. Isto é, alguns grupos sociais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Um exemplo foi o da descriminalização da homossexualidade, que levou setores que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destacou o ressurgimento do temor da pedofilia.

Esse exemplo trazido por Miskolci revela que é possível que um pânico moral esconda algo diverso, um interesse oculto. Nessa perspectiva, é de extrema importância que ao investigar um dado temor social considere-se os argumentos que residem por trás do medo. É desta forma que este trabalho se estrutura, por exemplo, ao analisar os argumentos presentes nos discursos sobre gênero no PNE.

Por fim, para compreender como tais pânicos conseguem se consolidar no imaginário social é interessante recorrer ao estudo de Thompson (1998) sobre o processo que levaria ao aparecimento de um pânico moral. Para o autor, a primeira etapa é a definição de algo ou

alguém como um perigo para valores ou interesses de um determinado grupo social. Pode-se identificar esta fase na associação entre destruição da família e as “feministas e ideólogos de gênero”.

Em seguida viria como esse perigo é interpretado pela mídia e a rápida construção de preocupação pública. Como ocorreu com o PNE de aprovada em 2014 e os inúmeros artigos, textos em colunas e notas publicadas amplamente na internet. Por fim, haveria uma resposta das autoridades no tema ou dos “criadores de opinião”. Agentes religiosos e lideranças políticas conservadoras cumpriram este papel em relação à disseminação do perigo da “ideologia de gênero”. De acordo com Thompson (1998), após este processo e a atuação destas figuras de “criadores de opinião” e sua retórica, o pânico cessa ou resulta em mudanças sociais.

No caso analisado por este trabalho, vimos este recurso do pânico moral constituir-se em torno do gênero e vem sendo sustentado nos discursos de uma frente conservadora, o que resulta na interdição de políticas que visam transformações para o campo educacional. Para identificarmos como este temor social a expressão gênero ganhou corpo precisamos delimitar o que neste trabalho vem sendo definido como conservador.

Em *Ciladas da diferença* Pierucci (1990) nos apresenta que conservadorismo é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade, que inclui uma combinação de práticas de distinção, hierarquização, humilhação, intolerância, agressão, segregação, bem como discursos abrangendo a esfera pública e a vida privada. Essa sociabilidade aglutina agentes e grupos em torno de soluções políticas e econômicas, mas também de restauração moral e defesa de princípios. A coalizão que descrevo neste trabalho formou-se em torno da ideia de proteção da família, de manutenção da moral cristã e de convicções tradicionais sobre sexualidade. Mas fundamentalmente consolidou-se a junção deste segmento na resistência a mudanças em nossa configuração social.

O funcionamento retórico da linguagem desta frente constituiu outro elemento estruturante para a coalizão. O modo de argumentação sempre visando a persuasão oscilou, no episódio que analiso do PNE, entre a celebração da diferença, que para eles não passava pelos debates de gênero e orientação sexual, e a repulsa aos diferentes. Entre a afirmação e a negação, os conservadores neste caso transitaram entre a constatação inescapável da existência efetiva das diferenças em nossa sociedade e a violência que tem gerado, e a recusa, as vezes mais agressiva ou violenta, de conviver com elas.

Ou seja, havia um suposto reconhecimento da questão que dava origem ao dispositivo de gênero e orientação sexual no Plano, as desigualdades ainda vigentes em nossa sociedade,

mas uma discordância na solução apresentada. A noção de combate aos preconceitos, as discriminações e de luta por direitos iguais para todos, dentro de uma perspectiva ampla de Direitos Humanos, foi veementemente rechaçada por esta frente conservadora.

No que se refere a esta rejeição à ideia e aos princípios abarcados pelos Direitos Humanos cabe citar o aspecto destacado por Pierucci (1987) de que:

[...] para um indivíduo de direita, o discurso não palatável, aquele que mais do que qualquer outro desencadeia sua violência verbal, lhe arranca imprecações, injúrias e acusações não raro ferozes, aquele que provoca ojeriza e lhe causa urticária é, ainda hoje, duzentos anos depois, o discurso dos Direitos Humanos (PIERUCCI, 1987, p.42)

Com isso, o autor nos remete a negativa histórica ao discurso da igualdade, seja a igualdade diante da lei, seja a igualdade de condições econômicas ou a igualdade primeira de pertencermos todos à mesma condição. Esta recusa se expande aos movimentos das “*minorias*”, quando tematizam o direito à diferença, a defesa das identidades coletivas, a diversidade de gêneros etc. Tal perspectiva, conforme abordo anteriormente, na tramitação do PNE e sua aprovação foi vinculada a ameaça do modelo de família aceita pelos conservadores. Tendo sido esse, no meu entender, o principal recurso desta frente para dar início ao pânico moral a expressão gênero.

A ameaça configura umas das teses defendidas por Hirschman (1992) de resposta reacionária às transformações sociais em curso. O autor inicia sua análise a partir da obra de Marshall e da distinção feita por ele entre as dimensões civil, política e social da cidadania. Em seguida trata de descrever as reações às sucessivas investidas para diante, ou seja, ondas reacionárias que surgiram para frear o “desenvolvimento da cidadania”.

A primeira reação segundo Hirschman (1992) foi o movimento de ideias que se seguiu e se opõem em alguns casos à afirmação da igualdade diante da lei e dos direitos civis em geral, ou seja, ao componente civil da cidadania definida por Marchall. A segunda onda reacionária para ele teria sido muito menos consciente do que a primeira, já que poucos proclamaram explicitamente o objetivo de fazer retroceder os avanços da participação popular na política que foram obtidos por meio de extensões do direito de voto no século XIX. Mas isso não impediu de que os conservadores reunissem todos os argumentos possíveis para desacreditar as “massas”, do regime parlamentar e do governo democrático. A última reação

reacionária para Hirschman teria sido a crítica contemporânea do *Welfare State*⁶² e as tentativas de fazer retroceder ou "reformatar" algumas de suas providências.

Segundo o autor tais ondas estabeleceram-se e repercutiram em grande medida devido aos argumentos e aos discursos proferidos pelos conservadores. Nesse sentido, Hirschman (1992) buscou delinear os tipos formais de argumento ou retórica, enfatizando as principais posturas e manobras polêmicas daqueles que se propõem a fazer retroceder políticas e movimentos de ideias progressistas. Para isso, concentrou-se em identificar argumentos comuns ou típicos, infalivelmente colocados pelos três movimentos reativos referidos há pouco. As três sucessivas investidas contra os avanços "progressistas" no que tange a cidadania abordados por Marshall, levaram Hirschman a outro trio: isto é, a três teses reativas/reacionárias que o autor denominou de "tese da perversidade", "tese da futilidade" e "tese do risco".

A "tese da perversidade" ou "tese do efeito perverso" sustenta que o pretense progresso levaria na verdade a um retrocesso. Nela, os conservadores buscam através da opinião pública demonstrar que a ação ou a política em nome da evolução e da mudança é equivocada. O argumento mais típico neste caso seria o de que essa ação produziria, através de uma série de consequências impremeditadas, o contrário exato do objetivo que se persegue. Ou seja, ao invés de promover avanços, se colocada em prática, tal medida poderia gerar regressões e atrasos para a sociedade.

Na segunda tese, a da "futilidade", Hirschman afirma que a tentativa de mudança seria abortiva, que, de um jeito ou de outro, as propostas e políticas para promover alguma alteração seriam na verdade aparência, fachada, adorno, e logo ilusórias, uma vez que as estruturas "profundas" da sociedade se manteriam totalmente intocadas. Importante destacar que nas duas teses os argumentos são extraordinariamente simples e, para o autor, nisso, naturalmente, reside grande parte do seu atrativo.

Na última tese apresentada por Hirschman, "tese do risco" ou da "ameaça", uma pergunta explica a proposição: faz sentido sacrificar o antigo progresso pelo novo? A partir dela ele explica como esse argumento reacionário se veste de progressista ao discutir como se tanto o novo quanto o velho progresso fossem desejáveis, para em seguida mostrar que a caso

⁶² Denominação em inglês para o Estado do Bem-estar. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

reforma em questão fosse levada avante, ameaçaria mortalmente uma reforma mais antiga e tida em alto apreço.

Para o autor, a “ameaça” pode ser feita assim que uma nova política é proposta ou adotada oficialmente, enquanto o argumento da perversidade surgiria, normalmente, só depois que se tivessem acumulado alguns resultados infelizes da nova política. Cumpre destacar que a invocação da “tese da perversidade” seria para ele uma característica básica do pensamento reacionário. Quanto ao argumento da futilidade, o mais provável para Hirschman seria que despontasse ainda mais tarde.

Por fim, Hirschman refletiu sobre em que medida cada um destes argumentos apresentados seria reforçado ou enfraquecido pelo fato de um argumento semelhante ter sido usado em um episódio anterior? O que ele respondeu destacando gama de experiências de implementação de políticas onde a “tese da perversidade” foi aplicada com sucesso. Além disso, chama atenção para o fato de que não haveria uma incompatibilidade lógica entre o uso de dois argumentos para atacar a mesma política ou reforma.

O quadro teórico elaborado por Hirschman acerca das retóricas conservadoras serve como referência para a análise que empreendo neste trabalho sobre os argumentos utilizados nos discursos contrários a presença de gênero no PNE, na medida em que nos permite identificar de que forma esta retórica contribuiu para consolidar tal posição na sociedade e para fortalecer estes segmentos sob a perspectiva, portanto, da teoria de Hirschman, apresento o seguinte quadro:

Quadro comparativo 2 - argumento reacionário x tese da ameaça ou Risco

ARGUMENTO REACIONÁRIO	TESE DA AMEAÇA OU RISCO
FIM DA IDENTIDADE BIOLÓGICA: definição a partir do nascimento no sexo masculino ou feminino.	Ausência de papéis essenciais para a existência da sociedade, o de homem e mulher.
INCENTIVO A HOMOSSEXUALIDADE: contrariando a ideia de Homem e mulher como complementares e o sexo relacionado à reprodução.	Gênero na escola leve a homossexualidade e o fim da reprodução.

Fonte: Produzido pela autora

Nota-se que a coalizão conservadora, através do que o autor denominou como tese da ameaça, explorou centralmente dois argumentos: de que gênero na escola levaria ao fim da

identidade biológica, ou seja, não haveria mais homem e mulher a partir do sexo biológico e também a ideia de que estas discussões na educação seriam um incentivo a prática homossexual:

[...] há animais assexuados, como a ameba, que não têm sexo. Os animais sexuados, porém, têm necessariamente dois sexos. Não há uma espécie em que esteja presente apenas o sexo masculino ou apenas o feminino. Complementaridade: os dois sexos são complementares entre si. E isso não se refere apenas aos órgãos de acasalamento e às células germinativas (gametas) de cada sexo. A fisiologia e a psicologia masculinas encontram na fisiologia e psicologia femininas seu complemento natural e vice-versa. Fecundidade: a união de dois indivíduos de sexo oposto é apta a produzir um novo indivíduo da mesma espécie (PADRE LUIZ CARLOS LODI DA CRUS, Periódico de defesa da vida e da família, 2014).

Com estes argumentos estes grupos difundem a percepção de que a sociedade está em risco, tanto de perder a existência de homem e mulher e da concepção de complementaridade dos dois, como o fim da própria espécie, já que com as relações homossexuais sendo “*aceitas*” a reprodução e as gerações futuras estariam ameaçadas.

A ameaça a partir da ideia de que a sociedade e especialmente a família estariam correndo o risco de acabar foi útil ao desenvolvimento do pânico moral e conseqüentemente ao fortalecimento da retórica conservadora contra uma medida de transformação social. Outros argumentos também foram utilizados com este mesmo intuito, como os que exponho a seguir:

Quadro comparativo 3 – Argumento reacionário x tese da Perversidade

ARGUMENTO REACIONÁRIO	TESE DA PERVERSIDADE
DESCONSTRUÇÃO DO MODELO DE FAMÍLIA: a base da sociedade.	O retrocesso de não termos mais a família.
TENTATIVA DE MINAR A FÉ CRISTÃ e de desarticulação do cristianismo.	Ataque aos valores básicos cristãos como efeito perverso do debate de gênero.

Fonte: Produzido pela autora.

De acordo com o que Hirschman definiu como tese da perversidade traço um paralelo com os argumentos que os conservadores utilizaram no PNE para defender que por trás de uma pretensa ideia de mudança e de progresso haveria na verdade um grande retrocesso. A possibilidade do reconhecimento de vários modelos de família que poderia configurar-se como um avanço na sociedade, para estes grupos representaria na prática um enorme atraso com relação à configuração social. Um modelo de sociedade funcional e desenvolvida estaria atrelado à existência da família mononuclear. Além disso, haveria a tentativa de

desarticulação do cristianismo como sendo um resultado cruel da chamada “ideologia de gênero”.

Importante sublinhar que comportamentos conservadores tem diferentes motivações e se manifestam em grupos sociais diversos. Ou seja, em períodos de transformação social medos são experimentados por diferentes grupos, pois “quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar” (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

Para Bauman (2008), esse medo experimentado nos períodos de mudança refere-se ao nome que damos a nossa incerteza, a nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito - do que pode e do que não pode - para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. Segundo o autor os perigos dos quais se tem medo podem ser de três tipos. Os que ameaçam o corpo e as propriedades, os que são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela e os que ameaçam o lugar da pessoa no mundo - a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa).

Este último tipo de medo tratado por Bauman nos ajuda a pensar sobre o quanto os debates envolvendo a categoria gênero passou a representar para uma camada significativa da sociedade o temor de que suas identidades e lugares no mundo estivessem em risco, o que as leva a reagirem: o medo nos estimula a assumir uma ação defensiva, e isso confere proximidade, tangibilidade e credibilidade às ameaças, genuínas ou supostas, de que ele presumivelmente emana (BAUMAN, 2008). Nessa perspectiva pode-se afirmar que os medos sociais podem ser manipulados com o intuito de conter processos em curso ou de conduzi-los de modos que possam ser controlados.

Portanto, ao tratar sobre o percurso do PNE no Congresso Nacional acredito ser pertinente falar que através dos discursos dos agentes e da constituição de uma retórica conservadora - baseada na ameaça, na perversidade e no risco – explorou-se o medo de grande parte da população sobre a possibilidade de novas identidades e as mudanças com elas trazidas. Mas o processo seguiu em curso, abrangendo não apenas a questão da identidade, mas uma ameaça total aos valores cristãos, formando um quadro social de pânico.

Tal quadro vem sendo aprofundado pela coalizão conservadora desde a aprovação do PNE, com seus agentes - com interesses diversos - atuam através de mecanismos de resistência e controle da transformação social explorando ambiguidades e distorção de fatos e informações, exacerbando medos, produzindo pânicos (VITAL DA CUNHA *et al*, 2017).

Na tentativa de compreensão deste cenário e de como esta coalizão conservadora adquiriu força e relevância social, agentes dos setores progressistas argumentam que o país

está sendo invadido e dominado por fundamentalistas religiosos. A esse respeito creio ser importante fazer pequenas considerações sobre o que seria esse “fundamentalismo” e como esta noção vem sendo empregada no Brasil.

Segundo Alves (2010), a palavra “fundamentalismo” vem do entendimento puritano anglo-americano, divulgado nos Estados Unidos, de que os crentes devem se ater aos “fundamentos” da fé cristã: a Bíblia e suas “narrativas fundamentais”. Sua origem, portanto, remonta ao século XIX e à reafirmação de dogmas contra o chamado liberalismo cristão e o Iluminismo em geral. Entretanto, isso não implica necessariamente na rejeição total de crenças e comportamentos diferentes. Mas o uso da expressão para fazer alusão a comportamentos extremistas, aliada a ação e posicionamento de alguns segmentos do campo religioso, contribuiu para a consolidação de um rótulo negativo aos “fundamentalistas”, colocando-os como os grandes e únicos responsáveis pelos retrocessos em curso na sociedade brasileira.

A atuação de parcela dos chamados “fundamentalistas” nas disputas e nos embates nas transformações no campo dos valores e da moral do país de fato deve ser considerada. Mas ela não explica todo o quadro de pânico moral estabelecido e nem o conjunto de agentes envolvidos. Além disso, conforme mencionei, nem todos os segmentos “fundamentalistas” rejeitam a diferença ou atuam para frear as mudanças sociais. Por isso, penso ser relevante fazer a distinção proposta por Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) entre fundamentalismo e extremismo, sendo este último o uso de medidas radicais para alcançar objetivos políticos.

Há, portanto, religiosos extremistas em todas as denominações e o que os diferencia do fundamentalismo é o esforço para cessar transformações sociais e impor seu conjunto de valores. Para isso, estes agentes buscam se movimentar em diferentes campos, mas predominantemente no político. São extremamente reativos a convivência com percepções diferentes de modelo social e por isso vem agindo no Brasil de maneira a instituírem-se enquanto maioria e assim conseguirem fazer predominar seus princípios morais.

Por fim, cumpre dizer que este quadro desenhado a partir dos argumentos, dos discursos e da retórica de setores religiosos extremistas nos ajuda a perceber uma tendência contemporânea de pensar a sociedade como se esta estivesse sob ameaça constante. Vivemos no que Hirschman (1992) chamou de em uma sociedade de risco, ou seja, marcada pela percepção de que a modernidade aumenta a exposição da coletividade a perigos.

A gestão ou controle dos riscos torna-se o objetivo último da coletividade e leva à criação de novas formas de controle social. Disso resultaria a percepção hegemônica de gênero na educação vai de encontro e tal controle, sendo uma ameaça à existência e ao

funcionamento da nossa sociedade. Desta forma, vimos assistindo desde a aprovação do PNE inúmeras repercussões desse processo de pânico moral e de consolidação de uma retórica e atuação de uma coalizão conservadora se espalhando pelo país.

4.3 A conformação de um cenário de batalha

A conjuntura apresentada envolvendo os campos religioso, político e de produção das políticas educacionais no episódio envolvendo a tramitação do PNE contribuem para o que Cunha (2009) denominou como a perda da autonomia relativa do campo educacional. Segundo o autor, a ofensiva de diversas entidades religiosas, para exercerem o controle do currículo da educação básica no setor público, com o respaldo de setores do magistério e de parlamentares, tem sido cada vez maior.

As tentativas de ingerência sobre os planejamentos educacionais, os currículos e sobre a ação pedagógica dos docentes vem crescendo significativamente nos últimos anos. Importante dizer que existem agentes e interesses distintos envolvidos nessas tentativas, mas estes, a meu ver, se conectam em alguma medida em episódios recentes de disputas do campo educacional.

Acredito que o acúmulo de capital político, econômico e social ao longo de casos como o de veto a distribuição do material anti-homofobia do MEC e o de aprovação do PNE sem gênero ou orientação sexual, aliado a fatores como o quadro de pânico moral - descrito neste capítulo - e de fortalecimento de setores religiosos extremistas contribuíram para que projetos como o Movimento Escola Sem Partido e os contrários a “ideologia de gênero” na escola se encontrassem, desenvolvendo atuações conjuntas e um discurso unitário para camadas da sociedade brasileira.

A fundação do Movimento Escola Sem Partido remonta o ano de 2003. Segundo o site oficial do movimento, este “é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Ainda segundo o site, “a pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”.

Falar sobre o Escola Sem Partido implica em falar de seu fundador, o procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib. Alegando querer “proteger” seu filho de uma educação doutrinária e marxista ele fundou a Associação Escola Sem Partido, que seria a pessoa jurídica do MESP. Mas, a pesquisa de Moura (2016) constatou a existência de uma segunda

pessoa jurídica: Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli, que seria uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada de Natureza Empresária do procurador Miguel Nagib. Seu ramo de atividade seria treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Ainda sobre Nagib é importante destacar que o mesmo possui vínculos estreitos com o *think-tank*⁶³ liberal Instituto Millenium⁶⁴.

De acordo com Penna (2016), o movimento originário com Nagib manteve-se por algum tempo sem grande expressividade, encontrando maior eco na sociedade em três momentos: na polêmica gerada pela coluna do jornalista Ali Kamel no jornal O Globo, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de Mario Schimidt (KAMEL, 2007); o segundo momento teria se dado na polêmica envolvendo a distribuição do kit anti-homofobia do MEC e por último durante a crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves. Creio ser relevante assinalar que os embates em torno do PNE aprovado em 2014 também se inserem neste quadro de elementos e episódios que contribuíram para alavancar a expressão do MESP.

A projeção do Movimento Escola Sem Partido implicou, dentre outras coisas, na apresentação de projetos de lei. O Projeto de Lei nº 2974 de 2014 foi o primeiro a ser apresentado em um poder legislativo. O mesmo foi encomendado pelo deputado estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC) a Miguel Nagib, a quem pediu que “formulasse um projeto com base em suas propostas” (PENNA, 2016b, p. 44 apud Moura 2016):

Vítima de um verdadeiro “sequestro intelectual”, o estudante doutrinado quase sempre desenvolve, em relação ao professor/doutrinador, uma intensa ligação afetiva. Como já se disse a propósito da Síndrome de Estocolmo, dependendo do grau de sua identificação com o sequestrador, a vítima pode negar que o sequestrador esteja errado, admitindo que os possíveis libertadores e sua insistência em punir o sequestrador são, na verdade, os responsáveis por sua situação. De modo análogo, muitos estudantes não só se recusam a admitir que estão sendo manipulados por seus professores, como saem furiosos em sua defesa, quando alguém lhes demonstra o que está acontecendo. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016).

⁶³ Organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas. Os think tanks podem ser independentes ou filiados a partidos políticos, governos ou corporações privadas.

⁶⁴ Advocacy think tank brasileiro criado em 2005 pela economista Patrícia Carlos de Andrade e pelo professor de filosofia Denis Rosenfield, para difundir uma visão de mundo liberal, situando-se portanto à direita do espectro político. Conta com o apoio de importantes grupos empresariais e dos meios de comunicação de massa, buscando influenciar a sociedade brasileira através da divulgação das ideias de seus representantes, especialistas e colunistas.

Nota-se que os dois pilares principais do projeto são: a soberania da família, que se sobrepõe ao direito do estudante de obter elementos para produzir de forma autônoma sua visão de mundo, e uma ideia de “neutralidade” dos docentes, dos currículos e projetos pedagógicos. Cumpre ressaltar que na origem e nos primeiros documentos do MESP não havia destaque para a questão de gênero. Quando os projetos de lei passam a ser apresentados há uma mudança significativa neste âmbito. A conexão entre diferentes agentes - liberais conservadores e religiosos - que menciono anteriormente começa a ocorrer.

Se antes o MESP focava no emprego do termo “moral”, passa a defender a proibição da discussão de gênero, com a justificativa de que a mesma representaria uma “revolução cultural sexual de orientação neomarxista” (MOURA, 2016). Os principais defensores do Movimento Escola Sem Partido no campo político encamparam a perseguição ao uso do termo e das políticas envolvendo educação e gênero. Assim, vem atuando por meio de projetos como o 7.180/2014, o 7.181/2014, o 1859/2015 ou da PEC 435/2014, que retiraram gênero do currículo nacional ao vedar os temas transversais

O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças. (MIGUEL, 2016, p.596)

Essa atuação combinada de agentes através dessa coalizão conservadora permitiu que tanto a rejeição a chamada “ideologia de gênero”, quanto a defesa da escola “neutra”, através do Escola Sem Partido difundiu-se por todo o território brasileira. O bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Antônio Augusto Duarte, em consonância com os ideais do MESP, afirma, por exemplo, que “educar” não é “ideologizar”:

Essa ideologização da educação acaba oferecendo aos futuros construtores da civilização brasileira e da cultura do povo mais acolhedor do mundo, a oportunidade de “monopolizarem” os três alicerces fundamentais da sociedade: a sexualidade humana, a família e os valores éticos. A ideologia do gênero é tão perniciosa, que não atrai nem convence as pessoas bem-educadas, e por isso mesmo, só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da ditadura do relativismo, tão de moda numa sociedade e numa cultura, que se auto intitulam democráticas”, asseverou o bispo. A educação não deve – não pode – ser entregue nas mãos desses “pseudo- mestres” de “verdade geradas” na penumbra das ideias e das opiniões tão alheias à dignidade da inteligência e da liberdade humana” (DUARTE, ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2014)

Em sua pesquisa Moura (2016) identificou mais de 40 projetos de lei relacionados com o MESP e 27 encomendados ao próprio movimento em câmaras municipais, assembleias estaduais de todo Brasil e no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado).

Em 2016 o Escola Sem Partido chegou ao senado federal através do senador Magno Malta, o mesmo que protagonizou o enfrentamento a presença de gênero e orientação sexual no PNE e que cito no capítulo anterior. Malta propôs o Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016 que “inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ‘Programa Escola sem Partido’”. O PLS, que é baseado no anteprojeto atualizado disponibilizado no site do MESP, traz também a proibição explícita às discussões de gênero

O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero. (SENADO FEDERAL, 2016)

Também é importante registrar que desde 2014 doze estados já contam com projetos de lei para instituir o Escola Sem Partido, observando-se que em alguns estados, onde não houve apresentação do projeto na esfera estadual, houve no âmbito de algum município, o que faz com que o ESP esteja representado em 19 dos 26 estados da Federação, além do Distrito Federal (MOURA, 2016). Vale assinalar que em algumas câmaras e assembleias tramitam (ou tramitaram) mais de um projeto do tipo Escola Sem Partido, onde alguns poucos já foram arquivados e outros como nas cidades de Santa Cruz do Monte Castelo, Picuí e Campo Grande e no Estado de Alagoas, já foram aprovados (MOURA, 2016).

É essencial mencionar que, em grande medida, tais projetos vêm garantindo apoio de parcelas da sociedade com a argumentação de que educar não é tarefa exclusiva do Estado. Segundo seus defensores o Estado deve cumprir a sua tarefa de promover um ensino qualificado, mas no exercício desse dever, precisa decisivamente da “contribuição” das famílias:

É no contexto familiar que o homem e a mulher são educados para viverem a plenitude de sua dignidade pessoal, em todas as dimensões. Há valores que só podem ser aprendidos na família. Por isso, a inclusão da prejudicial ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação é motivo de preocupação. Por isso, afirmou bem o Papa Francisco que a “ideologia de gênero é contrária ao plano de Deus”. (DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, 2014).

Tais projetos e a concepção de que família define os conteúdos abordados pela escola vem sendo duramente criticados por setores do campo educacional e dos movimentos sociais, especialmente os que possuem relação com a atuação docente. Segundo Cunha (2016) tais projetos negam a criança como um sujeito de direitos, com tentativa de substituição do poder do Estado pelo poder da família. Soma-se a essa percepção sobre Escola Sem Partido a de que ele inviabiliza o caráter republicano da escola. O espaço escolar deveria, segundo estes

agentes, oferecer às crianças o contato com os valores diversos e não somente com os defendidos pelas famílias, fazendo-as conhecerem a diversidade de nossa sociedade.

Contudo, tais críticas não vêm encontrando eco para além de setores docentes, parcela dos movimentos sociais e de pesquisadores e nomes vinculados a Academia. Em termos de repercussão social os projetos e o próprio MESP vem ampliando seu número de adeptos. E mesmo com ações do campo jurídico que desmontam a constitucionalidade de tais projetos, na prática e no âmbito de muitas escolas eles já estão em vigor. O clima persecutório e de denunciamento sobre os docentes é cada vez mais relatado por estes, que vem sendo impedidos de abordar temáticas, tendo suas vidas expostas em jornais, redes sociais e sofrendo até mesmo processos judiciais por doutrinação ideológica.

O fato é que essa “aliança” entre setores liberais, conservadores e agentes religiosos vem permitindo uma ingerência cada vez maior sobre as políticas educacionais, sobre a atuação docente e sobre o papel da escola. A perda de autonomia pedagógica é notória e vem se consolidando a partir de cenário de conciliação de agentes, de conexão da chamada “ideologia de gênero” com a doutrinação marxista e com o clima de pânico moral estabelecido.

A fusão da denúncia da doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” obedeceu, assim, ao senso de oportunidade do MESP. Deu a ele aliados de peso, uma capilaridade com a qual nem poderia sonhar e um discurso com ressonância popular muito mais imediata. A confluência foi facilitada graças ao trabalho de propagandistas da extrema direita, em particular os alinhados a Olavo de Carvalho, para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista. (MIGUEL, 2016, p.601)

O efeito dessa atuação pode ser visto na projeção do MESP, mas também em diversos outros episódios recentes. A esse respeito vale mencionar que após a sanção do PNE em 2014 e a polêmica com a retirada de gênero e orientação sexual do plano o Ministério da Educação orientou que estados e municípios produzissem seus planos de educação baseados no texto final da Conferência Nacional de Educação de 2014, que continha as expressões gênero e orientação sexual, e não no Plano Nacional de Educação recém aprovado. Vale dizer que o texto final da CONAE fora sistematizado e divulgado pelo Fórum Nacional de Educação.

Houve enorme reação na Câmara dos Deputados e como resultado tivemos o Projeto de decreto do legislativo nº 12264, de 2015, que visou sustar os efeitos da inclusão da “ideologia de gênero” no documento final da CONAE-2014. Segundo o texto do documento, “ficam sustados os efeitos do Documento Final do CONAE - 2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação, em todas as suas disposições que contenham ou façam referência às expressões gênero, diversidade ou orientação sexual”. O projeto, originalmente

de autoria do deputado Flavio Augusto da Silva (PSB) foi assinado também por quase setenta deputados.

Outro projeto recente no âmbito da “ideologia de gênero” na escola foi o PL Nº 3.236, de 2015, de autoria do deputado Marco Feliciano. Segundo o texto do PL, o “art. 2º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE” passaria a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: “A consecução da diretriz constante do inciso III do caput deste artigo exclui a promoção da “ideologia de gênero” por qualquer meio ou forma”.

Soma-se a apresentação desses projetos, como parte da atuação desta coalizão conservadora, ataques a todos as proposições recentes que versem sobre a temática. O Projeto de Lei nº 7627/2010 de Janete Rocha Pietá (PT), que propõe alterar a Lei nº 9.394 de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática de gênero e suas relações intra e interpessoais, por exemplo, acabou sendo arquivado em 2015.

O PL 6010/2013, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que propõe a investigação da situação da violência contra a mulher no Brasil e apuração de denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência também foi alvo de críticas e reprovações

Os projetos de lei 6010/2013 e 7627/2010 camuflados em combate à violência contra a mulher e à discriminação contra homossexuais têm como objetivo viabilizar a chamada “desconstrução da heteronormatividade”, e a utilização da ideologia de gênero como ferramenta política para minar a família. Por isso, precisamos estar vigilantes e atuantes, para evitar tais aprovações e deter o projeto do governo brasileiro de corroer a instituição familiar, instrumentalizando os educadores para fins tão perversos (HERMES RODRIGUES NERY, coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida, 2014).

E a Câmara dos Deputados seguiu no ano de 2016 recebendo proposições como o Projeto de Lei nº 5487, de 2016, do deputado Professor Victório Galli. Segundo sua ementa ele “institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes”. No corpo da lei, lê-se que “fica proibido o Ministério da Educação e Cultura a orientar e distribuir livros às escolas públicas que versem sobre orientação à diversidade sexual de crianças e adolescentes, em consonância com a Lei 13.005/2014 (PNE)”.

Outro ponto relevante de ser mencionado a respeito das repercussões dessa coalizão conservadora é a aprovação dos planos estaduais e municipais de educação, que tiveram início

logo após a sanção do PNE em 2014. De acordo com levantamento da iniciativa De Olho nos Planos⁶⁵ e a atualização da mesma que realizei para esta pesquisa, 16 estados retiraram gênero e orientação sexual do plano. Oito incluíram menções à igualdade de gênero. Um estado (Minas Gerais) ainda não havia aprovado seu plano até o término deste trabalho e o estado Ceará não apenas retirou o termo como impediu, sob quaisquer pretextos, a utilização de “ideologia de gênero” na educação estadual.

A esse respeito vale destacar a nota explicativa emitida pela regional Norte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sobre os Planos de Educação em elaboração no país: “A ideologia de gênero é contrária ao plano de Deus!” (Papa Francisco). Existem organizações nacionais e internacionais muito ocupadas em destruir a família natural, constituída por um pai, uma mãe e seus filhos. Hoje um dos recursos mais perigosos para atentar contra a família se chama “ideologia de gênero”.

Diferente do que ocorreu quando da aprovação do PNE, o Conselho Nacional de Educação manifestou “preocupação com Planos de Educação que vem sendo elaborados por entes federativos brasileiros e que têm omitido, deliberadamente, fundamentos, metodologias e procedimentos em relação ao trato das questões relativas à diversidade cultural e de gênero” (CNE, 2015). De acordo com nota pública (Anexo 3) divulgada em 2015, o Conselho defendeu a revisão dos Planos Estaduais e Municipais de Educação que não possuam metas relacionadas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero.

Outras entidades importantes ligadas ao campo educacional também manifestaram preocupação com a retirada de gênero e orientação sexual dos planos educacionais. Para o membro do Fórum Nacional de Educação, Toni Reis, uma das maneiras mais efetivas para reduzir a desigualdade e combater o preconceito seria atuar por meio da educação formal para ensinar o respeito e a dignidade aos estudantes

Há várias pesquisas que comprovam que a evasão escolar é causada também pelo preconceito, pela discriminação e pela violência, mais conhecidos como *bullying*. A pesquisa nacional Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, publicada em 2009, revelou que as atitudes discriminatórias mais elevadas se relacionam a gênero (38,2%); orientação sexual (26,1%)”, citou Toni, que também é secretário de educação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DE OLHOS NOS PLANOS, 2016).

⁶⁵ Plataforma online que divulga documentos de referência e materiais sobre processos participativos na elaboração dos planos de educação de estados e municípios para colaborar no envolvimento das comunidades escolares, trabalhadores (as) da educação, estudantes, pesquisadores (as), gestores (as) e organizações da sociedade civil.

Com esses argumentos, centrados na violência contra a população LGBT, na disseminação do preconceito e de discriminação, o FNE também se manifestou pela revisão dos planos estaduais e municipais que não incluíssem menção a gênero e orientação sexual.

Outro fato de extrema relevância relacionado à repercussão da chamada “ideologia de gênero” no cenário nacional e da atuação da coalizão conservadora foi a mudança no texto da Base Nacional Comum Curricular em 2017. A Base é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira. A primeira versão do documento foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. As contribuições foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e subsidiaram a elaboração da segunda versão.

Publicada em maio de 2016, a segunda versão da BNCC passou por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Cabe ressaltar que este processo de consulta e de construção coletiva da base foi bastante questionado, em distintos momentos de sua elaboração, por especialistas, associações científicas e professores universitários, bem como por estudantes, movimentos sociais ligados a educação e professores da educação básica.

O documento estabelece dez competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a educação básica, que inclui também o ensino médio. Uma delas é que os estudantes sejam capazes de "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer" (MEC, 2017).

Contudo, na versão em abril deste ano o Ministério da Educação retirou do documento da Base Nacional Comum Curricular, entregue ao Conselho Nacional de Educação, trechos que diziam que os estudantes teriam de respeitar a orientação sexual dos demais. O MEC suprimiu também a palavra gênero em alguns trechos do documento.

Em nota, o MEC informou que o documento "preserva e garante como pressupostos o respeito, a abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais,

identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos" (TOKARNIA, 2017).

A mudança no documento provocou reações de diversos setores. O secretário de Educação do Ceará e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Idilvan Alencar, considerou "estranhas" as alterações: "Acho um desrespeito com todo o debate que foi feito (TOKARNIA, 2017)".

Segundo o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que reúne mais de 200 organizações civis, Daniel Cara, a BNCC deve:

[...] se adequar à Constituição Federal, que define que todos têm que ser iguais perante a lei. "É injustificável a retirada do termo orientação sexual e da discussão sobre questões de gênero. A escola tem missão de garantir que na sociedade todos respeitem todas as formas de identidade. Não colocar essa questão na BNCC significa que não vão refletir sobre um país que é machista, misógino, homofóbico. É um recuo grave (TOKARNIA, 2017).

A alteração ocorreu no trecho em que a BNCC destaca que os sistemas e redes de ensino devem incorporar aos currículos alguns temas "contemporâneos que afetam a vida humana". Na primeira versão apareciam os temas "sexualidade e gênero". A versão final restringiu-se ao termo "sexualidade". Quando o documento trata das habilidades a serem desenvolvidas em ciências, no 8º ano, a versão inicial incluía a necessidade de acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados na identidade de gênero e orientação sexual. A última versão traz apenas a expressão "diferenças de gênero".

A retirada do termo orientação sexual e das discussões sobre questões de gênero da BNCC representou, portanto, mais uma vitória dos setores conservadores do Congresso Nacional. Vimos, portanto, que o acúmulo de capitais de setores religiosos, a conexão com outros segmentos conservadores e a constituição de um pânico moral contribuíram de sobremaneira para que os ataques a "ideologia de gênero", que ocorreram na tramitação e aprovação do PNE, repercutissem em outras esferas, ganhassem novos agentes e mecanismos de ingerência nas políticas educacionais. Assim, acredito ter encontrado ao longo da pesquisa indícios suficientes para afirmar que no período investigado por este trabalho consolidou-se na cena nacional a necessidade de se combater qualquer projeto que vincule gênero e educação.

Outra constatação importante é a de que os agentes do campo político que protagonizaram as disputas do PNE são os mesmos em sua maioria que propuseram as leis do Escola Sem Partido e que vem combatendo qualquer projeto que, segundo eles, contrariam a tradicional moral cristã. Os discursos destes agentes baseiam-se principalmente na defesa da

família (tradicional) e contra tudo que identifiquem como uma tentativa de destruição desta, como, por exemplo, a discussão de gênero.

Cumpra ainda destacar que a preservação da família e de seu papel predominante em nosso modelo social foi fundamental para que a aliança de setores liberais, conservadores e religiosos fosse bem-sucedida. Nesse sentido, o slogan “Meus filhos, minhas regras”, expresso em diversos materiais e atividades do MESP, ganhou centralidade como estratégia e recurso utilizado pela coalizão conservadora para ampliar seu apoio social.

Em suma, configura-se no período analisado uma aliança de diversos grupos conservadores, que buscam atuar de forma unificada para interferirem nas agendas pró-direitos da população LGBT e que visam à igualdade de gênero. A performance de tais segmentos está diretamente associada a influência na política pública ou em leis. Também é significativo, ao tratar da ação desta coalizão conservadora, mencionar o uso das redes sociais. O espaço virtual tem se consolidado cada vez mais como um cenário fundamental para o desempenho desses grupos conservadores. Eles usam a internet como um importante campo no debate sobre a “defesa da vida”, a defesa da família tradicional e o combate aos “inimigos da religião e da moral” (JURKEWICZ, 2011).

O enfrentamento deste discurso em defesa da família tradicional e da retórica conservadora propaga medos e leva ao pânico moral, não deve ser, portanto, secundário para as forças políticas progressistas. Não obstante, os movimentos feministas e em defesa dos direitos LGBT tem cada vez mais colocado em questão as diferentes formas de opressão e de violência que vem afetando milhões de pessoas, o que tem feito urgir a necessidade de o campo progressista reavaliar as táticas políticas adotadas nestes confrontos.

Considerações Finais

*Querer-se livre é também querer livre os outros.
Simone de Beauvoir.*

A tese que apresento, buscou, ao longo dos quatro capítulos, evidenciar a relação intrínseca entre Estado, religião e democracia. Para isso, utilizei como referência o episódio de tramitação e aprovação do Plano Nacional de Educação em vigência no país. Tal acontecimento, a meu ver, evidenciou como esta relação se manifesta. Assim, analisar o PNE, alguns agentes importantes na sua trajetória de aprovação, os diferentes tipos de capitais expressos e as movimentações no campo de produção das políticas educacionais demonstrou ser um caminho interessante para refletirmos sobre minha hipótese inicial de que o grau de democracia de um Estado está estritamente ligado a laicidade deste.

Mais uma vez é essencial dizer que faço referência à laicidade como um processo, como uma construção histórica e não como uma linha contínua. Nesse sentido, falar em Estado laico implica em considerar que há contradições que ficam atenuadas ou que são acirradas, que há momentos de maior apartação do Estado em relação às questões afetas ao mundo religioso e outros de estreitamento destes. Ou seja, tal concepção de laicidade pressupõe conflito e disputa nesta relação. É possível identificar, então, ao longo da formação histórica, social, cultural e política de nosso país momentos mais laicos e ocasiões de retrocesso nesse distanciamento entre Estado e religião. Assim, creio ser possível afirmar que o conceito de laicidade se torna correlato ao de democracia, onde também existem recuos e avanços no seu percurso de construção.

Considerando tais pressupostos sobre os conceitos acima mencionados busco com este trabalho refletir sobre a democracia brasileira, tentando demonstrar através do caso do Plano Nacional de Educação, como estamos diante de um momento de recuo do grau de laicidade do país o que vem impactando diretamente nossa democracia. Para esta reflexão utilizei como referência o trabalho de Dahl (2012) e sua definição de Poliarquia.

Para o autor, democracia significa um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos. Para isso, as preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, devem ser asseguradas, e os cidadãos devem ter oportunidades plenas de formular suas preferências. O que se traduziria na possibilidade de formarem ou aderirem a organizações, no uso de diferentes fontes de informação, na liberdade irrestrita de expressão e também por meio do voto.

Estes cidadãos podem expressá-las através de ação individual ou coletiva e ter elas igualmente consideradas na conduta do governo. Ou seja, o governo nesse modelo de democracia não considera o conteúdo ou a fonte da preferência e julga as demandas sem discriminação. Nessa perspectiva, Dahl (2012) defende que as poliarquias podem ser pensadas como regimes relativamente - mas incompletamente- democratizados. Seriam regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente, inclusivos e amplamente abertos à contestação pública.

Portanto, um dos elementos que edificam a ideia de poliarquia é a possibilidade de contestação. Em sua obra Dahl (2012) discorre sobre que fatores aumentam ou diminuem as chances de contestação pública. Creio ser importante incluir dentre estes aspectos o grau de laicidade do Estado. Ou seja, quanto mais laico for um Estado maior serão as oportunidades de contestação que ele oferecerá. Em especial no caso do Brasil, acredito que este é um elemento central para pensar o estágio de democracia que estamos experimentando.

Além da contestação pública é importante considerar também os quatro elementos que explicam os processos de constituição das democracias poliarquicas segundo Dahl (2012), a saber: o desenvolvimento das forças produtivas / acumulação, as identidades políticas estáveis, a ampliação da participação popular em processos decisórios e os direitos sociais. Ao analisar cada um destes pontos, Góis (2013) afirma que a frágil experiência democrática brasileira não pode ser explicada por não termos atendido a estes critérios, mas sim pela ausência de estrutura burocrática sólida e pela instabilidade e inconclusões de nossas instituições políticas.

Com relação a nossa estrutura burocrática, somente a partir de 1930 tivemos uma consolidação da mesma. No âmbito da educação, por exemplo, só a partir dessa década foram instituídos órgãos públicos com estrutura para adoção do planejamento nacional da educação. Não obstante, tal estrutura vem sendo permeada de relativizações das normas coletivamente construídas, caracterizando um híbrido na conformação desta.

Outro fator preponderante para pensarmos o distanciamento da experiência brasileira para o ideal poliarquico foi a expansão dos direitos sociais junto com a repressão dos direitos políticos. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 representou um marco na história do país, onde pela primeira vez houve a combinação de direitos. No campo político ampliou-se consideravelmente o direito ao voto. Mas também se ampliou as possibilidades de organização sindical e formação de partidos. Avanços nos direitos civis, como a liberdade de imprensa, a proibição, mesmo que ainda tímida, de formas de discriminação, também foram conquistados neste período. E no campo dos direitos sociais a Carta Magna de 1988

possibilitou a consolidação de inúmeras transformações e progressos, como a universalidade das políticas sociais.

Por fim, para abordar a poliarquia de Dahl é necessário tratar também sobre os efeitos do acesso e do controle dos recursos de poder socioeconômicos e de coerção sobre a democracia. Com base nesse critério – acesso e controle sobre os recursos de poder – Dahl (2012) distingue as sociedades de acordo com seu grau de pluralismo. O pluralismo societal seria um dos principais determinantes da democracia. Ou seja, em sociedades plurais, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais.

Se as incongruências de nossas normas coletivas e a instabilidade de nossa estrutura burocrática são fatores imprescindíveis para pensar nosso afastamento do ideal poliarquico, o tratamento dado a grupos sociais considerados como “minorias políticas” no Brasil, também constitui um dos elementos que contribuem para tal distanciamento. No episódio do PNE explorado neste trabalho, por exemplo, vimos o quanto a pluralidade - através do debate de gênero e orientação sexual – foi rechaçada para garantir a preponderância de setores conservadores.

Dahl (2012) trabalha com a ideia de que quando regimes hegemônicos e oligarquias competitivas se deslocam na direção de uma poliarquia, eles aumentam as oportunidades de efetiva participação e contestação e, portanto, o número de indivíduos, grupos e interesses cujas preferências devem ser levadas em consideração nas decisões políticas. Não é o que ocorre atualmente no Brasil, onde a posição e opinião de segmentos sociais, como as feministas e a população LGBT, são questionadas e há uma rejeição completa a suas pautas, o impedimento de avanço no campo dos direitos e ataques aos já conquistados.

Nessa perspectiva, Dahl (2012) argumenta que democracia é fruto de um cálculo de custos e benefícios feitos por atores políticos em conflito e que todo e qualquer grupo político prefere reprimir a tolerar seus adversários. A questão, para o autor, é a identificação por parte dos agentes se há forças para tanto e se é vantajoso eliminar os adversários. Ou seja, a democracia acaba refletindo o cálculo de atores políticos inseridos em uma relação estratégica. Isso nos remete a seguinte questão: Qual o cálculo vem sendo feito pela coalizão conservadora brasileira em relação às feministas e a população LGBT?

Para responder tal questão é primordial falar do nosso campo político e de seus representantes. Por isso, ao longo de toda a tese busquei apresentar como se configurava a atuação dos religiosos examinados neste trabalho no campo político, as principais figuras, as movimentações e as alianças constituídas. Sobre a representação na democracia, Dahl (2012) já apontava para a sub-representação de alguns segmentos sociais e a sobre representação de

outros, como os profissionais liberais e de classe média. No caso do Brasil, há notoriamente uma sub-representação das mulheres e da população LGBT, o que interfere diretamente no cálculo feito pelos conservadores.

Importante considerar que no Brasil, segundo Machado (2013) o avanço dos movimentos feministas e pela diversidade sexual se deu simultaneamente ao crescimento dos grupos tradicionalistas católicos e neopentecostais, o que por certo conforma um campo de tensões entre estes segmentos. Essa percepção orientou a construção do primeiro capítulo desta tese, onde trago a conformação de católicos, evangélicos e das feministas e do movimento de mulheres na sociedade brasileira desde o começo do século XX até os dias de hoje. Identificar as principais pautas, as estratégias e os capitais disponíveis para cada um destes segmentos foi fundamental para pensar a tensão que se configura hoje entre eles e que impacta nossa democracia.

Soma-se nessa análise o capital religioso, sua transformação em capital político e quais as consequências desse deslizamento entre as fronteiras das esferas política e religiosa para a nossa democracia. Exponho sobre tal fato no segundo capítulo quando trato do percurso do planejamento educacional no país. Através desse capítulo e do recorte nas tentativas de aprovação de planos para educação foi possível identificar os usos do capital religioso no campo político, bem como a movimentação dos agentes descritos no capítulo anterior e assim desenhar o quadro - na educação - de como a ruptura ou a inexistência da separação entre religião e Estado atinge nosso grau de democracia.

Uma das consequências desse processo é ocupação massiva de religiosos da esfera estatal. Mais uma vez destaco que esta presença não foi inaugurada pelos evangélicos – afirmação recorrente no senso comum hoje – mas foi ampliada com a chamada “descatolinização” do país e o crescimento demográfico das denominações evangélicas, acompanhado de novas estratégias de atuação, dentre elas a conquista de mais espaço político. A apropriação da defesa da laicidade, não pelo viés de apartação entre Estado e religião, mas de garantia da presença de “todas” as religiões nele.

Os dois primeiros capítulos oferecem, portanto, subsídios para compreensão do quanto a referida ocupação do campo político por religiosos, fato relacionado às transformações do campo religioso - como a “descatolinização” - e o acúmulo de capitais por estes agentes ao longo de episódios recentes da cena política brasileira foram determinantes para o estudo sobre a polêmica envolta na tramitação e na aprovação do PNE em 2014.

Assim, no terceiro capítulo trago o percurso do Plano Nacional de Educação, sua elaboração, as principais disputas e dentre elas a referente à chamada “ideologia de gênero”.

Vimos nesse capítulo a origem dessa expressão ainda na década de 1990 e a relação com segmentos religiosos conservadores, que retomam o uso da mesma, unindo a ação de católicos, evangélicos e outros grupos conservadores do Congresso Nacional.

Através das movimentações em torno do PNE e da vitória política e simbólica desta que denominei como coalizão conservadora foi possível identificar como nos afastamos do modelo poliarquico definido por Dahl (2012), ou seja, de um nível mais avançado de democracia. No debate em torno da “ideologia de gênero” e o PNE, a pluralidade e reconhecimento desta pelo Estado foram rechaçadas, houve interdições a uma contestação pública oriunda das feministas e dos movimentos LGBT e o cálculo dos conservadores voltado para a “eliminação” do que chamaram de “ideólogos de gênero” e destruidores da família tradicional.

Como resultado tivemos a formação de uma retórica conservadora em nível nacional, baseada em argumentos relacionados ao determinismo biológico, a tentativa de desconstrução do modelo tradicional de família e de perseguição a fé e aos valores cristãos. Para realizar tal estudo no quarto capítulo me baseei no trabalho de Hirschman (1992) e nas teses da ameaça, da perversidade e do risco para pensar o caso do PNE e da “ideologia de gênero”.

Apresento uma análise destes argumentos e seus usos no último capítulo deste trabalho, onde também exponho sobre como estas alegações acabam produzindo medos sociais e o chamado pânico moral, ou seja, a reação produzida em momentos de transformação social, relacionada a sentimento de perda, e que se baseia em estratégias de exploração do medo. Por fim, sustento a ideia de que os argumentos utilizados pela coalizão conservadora, o pânico moral instaurado em relação a gênero e o episódio do PNE tem repercutido ainda no campo político e na sociedade brasileira, através de inúmeros projetos de lei e ações de agentes desta coalizão.

Portanto, com a análise do episódio do PNE e da “ideologia de gênero” busquei apresentar como no cenário brasileiro vem se constituindo na prática essa relação entre Estado e religião e o impacto para nossa democracia. Isso implicou em dialogar sobre as diferentes perspectivas de laicidade, a que orienta minha análise, a de setores – em sua maioria religiosos- que defendem que ela significa não ter a predominância de uma religião e os que argumentam que em uma democracia representativa, os políticos devem ser atores centrais para a garantia da vontade da maioria, visão compatível com a presença massiva de religiosos neste espaço. Procurei demonstrar que o argumento de um regime deve ser garantidor da vontade dos mais fortes e / ou da maioria social, utilizado nestas duas últimas percepções da laicidade, resultam na exclusão de segmentos sociais.

Sobre essa discussão também é importante mencionar que ela contribuiu para a crítica sobre a noção de democracia aventada por estes segmentos conversadores. Ou seja, há que se acrescer aos argumentos dos que em geral desaprovam a relação entre religião e política e que costumam denunciar a privatização do público, do estatal ou do político pela esfera religiosa, a privatização do religioso pelo político-partidário.

Não obstante a resistência de muitas denominações evangélicas de ingresso no “mundo político” até a década de 1980 vimos nesse trabalho o quanto a acentuada expansão demográfica e o processo de “descatolinização” interferiram no recente ativismo político, no sucesso eleitoral e na notória disposição destes grupos em participar nos poderes públicos, tornando-os atores relevantes no jogo político local e nacional nas últimas duas décadas.

Ou seja, já não é mais possível compreender a vida política brasileira sem considerar a atuação dos evangélicos, não somente por seu peso demográfico e eleitoral, mas, sobretudo, pelo projeto que algumas denominações têm de busca de poder, recursos, privilégios, reconhecimento e legitimidade, frente a um mercado religioso competitivo.

Em contraposição os católicos vêm diminuindo em termos demográficos, o que vem alterando suas estratégias de ação e conseqüentemente a dinâmica do campo religioso. Apesar do decréscimo de fiéis, a ingerência da Igreja Católica sobre o Estado brasileiro e seu poder frente a governos e no Congresso Nacional não arrefeceu. Com uma atuação distinta da dos evangélicos – marcada pela hegemonia da Instituição – seus agentes vêm monitorando projetos, atuando nos bastidores, realizando lobbys e pressionando figuras importantes da cena nacional. Pode-se dizer que sua estratégia, discreta e multifacetada, permite a entrada, por exemplo, em instituições não religiosas da sociedade, as quais disfarçam sua atuação política.

A atuação destes dois segmentos, católicos e evangélicos, não é homogênea, mas sim reflete toda a heterogeneidade do interior de cada um destes campos. Busquei estar atenta a este fato ao longo de toda tese, para demonstrar a complexidade e os inúmeros elementos a serem considerados nessa análise envolvendo o campo religioso. O fato é que apesar de não haver uma uniformidade e de existir um conflito direto entre esses dois segmentos no mercado da fé, eles conseguiram criar unidade em torno de pautas que tangem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, direitos da população LGBT e na articulação sobre a discussão de gênero e orientação sexual nas escolas.

Assim, vimos assistindo em um período recente do país a interferência direta de ações combinadas entre católicos e evangélicos no campo educacional. Tais ações vêm congregando outros setores conservadores, com interesses diversos, e promovendo um avanço da pauta

conservadora no país, especialmente através da educação. Nesse sentido, procurei construir um trabalho que também apontasse para a importância de uma escola e uma educação laica.

Isso significa negar a escola “neutra” e defender uma escola que promova os valores básicos que permitem a própria existência de uma ordem democrática. Como afirmou Ranquetat Júnior (2013): “o Estado laico não é neutro, pois advoga uma determinada visão de mundo e defende certos valores como a democracia, os direitos humanos, a igualdade e a liberdade”.

Ou seja, a educação laica assume uma tarefa pedagógica e positiva, abordando valores e princípios que propiciam o questionamento e o rompimento com uma série de entraves morais e colaboram para a abordagem de temas como gênero e sexualidade no segmento educacional sem interdições. Além disso, tais pressupostos apontam para a ideia do campo educacional enquanto um espaço de promoção da cultura e do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças

A laicidade do Estado, não obstante suas particularidades nacionais e suas idiosincrasias históricas, advoga, em geral, os “valores da República, da democracia, da tolerância, da liberdade e da pluralidade” (BLANCARTE, 2000).

Nessa perspectiva, a escola passa a ser entendida como um espaço estratégico para o diálogo e para o combate a preconceitos oriundos especialmente destes discursos religiosos e deterministas. E exatamente por seu potencial na desconstrução de estereótipos, de modelos rígidos e tradicionais e de discriminações que ela vem sendo ao longo de nossa história uma das principais instituições disputadas por religiosos e conservadores. No quadro recente ela vem sofrendo com as posturas e manobras assumidas pelos que se propõem fazer retroceder políticas e movimentos de ideias progressistas, e que para tal buscam imprimir um domínio sobre o papel da escola, sobre a ação pedagógica dos docentes e sobre os conteúdos programáticos.

Por fim, é indispensável reforçar a ideia de democracia enquanto um projeto não terminado. Experimentamos uma maior ou menor proximidade com o ideal democrático de acordo com a presença de alguns elementos, tais como a garantia da pluralidade e de confrontação pública, ou seja, a conformação de sistema político que permite oposição e competição. No Brasil, isso inclui considerar também os interregnos autoritários que marcaram nossa história recente, bem como a inconclusão e a instabilidade de nossas instituições.

O quadro acima descrito, sobre a laicidade, o avanço dos religiosos no campo político, a formação de uma coalizão conservadora com alto grau de repercussão social, o

estabelecimento de um pânico moral envolvendo “gênero”, confirma minha hipótese inicial de que nosso grau de democracia está relacionado, dentre outros fatores, a laicidade do Estado. Quanto mais distantes de um modelo que aparta a ingerência religiosa nas políticas públicas e ações do Estado, mais nos aproximamos de regimes desiguais, que excluem, segregam e discriminam. Por isso, defender a laicidade do Estado significa defender a democracia.

Referências Bibliográficas

ALVES, J.A.L. Coexistência cultural e “Guerras de religião”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo/SP, v. 25, n. 72, fev, 2010.

AQUINO, L; VASCONCELLOS, V. Orientação curricular para educação infantil: Referencial Curricular Nacional (RCNEI) & Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI). In VASCONCELLOS, Vera. (Org.) *Educação da infância: história e política*. 2ª ed. Niterói/RJ, EDUFF, 2011.

ARAÚJO, F. BARBOSA. R. O Estado e as reformas pós década de 90: movimentos sociais, terceiros setor e educação não formal. *Revista Aurora*, Marília/SP, ano III, n. 5, p. 24-31, dez. 2009.

ARAÚJO, J.C; KAPUZINIAK, M.C. Histórias das LDBs e PNE. In III Congresso Nacional de Educação. *Anais*. Campinas/SP: UNICAMP. 1999.

AZEVEDO, F. A cultura Brasileira. 4 ed. Brasília/DF: UnB, 1963.

BANDEIRA, L., HILDETE, P. M. O conflito entre reprodução e desejo. *Revista Gênero*, Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, v. 11, n. 1, 2010.

_____. *Tempos e Memórias – Movimento Feminista no Brasil*. Brasília/DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, 2010.

BARROS, R. S. M (Org.) *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo/SP: Pioneira Editora, 1960.

BAUMAN, Z. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar, 2008

BOLLMANN, M. G. N. Revendo o Plano Nacional de Educação: propostas da sociedade brasileira. *Educação e Sociedade*, Campinas/SP, v. 31, n. 112, p. 657-676, jul.-set. 2010.

BENTO, L.C. *Gustavo Capanema e a educação brasileira: cultura, educação e projetos políticos*. Jussara/GO, ano I, n. 1, jan.-jun. 2008.

BLANCARTE, R. *El Estado laico*. México: Nostra Ediciones, 2008.

_____. *Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo*. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2008a.

_____. El porqué de un Estado laico. In BLANCARTE, R. (Org.). *Los retos de laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo*. 1. ed. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos. 2008b.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo/SP, Brasiliense, 2000.

_____.; NICOLA, M., GIANRANCO, P. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C, Varriale et al (Coord. trad.); João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. – Brasília/DF: Universidade de Brasília, 1 ed., v. 1, 1998. 674 p.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

BUFFA, E. A educação negada. São Paulo/SP: Cortez, 1991.

- CAMPOS, L. S. De “Políticos evangélicos” a “Políticos de Cristo”: la trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. *Ciências Sociais e religião*, Porto Alegre/RS, ano 7, n.7, 2005.
- CARNEIRO, S. S. Ensino Religioso no Rio de Janeiro: um bom caso para pensar religião, direitos humanos e as relações entre estado e Igreja. *In Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*. CUNHA, Christina Vital da; MENEZES, Renata de Castro. (Org.) Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, nº69, ISER, 2014.
- CARREIRA, D. *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais* / Denise Carreira *et al.* São Paulo/SP, Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.
- CARVALHO, M. P. Gênero e política educacional em tempos de incerteza. *In HIPÓLITO, A.M.; GARDIN, L. A. (Orgs.) Educação em tempos de incertezas*. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2000.
- CARVALHO, M. E de. Consciência de gênero na escola. João Pessoa/PB, UNIVERSITÁRIA / UFPB, 2000.
- CIAVATTA, M; FRIGOTTO, G. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica de mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.
- COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London, MacGibbon & Kee, 1972.
- COSTA, A, A. Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista gênero*, Niterói/RJ, UFF, 2013.
- COUTO, B. R. *O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo/SP, Cortez, 2004.
- CUNHA, L.A. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009.
- _____. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 2 ed – São Paulo: Cortez, Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995
- _____. A educação na concordata Brasil-Vaticano. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009.
- _____. Sintonia Oscilante, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007.
- _____. Religião, moral e civismo. *In CUNHA, Luiz Antônio. (Org.) Educação, Estado e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ, Cortez, 1999.
- _____. *Educação e religiões: a descolonização religiosa da escola pública*. Belo Horizonte/MG, Mazza edições, 2013.
- _____. OLIVA, C. E. *Sete Teses Equivocadas sobre o Estado Laico*. Ministério Público em Defesa do Estado Laico / Conselho Nacional do Ministério Público. v. 1. Brasília/DF, CNMP, 2014. 300 p. il.
- CURY, C.R.J. Por um novo Plano Nacional de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v.41, n.144, set./dez. 2011.
- _____. O Conselho Nacional de Educação (1931-1961): memória e funções. *Relatório de Pesquisa, Mimeo*. (Financiamento do CNPq). [S.l.], 2009.

_____. Estado e políticas de financiamento em educação. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 28, p. 831-856, 2007.

_____. Ideologia e Educação Brasileira. 4 ed. São Paulo/SP, Cortez, 1988.

_____. O público e o privado na educação pública contemporânea: Posição e tendências. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo/SP, n.81, maio. 1992.

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo/SP, Universidade de São Paulo, 2012.

DALAND, R. *Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro*. Rio de Janeiro/RJ, Lidador, 1969.

DINIZ, D. L. L. Educação sexual para adolescentes: um estudo sobre as moralidades dos aconselhadores. *Ser Social*, Brasília/DF, v. 1, n. 1. UnB, 1998.

DRAIBE, S.M. O Sistema Brasileiro de Proteção Social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. *Caderno de Pesquisa*, Campinas/SP, n°32, NEPP/ UNICAMP, 1998.

_____. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. *Caderno de pesquisa*, Campinas/SP, n°8, NEPP/UNICAMP, 1993.

DUARTE, T.S. Cultura religiosa e direitos humanos no cotidiano do legislativo brasileiro. *Revista Cultura&Religion*, Chile, v. VII, n° 2, jun-dic. 2013.

FARIA, N. Um Olhar de gênero sobre as políticas educacionais. In FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) Gênero e educação. *Cadernos Sempre Viva*, São Paulo/SP, SOF, 1999a.

_____. Gênero nos parâmetros curriculares. AUAD, D. In FARIA, N.; NOBRE, M. (Org.) Gênero e educação. *Cadernos Sempre Viva*, São Paulo/SP, p.25-39, SOF, 1999b.

FERNANDES, F; GENTILINI, J. Planejamento, políticas públicas e educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v.44. n. 153, jul/set. 2014.

FONSECA, A.B. "Igreja Universal: um império midiático". In ORO, Ari Pedro; CORTEN, André e DOZON, Jean-Pierre (Org.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo/SP, Paulinas, 2003.

FONTOURA, A. A. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 3 ed. Rio de Janeiro/RJ, Aurora, 1968.

FRESTON, P. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, pp. 383-403. 1999.

_____. Sociedade: Os trabalhadores e os evangélicos. *Teoria e Debate*, São Paulo/SP, n. 25, Fundação Perseu Abramo, jun/jul/ago. 1994a.

_____. evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontro Editora, 1994b.

_____. Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP, 1993. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

GANDINI, R. P.; RISCAL, S. A. A Gestão da educação como setor público não estatal e a transição para o Estado Fiscal no Brasil. In OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima. *Política e Gestão da educação*. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2008.

- GIUMBELLI, E; CARNEIRO, S.S Ensino religioso no estado do Rio de Janeiro - registros e controvérsias. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro/RJ, n. 60, ISER, 2004.
- GÓIS, J.B.H. Política social e sociedade brasileira. Instabilidades e inconclusões. In GÓIS, J.B.H (Org.). *Questão social e proteção social*. Rio de Janeiro/RJ, p. 7-27, IMOS, 2013.
- GROULT, B. *Minha Fuga*. São Paulo/SP, Record, 2011.
- HEILBORN, M. L. e SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. 1975-1995. In MICELI, Sérgio (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo/SP, Sumaré, 1999.
- HIRSCHMAN, A.O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo/SP, Companhia das Letras, 1992.
- _____. Duzentos anos de retórica reacionária. *Novos Estudos*, São Paulo/SP, n. 23, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), mar. 1989.
- HÖFLING, E. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas/SP, ano XXI, nº 55, v.21, pp.30-41, Centro de Estudos Educação e Sociedade, nov. 2001.
- HORTA, J.S.B. *Liberalismo, Tecnocracia e planejamento educacional no Brasil: uma contribuição à história da educação brasileira no período 1930-1970*. São Paulo/SP, Cortez: autores associados, 1982.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro/RJ, Civilização Brasileira, 1996.
- JUCOVSKY, V. L. R.S. *Representação política da mulher*. São Paulo/SP, Juarez de Oliveira, 2000.
- JUCOVSKY, V. L. R.S. Quem controla as mulheres? Direitos reprodutivos e fundamentalismos religiosos na América Latina. [Online], São Paulo/SP, Católicas pelo Direito de Decidir, 2011. Disponível em: <<http://catolicas.org.br/biblioteca/publicacoes/quem-controla-as-mulheres/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.
- KOREN, J.C. Silas Malafaia, a Associação Vitória em Cristo e a defesa da família tradicional. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá/PR, n.175, Universidade Estadual de Maringá, dez. 2015.
- LAMOUNIER, B. "Brazil: Inequality against Democracy", ensaio incluído no volume *Democracy in Developing Nations*, editado por Larry Diamond, Jonathan Hartlyn, Juan Linz e Seymour Martin Lipset. 2ª ed. Boulder, Colorado: Lyne Rienner Publishers; 1999.
- LOPES, P. V. L. religião e política: algumas considerações sobre conflitos e posições. *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*. Org. Christina Vital da Cunha e Renata de Castro Menezes. *Comunicações do Iser*, nº69. Rio de Janeiro, 2014.
- MACHADO, C. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações*, Santarém/PA, n. 7, p. 60-80, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém. 2004
- MACHADO, M.D.C. religião, Cultura e Política. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro/RJ, v.32 nº. 2, p. 29-56. 2012.
- _____. O projeto político de governo dos justos. *Debates do NER*, Porto Alegre/RS, ano II, n. 18, p. 39-82, Núcleo de Estudos da religião – UFRGS, jul-dez. 2010.
- _____. *Política e religião: participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro/RJ, FGV, 2006.

_____. MARIZ, C. evangélicos e católicos: as articulações da religião com a política. In PEREIRA, Mabel Salgado; SANTOS, Lyncon de A. (Org.). *Religião e violência em tempos de globalização*. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. *Revista Cultura e Religión*, Chile, v. VII, n. 2, Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat del Estado de Chile, jun-dic. 2013.

MAINWARING, S. *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1916-1985*. Stanford, Stanford University Press, 1986.

MARI, H; MACHADO, I, L; MELLO, R (Org.). *Análise dos discursos: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte/MG: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.

MARIANO. R. *Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*. *Revista de Ciências Sociais (Impresso)*, Fortaleza/CE, v. 11, p. 238-258, Civitas. 2011.

_____. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In SANTOS, Hermílio. (Org.). *Debates pertinentes*. Para entender a sociedade contemporânea. 1 ed. Porto Alegre/RS, v. 1, p. 112-138, EDIPUCRS. 2009.

_____. O Governo Lula e as igrejas cristãs. In DIAS, Marcia Ribeiro; SANTOS PÉREZ, José Manuel. (Org.). *Antes do vendaval: diagnóstico sobre os dois primeiros anos do Governo Lula no Brasil*. Porto Alegre/RS, v. 1, p. 221-239, EDIPUCRS. 2006.

_____. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. DOSSIÊ RELIGIÕES NO BRASIL. *Estud. av.* São Paulo/SP, v.18, n.52, 2004.

_____.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, p. 92-106, 1992.

MATIJASCIC, M. *Política social brasileira: conquistas e desafios*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília / Rio de Janeiro/RJ, Ipea, 2015

MAZZUCO, N. e TULLIO, G. O Manifesto de 1932 e a educação pública ensino moram: a preocupação com o nacionalismo e o homem cidadão. In IV Jornada do HISTEDBR – História e Historiografia da Educação: abordagens e práticas educativas. *Anais*, Ponta Grossa/PR, UEPG. 2004.

MATOS, S. T. S. Liberalismo e Democracia. Apontamentos sobre a evolução histórica dos conceitos liberais de democracia. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina/PR, v. 4, n. 2, p. 42-50, jul. /dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9270>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

MENDONÇA. A. A. *religião na escola: registros e polêmicas na rede estadual do Rio de Janeiro*. Dissertação – (Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPG) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2012. 125 f. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_amanda_mendonca.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2017.

MENEZES. R. Religiões, números e disputas sociais. In VITAL DA CUNHA, C.; MENEZES, R.C. (Org.). *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro/RJ, nº69, ISER, 2014.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, n. 28, Núcleo de Estudos de Gênero, jan-jun. 2007.

MOURA, F. P. de. *Escola Sem Partido: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história*. Dissertação – (Mestrado Profissional em Ensino de História) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ, 2016. 189 f. [Impresso]

NASCIMENTO, M.M. Cartilha: *Políticos e Eleitores: Ações Concretas*. Local, Fé e Política, 2006.

NICOLAU, J. M. Multipartidarismo e democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro/RJ, FGV, 1996.

OFFE, C. LENHARDT, G. Teoria do Estado e Política Social: tentativas de explicação político-sociológica para as funções e os processos inovadores da política social. In OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Tradução Bárbara Freitag. Rio de Janeiro/RJ, Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, E.S. CYPRIANO, A. M. O planejamento educacional no Brasil nos séculos XX e XXI: Aspectos históricos. IV Congresso Ibero-Americano de Política e administração da Educação / VII Congresso Luso-brasileiro de Política e Administração da Educação. *Anais*, Porto, Portugal, abr. 2014. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/ElisangeladoSantosdeOliveira_GT5_integral.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2017.

OLIVEIRA, R.T.C. A LDB e o Contexto Nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos – 1988 a 1996. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 1997. 370 f. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/trab077.rtf>. Acesso em: 28 maio. 2017.

OLIVEIRA, R. P. *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo/SP, Cortez Editora, 1995.

ORO, P. A. A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza/CE, v. 11, n. 2, p. 221-237. 2011.

_____. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre/RS, v.13 n. 27, UFRGS, 2007.

_____. Organização eclesial e eficácia política. O caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre/RS, v. 3, nº 1, UFRGS, jun. 2003.

OSÓRIO, A. *Elaboração do Plano Nacional de Educação*. Secretaria do Conselho Nacional de Educação, 50 p. (Mimeo), mar. 1943.

OTRANTO, C.R. A nova LDB da educação nacional: seu trâmite no Congresso e as principais propostas de mudança. *Revista Universidade Rural - Série Ciências Humanas*, Seropédica/RJ, v. 18, n. 1-2, Edur – UFFRJ, dez. 1996.

PERONI, Vera. *Política Educacional e o papel do Estado no Brasil dos anos 1990*. São Paulo/SP, Xamã, 2003.

PIERUCCI, F. A. religião como solvente – uma aula. *Novos Estudos*, São Paulo/SP, n. 75, CEBRAP, jul. 2006.

_____. Ciladas da diferença. *Tempo Social; Revista Sociologia USP*, São Paulo, 1990.

_____. “Bye bye, Brasil” – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*, São Paulo/SP, v.18, n. 52, set/dez., Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo/SP, n. 11, p. 104-32, ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

PEREIRA, J. R. *História dos batistas no Brasil (1882 – 1982)*. Rio de Janeiro/RJ, JUERP, 1982.

PINTO, C. R. J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo/SP, Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRISCO, L. *Os evangélicos na Câmara dos Deputados: um olhar sobre os projetos de Lei da bancada evangélica da 53ª legislatura*. Monografia. [Impresso] Science Po Rennes, Mémoire de 4e année, Séminaire Amérique Latine, 2010.

RANQUETAT JR., C.A. A invocação do nome de Deus nas Constituições Federais Brasileiras: religião, Política e Laicidade. *Revista Cultura e Religión*. Chile, v. VII, n. 2, Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat del Estado de Chile, jun-dic. 2013.

RAMBLA, X; VERGER, A. e TARABINI, A. La influencia externa en las políticas educativas de Argentina, Brasil y Chile (1990-2006). *Linhas Críticas - Revista Faculdade de Educação*, Brasília/DF, v.15, n.28, pp. 05-23, UnB. 2009.

REIS, F. V.M. DE. *Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. São Carlos/SP, 2011. 120 f.

ROMANELLI, O. O. *História a Educação o Brasil*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2005.

ROSSA, L. *AEC do Brasil – 60 anos. Uma presença Católica na Educação Brasileira*. Brasília/DF, AEC, 2005.

SANTOS, H. *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. Porto Alegre/RS, EDIPUCRS. 2009.

SANTOS, L.A. O púlpito, a praça e o palanque: os evangélicos e o regime militar brasileiro. In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL Filho, Oswaldo (Org.). *A ditadura em debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo*. Rio de Janeiro/RJ, Contraponto, 2005.

SANTOS, E; BRANDÃO, P. H.; AGUIAR, M. M. de. Um toque feminino: recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004. In SENADO FEDERAL. *Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento Brasileiro, 1826-2004*. Brasília/DF, Senado Federal, Comissão Temporária do Ano da Mulher/Subsecretaria de Arquivo, 2004.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 28, n. 100, out. 2007a.

_____. *História das ideias pedagógicas do Brasil*. Campinas/SP, Autores Associados, 2007b.

_____. A Política Educacional no Brasil. In STEPHANOU, M.; BASTOS, M. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2005.

_____. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, ano XX, nº 69, dez. 1999a.

_____. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 4 ed. Campinas/SP, Autores Associados, 1999b.

_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4 ed. Campinas/SP, Autores Associados, 1998.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In AQUINO, Júlio G. (Org.) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo/SP, p.107-117, Summus, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre/RS, v. 20, n. 2, Faculdade de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jul./dez. 1995.

SHIROMA, E. O; MORAES, M.C; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. Rio e Janeiro/RJ, P&A, 2002.

SCHWARTZMAN, S. A Educação na transformação da sociedade brasileira. In Conferência dada no Ciclo de Extensão III/87 da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro/RJ, 1987.

_____. BOMENY, H. M; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/RJ, Paz e Terra; São Paulo/SP Universidade de São Paulo, 1984.

SILVEIRA, E.J.S da; MORAES JÚNIOR, M.R de. *Religião, Política e Espaço Público no Brasil: discussões teóricas e investigações empíricas*. São Paulo/SP, p. 11-46, Fonte Editorial. 2015.

SYLVESTRE, J. *Irmão vota em irmão*. São Paulo/SP, Pergaminho, 1986.

SOUZA. J. *Os batalhadores brasileiros*. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte/MG, UFMG, 2012a.

SOUZA. A. R. de. Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing. São Paulo: Annablume e FAPESP. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre/RS, ano 12, n. 25, p. 311-315, jan/jun. 2006

SOUZA: Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição, 2005.

SOUZA, S.D. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da Violência de gênero na política brasileira. *Estudos de religião*, São Paulo/SP, v. 28, n. 2, p. 188-204, Programa de Pós-Graduação em Ciências da religião da Universidade Metodista de São Paulo, jul.-dez. 2014.

TABAK, F. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília/DF, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

TEIXEIRA, A. Meia Vitória, mas Vitória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro/RJ, v.37, n.86, abr./jun. 1962. p.222-223, Ibict.1962.

THOMPSON, K. *Moral Panics*. London: Routledge, 1998.

TONI, J. de. A participação social no planejamento governamental: a experiência do governo Lula, Brasil. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala. *Anais*. Guatemala, nov. 2006.

TORNIELLI, A; GALEAZZI, G. Papa Francesco: questa economia uccide. Collana Religione, *Serie Saggistica*, Piemme – Italia, 2015.

TREVISAN, J. B. evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. *Anais - Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá/PR, v. V, n.15, jan. 2013.

VALENTE, I.; ROMÃO, R. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, v. 23, n. 80, p. 96-107, set, 2002.

VENCO, S.; MATTOS, R. Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significado, controvérsias e perspectivas. *Cad. Cedes*, Campinas/SP, v.35, n. 97, p. 611-615, set-dez. 2015.

VIANNA, C. P.; RIDENTI, S. G. U. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In AQUINO, J. G. (Org.) *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo/SP, Summus, 1998.

_____. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 – 2002. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 34, n. 121, p. 77-104, Fundação Carlos Chagas. 2004a.

_____. Gênero e políticas educacionais: impasses e desafios para a legislação brasileira. In VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. *Gênero e educação: educar para a igualdade*. São Paulo/SP, p. 1-160, CEM, SME/SP. 2004b.

_____.; ARAÚJO, V. Gender invisibility in Brazilian educational legislation. *Taboo: The Journal of Culture and Education*, Coral Gables, San Francisco/CA, v. 6, n. 2, p. 85-95, fall-winter, Caddo Gap Press. 2003.

VIEIRA, S. R. Uma reflexão acerca do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista História da Educação*, Campinas/SP, v. 17, n. 41. 2013.

VILELA, M.A.F. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife/PE. 2014. 293 f.

VITAL DA CUNHA, C. Religiões x democracia?: reflexões a partir da análise de duas frentes religiosas no Congresso Nacional. In VITAL DA CUNHA, C.; MENEZES, R.C. (Org.). *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*. Comunicações do ISER, Rio de Janeiro/RJ, nº69, ISER. 2014.

_____.; LOPES, P.V.L. *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2012. 232f.

_____.; _____.; LUI, J. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014*. Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017. 196f.

XAVIER, L. O Manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na educação brasileira. In GARCIA, Walter (Org.). *Educadores Brasileiros do século XX – v. 1*. Brasília/DF, Plano, 2002.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Companhia das Letras. Edição de Antônio Flavio Pierucci. 2004.

Referências Meio Eletrônico

AQUINO, F. **O avanço da Ideologia de Gêneros**. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/o-avanco-da-ideologia-de-generos/>>. Acesso em:

ARAGÃO, J. **Entenda melhor a participação dos políticos evangélicos no Brasil.** *Sítio Gospelprime*. Seção política. São Paulo: 11 ago. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/entenda-participacao-politicos-evangelicos-brasil/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE. **Emenda sob nº PE 0004-1**, de 20 de abril de 1987. Propõe a inclusão e a normatização da disciplina de ensino religioso. Brasília/DF, p. 93-94, 1987. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf>>. Acesso em: 27 de julho de 2016.

AVAAZ. **Inclusão da Igualdade de Gênero no PNE (Plano Nacional de Educação).** Petição Online. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Congresso_Nacional_Inclusao_da_Igualdade_de_Genero_no_PNE_Plano_Nacional_de_Educacao/?pv=4>. Acesso em: 21 maio. 2017.

AZEVEDO, W.O. **Educar não é tarefa exclusiva do Estado.** Disponível em: <<http://formacao.cancaonova.com/atualidade/educacao/educar-nao-e-tarefa-exclusiva-do-estado/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

BARROS, A.C. **MEC prepara kit anti-homofobia e provoca reação.** Terra Magazine. São Paulo, 20 dez.2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4851100-EI6594,00-MEC+prepara+kit+antihomofobia+e+provoca+reacao.html>>. Acesso em: 14 out. 2014

BERGONZIN, L. G. **Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.** Movimento Canção Nova. Publicado em 20 jul.2010. Disponível em: <<http://blog.cancaonova.com/tiba/tag/bispo-diocesano/>> Acesso em: 11 jan.2017.

BRAGA, M. **Candidatos evangélicos crescem 45% entre eleições de 2010 e 2014.** O Estado de São Paulo. São Paulo, 31 jul. 2014. Seção Política. Disponível em: <<http://m.estadao.com.br/noticias/politica,candidatos-evangelicos-crescem-45-entre-eleicoes-de-2010-e-2014,1536964,0.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. **Constituição de 1824**, de 25 de março de 1824. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Rio de Janeiro/RJ, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 08 fev. 2015.

BRASIL. **Decreto Imperial de 1827**, 15 de outubro de 1827. Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o decreto da Assembleia Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, na forma acima declarada. Rio de Janeiro/RJ, 1827. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/decreto-lei_imperial.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.

BRASIL. **Lei nº 16**, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro/RJ, 1834. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 1879**, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro/RJ, 1879. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1891**, 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro/RJ, 1981. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 05 fev. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 3.890**, 01 de janeiro de 1901. Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Rio de Janeiro/RJ, 1901. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%203890%20-1901%20reforma%20epit%20Elcio%20pessoa.htm>. Acesso em: 22 fev. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.659**, 05 de abril de 1911. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Rio de Janeiro/RJ, 1911. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%208659%20-%201911%20lei%20org%20E2nica%20rivad%20Elvia%20correia.htm>. Acesso em: 22. fev.2015.

BRASIL. **Decreto nº 11.530**, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. Rio de Janeiro/RJ, 1915. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 19.850**, de 11 de abril de 1931. Crêa o Conselho Nacional de Educação. Rio de Janeiro/RJ, 1931a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 18 fev.2015.

BRASIL. **Decreto nº 19.941**, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Rio de Janeiro/RJ, 1931b. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-norma-pe.html>>. Acesso em: 24 fev.2015.

BRASIL. **Decreto nº 21.0796**, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Rio de Janeiro/RJ, 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 14 dez.2016.

BRASIL. **Constituição de 1934**, de 16 de julho de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro/RJ, 1934. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 05 fev.2015.

BRASIL. **Constituição de 1937**, de 10 de novembro de 1937. Decreta a Constituição de 1937. Rio de Janeiro/RJ, 1937. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 05 fev.2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.788**, de 30 de janeiro de 1941. Convoca à 1ª Conferência Nacional de Educação e a 1ª Conferência Nacional de Saúde e dá outras providências. Rio de Janeiro/RJ, 1941. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6788-30-janeiro-1941-331348-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 18 nov.2016.

BRASIL. **Constituição de 1946**, 18 de setembro de 1946. A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contêm. Rio de Janeiro/RJ, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1961. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1967**, de 24 de janeiro de 1967. O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil. Brasília/DF, 1967a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 60.610**, de 24 de abril de 1967. Dispõe sobre a elaboração dos documentos básicos para fixação dos Planos Nacionais de Educação e Cultura. Brasília/DF, 1967b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60610-24-abril-1967-401514-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 24 out.2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília/DF, 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

BRASIL. **Lei nº 5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 17. fev. 2015.

BRASIL. **Constituição de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 fev.2015.

BRASIL. Ministério da Educação C do Desporto. **2 - Diretrizes para uma política educacional em sexualidade**. In Ministério da Educação C do Desporto, *Série Educação Preventiva Integral*. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Brasília/DF, MEC/SEPESPE, 1994. Disponível em: <<https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/pplgbt-59.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília/DF, nov. 1995. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 24. fev.2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, de 1997. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília/DF, 1997a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: 02 de set. 2016.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 05**, de 11 de março de 1997. Brasília/DF, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PNCP0597.pdf>>. Acesso em: 14 fev.2015.

BRASIL. **Lei nº 9475**, de 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1997c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 25 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília/DF, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017

BRASIL. **Resolução nº 02/98 do Conselho Nacional de Educação**, de 07 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília/DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_98.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases – História**. Brasília/DF, 20??. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em: 23 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília/DF, 201?. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 10.172**, 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, de dezembro de 2004. Brasília/DF, Secretaria especial de políticas para as mulheres – SPM, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/hiv_aids_exp_bras.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD. Brasília/DF, maio, 2007a. Disponível

em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. **Plano Plurianual 2008-2011**, de 30 de agosto de 2007. Brasília/DF, 2007b. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2008/08_PPA_Aval_cad01.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 10**, de 3 de setembro de 2008. Constitui a Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação – CONAE 2010. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_coneb.pdf> Acesso em: 14 jun.2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 17 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Final CONAE 2010**. Brasília/DF, 2010a. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 14 de ago.2016

BRASIL. **Decreto legislativo nº 7.107**, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília/DF, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm>. Acesso em 21 set.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Indicação CNE/CP 2/2010**, de 9 de novembro de 2010. Propõe a constituição de uma Comissão Bicameral com o objetivo de estudar a oferta e a normatização do Ensino Religioso nas escolas públicas. Brasília/DF, 2010c. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/noticias/fd8687954590d5520da1d9d48420d1c0.pdf>>. Acesso em: 06 set.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.497**, 14 de dezembro de 2010. Institui o Fórum Nacional de Educação - FNE. Brasília/DF, 2010d. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/9-uncategorised/926-portaria-1-407>> Acesso em: 23 set.2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 21 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-construcao-da-base>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 4.158**, de 10 de fevereiro de 1998. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília/DF, 1998. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25633>> Acesso em: 29 jul. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Ato da mesa nº69**, de 10 de novembro de 2005. Cria o registro de Frentes parlamentares na Câmara dos Deputados. Brasília/DF: 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>>. Acesso em: 18 jan.2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº122**, de 12 de dezembro de 2006. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 478**, 19 de março de 2007. Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Brasília/DF, 2007. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8E556A57B1DA1E5E991A7241C3309713.proposicoesWebExterno2?codteor=443584&filename=PL+478/2007>. Acesso em: 24 abr. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mensagem de Acordos, Convênios, Tratados e atos internacionais 134**, de 12 de março de 2009. Submete à apreciação do Congresso Nacional, o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília/DF, 2009a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=426554>> Acesso em: 17 set.2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Decreto legislativo nº 1.736**, de 12 de agosto de 2009. Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Brasília/DF, 2009b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=444773>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 5598**, 02 de setembro de 2009. Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º, e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 2009c. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=441559>> Acesso em: 19 nov. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº. 8035-D**, de 25 de junho de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>>. Acesso em: 17 set. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **54ª Legislatura começa hoje com posse dos deputados e eleição da Mesa Diretora**. Jornal da Câmara, ano 13, nº 2556. Brasília/DF, SECOM -

Secretaria de Comunicação Social, 1 fev. 2011. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/jornal/JC20110201.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2017

CANÇÃO NOVA. **Ideologia de gênero, conheça seus perigos e alcances.** *Destrave*. [S.l.], 20 nov. 2012. Disponível em: <<http://destrave.cancaonova.com/ideologia-de-genero-seus-perigos-e-alcances/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

CAMPOS, J.P. **Nas capitais, 250 candidatos vêm de templos evangélicos.** *Veja Online*. São Paulo/SP, 27 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/nas-capitais-250-candidatos-vem-de-templos-evangelicos>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

CARTA DE GOIÂNIA. IV CEB, de 2 a 5 de setembro de 1986. Disponível em: <http://www.floboneto.pro.br/_pdf/outrosdoc/cartadegoia%C3%A2nia1986_4cbe.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2015.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. O novo PNE e a esfinge. Setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/artigos/o-novo-pne-e-a-a0f7/>>. Acesso em: 19 jun.2016.

CFMEA. **Eleições 2010: as mulheres pagam o pato!** Brasília/DF, nov. 2010. Disponível em: <http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2851:eleicoes-2010-as-mulheres-pagam-o-pato&catid=375:numero-167-outubronovembrodezembro-de-2010&Itemid=129>. Acesso em: 20 maio. 2017.

COELHO, M.M. **Padre explica o que é a ideologia de gênero.** Coluna Notícias – Canção Nova. Aparecida/SP, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/brasil/padre-explica-o-que-e-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

COLETTA, R.D; CARAM, B. **evangélicos aderem à campanha de Aécio.** *Estadão Conteúdo*, São Paulo/SP, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1630708-evangelicos-aderem-a-campanha-de-aecio>>. Acesso em: 19 maio. 2017.

CONGRESSO EM FOCO. **Evangélicos se opõem a acordo Brasil-Vaticano.** Brasília/DF, 16 ago. 2009. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/evangelicos-se-opoem-a-acordo-brasil-vaticano/>> Acesso em: 12 jan. 2017.

CORTÊS, T. **Dilma premia estudantes que questionam família natural.** *Portal Gospel Prime*, [S.l.], 06 out. 2014. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/dilma-rousseff-ideologia-genero-escolas/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

COSSO, R. FRANZINI, R. **Bancada do PT cresce mais de 50% e será a maior da Câmara.** *Folha de São Paulo*. São Paulo/SP, 09 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200211.htm>>. Acesso em: 14 jan.2017.

CRUZ, L.C. L. **O perigo do “gênero” em educação.** *Sítio do Movimento Pró-Vida Anápolis*. Anápolis: 2014. Disponível em: <<http://www.providaanapolis.org.br/index.php/todos-os-artigos/item/428-o-perigo-do-genero-em-educacao>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

CUNHA. L.A. **O projeto reacionário de educação.** [S.l.], 2016. 62f. Disponível em <<http://www.luizantonioacunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em 18 de out. 2016.

DA REDAÇÃO E DA RÁDIO SENADO. **Marcelo Crivella critica discussão de ideologia de gênero nas escolas.** *Agência Senado*. Brasília/DF, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/23/marcelo-crivella-criticou-a-discussao-da-ideologia-de-genero-nas-escolas>>. Acesso em: 21 maio. 2017.

A DITADURA das Minorias. *Sítio Destrave Canção Nova*. [S.l.], 201?. Disponível em: <<https://destrave.cancaonova.com/entrevista-a-ditadura-das-minorias/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

DE OLHOS NOS PLANOS. **Maioria dos planos estaduais de educação incluem referência à igualdade de gênero.** Junho de 2016. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 19.jun.2016.

DUARTE, A. **Demógrafo diz que até 2030, católicos devem ser menos de 50%.** *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro/RJ, Seção Brasil, 01 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/demografo-diz-que-ate-2030-catolicos-devem-ser-menos-de-50-5362149>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

_____. **Educação ou Ideologias.** Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Março de 2014. Disponível em: <<http://arqrio.org/formacao/detalhes/381/educacao-ou-ideologias>>. Acesso em: 19 jun.2016.

FARAH, T. **‘Feliz é a nação cujo Deus é o senhor’**, discursa Dilma em encontro com evangélicas. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro/RJ, Seção Brasil, 08 ago.2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/feliz-a-nacao-cujo-deus-o-senhor-discursa-dilma-em-encontro-com-evangelicas-13535253>>. Acesso em: 04 dez.2014.

FERNANDES, M. G. **Ideologia de gênero: conheça seus perigos e alcances.** *Sítio Destrave. Canção Nova*. [S.l.], nov. 2014. Disponível em: <<https://noticias.gospelprime.com.br/dilma-rousseff-ideologia-genero-escolas/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. **Plano Nacional de Educação. Proposta Sociedade Brasileira. Congresso Nacional de Educação.** Belo Horizonte/MG, 1997. Disponível em: <<http://www.fedepsp.org.br/documentos/PNE%20-%20proposta%20da%20sociedade%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GARCIA, G. **Everaldo vai discutir aborto e redução da maioria penal na campanha.** *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro/RJ, Blog do Noblat, 30 jun. 2014. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/entrevistas/noticia/2014/06/everaldo-vai-discutir-aborto-reducao-da-maioridade-penal-na-campanha-539695.html>>. Acesso em: 19 maio. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro/RJ, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

MANIFESTO DOS PIONEIROS da Educação Nova de 1932. Recife/PE, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.nt5.net.br/aulas/Manifesto%20de%201932%20e%201959.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

MANIFESTO DOS EDUCADORES - Mais uma Vez Convocados de 1959. Recife/PE, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.nt5.net.br/aulas/Manifesto%20de%201932%20e%201959.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

MARTINS, D. **Marisa Lobo faz alerta sobre “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação.** *Gospelmais*. São Paulo/SP, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/marisa-lobo-alerta-ideologia-genero-plano-nacional-educacao-67075.html>>. Acesso em: 17 out. 2014.

MIGUEL, L. F. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”:** Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro/RJ, v.7, n.15, UERJ. 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MOVIMENTO RELIGIOSO ECUMÊNICO NACIONAL. **Movimento religioso ecumênico emite nota sobre o PNE.** Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC. Brasília/DF, 17 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/portal/noticias/960-movimento-ecumenico-emite-nota-sobre-o-pne>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

NEGRÃO, T.; BORGES, K. **Recuo em nome do conservadorismo. Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos.** Rio de Janeiro/RJ, 25 maio. 2011. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8170&sid=7>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

NERI, M. C. **Novo Mapa das religiões.** Rio de Janeiro/RJ: FGV/CPS, 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

NERY, H.R. **Votação de 6 de maio poderá retirar ideologia de gênero do Plano Nacional da Educação.** *Sítio Acidigital*, [S.l.], 30 abr. 2014. [Online] Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticias/votacao-de-6-de-maio-poderia-retirar-ideologia-de-genero-do-plano-nacional-da-educacao-89391/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

NOTA PÚBLICA DE ORGANIZAÇÕES e movimentos sociais dos campos das diversidades, direitos humanos, inclusão e sustentabilidade ambiental. *Ação Educativa*. São Paulo/SP, 20 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/todas-noticias/10004890-nota-publica-de-organizacoes-e-movimentos-sociais-dos-campos-das-diversidades-direitos-humanos-inclusao-e-sustentabilidade-ambiental>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. **O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência.** *Physis*, Rio de Janeiro/RJ, v. 19, n. 4, p. 1051-1065. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio. 2017.

PARTIDOS políticos registrados no TSE. *Sítio do Tribunal Superior Eleitoral*. Brasília/DF, 201?. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

PÁGINA do Partido Social Democrata Cristão. Disponível em: <<http://www.psd-sp.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

RENOVAÇÃO Carismática Católica. **Texto-Base do PNE é aprovado sem ideologia de gênero.** *Site Renovação Carismática Católica Brasil*. Canas/SP, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.rccbrazil.org.br/institucional/index.php/artigos/938-texto-base-do-pne-e-aprovado-sem-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

SALGADO, G.A. **Pastora defende a abordagem de questões de gênero na educação.**

Brasil de fato. São Paulo/SP, jun. 2015. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/node/32246/>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

SANTOS, D. **Supremo decide por 8 a 2 que aborto de feto sem cérebro não é crime.** *GI*.

Brasília/DF, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/supremo-decide-por-8-2-que-aborto-de-feto-sem-cerebro-nao-e-crime.html>>. Acesso em: 19 maio. 2017.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº101**, de 27 de maio de 1993. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1993. Disponível em:

<<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/21944>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 160**, de 02 de setembro de 2009. Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 2009. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92959>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SENADO FEDERAL. *Destinação de recursos públicos a comunidades terapêuticas esbarra na religião e em critérios médicos. Revista em discussão!* Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 2, nº 8, ago. 2011. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep, 2011. Disponível em:

<<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/sociedade-e-as-drogas/recursos-publicos-comunidades-terapeuticas-religiao-medicos.aspx>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

SENADO FEDERAL. **EMENDA (RELATOR) Nº 5 (DE REDAÇÃO)**. Projeto de Lei nº 103 de 2012. Brasília/DF, 201?. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjNrparxYLVAhUDh5AKHYNvBTEQFggjMAA&url=http%3A%2F%2Flegis.senado.gov.br%2Fsdleg-getter%2Fdocumento%2Fdownload%2F6edd5fd1-97b0-4e01-8b9c-3f0907025532&usq=AFQjCNFJAUhTpcmo460KfZX64S411w4C2A>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SEVERO, J. **Governo Lula luta para favorecer homossexualismo na ONU.** *Blog Julio Severo*, [S.L.], 07 abr. 2004. Disponível em: <<https://juliosevero.wordpress.com/2004/04/07/governo-lula-luta-para-favorecer-homossexualismo-na-onu-2/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SIQUEIRA, C. **Deputados cristãos ameaçam convocar Palocci se governo mantiver “kit anti-homofobia”.** Câmara notícias, seção educação e cultura. Brasília/DF, 24 maio. 2011.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/197537-DEPUTADOS-CRISTAOS-AMEACAM-CONVOCAR-PALOCCI-SE-GOVERNO-MANTIVER-%E2%80%9CKIT-ANTI-HOMOFOBIA%E2%80%9D.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SOUZA, J. O que está em disputa com a votação e aprovação do PNE? Site da UNE – União Nacional dos Estudantes. [Online]. São Paulo/SP, 26 jun. 2012b. Disponível em:

<<http://www.une.org.br/2014/04/o-que-esta-em-disputa-com-a-votacao-e-aprovacao-do-pne-por-juliana-de-souza/>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

TEMPESTA, D. O. J. **Nota sobre o PNE. Arquidiocese Rio.** Rio de Janeiro/RJ, 25 mar.

2014. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/1835/nota-sobre-o-pne>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

TOKARNIA, M. **Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE e retira questão de gênero.** Portal EBC, Agência Brasil. Brasília/DF, EBC, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-e-retira-questao-de-genero>>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular.** Portal EBC, Agência Brasil. Brasília/DF, EBC, 07 abr. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>>. Acesso em: 28 maio. 2017.

UOL Eleições. **Aborto é questão de política de saúde pública, diz Dilma.** *Portal UOL.* São Paulo/SP, 12 maio. 2010. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/05/12/aborto-e-violencia-contra-a-mulher-diz-presidenciaivel-petista-dilma-rousseff.jhtm>> Acesso em 08 jan. 2017.

VENCESLAU, P. TOMAZELA, J. M. **Pastor tira apoio evangélico de favoritos.** *Estadão,* São Paulo/SP, 20 jul. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,pastor-tira-apoio-evangelico-de-favoritos-imp-,1531429>>. Acesso em: 19 maio. 2017

Anexos

Anexo 1- Manifesto Marcha pelo Estado Laico RJ

Carta Manifesto Marcha pelo Estado Laico RJ

Desde 1889, o Brasil é um Estado Republicano, federalista e presidencialista, com independência entre os poderes. Seguindo a tradição republicana, o Estado brasileiro não professa nenhum tipo de religião, ou seja, mantém a necessária separação entre Estado e religião para assim garantir a livre escolha de seus cidadãos e suas cidadãs.

A Constituição Federal de 1988 inclui entre os direitos e garantias fundamentais de todas as pessoas a liberdade de consciência e de crença, assegurando-lhes o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo a proteção aos locais de culto e suas liturgias. Assegura, também, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva e garante que nenhuma pessoa será privada de seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal imposta a todas as pessoas da nação.

Ao mesmo tempo, em nome da garantia universal dos direitos fundamentais, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subsidiá-los, dificultar-lhes o funcionamento, ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; e veda ainda a criação de distinções entre brasileiros (as) ou preferências entre si.

O termo laico é um adjetivo cujo significado remete-nos à separação da esfera política da religiosa. Diferentemente dos países teocráticos, onde a religião exerce poder direto sobre a vida política, os Estados laicos são constituídos a partir da independência e neutralidade em relação à religião, nos quais todos e todas possuem igualdade e liberdade em suas escolhas sem privilegiar essa ou aquela crença.

Contrariamente ao princípio da laicidade do Estado, temos assistido as interferências dos setores religiosos na gestão do Estado, no desenho de políticas públicas e na vida política em geral, chegando ao ponto de confrontar-se com decisões tomadas na Corte Suprema de nosso país - como, por exemplo, o juiz de Goiás Jeronimo Pedro Villas Boas que cancelou uma declaração de união estável entre pessoas do mesmo sexo se justificando com base em suas convicções religiosas, inclusive atendendo as expectativas de sua comunidade uma vez que o mesmo é, também, pastor da Assembleia de Deus.

Outro caso que chama atenção é a sanção do governador Sérgio Cabral, no dia 4 de julho de 2011, da lei de autoria do deputado evangélico Edson Albertassi (PMDB) que obriga as bibliotecas públicas, privadas e comunitárias em todo estado a terem exemplar da Bíblia cristã. A biblioteca que descumprir a lei será multada em R\$ 2.130 e, no caso de reincidência, em R\$ 4.260. É uma lei polêmica porquanto o Estado não pode fazer imposições de cunho religioso, especialmente se beneficia uma única crença deixando de fora as demais, neste caso, deveriam então termos exemplares também de livros espíritas, o Corão e o Torá etc. Além disso, a lei impõe um custo financeiro que deverá ser arcado com dinheiro público.

O mesmo deputado tem apresentado outras propostas, ainda mais controversas e contrárias à liberdade religiosa, tais como: a leitura da Bíblia antes do começo das aulas, a isenção de IPVA e de ICMS na compra de automóveis pelas igrejas, e a inscrição da frase “Deus seja Louvado” nas contas das concessionárias de serviços públicos como gás, energia elétrica, água etc. Albertassi é diácono da Assembleia de Deus em Volta Redonda. Em setembro de 2010, ele conseguiu sanção para uma norma que altera a lei de incentivos fiscais de modo a beneficiar a produção e apresentação de música gospel.

Em pronunciamento contra a aprovação da PEC 23/2007, que visa incluir a orientação sexual no rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição do estado do Rio de Janeiro, a deputada estadual Myriam Rios (PDT-RJ) ao declarar sua posição, invocando versículos bíblicos e o nome de Deus no Plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, argumentou que a medida seria uma "porta aberta para a pedofilia", fomentando preconceito em relação aos homossexuais em ambiente que deve prezar pelo trato igualitário e respeitoso a todas as pessoas.

Em 2010, no Congresso Nacional, um projeto de lei de autoria do Dep. Luis Bassuma, então membro da “bancada cristã”, dispõe sobre os "direitos do nascituro" em que o embrião é considerado como pessoa humana a partir da concepção. Trata-se de uma medida para impedir a interrupção voluntária da gravidez mesmo quando a concepção tenha sido resultado de um estupro ou que represente riscos à vida da gestante, como garantidos por lei. Ou, pior, que seja simplesmente não ofertada assistência médica em casos de complicações durante a gestação uma vez que qualquer procedimento pode ser considerado contrário ao tal estatuto, como, por exemplo, nos casos de gravidez fora do útero ou de gravidez de fetos sem cérebro. O chamado "Estatuto do Nascituro" foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, e aguarda parecer da Comissão de Tributação e Finanças da Câmara Federal.

Direitos sexuais e reprodutivos, liberdade e diversidade religiosa, união civil entre pessoas do mesmo sexo, e outros temas caros à sociedade brasileira devem ser discutidos à

luz da Constituição e num ambiente verdadeiramente democrático e neutro garantindo a pluralidade de pensamento e opinião, assim, refletindo o conjunto da sociedade brasileira, ou seja, plural e diversa.

Por isso convocamos pessoas de TODAS as tradições religiosas, pessoas em transição religiosa e aquelas que se consideram sem religião, bem como deístas, ateus, agnósticos e outros a manifestarem o desejo da concretização de um Estado Laico de fato no Brasil.

Dia 11 de agosto de 2011, ao meio-dia, marcharemos do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, até a ALERJ, por um Brasil laico de fato.

Anexo 2 – Quadro comparativo texto PNE enviado pelo executivo e texto aprovado

TEXTO ENVIADO PELO EXECUTIVO	TEXTO APROVADO
<p>Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade, do enfrentamento à discriminação racial, de gênero e de orientação sexual;</p>	<p>Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação;</p>
<p>Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação infantil, contemplando as temáticas relativas às relações de gênero, étnico/raciais e de orientação sexual;</p>	<p>Fomentar a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação infantil;</p>
<p>Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;</p>	<p>Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;</p>
<p>Fomentar debates sobre direitos humanos e diversidade cultural, voltados à concepção do respeito mútuo e aprendizado constante com as diferenças, como política de prevenção à evasão escolar motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual, identidade de gênero, crença religiosa ou por convicção;</p>	<p>RETIRADO DO TEXTO</p>
<p>Estabelecer uma estrutura curricular do ensino médio integral estruturado entre Base Nacional Comum e Parte Diversificada Eletiva, que contemple noções do mundo do trabalho, novas tecnologias e esportes na Base Nacional Comum e temas transversais de cultura, saúde, educação para a cidadania, meio-ambiente, educação sexual e para a saúde, observadas questões étnicas e de</p>	<p>RETIRADO DO TEXTO</p>

gênero;	
Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade regional, estadual e local, assim como de raça, gênero e etnia;	Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
Assegurar Diretrizes Curriculares Nacionais - para as três etapas da educação Básica e nas várias modalidades de ensino - que contemplem conteúdos relativos às questões de gênero, raça-etnia e orientação sexual;	RETIRADO DO TEXTO
Garantir que as questões de gênero, étnico-raciais e relativas à orientação sexual estejam incluídas nos critérios utilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático, pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola tanto para a seleção como para a eliminação dos livros didáticos utilizados;	RETIRADO DO TEXTO
Assegurar a educação em direitos humanos e a eliminação de preconceitos e discriminações - incluindo as relativas a gênero, étnico/raciais e por orientação sexual - incorporando a diversidade em suas múltiplas dimensões e em toda a sua complexidade, tornando a escola um espaço de respeito, reconhecimento e valorização das pessoas;	RETIRADO DO TEXTO
No Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, determinar que os dados das avaliações educacionais nacionais ou locais sejam processados com relatórios oficiais que desagreguem seus resultados por nível socioeconômico, raça, gênero , portadores de	RETIRADO DO TEXTO

<p>necessidades especiais, entre outros, em níveis de desagregação que protejam a identidade dos alunos;</p>	
<p>Reduzir em 60% as desigualdades educacionais no acesso à educação, no fluxo escolar e no desempenho educacional em todas as etapas e modalidades da educação básica e superior com relação às variáveis de renda, raça/etnia, gênero, campo/cidade, deficiências por meio da elevação dos indicadores educacionais dos grupos mais vulneráveis, visando aumentar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros;</p>	<p>Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;</p> <p>Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;</p> <p>Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;</p>
<p>Desagregar, cruzar e analisar anualmente todos os indicadores educacionais com relação à renda, raça/etnia, sexo, campo/cidade, deficiências e aprimorar o preenchimento do quesito raça/cor e do nome social dos estudantes travestis e transgêneros no censo Escolar de modo a</p>	<p>RETIRADO DO TEXTO</p>

captar de forma mais precisa as permanências, as transformações e os desafios vinculados às desigualdades na educação;	
Construir protocolo nacional para registro e encaminhamento de denúncias de violências e discriminações de gênero, raça/etnia , origem regional ou nacional, orientação sexual , deficiências, intolerância religiosa, entre outras, por parte de creches, escolas e universidade, visando fortalecer as redes de proteção de direitos previstas na legislação;	RETIRADO DO TEXTO
Elaborar as Diretrizes Nacionais Curriculares sobre Educação, Gênero e Sexualidade para a Educação Básica;	RETIRADO DO TEXTO
Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação stricto sensu, estimulando-se a produção acerca das temáticas de gênero, étnico-racial e de orientação sexual ;	Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação stricto sensu;
Desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério, além de cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero e Lei Maria da Penha nº 11.340/03, em instituições de ensino superior públicas, visando superar preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar;	RETIRADO DO TEXTO
Assegurar Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professoras/es da Educação Básica em nível superior, cursos de licenciatura, que contemplem conteúdos relativos às questões	RETIRADO DO TEXTO

de gênero, raça-etnia e orientação sexual;	
Realizar, no prazo de dois anos de vigência desta Lei, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, o censo dos profissionais da educação básica, com desagregação de dados relativos ao pertencimento racial e de gênero para o aperfeiçoamento de indicadores;	Realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PNE, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

Anexo 3 – Nota Pública Conselho Nacional de Educação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

NOTA PÚBLICA

Às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do DF, às Câmaras de Vereadores, aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação e à Sociedade Brasileira

1.º) Considerando que a Carta Magna Brasileira prevê em seu art. 3.º, inciso IV, que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

2.º) Considerando que o art. 3.º, inciso IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevê o respeito à liberdade e apreço à tolerância;

3.º) Considerando que Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (2014-2024), determinou, em seu art. 5.º, inciso III, que o Conselho Nacional de Educação (CNE), juntamente com outras instâncias, monitore continuamente e avalie periodicamente o cumprimento das metas do referido Plano e que, ainda, nos termos do art. 8.º dessa mesma Lei, “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE [...]”;

4.º) Considerando que o Parecer n.º 8 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 6 de março de 2012 e homologado pelo Ministro de Estado da Educação (D.O.U., de 30/5/2012, Seção 1, p. 33), considera que, segundo “os princípios fundadores de uma sociedade moderna, os Direitos Humanos têm se convertido em formas de luta contra as situações de desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, as discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de **identidade de gênero** (destaque desta Nota Pública), de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais”;

5.º) Considerando, finalmente, que o Conselho Nacional de Educação é responsável pela elaboração de Diretrizes Nacionais no campo educacional, e que, por isso, entende que disposições legislativas e normativas genéricas, como “combate a toda e qualquer forma de discriminação” não colaboram, especialmente no campo da educação, para a superação das discriminações a determinados segmentos sociais que, por sua identidade específica, foram

secularmente visibilizados e, por via de consequência, se viram impedidos, na construção e usufruto dos direitos decorrentes de sua própria cidadania,

O CNE manifesta sua surpresa – pelas normas e orientações em vigor – e preocupação com planos de educação que vem sendo elaborados por entes federativos brasileiros e que têm omitido, deliberadamente, fundamentos, metodologias e procedimentos em relação ao trato das questões relativas à **diversidade cultural** e **de gênero**, já devidamente consagrados no *corpus* normativo do País para a construção da cidadania de segmentos específicos da população brasileira e sobre o qual não pode permanecer qualquer dúvida quanto à propriedade de seu tratamento no campo da educação.

O ato de universalizar direitos, mormente na educação, implica identificar e nominar, em situações concretas do cotidiano da existência humana, as singularidades, especialmente em formações sociais que, tradicionalmente as desconhecera, seja por via da omissão, seja por via da generalização que não lhe dá cobertura.

O Conselho Nacional de Educação reafirma sua orientação, recomendando, inclusive, a seus pares Conselhos Estaduais, Conselho Distrital e Conselhos Municipais que zelem pela explicitação das singularidades mencionadas nos planos de educação elaborados pelos entes federativos e informa que, em razão de inúmeras demandas que lhe foram enviadas e por um dever de ofício, encaminha-se para a elaboração de Diretrizes Nacionais de Educação voltadas para o respeito à diversidade, à orientação sexual e à identidade de gênero.

Em suma, o CNE considera que a ausência ou insuficiência de tratamento das referidas singularidades fazem com que os planos de educação que assim as trataram sejam tidos como incompletos e que, por isso, devem ser objeto de revisão.

Brasília, 1º de setembro de 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO